

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Seniores do

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

CNPJ/MF nº 07.694.905/0001-58
CÓDIGO ISIN nº BRDFCCTF006

Classificação de Risco das Cotas Seniores Standard & Poor's: **brA+f**

Cedente



■ Financiamento de Veículos ■

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS (“Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 10 (dez) anos, está ofertando um montante de até 1.400 (um mil e quatrocentas) Cotas Seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de até:

R\$ 35.000.000,00

O BANCO ABN AMRO REAL S.A. (“Coordenador”) foi a instituição contratada pelo Administrador para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores, no mercado de balcão organizado (“Oferta”). Adicionalmente às Cotas Seniores, o Fundo emitirá, até cotas subordinadas (“Cotas Subordinadas” e, em conjunto com as Cotas Seniores, simplesmente “Cotas”), com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo um montante de até R\$ 11.667.000,00 (onze milhões, seiscentos e sessenta e sete mil reais), as quais serão integralmente subscritas e integralizadas pelo Cedente. As Cotas Subordinadas não farão parte da presente Oferta.

A BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00, foi contratada pelo Fundo para realizar os serviços de administração da Carteira do Fundo (“Administrador”).

Regulamento do Fundo foi registrado no Segundo Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, do Estado de São Paulo, sob o nº 197505, em 9.11.2005, e seu suplemento à 1ª Série de Cotas Seniores sob o nº 198341, em 14.12.2005, neste mesmo Cartório (“Suplemento da 1ª Série”). O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução do Banco Central nº 2.907, de 29 de novembro de 2003, e pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme posteriormente alterada, além das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Protocolo na CVM datado de 10 de novembro de 2005, sob o nº CVM/SRE/RFD/2005/043.

Somente poderão adquirir Cotas do Fundo Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação aplicável. As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo e no Mercado de Títulos e Valores Mobiliários Privados de Renda Fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. (SOMA) - SOMAFIX e junto à Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo e/ou das Cotas a serem emitidas. O presente Prospecto foi elaborado em consonância com as disposições do Regulamento do Fundo, porém não o substitui. Recomenda-se a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento do Fundo, inclusive com especial atenção para as seções relativas ao Objetivo e à Política de Investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto que tratam dos “Fatores de Risco” a que está exposto, para uma avaliação dos riscos que devem ser considerados na aquisição das Cotas.

Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco”, nas páginas 29 a 32, antes de tomada a decisão de investimento.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia (i) do Administrador, do Custodiante e do Gestor do Fundo ou de suas respectivas Partes Relacionadas, (ii) de qualquer mecanismo de seguro, ou (iii) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Veja outros avisos importantes na página “1” deste Prospecto.



“Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Cotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu administrador e demais instituições prestadoras de serviços”.

Administração

BEM DTVM
(Empresa do Grupo Bradesco)

Estruturação e Coordenação



Agência de Classificação de Risco



Custódia



Assessoria Legal

PINHEIRO NETO ADVOGADOS

Auditoria



A data deste Prospecto Definitivo é 14.12.2005

AVISOS IMPORTANTES:

O investimento do Fundo de Investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o administrador da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo de Investimento e para o investidor.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

	Avisos Importantes	1
	Índice.....	3
I.	Definições	7
II.	Características Básicas do Fundo.....	11
III.	Sumário dos Termos e Condições do Fundo	13
IV.	Identificação, Perfil e Histórico do Administrador, dos Consultores, Auditores e dos Prestadores de Serviços do Fundo.....	20
	Administrador.....	20
	Gestor	20
	Custodiante	21
	Estruturador e Coordenador.....	21
	Agência de Classificação de Risco	22
	Assessor Legal.....	23
	Empresa de Auditoria	23
	Declaração do Cedente e do Estruturador.....	23
	Potenciais conflitos de interesse e transações com partes relacionadas.....	24
V.	Estrutura da Operação.....	25
	Desenho Esquemático da Operação.....	25
	Cessão dos Direitos Creditórios.....	25
	Eventos de Consulta aos Cotistas	26
	Liquidação Antecipada do Fundo	27
	Assembléia Geral.....	27
	Sumário dos principais contratos firmados pelo Fundo	27
VI.	Fatores de Risco	29
	Riscos de Mercado.....	29
	Riscos relacionados ao Fundo	30
	Riscos relativos ao Cedente	31
	Riscos de Liquidez.....	31
	Riscos Específicos	32
VII.	Gerenciamento de Riscos Financeiros.....	33
	Riscos de mercado	33
	Riscos de crédito.....	33
	Riscos de liquidez.....	33
	Riscos operacionais	34

VIII.	O Fundo	35
	Forma de Constituição	35
	Base Legal	35
	Público-Alvo.....	35
	Prazo	35
	Objetivo do Fundo	35
	Características das Cotas	35
	Taxas, Encargos e Despesas do Fundo	36
	Tributação do Fundo.....	36
IX.	Administração e Gestão do Fundo.....	37
	Administrador	37
	Direitos do Administrador	37
	Obrigações do Administrador.....	37
	Relatórios Trimestrais do Representante do Administrador	40
	Vedações aplicáveis ao Administrador	40
	Taxa de Administração	41
	Substituição do Administrador	41
	Gestor	41
	Deveres e obrigações do Gestor.....	41
X.	Custódia, Controladoria e Escrituração	42
	Custodiante	42
	Atribuições do Custodiante.....	42
	Remuneração do Custodiante	43
	Substituição do Custodiante.....	43
XI.	Classificação de Risco	44
	Agência de Classificação de Risco	44
	Remuneração da Agência de Classificação de Risco.....	44
XII.	Empresa de Auditoria.....	45
XIII.	Política de Investimento.....	46
	Política de Investimento e Diversificação de Carteira	46
	Operações Compromissadas e/ou com Derivativos.....	46
	Administrador como contraparte do Fundo	46
	Custódia dos ativos do Fundo.....	46
XIV.	Os Direitos Creditórios	47
	Características dos Direitos Creditórios.....	47
	Cessão dos Direitos Creditórios.....	47
	Coobrigação do Cedente pelos Direitos Creditórios.....	47
	Critérios de Elegibilidade	47
	Cobrança dos Direitos Creditórios.....	47

XV.	Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios e dos Direitos Creditórios Inadimplidos	48
	Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios	48
	Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos	48
XVI.	Visão Geral da Indústria de Financiamento Automotivo no Brasil	50
	Organização do Sistema Financeiro Nacional	50
	Agentes Reguladores e Fiscalizadores	50
	Instituições Financeiras	51
	Participantes do Sistema Financeiro Nacional	51
	Principais Concorrentes do Ficsa	52
	Veículos novos financiados com alienação fiduciária	53
	Veículos usados financiados com alienação fiduciária	53
	Volume total de veículos financiados com alienação fiduciária	53
	Visão geral do mercado de financiamento automotivo	54
XVII.	O Cedente	55
	Descrição e Histórico	55
	Redes de Atendimento	56
	Produtos	57
	Sumário de volumes das operações de crédito	58
	Captação	59
	Títulos e valores mobiliários emitidos	59
	Forma societária	59
	Estrutura de Capital e Acionistas	60
	Acordo de Acionistas	60
	Administração do Cedente	60
	Estrutura Organizacional da Administração do Cedente	61
	Estrutura do conglomerado Ficsa e relação entre as empresas Ficsa	62
	Política de Concessão de Crédito	64
	Principais Pendências Judiciais e Administrativas do Cedente	64
	Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros do Cedente	64
	Relação do Cedente com o Banco Central do Brasil	64
	Plano de Investimentos	64
	Funcionários	65
	Legislação aplicável ao Cedente	65
XVIII.	As Cotas	67
	Classe das Cotas	67
	Cotas Seniores	67
	Cotas Subordinadas	67
	Emissão das Cotas	67
	Investidores	67
	Distribuição das Cotas	68
	Aplicação em Cotas	68
	Amortização das Cotas	68
	Resgate das Cotas	71
	Valorização das Cotas	72
	Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe	72
	Negociação das Cotas no Mercado Secundário	73

XIX.	Assembléia Geral.....	74
	Competência da Assembléia Geral	74
	Modo de Convocação	74
	Assembléia Geral Extraordinária.....	74
	Prazo Mínimo de Convocação	74
	Local da Assembléia.....	74
	Quorum de Deliberação	75
	Comparecimento à Assembléia Geral.....	75
	Procuração	75
	Efeito Vinculativo das Assembléias Gerais	75
	Alteração do Regulamento.....	75
XX.	Liquidação do Fundo.....	76
	Eventos de Consulta aos Cotistas	76
	Liquidação Antecipada do Fundo	77
XXI.	Despesas e Encargos do Fundo	78
	Encargos do Fundo	78
	Outras Despesas.....	78
XXII.	Demonstrações Financeiras.....	79
	Demonstrações Financeiras do Fundo	79
	Auditoria das Contas do Fundo	79
	Exercício Social.....	79
XXIII.	Tributação	80
	Tributação Aplicável aos Cotistas	80
	Tributação Aplicável ao Fundo.....	81
XXIV.	Divulgação de Informações aos Cotistas	82
	Periódico do Fundo.....	82
XXV.	Informações Relevantes	83
XXVI.	Índice de Anexos.....	85
	<u>Anexo A</u> - Regulamento do Fundo de Investimento em Direito	
	Creditorio Ficsa Financiamento de Veículos	87
	<u>Anexo B</u> - Contrato de Cessão.....	171
	<u>Anexo C</u> - Modelo de Termo de Adesão ao Fundo de Investimento em Direitos	
	Creditorios Ficsa Financiamento de Veiculos e Modelo de Recibo de Prospecto	217
	<u>Anexo D</u> - Relatório da Empresa de Auditoria e Demonstrações Financeiras do Cedente.....	225
	<u>Anexo E</u> - Súmula da Agência de Classificação de Risco	279
	<u>Anexo F</u> - Suplemento ao Regulamento para Emissão da 1ª Série de Cotas Seniores.....	297

I. - DEFINIÇÕES

No âmbito do presente Prospecto, serão consideradas as seguintes definições, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, adotando-se aqui por referência, as demais definições constantes na Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 (“Instrução CVM nº 356/01”) e no Regulamento do Fundo:

Administrador	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's.
Agentes de Cobrança	Banco Bradesco S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A.
Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos	Banco Ficsa S.A.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Cotistas.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
Cedente ou Ficsa	Banco Ficsa S.A.
CETIP	CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.
Clientes	Mutuários pessoas naturais e jurídicas, de direito privado, residentes e domiciliadas no Brasil, que celebraram Contratos de Financiamento com o Cedente, garantidos por alienação fiduciária de automóveis, motos e caminhões, conforme o caso.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre o Cedente e o Fundo, representado pelo Administrador, tendo o Custodiante como interveniente.
Contrato de Cobrança	Cada um dos contratos de cobrança celebrado entre o Fundo e cada Instituição Autorizada que rege a cobrança dos Direitos Creditórios, com exceção dos Direitos Creditórios Inadimplidos.
Contrato de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos	Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre o Custodiante e o Cedente, como Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, tendo o Fundo como interveniente.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Administrador, em nome do Fundo e o Custodiante.
Contrato de Depósito	Contrato de Depósito e Outras Avenças, celebrado entre o Custodiante, e o Cedente, tendo o Fundo como interveniente, representado pelo Administrador, por meio do qual o Cedente compromete-se a guardar e conservar os Documentos Comprobatórios.

Contrato de Gestão	Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Carteiras de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Administrador, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor.
Contrato(s) de Financiamento	Contratos de financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões garantidos por alienação fiduciária, celebrados entre o Cedente e os Clientes, com prazos de vencimento anteriores a data de amortização final da última série de cotas emitidas pelo Fundo.
Cota Sênior ou Cotas Seniores	Cotas que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate e apresentam preferência na distribuição dos resultados da carteira do Fundo, em relação às Cotas Subordinadas
Cota Subordinada ou Cotas Subordinadas	Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo
Cotas	Em conjunto, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas do Fundo.
Cotistas	Em conjunto, os Cotistas Seniores e os Cotistas Subordinados do Fundo.
Cotistas Seniores	Os Cotistas detentores de Cotas Seniores
Cotistas Subordinados	Os Cotistas detentores de Cotas Subordinadas
Critérios de Elegibilidade	Critérios a que todo e qualquer Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, conforme estabelecidos no Capítulo 10 do Regulamento.
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Departamento de Crédito do Cedente	É o departamento de crédito do Banco Ficsa S.A e das Parceiras do Cedente que processa os pedidos de concessão de crédito feitos pelos Clientes que buscam a concessão de financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões, analisam os documentos requisitados e decidem sobre a concessão do crédito.
Direitos Creditórios	São os direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que o Cedente detém e/ou virá a deter contra os Clientes, decorrentes de parcelas individualizadas dos Contratos de Financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões garantidos por alienação fiduciária, celebrados entre o Cedente e os Clientes, cujos prazos de vencimento sejam anteriores a data de amortização final da última série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.
Direitos Creditórios Elegíveis	São os Direitos Creditórios que, após a verificação do Custodiante, atendem os Critérios de Elegibilidade.
Direitos Creditórios Inadimplidos	Direitos Creditórios cujos respectivos Clientes não efetuaram o pagamento até 6 (seis) dias corridos após a sua data de vencimento.

Documentos Comprobatórios	São os seguintes documentos relacionados aos Direitos Creditórios: (a) via original da ficha proposta de crédito com os dados e informações do financiamento, do Cliente e do veículo financiado, (b) via original do Contrato de Financiamento firmado pelo Cedente e o Cliente com garantia de alienação fiduciária, em favor do Cedente, do automóvel financiado, (c) via original da nota promissória em favor ao Cedente, como garantia das obrigações pecuniárias decorrentes do Contrato de Financiamento, (d) cópia simples do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Cliente, conforme aplicável, (e) cópia simples do documento de identidade (p.ex.: RG ou similar) do Cliente, se pessoa natural ou contrato social, se pessoa jurídica, (f) cópia simples do comprovante de residência do Cliente, (g) cópia simples comprovante de renda do Cliente, (h) via original do termo de vistoria do veículo financiado, (i) cópia simples do certificado de registro do veículo financiado, (j) via original da procuração outorgada pelo Cliente a terceiro para receber o valor liberado do Contrato de Financiamento, em espécie, do Cedente, e (k) via original da Certidão emitida pelo Sistema Nacional de Gravames com os dados do veículo, do Cliente e do Contrato de Financiamento.
Empresa de auditoria	KPMG Auditores Independentes Ltda.
Eventos de Consulta aos Cotistas	São os eventos que geram a necessidade de consulta aos Cotistas, por meio de Assembléia Geral, para fins de definição sobre a Liquidação Antecipada ou a continuidade do Fundo.
Gestor	BRAM – Bradesco Asset Management S.A.
Índice de Garantia	Percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, que deverá ser representado por Cotas Subordinadas até a amortização integral de todas as Cotas Seniores.
Instituições Autorizadas	Banco Bradesco S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A.
Instrução CVM 356/01	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM 393/03, de 22 de julho de 2003.
Liquidação Antecipada	Liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento.
Lojas Cadastradas	São as revendedoras de veículos cadastradas junto ao Cedente que alienam os respectivos automóveis, motos e caminhões diretamente para o Cliente.
Parceiras do Cedente	São instituições financeiras, assemelhadas ou correspondentes do Cedente que prestam serviços ao Cedente de processamento de pedidos de concessão de crédito feitos por Clientes que buscam a concessão de financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões, analisam os documentos requisitados e decidem sobre a concessão do crédito.
Periódico do Fundo	Gazeta Mercantil.
Referência de Rentabilidade	Percentual da Taxa DI de um dia, divulgada pela CETIP diariamente no Informativo Diário, conforme disposto no Suplemento da Série ‘n’.

Reserva de Pré-Pagamento	Reserva de recursos constituída pelo Administrador para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores.
Resgate Compulsório	Liquidação ordinária do Fundo quando do término de cada série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento.
Suplemento da 1ª Série	Suplemento ao Regulamento do Fundo, referente à 1ª Série de Cotas Seniores, registrado no Segundo Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, do Estado de São Paulo, sob o sob o nº [•], em [•].
Taxa de Administração	Taxa a que o Administrador terá direito pela prestação de seus serviços de administração do Fundo, calculado conforme definido no Artigo 11 do Regulamento.
Taxa DI	Taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Termo de Adesão ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Ficsa Financiamento de Veículos e Recibo do Prospecto	Termo de Adesão ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Financiamento de Veículos e Recibo do Prospecto.

II. - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

Denominação	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Financiamento de Veículos.
CNPJ	07.694.905/0001-58
Tipo de Fundo	Fundo Fechado.
Administrador	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Gestor	BRAM – Bradesco Asset Management S.A.
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's.
Auditoria Externa	KPMG Auditores Independentes Ltda.
Assessores Legais	Pinheiro Neto Advogados.
Coordenador	Banco ABN AMRO Real S.A.
Cedente	Banco Ficsa S.A.
Direitos Creditórios	São os direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que o Cedente detém e/ou virá a deter contra os Clientes, decorrentes de parcelas individualizadas dos Contratos de Financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões garantidos por alienação fiduciária, celebrados entre o Cedente e os Clientes, cujos prazos de vencimento sejam anteriores a data de amortização final da última série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.
Classificação de Risco	brA+f , conforme escala adotada pela Standard & Poor's.
Prazo de duração do Fundo	O Fundo tem prazo de duração de 10 (dez) anos contados a partir da data de protocolo dos documentos referentes ao Fundo na CVM, ressalvados os casos de Liquidação Antecipada do Fundo, e prorrogação de seu prazo de duração, conforme estabelecido no Regulamento.
Tipos de Cotas	Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.
Classes de Cotas	Apenas uma classe de Cotas Seniores e uma classe de Cotas Subordinadas, em cada emissão realizada pelo Fundo.
Número Mínimo de Cotas a serem emitidas e preço de emissão	Poderão ser emitidas até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) de Cotas Seniores, de uma ou mais séries, com valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada. Poderão ser emitidas Cotas Subordinadas, de uma única série e de uma ou mais classes, com valor nominal de R\$ 1.000,00 (um mil reais).
Distribuição das Cotas	O Coordenador promoverá, em regime de garantia firme, a colocação pública das Cotas Seniores junto aos investidores, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do protocolo da documentação na CVM, da documentação referida no parágrafo 1º (primeiro) do artigo 8º (oitavo) e no parágrafo 1º (primeiro) do artigo 20, ambos da Instrução CVM nº 356/01.

Forma de colocação das Cotas	Pública.
Público-Alvo	O Fundo visa atingir Investidores Qualificados (nos termos da regulamentação em vigor) e fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM n.º 409, de 24 de agosto de 2004, que sejam habilitados a adquirir Cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.
Valor Mínimo de Aplicação no Fundo	Valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Aplicação nas Cotas Seniores e nas Cotas Subordinadas	A aplicação das Cotas Seniores do Fundo será feita em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED, ou por outras formas admitidas pela regulamentação pertinente, desde que os recursos estejam imediatamente disponíveis. Em relação às Cotas Subordinadas, além dos meios definidos para aplicação nas Cotas Seniores, admite-se que a aplicação seja efetuada em Direitos Creditórios Elegíveis, de acordo com o Contrato de Cessão. Não serão admitidas aplicações em espécie.
Registro para negociação em mercado secundário	As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e no Mercado de Títulos e Valores Mobiliários Privados de Renda Fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. (SOMA) – SOMAFIX e junto à Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.
Taxa de Administração e demais encargos	As despesas e encargos previstos no Regulamento do Fundo, bem como a Taxa de Administração serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de ingresso ou de saída dos subscritores.
Referência de Rentabilidade	Percentual da Taxa DI de um dia, divulgada pela CETIP diariamente no Informativo Diário, conforme disposto no Suplemento da Série ‘n’.
Resgate Compulsório	Liquidação ordinária do Fundo quando do término do seu prazo de duração.
Publicidade de Informações sobre o Fundo	Os assuntos de interesse dos Cotistas do Fundo serão divulgados no Periódico do Fundo.
Informações Complementares	Quaisquer informações complementares sobre o Fundo e a Emissão, poderão ser obtidas junto ao Administrador, o Coordenador ou na CVM.

III. - SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO

O Fundo

Informações Gerais

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração que se inicia a partir da data de protocolo dos documentos referentes ao Fundo na CVM e encerrar-se-á no prazo de 10 (dez) anos, observadas as disposições do Regulamento. O Regulamento foi registrado no Segundo Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 9 de novembro de 2005, sob o nº 197505. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução CVM nº 356/01 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Os documentos referidos no § 1º do artigo 8º, bem como no artigo 20 § 1º da Instrução CVM nº 356/01, foram protocolados na CVM em 10 de novembro de 2005.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas, observada a Política de Investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Prospecto e no Regulamento, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (a) primordialmente, em caráter definitivo, de Direitos Creditórios que observem os Critérios de Elegibilidade, de titularidade do Cedente, nos termos do Contrato de Cessão; e (b) em caráter complementar, em ativos de natureza financeira.

Para a 1ª Série de Cotas Seniores, o Fundo buscará, mas não garante atingir, a Rentabilidade Alvo de 109% (cento e nove por cento) da Taxa DI de um dia.

Política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo em Direitos Creditórios e ativos de natureza financeira estarão subordinados aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas em vigor, sempre observado o disposto no Regulamento. Após 90 (noventa) dias do início das atividades ou outro prazo que venha a ser fixado pela CVM, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado nos Ativos Financeiros autorizados pelo Regulamento.

O Fundo não poderá realizar operações em mercados de derivativos, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, mesmo que com o objetivo único e exclusivo de proteger posições detidas à vista e até o limite dessas.

A Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate. O Fundo buscará atingir a Rentabilidade Alvo para suas Cotas Seniores, mas este não representa, nem deverá ser considerado como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão do Fundo aos Cotistas em atingir tal rentabilidade.

O Administrador

O Fundo é administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Ltda. O Administrador, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento, nas deliberações da Assembléia Geral e com estrita observância da lei e das normas regulamentares, em especial as da CVM, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à Administração do Fundo e ao exercício de todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e demais ativos de propriedade do Fundo que integrem a Carteira do Fundo, sendo ainda responsável pela representação do Fundo em todos os atos.

O Administrador realizará a administração do Fundo cumprindo seus deveres e obrigações, os quais encontram-se detalhados na Seção IX deste Prospecto e no Regulamento, com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, bem como com a lealdade, informação e salvaguarda da integridade dos direitos dos Cotistas.

Remuneração do Administrador:

Taxa de Administração:	equivalente ao maior valor entre: (a) 0,23% (vinte e três centésimos por cento) ao ano, calculada por dia útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), incidente sobre o valor diário do patrimônio líquido ou (b) R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) ao mês.
Outras taxas:	Não há

Os Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são os direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que o Cedente detém e/ou virá a deter contra os Clientes, decorrentes de parcelas individualizadas dos Contratos de Financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões garantidos por alienação fiduciária, celebrados entre o Cedente e os Clientes, cujos prazos de vencimento sejam anteriores a data de amortização final da última série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Os Direitos Creditórios serão documentados primordialmente pelos Contratos de Financiamento, cujos prazos de vencimento sejam anteriores a data de amortização final da última série de cotas emitidas pelo Fundo, e adicionalmente pelos seguintes documentos:

- (i) via original da ficha proposta de crédito com os dados e informações do financiamento, do Cliente e do veículo financiado;
- (ii) via original do Contrato de Financiamento firmado pelo Cedente e o Cliente com garantia de alienação fiduciária, em favor do Cedente, do automóvel financiado;
- (iii) via original da Nota promissória em favor do Cedente, como garantia das obrigações pecuniárias decorrentes do Contrato de Financiamento;
- (iv) cópia simples do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Cliente, conforme aplicável;
- (v) cópia simples do documento de identidade (p.ex.: RG ou similar) do Cliente, se pessoa natural ou contrato social, se pessoa jurídica;
- (vi) cópia simples do comprovante de residência do Cliente;
- (vii) cópia simples do comprovante de renda do Cliente;
- (viii) via original do termo de vistoria do veículo financiado;
- (ix) cópia simples do certificado de registro do veículo financiado;
- (x) via original da Procuração outorgada pelo Cliente a terceiro para receber o valor liberado do Contrato de Financiamento, em espécie, do Cedente; e
- (xi) via original da Certidão emitida pelo Sistema Nacional de Gravames com os dados do veículo, do Cliente e do Contrato de Financiamento.

As Cotas

O Fundo emitirá uma classe de Cotas Seniores e, primeiramente, uma classe de Cotas Subordinadas. Poderão ser emitidas outras classes de Cotas Subordinadas, quando da emissão de outras séries de Cotas Seniores. Poderão ser emitidas até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) de Cotas Seniores, com valor de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada. Adicionalmente, serão emitidas pelo Fundo, Cotas Subordinadas com valor nominal de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Para a 1ª Série de Cotas Seniores, serão emitidas 1.400 (um mil e quatrocentas) Cotas Seniores, perfazendo o montante total de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais).

Cada classe de cotas terá iguais taxas, despesas e prazos, observados os termos do Regulamento.

Aplicação nas Cotas

A aplicação em Cotas Seniores do Fundo será feita em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED, ou por outras formas admitidas pela regulamentação pertinente, desde que os recursos estejam imediatamente disponíveis.

Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que a aplicação seja efetuada, além dos meios definidos para a aplicação nas Cotas Seniores, em Direitos Creditórios Elegíveis, de acordo com o Contrato de Cessão.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia (a) do Administrador, do Custodiante e do Gestor do Fundo ou de suas respectivas partes relacionadas, (b) de qualquer mecanismo de seguro, ou (c) do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Amortização das Cotas

Todos os recursos oriundos dos Direitos Creditórios serão utilizados pelo Fundo para pagamento, nesta ordem, de:

- (i) todas as despesas e custos do Fundo, indicados no Regulamento;
- (ii) amortização das Cotas Seniores; e
- (iii) amortização das Cotas Subordinadas.

Cotas Seniores

As Cotas Seniores referentes à primeira (1ª) série de Cotas Seniores do Fundo serão amortizadas mensalmente em 23 (vinte e três) parcelas de acordo com as datas indicadas na tabela abaixo (“Data de Amortização”). O Fundo amortizará o valor patrimonial das Cotas Seniores até o limite percentual indicado na tabela abaixo.

Data de Amortização	Valor patrimonial das Cotas Seniores do dia da amortização (*) (%)
14/02/06	3
14/03/06	5
14/04/06	6
14/05/06	8,5
14/06/06	8,5
14/07/06	9
14/08/06	10
14/09/06	10,5
14/10/06	12
14/11/06	12,5
14/12/06	14
14/01/07	14,5
14/02/07	15,5
14/03/07	17,5
14/04/07	19
14/05/07	20,5
14/06/07	24
14/07/07	27,5
14/08/07	27,5
14/09/07	35
14/10/07	65
14/11/07	82
14/12/07	100

(*)Fica esclarecido que para o cálculo do valor a ser pago para pagamento da amortização do valor patrimonial das Cotas Seniores serão considerados os montantes pagos anteriormente aos Cotistas Seniores.

Caso o nível de subordinação seja superior a 26% (vinte e seis por cento) e a Reserva de Amortização esteja sendo respeitada, e havendo disponibilidade em caixa, o Fundo deverá amortizar todo o excesso de caixa, no limite da subordinação de 26% (vinte e seis por cento) e no limite da Reserva de Amortização.

As séries posterior de Cotas Seniores do Fundo poderão ter critério de amortização igual ao estabelecido para as Cotas Seniores da primeira (1ª) série de Cotas do Fundo ou critério diferenciado conforme definido no respectivo suplemento ao Regulamento do Fundo.

Caso o Fundo, por insuficiência de recursos, não tenha amortizado 100% (cem por cento) do patrimônio líquido das Cotas Seniores ao final do cronograma de amortização, o prazo de amortização das Cotas Seniores ficará automaticamente alongado por mais 6 (seis) meses (“Período Adicional de Amortização”).

Durante o Período Adicional de Amortização, a cada 2 (dois) meses, os Cotistas reunir-se-ão em Assembléia Geral para deliberar a respeito da Liquidação Antecipada ou não do Fundo e extensão do vencimento por um período maior do que 6 (seis) meses. A primeira Assembléia Geral deverá ser realizada no último mês do cronograma regular de amortização das Cotas Seniores (ou seja, no caso da 1ª Série Cotas Seniores do Fundo, no 24º (vigésimo quarto) mês indicado na tabela acima).

Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas referentes à classe 1 (um) de Cotas Subordinadas do Fundo serão amortizadas em uma única parcela, após a amortização integral das Cotas Seniores. Entretanto, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas antes da amortização integral das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de ajuste do Índice de Garantia, na hipótese de o percentual do Índice de Garantia estar acima de 26% (vinte e seis por cento).

A amortização das Cotas Subordinadas de uma classe de emissão se dará sempre que o valor das Cotas Subordinadas desta classe representarem mais do que 26% (vinte e seis por cento) do patrimônio líquido (“Índice de Subordinação”), esta amortização deverá ser tal que o Índice de Subordinação atinja o valor de 26% (vinte e seis por cento) e desde que (a) o Administrador entenda que tal amortização não comprometerá amortizações futuras das Cotas Seniores; (b) existam recursos disponíveis suficientes; e (c) seja respeitada a Reserva de Amortização.

As amortizações para fins de ajuste do Índice de Garantia serão feitas pelo Administrador apenas na medida do necessário para o restabelecimento do Índice de Garantia. Para fins de amortização das Cotas Subordinadas, será utilizado o valor da Cota Subordinada do dia do pagamento.

Reserva de Amortização

O Administrador deverá constituir reserva de recursos para pagamento das amortizações das Cotas Seniores (“Reserva de Amortização”). Para tanto, o Administrador deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e manter os ativos do Fundo (exceção feita aos Direitos Creditórios) em (a) caixa, (b) depósitos bancários à vista, (c) numerário em trânsito, ou (d) aplicações de liquidez imediata (“Disponibilidades”) de modo que:

- (i) até o 60º (sexagésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado pelo Administrador para a respectiva parcela de amortização;
- (ii) até o 50º (quingentésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor estimado pelo Administrador para a respectiva parcela de amortização;

- (iii) até o 40º (quadragésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 70% (setenta por cento) do valor estimado pelo Administrador para a respectiva parcela de amortização; e
- (iv) até o 30º (trigésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 100% (cem por cento) do valor estimado pelo Administrador para a respectiva parcela de amortização.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios caso a posição de Disponibilidades esteja com montante superior ao demandado para constituição das 2 (duas) últimas Reservas de Amortização que ainda não foram utilizadas no pagamento da amortização das Cotas Seniores.

Na constituição da Reserva de Amortização, o Administrador deverá privilegiar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a Política de Investimento do Fundo.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Amortização deixe de atender ao disposto no Regulamento, o Administrador, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Amortização. Tal procedimento somente será suspenso quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao valor estimado da respectiva amortização ou resgate de Cotas Seniores.

Os procedimentos descritos no Regulamento não constituem promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva de recursos para tanto.

Reserva de Pré-Pagamento

Sem prejuízo da Reserva de Amortização, o Administrador deverá constituir uma reserva de recursos denominada “Reserva de Pré-Pagamento”. Esta reserva será constituída da seguinte forma:

- (a) em cada Data de Amortização de Cotas Seniores, conforme definido no respectivo Suplemento, o Administrador deverá apurar os seguinte valores:
 - (i) o somatório, desde o início das atividades do Fundo, dos pagamentos de Direitos Creditórios com antecipação superior ou igual a 30 (trinta) dias da data original do vencimento do Direito Creditório (o “Valor de Pré-Pagamentos”);
 - (ii) o somatório, desde o início das atividades do Fundo, do total de Direitos Creditórios vencidos até a Data de Amortização das Cotas Seniores (o “Valor de Direitos Creditórios Vencidos”).
- (b) Caso a relação entre o Valor de Pré-Pagamento e o Valor de Direitos Creditórios Vencidos seja superior a 11% (onze por cento), o Administrador deverá destinar o montante de recursos equivalente a esta diferença à Reserva de Pré-Pagamento. Caso em uma avaliação futura, este “índice” esteja abaixo de 11% (onze por cento), o valor destinado a Reserva de Pré-Pagamento será “zerada”.

Os montantes depositados na conta Reserva de Pré-Pagamento poderão ser investidos pelo Administrador em qualquer modalidade de investimento autorizado ao Fundo.

Os recursos depositados na conta Reserva de Pré-Pagamento poderão ser utilizados na constituição das Reservas de Amortização ou nos pagamentos de amortização de Cotas Seniores, caso o fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios não seja suficiente para fazer tais constituições ou pagamentos.

Resgate das Cotas

As Cotas do Fundo somente poderão ser resgatadas na hipótese de Resgate Compulsório ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada.

O resgate das Cotas será realizado mediante a observância do seguinte procedimento:

- (i) as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate em moeda corrente nacional, sendo que, no caso de insuficiência de recursos do Fundo em moeda corrente, serão entregues Direitos Creditórios aos titulares de Cotas Seniores; e
- (ii) assegurada a prioridade de pagamento de resgate em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios às Cotas Seniores nos termos do item (i) acima, as Cotas Subordinadas serão resgatadas em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente do Fundo.

O Administrador poderá, a seu exclusivo critério, mas sem prejuízo aos Cotistas, na emissão de novas séries de Cotas, alterar os dispositivos acima quanto à amortização e resgate das Cotas do Fundo, conforme será previsto em Suplemento cujo modelo segue anexo ao Regulamento.

Negociação das Cotas

As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e no Mercado de Títulos e Valores Mobiliários Privados de Renda Fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. (SOMA) – SOMAFIX e junto a Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

Crítérios de divulgação de informações aos Cotistas

Quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos que, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Cotistas, incluindo aqueles que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo, deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (a) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico do Fundo ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação equivalente e (b) de carta com aviso de recebimento endereçado a cada condômino.

As publicações referidas serão mantidas à disposição dos Cotistas na sede do Administrador e das instituições que distribuírem Cotas do Fundo.

Terceiros Contratados

Custodiante

Através de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, o Fundo, representado pelo Administrador, contratou o Banco Bradesco S.A. para prestar os serviços de custódia, controladoria e escrituração do Fundo.

Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos

O Custodiante, por meio do Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos, contratou o Cedente para atuar como agente de cobrança do Fundo com relação aos Direitos Creditórios Inadimplidos pelos Clientes em até 6 (seis) dias corridos após as respectivas datas de vencimento, realizando a cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios.

Empresa de Auditoria

Os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e demais contas do Fundo serão prestados pela KPMG, contratada pelo Fundo.

Agência de Classificação de Risco

As Cotas Seniores serão analisadas e classificadas, conforme exige o artigo 3º, inciso III da Instrução CVM nº 356/01, pela Standard & Poor's, que emitirá uma Classificação de Risco para as Cotas Seniores, consoante a escala de risco por ela adotada.

Coordenador

As Cotas Seniores serão distribuídas pelo Coordenador que realizará a distribuição pública da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo em mercado de balcão não organizado, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipada.

O Cedente

O Banco Ficsa S.A., instituição financeira criada em 1964, autorizada a atuar no mercado financeiro doméstico pelo Banco Central do Brasil e detentora das carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento

O Capital Social do Cedente, de acordo com seu último estatuto social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em sessão de 9.3.2005, é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

O resultado bruto de intermediação financeira do Cedente apurada no exercício de 2004 foi R\$ 52.822 mil, e o lucro líquido de R\$ 4.750 mil.

IV. - IDENTIFICAÇÃO, PERFIL E HISTÓRICO DO ADMINISTRADOR, DOS CONSULTORES, AUDITORES E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Administrador

O Administrador do Fundo será a BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 00.066.670/0001-00, que o representará em todos os seus negócios sempre de acordo com os termos do Regulamento e no melhor interesse dos Cotistas.

O Administrador é controlado indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém, indiretamente, 100% (cem por cento) das cotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País. Em 30 de junho de 2005, a BEM administrava cerca de R\$ 5.200.000.000,00 (cinco bilhões e duzentos milhões de reais) de recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$ 2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais) referiam-se à administração de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

No Brasil, o Administrador é uma das principais administradoras de fundos de investimentos, tendo reconhecida atuação na administração de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs).

Para informações mais detalhadas sobre as atribuições e responsabilidades do Administrador, favor referir-se à Seção IX, na página 35 deste Prospecto.

Dados de Contato:

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP.
tel: 3684-4522
fax: 3684-5645
www.bradescocustodia.com.br
Responsável: José Carlos da Silva
e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Gestor

A gestão da Carteira do Fundo será realizada pela BRAM – BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“BRAM”), sociedade anônima com sede na, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 62.375.134/0001-44, que atuará na gestão da Carteira do Fundo, conforme o Contrato de Gestão e sempre de acordo com os termos do Regulamento e no melhor interesse dos Cotistas.

O Gestor é controlado diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém 100% (cem por cento) das ações representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de gestão de fundos de investimento no País. Em 30 de junho de 2005, o Gestor geria cerca de R\$ 98.300.000.000,00 (noventa e oito bilhões e trezentos milhões de reais) de recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$ 2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais) referiam-se à gestão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Para informações mais detalhadas sobre as atribuições e responsabilidades do Gestor, favor referir-se à Seção IX, na página 35 deste Prospecto.

Dados de Contato:

BRAM – Bradesco Asset Management S.A.
Avenida Paulista, n.º 1450, 6º e 7º andares, na Cidade de São Paulo, SP.
tel: 2178-6632
fax: 2178-6800
www.bradescocustodia.com.br
Responsável: Robert John Van Dijk
e-mail: robert@bram.bradesco.com.br

Custodiante

A custódia do Fundo será prestada pelo BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Avenida Yara, s/nº, Cidade de Deus, Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.746.948/0004-12. O Banco Bradesco S.A., por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, *brazilian deposit receipts* e *deposit receipts* há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 167 bilhões em ativos.

O Departamento de Ações e Custódia do Custodiante presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados. O Custodiante também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando assim que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências da ANBID.

Considerado uma das empresas mais modernas do mundo, sempre apontando tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Custodiante prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que no primeiro semestre de 2005, tais investimentos superaram a marca de R\$ 693.000.000,00 (seiscentos e noventa e três milhões de reais). Especificamente para a área de custódia são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Com relação a utilização de tecnologia e sistemas, o Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

Para informações mais detalhadas sobre as atribuições e responsabilidades do Custodiante, favor referir-se à Seção X, na página 40 deste Prospecto.

Dados de Contato:

Banco Bradesco S.A.
Avenida Yara, s/nº, Cidade de Deus,
Osasco, SP
Tel.: (11) 3684-4522
Fax.: (11) 3684-5645
website: www.bradesco.com.br
Responsável: Carlos Alberto de Moraes
e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Estruturador e Coordenador

O Estruturador é o BANCO ABN AMRO REAL S.A., pertencente ao grupo holandês ABN AMRO (o “Grupo ABN AMRO”). O Grupo ABN AMRO é composto por instituições financeiras presentes em mais de 70 países ao redor do mundo, incluindo o maior banco da Holanda (ABN AMRO Bank N.V.), um dos maiores da Europa e o segundo maior banco estrangeiro em atuação nos Estados Unidos. O Estruturador opera no Brasil há mais de 85 anos.

Em 2003, o Estruturador adquiriu o Banco Sudameris, o nono maior banco privado do Brasil, ampliando sua presença na região Sudeste do Brasil e sua participação nos segmentos de clientes de alta renda.

Em 31 de dezembro de 2004, o ativo do Estruturador era de R\$ 61,6 bilhões e o patrimônio líquido de R\$ 7,8 bilhões, sendo o quarto maior banco privado do Brasil em volume de empréstimos e depósitos e o quinto em volume de ativos. Em 30 de junho de 2005, o ativo do Estruturador era de 59,7 bilhões e o seu patrimônio líquido era de R\$ 8,7 bilhões, sendo a sua rede de atendimento composta por de 3.000 (três mil) pontos de venda, que atendiam 4.5 milhões de clientes.

O Estruturador possui grande experiência em estruturação e distribuição de títulos no mercado de capitais brasileiro, onde coordenou a emissão de debêntures de várias companhias, entre elas (i) a 10ª e a 11ª emissão de debêntures da Braskem S.A., no valor total de R\$ 625 milhões e R\$ 1,2 bilhão respectivamente; (ii) a 3ª emissão de Petrobrás, no valor total de R\$ 775 milhões; (iii) a 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, nos valores totais de R\$ 448,3 milhões, R\$ 300 milhões, R\$ 400 milhões, R\$ 600 milhões e R\$ 300 milhões, respectivamente; (iv) a 1ª e a 2ª emissão de Nova Marlim Petróleo S.A., nos valores de R\$ 235,5 milhões e R\$ 1,8 bilhão respectivamente; (v) a 4ª emissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, no valor de R\$ 450 milhões; (vi) a 4ª emissão da Brasil Telecom S.A., no valor de R\$ 500 milhões; e (vii) a 1ª emissão da Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp, no valor de R\$ 1,5 bilhão, entre outras.

O Estruturador tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pelo Administrador são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar este Prospecto, são suficientes, permitindo aos Investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

Agência de Classificação de Risco

A STANDARD & POOR'S será responsável por conferir a Classificação de Risco do Fundo, atualizando-a no mínimo, a cada três meses. A Agência de Classificação de Risco é uma divisão da The McGraw-Hill companies (NYSE:MHP), é a maior provedora mundial de *ratings*, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com mais de 6.000 funcionários localizados em 21 países, a Standard & Poor's é parte essencial da infra-estrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 anos na provisão de *benchmarks* independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Agência de Classificação de Risco tem um longo histórico na criação de *benchmarks* para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir *ratings* a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; *holdings* bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atendem às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill Education. A corporação tem mais de 280 escritórios em 37 países. Suas vendas atingiram US\$5,3 bilhões em 2004.

Dados de Contato:

Standard and Poor's
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1253, 10º andar
04571-000, São Paulo, SP
tel: 55018936
fax: 55050876
website: www.standardandpoors.com
e-mail: brazilratings@standardandpoors.com
Responsável: Regina Nunes, Diretora da Standard & Poor's no Brasil
e-mail: regina_nunes@standardandpoors.com

Assessor Legal

O escritório PINHEIRO NETO ADVOGADOS foi responsável pela estruturação jurídica do Fundo, incluindo a elaboração e/ou revisão das diversas peças legais.

Com mais de 60 anos de atividade, o Pinheiro Neto Advogados é um dos escritórios de advocacia líderes do país, ocupando posição de destaque com relação a operações de securitização nos mercados internacional e local. Nos últimos anos, o escritório Pinheiro Neto esteve envolvido em uma série de operações de securitização no mercado local envolvendo FIDCs.

Dados de Contato:

Pinheiro Neto Advogados
Rua Boa Vista, nº 254, 9º andar
01014-907, São Paulo, SP
Tel.: 3247-8586
Fax: 3247-8600
website: www.pinheironeto.com.br
e-mail: pna@pinheironeto.com.br
Responsável: Sr. José Carlos Junqueira S. Meirelles, Sócio
e-mail: jcmeirelles@pinheironeto.com.br

Empresa de Auditoria

A KPMG é uma sociedade limitada, associada à KPMG Internacional, que é a entidade coordenadora para uma rede global de empresas de serviços profissionais, fornecendo serviços de auditoria, tributação e assessoria, com um foco setorial.

O objetivo das firmas-membro da KPMG é transformar conhecimento em valor em benefício de seus clientes, pessoal e do mercado de capitais. Com quase 94.000 pessoas no mundo inteiro, as firmas-membro fornecem serviços em auditoria, tributação e assessoria em 717 cidades, localizadas em 148 países. Esta invejável rede de firmas interconecta-se através de três regiões operacionais, reunindo recursos locais e nacionais para propiciar uma entrega de serviços mais flexível, responsiva e consistente em âmbito mundial. A KPMG Internacional ocupa a liderança do mercado local de auditoria e *due diligence* de FIDCs.

A KPMG, como Empresa Auditora do Fundo, será responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Fundo e pela revisão de certos procedimentos pré-acordados para cada Operação Individual.

Para informações mais detalhadas sobre as atribuições e responsabilidades da Empresa de Auditoria, favor referir-se à Seção XII, na página 43 deste Prospecto.

Dados de Contato:

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3067-3289/3000
Fax.: (11) 3079-3752
website: <http://www.kpmg.com.br>
Responsável: Alberto Spilorghs Neto, sócio
e-mail: aspilborghs@kpmg.com.br

Declaração do Cedente e do Estruturador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Ficsa e o Estruturador declaram que o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Cotas, do Ficsa, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como permitem uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Cotas, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

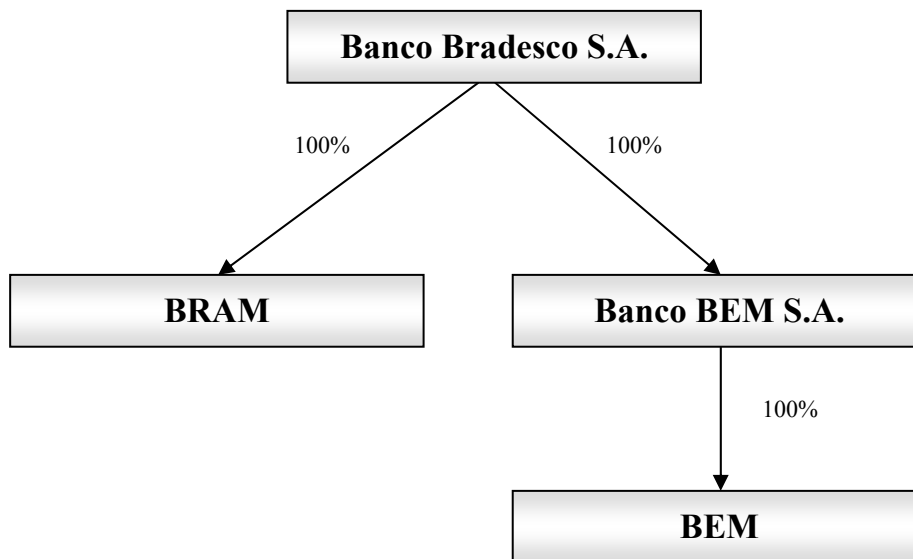
Nos termos da regulamentação aplicável, o Ficsa é responsável pela veracidade das informações contidas neste Prospecto e declara que as mesmas são verdadeiras, consistentes e suficientes, tendo sido verificadas pelo Sr. Genival Francisco Silva, diretor-presidente do Ficsa respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pelo Administrador são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar este Prospecto, são suficientes, permitindo aos Investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta tendo sido as referidas informações verificadas pelo Sr. Alexandre M. S. Coutinho, vice-presidente assistente, e pela Sra. Cristiane Valle, vice-presidente sênior, do Estruturador.

Independentemente do disposto acima, determinadas informações sobre o Sistema Financeiro Nacional e o Setor de Financiamento Automotivo no Brasil incluídas neste Prospecto foram compiladas de fontes públicas disponíveis ao mercado. Nestes casos, o Ficsa e o Estruturador não assumem qualquer responsabilidade pela veracidade ou precisão de tais informações.

Assunções, previsões e eventuais expectativas futuras constantes deste Prospecto estão sujeitas a incertezas de natureza econômica, política e competitiva e não devem ser interpretadas como promessa ou garantia de resultados futuros ou desempenho do Ficsa. Os potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações acerca de eventuais tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como acerca das metodologias e assunções em que se baseiam as discussões dessas tendências e previsões.

Potenciais Conflitos de Interesse e Transações com Partes Relacionadas

O Custodiante é o controlador do Administrador e do Gestor, conforme observado simplificada e no organograma abaixo:

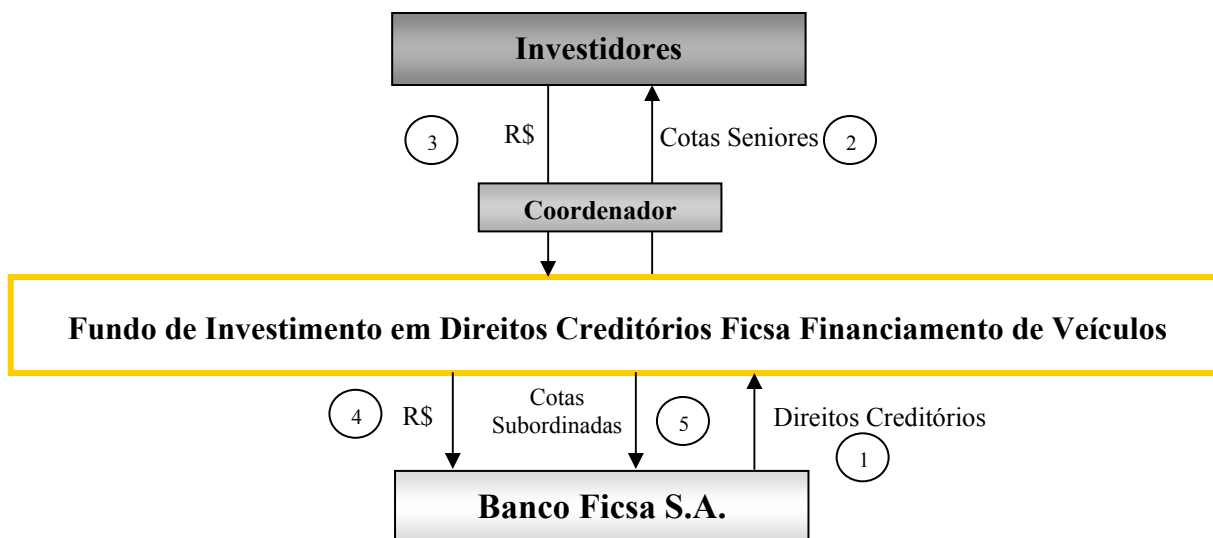


O Cedente, por sua vez, mantém relações comerciais com outras pessoas, inclusive o Coordenador, o Custodiante, suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta e indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

O Administrador e o Gestor, até a data do presente Prospecto, não presta nenhum serviço ou mantém qualquer relacionamento comercial com o Cedente além daqueles descritos neste Prospecto.

V. - ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

Desenho Esquemático da Operação:



Legenda

- (1) Cessão, pelo Ficsa, dos Direitos Creditórios que observem os Critérios de Elegibilidade ao Fundo;
- (2) Colocação, pelo Coordenador, das Cotas Seniores junto a Investidores;
- (3) Integralização (em R\$) das Cotas Seniores subscritas pelos Investidores;
- (4) Pagamento do Preço de Aquisição (conforme definido no Contrato de Cessão e respectivo Termo de Cessão); e
- (5) Subscrição e integralização, pelo Cedente, em Direitos Creditórios, de Cotas Subordinadas do Fundo.

Cessão dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios serão cedidos pelo Cedente ao Fundo, mediante a celebração de Termo de Cessão, nos termos do Contrato de Cessão.

A cessão, pelo Cedente, dos Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, deverá abranger todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios, para fins de cobrança e recebimento dos valores devidos pelos Clientes.

Para maiores detalhes sobre as características dos Direitos Creditórios, favor referir-se a Seção XIV – Os Direitos Creditórios.

Eventos de Consulta aos Cotistas

Os eventos abaixo listados geram a necessidade de consulta aos Cotistas, por meio de Assembléia Geral (“Eventos de Consulta aos Cotistas”) para fins de definição quanto à Liquidação Antecipada:

- (i) sempre que decidido pelos Cotistas em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim, respeitado o quorum de deliberação conforme previsto no Regulamento; ou
- (ii) na hipótese de, durante 3 (três) meses consecutivos, o patrimônio líquido médio do Fundo for inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); ou
- (iii) na ocorrência de eventos que façam com que o valor das Cotas Subordinadas face ao patrimônio líquido do Fundo seja menor que o Índice de Garantia, por 2 (dois) dias úteis consecutivos ou 3 (três) dias úteis intercalados no período de 30 dias corridos; ou
- (iv) na ocorrência de rebaixamento, em até 2 níveis, da classificação de risco atribuída às Cotas Seniores do Fundo; ou
- (v) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, se notificada pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação; ou
- (vi) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação; ou
- (vii) rescisão do Contrato de Custódia, nos termos ali previstos, sem que tenha sido encontrado um substituto para o Custodiante; ou
- (viii) rescisão do Contrato de Cobrança, nos termos ali previstos, sem que tenha sido encontrado um substituto para o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos; ou
- (ix) caso existam evidências de que os Direitos Creditórios tenham sido onerados, gravados ou sujeitos a algum encargo, previamente à data da cessão; ou
- (x) caso o Fundo não efetue o pagamento máximo permitido da amortização das Cotas Seniores por 2 (duas) vezes seguidas, ou 3 (três) vezes no total, durante a vida da primeira série de Cotas Seniores.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Consulta aos Cotistas indicados acima:

- (a) o Custodiante suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios, bem como suspenderá o pagamento de amortizações de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas ainda em aberto; e
- (b) o Administrador deverá convocar uma Assembléia Geral para que seja deliberada a Liquidação Antecipada do Fundo. Se a Assembléia Geral de Cotistas deliberar pela não Liquidação Antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas titulares de Cotas Seniores a possibilidade de solicitar o resgate antecipado de suas Cotas.

Liquidação Antecipada do Fundo

A ocorrência dos seguintes eventos implicará na Liquidação Antecipada do Fundo (quando o Custodiante, mediante instrução do Administrador, suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios, bem como o pagamento de amortizações de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas ainda em aberto), sujeita apenas à realização de Assembléia Geral de Cotistas para deliberação sobre os procedimentos que serão adotados visando preservar os direitos e interesses dos Cotistas (atendido, nesse caso, o quorum de deliberação, conforme previsto acima):

- (i) nas hipóteses previstas no artigo 9º, inciso II, da Instrução CVM nº 356/01;
- (ii) caso o Contrato de Cessão seja resolvido ou rescindido; e
- (iii) caso o Administrador renuncie e não seja substituído por outro administrador no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Serão considerados eventos de rescisão do Contrato de Cessão, sem prejuízo de outros eventos a serem incluídos no Contrato de Cessão:

- (i) a decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial do Cedente; e
- (ii) descumprimento de qualquer obrigação do Cedente prevista no Contrato de Cessão.

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

No caso de liquidação, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos Cotistas, se o Fundo ainda tiver recursos, o valor apurado, conforme se trate de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, até os limites previstos no Regulamento do Fundo.

Na hipótese de pagamento aos titulares de Cotas Seniores com Direitos Creditórios, cada titular de Cota Sênior fará jus ao montante, em Direitos Creditórios, correspondente à sua participação no Fundo. O pagamento aos titulares de Cotas Seniores em Direitos Creditórios será realizado mediante a celebração de um instrumento de cessão de crédito entre o Fundo, representado pelo Administrador, e os titulares de Cotas Seniores, conjuntamente.

A liquidação do Fundo será gerida pelo Administrador, observado o que dispõe o Regulamento do Fundo ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

Assembléia Geral

Para maiores detalhes sobre a Assembléia Geral, favor referir-se à Seção “XIX - Assembléia Geral”, na página 68 deste Prospecto.

Sumário dos principais contratos firmados pelo Fundo

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios

Contrato firmado entre o Custodiante, o Administrador e o Cedente, por meio do qual o Custodiante assume a responsabilidade de prestar ao Fundo os serviços de custódia qualificada e controladoria relativos aos Direitos Creditórios, títulos e valores mobiliários, e aos recursos financeiros pertencentes e que vierem a pertencer à Carteira do Fundo.

Por força do Contrato de Custódia, o Custodiante, devidamente constituído como mandatário do Administrador, poderá praticar todo e qualquer ato necessário ao pontual e integral cumprimento das suas obrigações estabelecidas no Contrato de Custódia, incluindo movimentar recursos depositados nas Contas de Depósito do Fundo, acolher os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, acolher e transferir os ativos financeiros depositados na Conta Corrente do Fundo, passar recibos, dar ou receber quitação, sempre com estrita observância ao disposto no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e no Regulamento do Fundo, sendo vedado o subestabelecimento.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças

Contrato firmado entre o Cedente e o Fundo, representado por seu Administrador, tendo como interveniente o Custodiante. Por meio do Contrato de Cessão, o Cedente se compromete a ceder, de forma irrevogável e irretratável, de acordo com os respectivos Termos de Cessão e mediante o pagamento, pelo Fundo, do Preço de Aquisição aplicável, todos e quaisquer Direitos Creditórios decorrentes das parcelas individualizadas dos Contratos de Financiamento com alienação fiduciária, firmados com os Clientes e com prazo de vencimento anterior a data de amortização final da última série de Cotas emitidas pelo Fundo.

No Contrato de Cessão será estabelecido, dentre outras disposições, que (a) o Cedente é responsável, civil e criminalmente, pela exigibilidade, conteúdo, exatidão, legitimidade, existência, legalidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, não se responsabilizando pelo pagamento dos Direitos Creditórios; e (b) a cessão, pelo Cedente, de Direitos Creditórios que sejam elegíveis ao Fundo, de acordo com os termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, é definitiva e sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação do Cedente.

A cessão de Direitos Creditórios será realizada por meio da celebração de um Termo de Cessão, contendo (a) a descrição detalhada dos Direitos Creditórios cedidos pelo respectivo Cedente; (b) o Preço de Aquisição; e (c) os termos e condições a que se subordina a respectiva cessão.

Compromisso de Subscrição de Cotas Subordinadas e outras Avenças

Contrato firmado entre o Fundo e o Cedente, por meio do qual dentre outros termos e condições, o Cedente se compromete a subscrever e integralizar Cotas Subordinadas da Primeira emissão de Cotas Subordinadas do Fundo, que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do valor total das Cotas da primeira emissão de Cotas Subordinadas, a serem efetivamente subscritas e integralizadas até o encerramento da primeira emissão de Cotas Subordinadas do Fundo, pelo valor da Cota Subordinada na data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto no Regulamento, sendo que a totalidade das Cotas Subordinadas emitidas deverá ser integralizada em data anterior à integralização de qualquer Cota Sênior.

Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças

Contrato firmado entre o Custodiante e o Cedente, por meio do qual o Custodiante contrata o Cedente para prestar os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, integrantes da Carteira do Fundo, cujos pagamentos devidos pelos Clientes ao Fundo não sejam efetuados dentro do prazo de até 6 (seis) dias corridos, contados das respectivas datas de vencimentos.

Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Cotas Seniores da Primeira Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Financiamento de Veículos

Contrato firmado entre o Administrador, o Custodiante, o Cedente e o Coordenador, por meio do qual o Coordenador realizará a distribuição pública da 1ª (primeira) Série das Cotas Seniores do Fundo em mercado de balcão não organizado, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipada.

VI. - FATORES DE RISCO

Antes de decidir por adquirir Cotas, os investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, e avaliar os fatores de risco descritos nesta seção. Em decorrência dos riscos inerentes à própria natureza do Fundo, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Cotistas do valor investido (resgate) ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

RISCOS DE MERCADO

(a) Risco de Crédito dos Títulos da Carteira do Fundo. Os títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a Carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetam as condições financeiras dos emissores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez.

O Fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários. Na hipótese de um problema de falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores de títulos de dívida ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

(b) Risco Decorrente da Precificação dos Ativos. A precificação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado (mark-to-market) poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, podendo resultar em redução no valor das cotas do Fundo.

(c) Risco de Restrições à Negociação. Determinados ativos componentes da Carteira do Fundo, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores e mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderá ser prejudicada.

(d) Fatores Macroeconômicos Relevantes. Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em alongamento do período de amortização e Resgate Compulsório das Cotas, bem como Liquidação Antecipada do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por alguma razão, o alongamento do período de amortização e Resgate Compulsório das Cotas, a Liquidação Antecipada do Fundo ou, ainda, caso os Cotistas sofram dano ou prejuízo resultante de tais eventos.

(e) **Risco de Taxa de Juros.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em modalidades financeiras de renda fixa que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é divulgada diariamente, poderá ocorrer alguma diferença quanto aos valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos outros ativos integrantes da Carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tais diferenças, de qualquer ordem, sofridas pelo Fundo.

RISCOS RELACIONADOS AO FUNDO

(f) **Da Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Cotas Seniores será atualizado diariamente, de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores quando do resgate de suas respectivas Cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante ou do Cedente e de suas respectivas pessoas controladoras, das sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas.

(g) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação.** O Cedente somente se responsabiliza pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes. O Administrador, o Custodiante, suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum não se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Clientes.

(h) **Risco de Crédito dos Direitos Creditórios.** A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Clientes, dos valores devidos em razão dos contratos de financiamento, inexistindo, portanto, garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.

(i) **Não Recuperação dos Direitos Creditórios.** A cessão dos Direitos Creditórios, pelo Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, deverá abranger todos os direitos, ações e garantias assegurados ao Cedente por força dos Direitos Creditórios, para fins de cobrança e recebimento dos valores devidos pelos Clientes nos termos dos contratos de financiamento, dentro dos limites legais a serem observados pelo Fundo considerando sua natureza jurídica. Embora os Direitos Creditórios possam ser cobrados judicial ou extrajudicialmente, conforme previsto no Regulamento, não é possível assegurar que os valores devidos ao Fundo com relação aos Direitos Creditórios serão recuperados e nem tampouco quanto a celeridade de tal cobrança.

(j) **Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Cedente. O Administrador, suas pessoas controladoras, sociedades por esta direta ou indiretamente controladas, a esta coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso o Cedente deixe de arcar com os recursos necessários para tanto.

(k) **Notificação dos Clientes Acerca da Cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.** Em razão de considerações operacionais e comerciais, os Clientes (devedores) não serão notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, no momento da cessão dos Direitos Creditórios, conforme dispõe o artigo 290 do Código Civil. Dessa forma, existe o risco de os Clientes efetuarem o pagamento dos valores devidos diretamente ao credor original (Cedente) e não ao novo credor (Fundo). Caso isso aconteça, o Fundo poderá

reclamar tais valores do Cedente. Com o intuito de mitigar tal risco, o Cedente se comprometeu a (i) manter, durante todo o prazo de duração do Fundo, sistema de controle e gerenciamento dos pagamentos realizados pelos Clientes com relação aos Direitos Creditórios, redirecionando, automaticamente, todo recurso recebido pelo Cedente com relação aos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, diretamente da conta de compensação (conta transitória) do Cedente para a conta corrente do Fundo e (ii) agir como fiel depositário do Fundo quanto a montantes devidos pelos Clientes ao Fundo e que lhe tenham sido pagos, devendo direcionar tais valores à conta corrente do Fundo em até 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento de valores dos Clientes ou, assim que possível, em caso de impossibilidade de identificação do depósito.

(l) Originação Constante de Direitos Creditórios. De acordo com os termos do Contrato de Cessão, o Cedente não se encontra obrigado a ceder novos Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da capacidade do Cedente de continuar a gerar Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão.

RISCOS RELATIVOS AO CEDENTE

(m) Riscos Relativos ao Cedente. O investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, de Direitos Creditórios pelo Cedente. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pelo Cedente e devidamente pagos pelos Clientes, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

(n) Performance e Riscos relacionados ao Cedente. De acordo com a estrutura da operação, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo. Nenhuma garantia pode ser dada de que o Cedente continuará atuando no ramo de atividade que atualmente possibilita o Cedente a originar os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo. Portanto, o patrimônio líquido do Fundo será afetado caso o Cedente venha a interromper suas atividades que resultam na originação dos Direitos Creditórios.

(o) Registro do Termo de Cessão. De acordo com o estabelecido no Contrato de Cessão, caberá ao Cedente realizar o registro do Termo de Cessão, na sua sede, devidamente assinado pelo Fundo e pelo Cedente, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente. Em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência do Cedente, o registro do Termo de Cessão poderá ser afetado e, neste caso, a efetiva e completa transferência de propriedade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pode ser questionada.

RISCOS DE LIQUIDEZ

(p) Liquidez Reduzida dos Direitos Creditórios. As aplicações do Fundo nos Direitos de Crédito apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com alta liquidez para os Direitos Creditórios. Caso o Fundo precise vender os Direitos Creditórios, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio do Fundo, e, conseqüentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos Cotistas.

(q) Liquidez reduzida das Cotas. As Cotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer momento, os Cotistas podem ter dificuldade em vender suas Cotas.

(r) Prazo para Resgate das Cotas. Ressalvada a amortização de Cotas do Fundo, pelo fato de o Fundo ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas Cotas somente poderá ocorrer após o término do prazo da respectiva série, ocasião em que todos os Cotistas deverão resgatar suas cotas, ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada, conforme previsto no Regulamento. Tal característica do Fundo poderá limitar o interesse de outros investidores pela cotas do Fundo, reduzindo sua liquidez no mercado secundário.

(s) Resgate em Direitos Creditórios. Caso a Assembléia Geral de Cotistas delibere a Liquidação Antecipada do Fundo com resgate de Cotas mediante a entrega de Direitos Creditórios, conforme hipóteses estabelecidas no Regulamento, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para (i) vender os Direitos Creditórios recebidos no resgate decorrente do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes com relação aos Direitos Creditórios Inadimplidos.

RISCOS ESPECÍFICOS

(t) Propriedade de Cotas x Propriedade dos Direitos Creditórios. Apesar de o Fundo ter sua carteira constituída, preferencialmente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das cotas não confere aos seus titulares propriedade direta sobre os Direitos Creditórios ou sobre fração ideal específica dos Direitos Creditórios. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas possuídas.

(u) Não Liquidação dos Direitos Creditórios. As principais fontes de recursos do Fundo para que seja efetuada a amortização ou o resgate de suas Cotas, conforme o caso, decorrem da liquidação: (i) dos Direitos Creditórios pelos Clientes e (ii) dos outros ativos integrantes da Carteira do Fundo pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo poderá não dispor de outras verbas para efetuar a amortização ou o resgate, conforme o caso, de suas cotas.

(v) Amortização/Resgate de Cotas Seniores na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios, aos outros ativos integrantes de sua carteira e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventualidade de o Administrador não conseguir alienar os respectivos ativos. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das cotas, conforme o caso, na medida em que (i) os Direitos Creditórios ou os outros ativos integrantes da Carteira do Fundo sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes e (ii) as verbas recebidas sejam depositadas na conta de depósito de titularidade do Fundo, tanto o Administrador quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das cotas, conforme o caso.

(w) Inexistência de Garantia de Eliminação de Riscos. A realização de investimentos no Fundo, sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas no Fundo. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, de terceiros, de mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

(x) Risco relativo ao Cedente como Fiel Depositário dos Documentos Comprobatórios. O Cedente, conforme estabelecido no Contrato de Depósito, será responsável, na qualidade de fiel depositário, pela guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios. A guarda dos referidos Documentos Comprobatórios pelo Cedente pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, bem como de exercer seus direitos, na qualidade de titular de tais Direitos Creditórios.

(y) Resgate em Direitos Creditórios. Nos casos de Liquidação Antecipada do Fundo, ou na hipótese de a Assembléia Geral de Cotistas deliberar o Resgate Compulsório das Cotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios, conforme hipóteses estabelecidas no Anexo C ao Regulamento, os Cotistas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios recebidos, e (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Clientes em relação aos Direitos Creditórios Inadimplidos.

(z) Risco Relativo à Auditoria dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas da titularidade dos Direitos Creditórios. O Fundo, o Administrador, o Custodiante, bem como quaisquer de suas partes relacionadas, não são responsáveis pela existência dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Clientes.

VII. - GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Os riscos financeiros monitorados e controlados pelo Administrador podem ser classificados em 4 tipos: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez; e (iv) risco operacional:

Riscos de mercado

O risco de mercado se deve às mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. Estas, por sua vez, se devem a alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e nos preços das *commodities*. Para controle e mensuração de risco de mercado o Administrador desenvolveu um sistema de gerenciamento de risco de mercado que está em conformidade com as mais importantes *best practices* recomendadas pelo G 30.

O Administrador usa a abordagem do *Value at Risk* para calcular o risco de mercado diário das posições de suas Carteiras. Para o controle da exposição das Carteiras a riscos de mercado, estão definidos diversos tipos de limites em função dos objetivos de retorno e das tolerâncias a risco destas Carteiras. Também são considerados procedimentos de preservação de capital.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras do Administrador é feito através da definição e divulgação dos seguintes limites, quando aplicáveis e apropriados:

- Limites financeiros de exposição por classes/sub-classes de ativos;
- Limites temporais (envolvendo maturidade ou *duration*) de exposição a risco por classes/sub-classes de ativos;
- Limite de *value at risk* para as posições das Carteiras como um todo;
- Limites de *value at risk* incremental para as diversas classes e sub-classes de ativos existentes nas Carteiras (renda fixa pré-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda fixa pós-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda variável);
- Limites de VaR em condições de *Stress*;
- Limites de alavancagem; e
- Limites de preservação de capital para as Carteiras.

O Administrador também avalia o risco de mercado considerando situações de volatilidades anormalmente altas, chamadas situações de stress. Essas análises de *stress* são necessárias, pois os sistemas de mensuração de risco de mercado baseiam-se em condições normais de mercado, que podem não refletir potenciais perdas sob condições extremas de mercado. Estas análises consideram tanto eventos históricos como estimativas futuras de movimentos adversos do mercado.

Riscos de crédito

Ao se medir o risco de crédito, ou risco de contraparte, deve-se avaliar a perda potencial em caso de *default*, i.e., a perda potencial em caso de a contraparte não poder cumprir com suas obrigações. O sistema de aprovação, gestão e controle de risco de crédito do Administrador está em conformidade com as mais importantes *best practices* recomendadas pelo G 30, e com os princípios para a gestão de risco de crédito estabelecidos pelo *Basel Committee of the Bank for International Settlements* (BIS).

O Administrador possui um sistema interno de *rating* para a gestão do risco de crédito. Este sistema apresenta consistência com outros sistemas de *rating* de agências classificadoras de risco de crédito.

Riscos de liquidez

A estratégia de gerenciamento de liquidez para o Administrador estabelece a abordagem geral adotada no gerenciamento de liquidez, incluindo metas quantitativas e qualitativas. Esta estratégia aborda, ainda, a habilidade das carteiras do Administrador em suportarem eventos de stress no mercado.

A estratégia de gerenciamento de liquidez (ou, simplesmente, estratégia de liquidez) dispõe sobre aspectos como:

- Composição de ativos e passivos;
- Liquidez de ativos;
- Procedimentos de atuação para situações de crise de liquidez (tanto de curto como de longo prazo);
- Limites de descasamento de fluxo de caixa (necessidade de recursos em relação ao total do passivo) em função do tempo; e
- Limites para a relação entre ativos líquidos e passivo de curto prazo.

Adicionalmente, os gestores de recursos do Administrador avaliam constantemente a forma pela qual os riscos de crédito e de mercado impactam a estratégia de gerenciamento de liquidez.

A responsabilidade por estabelecer e analisar criticamente a estratégia de liquidez está designada às posições mais altas na hierarquia do Administrador, enquanto a responsabilidade por executar as determinações da estratégia de liquidez cabe aos gestores dos recursos do Administrador e a responsabilidade por verificar a execução das determinações da estratégia de liquidez é do gerente de risco e *compliance*.

A estratégia de liquidez do Administrador é avaliada criticamente a intervalos regulares que coincidem com as revisões para a macro alocação dos ativos, ou, se houver necessidade, em intervalos menores.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de liquidez das Carteiras do Administrador fundamenta-se nas seguintes definições:

- Instrumentos de liquidez imediata - São os instrumentos *cash* ou equivalentes;
- Instrumentos de alta liquidez - São os instrumentos que podem ser convertidos em cash num prazo máximo de 05 dias úteis ao valor justo de mercado; e
- Instrumentos ilíquidos - São os instrumentos que não se encaixam nas duas categorias anteriores.

O gerenciamento e o controle do risco de liquidez são executados através da definição e divulgação dos seguintes limites:

- Limite mínimo de instrumentos de liquidez imediata (expresso como uma porcentagem do patrimônio da Carteira do Fundo);
- Limite mínimo de instrumentos com alta liquidez (expresso como uma porcentagem do patrimônio da Carteira do Fundo).

Evidentemente, o limite máximo de instrumentos ilíquidos é uma consequência dos limites anteriores.

Riscos operacionais

O risco operacional pode ser caracterizado como o risco causado por falhas nos seus procedimentos operacionais, nos seus sistemas internos e nos seus sistemas de controle.

O gerenciamento do risco operacional ao qual estão expostas as atividades do Administrador é feito pela área de *compliance* por meio de um sistema de controles internos que compreende as seguintes etapas: (i) identificação de riscos; (ii) estimação dos riscos; (iii) análise dos riscos; e (iv) mitigação dos riscos.

VIII. - O FUNDO

Forma de constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado.

Base Legal

O Fundo é disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, pela Instrução CVM 356/01, conforme alterada pela Instrução CVM 393/03, ambas da CVM, pelo seu respectivo Regulamento, anexo a este Prospecto sob a forma de Anexo A, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Público-Alvo

O Fundo visa atingir Investidores Qualificados (nos termos da regulamentação em vigor) e fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM nº 409, de 24 de agosto de 2004, que sejam habilitados a adquirir Cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios, quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que busquem retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas do Fundo.

Prazo

O Fundo tem prazo de duração de 10 (dez) anos, contados a partir do registro deste Prospecto na CVM. O Fundo poderá ser liquidado, no entanto, nas hipóteses descritas na Seção XX do presente Prospecto.

Objetivo do Fundo

O Fundo é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios, de acordo com os termos do Regulamento do Fundo e do Contrato de Cessão.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de carteira prevista no Regulamento, uma Rentabilidade Alvo das Cotas equivalente a um percentual da Taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e de Liquidação, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis e divulgada aos Cotistas no Suplemento da respectiva série de Cotas Seniores. A fórmula de cálculo da Taxa DI consta no Regulamento do Fundo.

Para atingir a Rentabilidade Alvo, o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios e, subsidiariamente, em outros ativos financeiros.

A Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de resgate de Cotas e não representa nem deverá ser considerada como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Cotistas titulares das Cotas Seniores não farão jus, quando do resgate de suas aplicações, a uma rentabilidade superior à Rentabilidade Alvo, a qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

Características das Cotas

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio. O Fundo será constituído por Cotas Seniores e Cotas Subordinadas. Todas as classes de cotas terão iguais taxas, despesas e prazos, observados os termos do Regulamento.

Para maiores informações sobre as Cotas, favor rever a Seção “As Cotas”.

Taxas, Encargos e Despesas do Fundo

O Administrador terá direito a receber, pela prestação de seus serviços de administração, a título de taxa de administração, equivalente ao maior valor entre: (a) 0,23% (vinte e três centésimos por cento) ao ano, calculada por dia útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), incidente sobre o valor diário do patrimônio líquido ou (b) R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) ao mês. O seu pagamento ocorrerá mensalmente até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente aos serviços prestados.

A Taxa de Administração inclui todos os custos que o Fundo tenha decorrente dos serviços prestados pelo Gestor, nos termos do Contrato de Gestão e dos serviços prestados pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, ficando a cargo do Administrador efetuar o pagamento ao Gestor e ao Custodiante pelos serviços prestados ao Fundo.

Ao Administrador ficará reservado o direito de, a seu exclusivo critério, deixar de cobrar, temporariamente, no todo ou em parte, a Taxa de Administração. No caso do exercício desse direito, a cobrança posterior da Taxa de Administração não será entendida como restabelecimento de taxa reduzida prevista no artigo 26, IV da Instrução CVM nº 356/01.

Não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, além da Taxa de Administração.

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista acima:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- (iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de condôminos;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo, que incluirão todos os custos relativos a todos os serviços descritos no Regulamento, bem como os serviços de escrituração e emissão de cotas, controladoria, cobrança e guarda de documentos;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação; e
- (x) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco.

Quaisquer despesas não previstas no acima como encargos do Fundo devem correr por conta do Administrador.

Tributação do Fundo

Para maiores detalhes sobre a tributação do Fundo, favor referir-se à seção “XXIII - Tributação”, na página 74 deste Prospecto.

IX. - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DO FUNDO

Administrador

O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4.º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados.

Direitos do Administrador

Observados os termos e condições do Regulamento e da legislação aplicável, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- (i) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, relacionados aos Direitos Creditórios e aos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, considerados necessários à cobrança dos referidos ativos ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e/ou de preservação de direitos;
- (ii) com referência exclusiva aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao seu recebimento e não sendo interessante aos Cotistas a manutenção da cobrança dos respectivos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos;
- (iii) constituir procuradores “*ad negotia*”, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes do Fundo, “*ad judicia*” e “*et extra*”. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula “*ad judicia*”, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, todas as demais procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, não poderão ter validade superior a 12 (doze) meses; e
- (iv) praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa.

Obrigações do Administrador

Para a plena realização dos objetivos do Fundo, o Administrador assume a obrigação de aplicar na sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos Cotistas, atento à conjuntura geral e respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, bem como as obrigações que lhe são impostas por força de lei e do Regulamento.

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) registrar antes do registro do Fundo na CVM, a ata deliberando a constituição do Fundo e o presente Regulamento e seus anexos no Segundo Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco;
- (ii) manter atualizados e em perfeita ordem:

- (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) o registro dos condôminos;
 - (c) o livro de atas de Assembleias Gerais do Fundo;
 - (d) o livro de presença de condôminos;
 - (e) o prospecto do Fundo, de que trata o artigo 23 da Instrução CVM 356/01;
 - (f) os demonstrativos trimestrais de que tratam o artigo 8º, parágrafo 3º da Instrução CVM 356/01 e o item (ix) abaixo;
 - (g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (h) os relatórios do Auditor; e
 - (i) o Regulamento, alterando-o em razão de deliberações da Assembleia Geral de Cotistas, bem como, independentemente destas, para fins exclusivos de adequação à legislação em vigor e/ou cumprimento de determinações da CVM, devendo, neste último caso, providenciar a divulgação das alterações aos Cotistas na forma da Seção XXIV deste Prospecto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de sua ocorrência;
- (iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;
 - (iv) entregar aos Cotistas, gratuitamente e mediante recibo, exemplar do Regulamento e do Prospecto;
 - (v) providenciar que os Cotistas assinem o Termo de Adesão ao Regulamento, conforme o modelo constante do Anexo A do Regulamento, na mesma data da aquisição de cotas do Fundo;
 - (vi) divulgar, no Periódico do Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que distribuam cotas do Fundo: (a) diariamente, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e (b) anualmente, os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
 - (vii) prestar à CVM, por si ou por terceiros, na forma e nas condições que esta vier a especificar, mensalmente e até o terceiro dia útil após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo, conforme prevê o artigo 45 da Instrução CVM 356/01:
 - (a) saldo das aplicações;
 - (b) valor do patrimônio líquido;
 - (c) valor de cada Cota Sênior e Subordinada, nos termos do Regulamento e a quantidade de Cotas de cada classe em circulação;
 - (d) valores totais das captações, dos resgates e das amortizações no mês, diferenciando-os em relação à cada classe de Cotas; e
 - (e) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o desempenho efetivamente realizado.
 - (f) posições eventualmente mantidas em mercados de derivativos;

- (viii) colocar à disposição dos condôminos, em sua sede, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar do encerramento do mês a que se refere, informações sobre:
 - (a) o número de Cotas de propriedade de cada condômino e o respectivo valor;
 - (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês;
 - (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o desempenho efetivamente realizado; e
 - (d) o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor de suas Cotas, bem como a relação entre o patrimônio líquido e as Cotas Seniores;
- (ix) elaborar, por meio de seu diretor designado nos termos do inciso V do artigo 8º da Instrução CVM 356/01, demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a Política de Investimento prevista na Capítulo 8 do Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado;
- (x) divulgar, no Periódico do Fundo, as informações relativas ao Fundo exigidas pela legislação em vigor, nos prazos e condições previstos, inclusive atos e/ou fatos relevantes concernentes ao Fundo, que possam influir na decisão de investimento tomada pelos Cotistas, mantendo disponíveis tais informações sobre fatos e atos relevantes em sua sede, bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas do Fundo;
- (xi) custear as despesas de propaganda do Fundo, bem como aquelas exigidas pela legislação em vigor;
- (xii) fornecer aos condôminos, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (xiii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstas na Instrução CVM nº 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- (xiv) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo;
- (xv) colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer Cotista interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos de:
 - (a) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - (b) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.
- (xvii) cumprir e observar, a todo o tempo, as demais disposições legais e regulatórias aplicáveis.

Com relação aos itens descritos acima, o Administrador e o diretor designado, nos termos do artigo 8º, parágrafo primeiro, inciso V da Instrução CVM nº 356/01, permanecerão responsáveis pela regularidade na prestação das informações divulgadas sobre o Fundo.

Relatórios Trimestrais do Representante do Administrador

O Representante do Administrador, nos termos da legislação aplicável, deverá elaborar demonstrativo trimestral do Fundo evidenciando que (a) as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a Política de Investimento do Fundo, inclusive quanto aos limites de composição e de diversificação da carteira do Fundo previstos no Regulamento e na regulamentação vigente, e (b) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado.

O demonstrativo trimestral referido acima deverá ser enviado à CVM em até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento do trimestre, bem como disponibilizado aos Cotistas e submetido à auditoria independente anual.

Vedações aplicáveis ao Administrador

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, é vedado ao Administrador:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas Subordinadas do Fundo.

As vedações de que tratam os itens (i) e (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas naturais e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Administrador, de sociedades coligadas ou outras sociedades sob controle comum com relação ao Administrador. As vedações acima referidas também incluem os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir Cotas do próprio Fundo, exceto a hipótese de Cotas Subordinadas;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- (vi) vender Cotas do Fundo a prestação;
- (vii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (viii) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no desempenho de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

- (ix) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (x) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Taxa de Administração

O Administrador cobrará, pela prestação de seus serviços de administração, taxa de administração correspondente equivalente ao maior valor entre: (a) 0,23% (vinte e três centésimos por cento) ao ano, calculada por dia útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), incidente sobre o valor diário do patrimônio líquido ou (b) R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) ao mês. O seu pagamento ocorrerá mensalmente até o 5º (quinto) dia útil de cada mês calendário subsequente aos serviços prestados.

A Taxa de Administração não inclui as demais despesas e encargos previstas no Regulamento, a serem debitadas do Fundo pelo Administrador.

Substituição do Administrador

O Administrador, mediante aviso divulgado no Periódico do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos do artigo 28 da Instrução CVM 356/01 e observado os termos do Regulamento, no que for aplicável.

O Administrador poderá ser substituído, independentemente de sua vontade, por decisão dos Cotistas reunidos em Assembléia Geral.

Nas hipóteses de substituição da Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Gestor

Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador, o Administrador contratou a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, para realizar os serviços de gestão do desempenho da Carteira do Fundo ("Gestor").

O Gestor exercerá suas funções a partir da data de autorização de funcionamento do Fundo expedida pela CVM, conforme previsto no Contrato de Gestão.

Deveres e Obrigações do Gestor

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis e dos termos e condições do Contrato de Gestão, são deveres do Gestor:

- (i) preparar e encaminhar ao Administrador, relatórios de desempenho a respeito de cada Carteira do Fundo, na forma do Contrato de Gestão;
- (ii) manter e guardar o devido sigilo acerca de todas as informações e dados cadastrais dos Clientes devedores dos Direitos Creditórios que lhes forem, de qualquer forma, disponibilizadas; e
- (iii) emendar seus melhores esforços na consecução de seus deveres e obrigações, nos termos do Regulamento.

X. - CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Custodiante

Através do Contrato de Custódia e Controladoria, o Fundo, representado pelo Administrador, contratou o Banco Bradesco S.A. para prestar os serviços de custódia e controladoria ao Fundo.

Atribuições do Custodiante

Sem prejuízos das demais disposições legais aplicáveis e aos deveres e obrigações definidos no Contrato de Custódia e Controladoria, o Custodiante será responsável por:

- (i) providenciar abertura e movimentação, junto a uma agência do Custodiante, de Conta de Depósito;
- (ii) efetuar o recebimento de recursos quando da emissão ou integralização de Cotas e depositá-los diretamente na Conta de Depósito;
- (iii) manter atualizados e em perfeita ordem (a) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo, (b) os Documentos Comprobatórios, e (c) os balanços e demonstrativos exigidos pela lei;
- (iv) informar ao Administrador, diariamente, o valor dos Ativos Financeiros componentes da carteira de investimentos do Fundo, discriminando o valor atualizado e composição da carteira do Fundo, contendo quantidade, espécie e cotação dos Ativos Financeiros que a integram, com os respectivos valores a pagar e receber e o valor de cada aplicação;
- (v) divulgar diariamente ao mercado, à CVM e à Associação Nacional dos Banco de Investimento – ANBID, o valor da Cota e do patrimônio líquido do Fundo e, mensalmente, a rentabilidade auferida no período;
- (vi) remeter ao Administrador e à CVM, conforme o caso, dentro dos prazos regulamentares vigentes, sem prejuízo de outros que sejam ou venham a ser exigidos, as seguintes informações: (a) o valor líquido das Cotas Seniores e Subordinadas; (b) o patrimônio líquido; (c) a relação das emissões, amortizações e resgates de Cotas do Fundo efetuadas no mês; e (d) demonstrações financeiras do Fundo com os demonstrativos da composição e diversificação da carteira, de acordo com as informações enviadas pelo Administrador;
- (vii) efetuar a liquidação física e financeira de todas as operações do Fundo;
- (viii) manter custodiados junto à CETIP e SELIC, conforme o caso, os ativos e valores mobiliários integrantes do patrimônio do Fundo, observado que: (a) somente poderão ser acatadas pela instituição Custodiante as ordens enviadas pelo Administrador, por seu(s) representante(s) legal(is), ou por mandatário(s) devidamente credenciado(s), e (b) o Custodiante está proibido de executar ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações de administração da carteira do Fundo;
- (ix) assinar declarações, certificados ou outros documentos relativos à propriedade, imposto de renda, ganhos de capital ou qualquer outro tributo referente aos ativos e recursos relacionados ao Fundo;
- (x) cobrar e receber pagamentos, resgates de títulos ou qualquer renda relativa aos ativos, depositando os valores recebidos na respectiva Conta de Depósito;
- (xi) debitar da respectiva Conta de Depósito, ou de qualquer outra conta mantida pelo Administrador, os valores correspondentes às despesas realizadas para escriturar, controlar e custodiar os ativos sob responsabilidade do Custodiante, de acordo com o Contrato de Custódia e Controladoria ou com as instruções recebidas;

- (xii) efetuar, por conta do Administrador ou do Fundo, o pagamento de tributos, taxas de administração e supervisão, honorários de agentes e outros profissionais especialmente contratados, despesas de distribuição e operacionais necessárias ao cumprimento do Contrato de Custódia;
- (xiii) informar ao Administrador o teor de toda notificação ou informação referente aos Ativos que tenha sido endereçada ao Custodiante;
- (xiv) manter em arquivo a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação do Fundo pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte do Administrador, que ocorrerá no máximo a cada ano;
- (xv) dar cumprimento às instruções específicas remetidas pelo Administrador ao Custodiante, conforme previsto no Contrato de Custódia;
- (xvi) dar cumprimento à lista de Normas e Responsabilidades Operacionais que faz parte do Contrato de Custódia e Controladoria;
- (xvii) verificar e validar os Direitos Creditórios que compõem ou que venham a compor a carteira do Fundo, em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- (xviii) realizar, por conta e ordem do Administrador, o pagamento à Cedente, do Preço de Aquisição (conforme definido no Contrato de Cessão) dos Direitos Creditórios;
- (xix) divulgar ao Administrador o Índice de Equilíbrio do Fundo;
- (xx) efetuar a retenção e recolhimento do Imposto de Renda-IR e/ou Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, conforme legislação vigente; e
- (xxi) manter arquivo e documentação fiscal para elaboração e envio de DIRF.

Remuneração do Custodiante

Pelos serviços de Custódia e Controladoria, o Administrador, em nome do Fundo, pagará ao Custodiante remuneração calculada diariamente à razão de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos) que será deduzida da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

Substituição do Custodiante

O Custodiante poderá ser substituído a qualquer tempo por decisão dos Cotistas Sênior reunidos em Assembléia Geral, sem que qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza seja devida pelo Fundo.

O Custodiante poderá, ainda, a qualquer tempo, e mediante aviso prévio ao Administrador na forma prevista no Contrato de Custódia Qualificada e Controladoria, resilir o Contrato de Custódia, sem que seja devido ao Fundo, ao Administrador ou aos Cotistas, quaisquer valores a título de multa ou indenização. Nessa hipótese, que configurará um Evento de Consulta aos Cotistas, conforme previsto no Regulamento, o Administrador deverá convocar, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a substituição do Custodiante ou sobre a liquidação do Fundo.

XI. - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Agência de Classificação de Risco

As Cotas Seniores serão analisadas e classificadas, conforme exige o artigo 3º, inciso III da Instrução CVM nº 356/01, pela Agência de Classificação de Risco.

A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de Classificações de Risco das Cotas Sênior. Os respectivos relatórios de classificação de risco deverão ser atualizados, no mínimo, trimestralmente, e ficarão à disposição dos Cotistas na sede do Administrador.

Remuneração da Agência de Classificação de Risco

Pelos serviços prestados, a Agência de Classificação de Risco fará jus ao pagamento de honorários de acompanhamento e avaliação no valor em moeda corrente nacional a ser definido em contrato, o qual será pago anualmente, constituindo-se tais despesas como encargos do Fundo.

XII. - EMPRESA DE AUDITORIA

Os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e demais contas do Fundo serão prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

Pelos serviços prestados, a Empresa de Auditoria fará jus a remuneração a ser definida em contrato específico, a qual será paga pelo Fundo.

XIII. - POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Política de Investimento e Diversificação da Carteira do Fundo

O Fundo destina-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios oriundos de financiamento de automóveis, motos e caminhões.

O Fundo também poderá aplicar seus recursos, de acordo com os critérios de composição e diversificação da carteira admitidos no Regulamento em:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- (iii) em fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, ou aqueles classificados como de baixo risco de crédito pela Agência de Classificação de Risco e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; e
- (iv) operações compromissadas que tenham como contraparte as Instituições Autorizadas, desde que estas tenham classificação de risco, indicada pela Agência de Classificação de Risco, igual ou superior a classificação de risco do Fundo.

É vedado ao Fundo realizar investimentos em certificados de depósito bancário, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros de emissão de estados, municípios ou pessoas físicas e cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

NA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO, O TOTAL DE EMISSÃO E/OU COBRIGACÃO DE UMA MESMA PESSOA JURÍDICA OU INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DE SEU CONTROLADOR, DE SOCIEDADES POR ELE DIRETA OU INDIRETAMENTE CONTROLADAS, E DE COLIGADAS OU OUTRAS SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM, BEM COMO DE UM MESMO FUNDO DE INVESTIMENTO OU PESSOA JURÍDICA, PODERÁ REPRESENTAR A TOTALIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO, EM CONFORMIDADE COM O PARÁGRAFO 10º DO ARTIGO 40 DA INSTRUÇÃO CVM 356/01.

O Fundo deverá manter, por 90 (noventa) dias contados do início de suas atividades ou outro prazo que venha a ser fixado pela CVM, conforme caput do artigo 40 da Instrução CVM 356/01, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios. O remanescente de seu patrimônio poderá ser aplicado em ativos de natureza financeira, na forma do Regulamento.

O Administrador buscará, sempre que possível, realizar aplicações e operações cuja rentabilidade seja atrelada à taxa média do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), observando o disposto no Regulamento.

Operações Compromissadas e/ou com Derivativos

É vedado ao Fundo, realizar operações em mercados de derivativos, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, mesmo que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Administrador como contraparte do Fundo

O Fundo pode realizar operações nas quais o Administrador atue na condição de contraparte do Fundo, observado o disposto no artigo 35, inciso III, da Instrução CVM 356/01.

Custódia dos ativos do Fundo

Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em Conta de Depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

XIV. - OS DIREITOS CREDITÓRIOS

Características dos Direitos Creditórios

Os direitos creditórios a serem cedidos ao Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade (conforme definido abaixo) decorrem dos Contratos de Financiamento, celebrados entre o Cedente e os Clientes, com prazos de vencimento da amortização final antes da data da última emissão de Cotas Seniores feita pelo Fundo.

Para maiores detalhes sobre o perfil, concentração e características dos clientes, bem como sobre os padrões de inadimplência da carteira do Cedente, favor referir-se ao Anexo D – Relatório da Empresa de Auditoria e Demonstrações Financeiras do Cedente deste Prospecto.

Cessão dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios serão cedidos pelo Cedente ao Fundo, mediante a celebração de Termo de Cessão, nos termos do Contrato de Cessão.

A cessão, pelo Cedente, dos Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, deverá abranger todos os direitos, ações e garantias assegurados à Cedente por força dos Direitos Creditórios, para fins de cobrança e recebimento dos valores devidos pelos Clientes.

Coobrigação do Cedente pelos Direitos Creditórios

O Cedente **não** se responsabilizará pelo pagamento dos Direitos Creditórios por parte dos Clientes ou pela solvência dos Clientes. Assim, a realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Clientes, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que o referido pagamento será efetuado ou, caso seja, de que será realizado nos prazos avençados.

Critérios de Elegibilidade

Todo e qualquer Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade (“Critérios de Elegibilidade”):

Incumbirá ao Custodiante a verificação quanto ao cumprimento dos Critérios de Elegibilidade, assim como a validação dos mesmos em cada uma das datas de aquisição e pagamento.

- (i) a data de vencimento do Direito Creditório, no momento de sua aquisição pelo Fundo, não poderá ser posterior a data de amortização final da última série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo;
- (ii) o Cliente, na data da cessão, não poderá apresentar qualquer parcela inadimplida em relação ao Fundo;
- (iii) o Cliente não poderá ter registro no cadastro da Centralização dos Bancos S.A. - SERASA de títulos protestados por falta de pagamento;
- (iv) o valor agregado de Direitos Creditórios de um mesmo Cliente não poderá exceder o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e
- (v) os Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo estejam cadastrados nos sistemas de cobrança das Instituições Autorizadas, no dia anterior à verificação dos respectivos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante.

Sem prejuízo do exposto acima, o Administrador, o Custodiante e o Cedente deverão observar os procedimentos de oferta, seleção, e aquisição dos Direitos Creditórios definidos no Regulamento.

Cobrança dos Direitos Creditórios

Para maiores detalhes sobre a estrutura de cobrança dos Direitos Creditórios do Fundo, favor referir-se à Seção XV - Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios e dos Direitos Creditórios Inadimplidos, na página 46 deste Prospecto.

XV. - PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS

Procedimento de Cobrança dos Direitos Creditórios

De acordo com o previsto no Contrato de Cobrança celebrado com cada Instituição Autorizada, cada Instituição Autorizada é responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios. Esta cobrança será efetuada mediante a compensação e triagem de valores pagos pelos Clientes na rede bancária das Instituições Autorizadas e em qualquer agência bancária de outra instituição financeira, por meio do sistema de compensação bancária de boletos de cobrança.

Os sistemas de cobrança das Instituições Autorizadas permitem a segregação automática dos pagamentos efetuados pelos Clientes de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Esta seção implica no direcionamento automático dos pagamentos efetuadas para a conta de depósito (conta corrente) detida pelo Fundo junto às Instituições Autorizadas.

Procedimento de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos

De acordo com o previsto no Contrato de Cessão e no Contrato de Cobrança, o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos adotará, em nome do Fundo, os procedimentos de cobrança necessários ("Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos") em relação aos Direitos Creditórios Inadimplidos.

Os Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos corresponderão àqueles adotados usualmente pelo Cedente na cobrança de seus direitos creditórios decorrentes de Contratos de Financiamento, de forma indicativa, as seguintes fases::

- (a) Fase Preventiva:** envio de carta de cobrança ao Cliente bem como contato (telefônico) com o Cliente relativo ao Direito Creditório Inadimplido (a) para identificar o motivo da inadimplência e incentivar o Cliente a efetuar os pagamentos em dia, no caso de a parcela inadimplida ser a primeira, e/ou (b) negociar com o Cliente, fazendo com que o pagamento seja realizado dentro do período contratado, no caso das demais parcelas. Nesta fase é comunicado ao Cliente de que o não pagamento acarretará a inclusão do Cliente, pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos órgãos de proteção ao crédito;
- (b) Fase Pré-Legal:** Comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplemento do Cliente e cobrança via protesto em Cartório e negativação no SERASA, seguido de cobrança, por carta, feita pela Sociedade de Proteção ao Crédito (SPC) visando receber o pagamento e/ou celebrar um acordo para o pagamento do Cliente quanto ao Direito Creditório Inadimplido. Não havendo sucesso, há a decisão acerca do ajuizamento ou não da ação de busca e apreensão e/ou protesto e execução da Nota Promissória emitida pelo Cliente;
- (c) Fase Legal:** (a) controle dos processos ajuizados para satisfação dos Direitos Creditórios Inadimplidos, (b) acompanhamento dos processos junto aos escritórios de advocacia contratados para conduzirem os respectivos processos judiciais; e (c) gerenciamento da guarda e venda dos bens dados em garantia, nos termos dos respectivos contratos de financiamento; e
- (d) Fase de Negociação:** no decorrer de todas as fases mencionadas acima, o atendimento do Cliente em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos que se enquadrem nas suas necessidades, observados os interesses do Fundo.

As fases e procedimentos indicados acima serão adotadas pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos com base em prazos que podem variar de acordo com o procedimento de cobrança adotado pelo Agente Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, sem que o prazo final ultrapasse 110 (cento e dez) dias.

O Cedente é exclusivamente responsável por todas as despesas para a adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais, ou que o Fundo, através do Administrador, venha a incorrer para a adoção de medidas judiciais, destinadas à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos ou outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos

Os critérios de provisionamento a serem seguidos pelo Administrador, em nome do Fundo, por dia de atraso de pagamento de Direitos Creditórios Inadimplidos serão aqueles previstos na Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.682, de 23.12.1999, conforme alterada.

A qualquer momento após o inadimplemento do pagamento dos Direitos Creditórios, o Fundo, a seu exclusivo critério e agindo no melhor interesse dos Cotistas, poderá adotar as medidas que entender cabíveis contra o respectivo Cliente, quer sejam extrajudiciais ou judiciais, independentemente de outras medidas que poderão ser adotadas pelo Fundo face aos Clientes, podendo inclusive proceder à venda dos Direitos Creditórios Inadimplidos a terceiros.

Na hipótese de venda dos Direitos Creditórios Inadimplidos a terceiros, o Cedente terá direito de preferência na sua aquisição. Para tanto, tal preferência deverá ser exercida conforme procedimento abaixo descrito (“Direito de Preferência”).

O Fundo enviará ao Cedente uma notificação por escrito a cada venda de Direitos Creditórios Inadimplidos. Tal notificação especificará, entre outros aspectos que forem relevantes, (a) a quantidade de Direitos Creditórios Inadimplidos a serem vendidos, (b) o valor do Direito Creditório Inadimplido no dia, (c) as condições de pagamento ofertadas por terceiro como contraprestação à referida aquisição de Direitos Creditórios Inadimplidos e (d) o nome e qualificação de tal terceiro comprador.

O Direito de Preferência deverá ser exercido pelo Cedente em até 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação nesse sentido enviada pelo Fundo. A aceitação do Cedente quanto aos termos propostos pelo Fundo só será considerada válida quando feita por escrito, em carta endereçada ao Administrador e enviada dentro do prazo previsto neste item.

A falta de manifestação pelo Cedente nos termos do Parágrafo Terceiro acima será equivalente a uma manifestação do Cedente de que não pretende exercer o direito de compra, ficando o Administrador autorizado a promover a alienação a terceiro, desde que por preço e condições de pagamento não inferiores aos constantes da comunicação inicialmente efetuada à Cedente.

Se, após a manifestação do Cedente de que não pretende exercer o direito de compra, qualquer termo ou condição da operação de compra referida anteriormente seja alterada, o Administrador deverá renovar o procedimento de oferta acima estabelecido.

Caso o Fundo, após ofertar os Direitos Creditórios Inadimplidos a terceiro, não realizar tal alienação, nos termos do Parágrafo Quarto acima, fica o Administrador autorizado a re-ofertar tais Direitos Creditórios Inadimplidos ao Cedente, ficando o preço e as condições de pagamento a serem negociados entre o Administrador e o Cedente.

XVI. - VISÃO GERAL DA INDÚSTRIA DE FINANCIAMENTO AUTOMOTIVO NO BRASIL

Organização do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional é constituído por instituições que atuam na captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros próprio ou de terceiros e por agentes reguladores que são responsáveis pela regulação e fiscalização dos mercados financeiro e de capitais. Apesar de existentes no País desde a época colonial, as atividades bancária e financeira no Brasil somente passaram a estar sujeitas a uma forma de organização mais efetiva e definida a partir das primeiras décadas do século XX. Até então, tais atividades eram conduzidas por organismos do setor público em conjunto com o setor privado, sem uma clara definição de quais eram os papéis de cada espécie de instituição então existente. Até emissões de moeda chegaram a ser conduzidas conjuntamente por entidades privadas e órgãos do setor público.

A estrutura organizacional vigente do Sistema Financeiro Nacional foi estabelecida por meio da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (“Lei n.º 4.595/64”), responsável pela disciplina da atividade exercida pelas instituições monetárias, bancárias e creditícias. Nos termos da referida Lei, integram o Sistema Financeiro Nacional: (i) o CMN; (ii) o Banco Central; (iii) o Banco do Brasil S.A.; (iv) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e (v) as demais instituições financeiras públicas e privadas. O arcabouço regulatório base para estruturação do Sistema Financeiro Nacional foi completado com a edição das Leis n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, e 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que regulamentaram especificamente o mercado de capitais brasileiro.

A constituição e o funcionamento das instituições financeiras e assemelhadas que atuam no âmbito dos mercados financeiro e de capitais dependem da prévia autorização do Banco Central. Além disso, o exercício das atividades que caracterizam cada instituição está sujeito à regulamentação específica e a uma rigorosa fiscalização por agentes reguladores, com atuação e foco também específicos.

Agentes de Regulação e Fiscalização

A responsabilidade pela regulação e fiscalização das atividades exercidas no âmbito dos mercados financeiro e de capitais brasileiros, bem como de seus participantes, cabe aos agentes reguladores criados pela Lei n.º 4.595/64, quais sejam, o CMN, o Banco Central e a CVM. Cada um desses agentes tem competência específica, conforme atribuída pela referida Lei.

CMN

Trata-se de órgão colegiado formado pelo Ministro da Fazenda, pelo Ministro do Planejamento e do Orçamento e pelo Presidente do Banco Central, criado com a finalidade de formular as políticas monetária e creditícia aplicáveis aos mercados financeiro e de capitais. Tais políticas tratam de matérias como a disponibilidade de crédito no sistema, a forma de remuneração das operações de crédito, os limites operacionais das instituições financeiras, as regras para realização de investimentos estrangeiros no País e as regras cambiais.

As determinações do CMN são aplicáveis tanto para o mercado financeiro como para o mercado de capitais, sendo, portanto, o órgão regulador que se encontra no nível hierárquico mais elevado em ambos os mercados.

Banco Central

O Banco Central é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda que possui, dentre outras competências, a responsabilidade por implementar as políticas monetárias e de crédito estabelecidas pelo CMN, regular os mercados de câmbio e o fluxo de investimento estrangeiro no Brasil, autorizar o ingresso de novas instituições financeiras no mercado e fiscalizar a forma de atuação das instituições financeiras.

CVM

A CVM tem uma atuação especificamente relacionada com o mercado de capitais. Essa autarquia federal, também vinculada ao Ministério da Fazenda, dedica-se à regulamentação e fiscalização do mercado de capitais e seus agentes. Mesmo as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, quando conduzindo negócios no mercado de capitais, estão subordinadas à ação da CVM.

Esta autarquia é competente para, visando o bom funcionamento do mercado de capitais e a prevenção ou correção de eventuais irregularidades: (i) aprovar, suspender ou cancelar registros; (ii) aprovar, suspender ou cancelar ofertas públicas de valores mobiliários; (iii) supervisionar as atividades das companhias abertas, bolsas de valores e de mercadorias e futuros, membros do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iv) divulgar informações ou recomendações a fim de prestar esclarecimentos ou orientar os participantes do mercado; e (v) proibir os participantes do mercado, sob cominação de multa, de praticarem atos considerados prejudiciais ao funcionamento regular do mercado e aos investidores.

Instituições Financeiras

As instituições financeiras são aquelas que atuam, essencialmente, na captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, ou seja, atividades tipicamente relacionadas à intermediação de crédito. Neste conceito estão incluídos os bancos, as caixas econômicas, as sociedades de crédito, financiamento e investimento (as chamadas “financeiras”), bem como as demais entidades autorizadas a operar pelo Banco Central, tais como as corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e as sociedades de arrendamento mercantil.

As instituições financeiras e as demais entidades autorizadas a operar pelo Banco Central estão sujeitas a um regime regulatório específico e à fiscalização por parte do Banco Central, que incluem, dentre outros, exigências mínimas de capital, exigências de reservas compulsórias e limites operacionais, autorização para aumentos de capital, para estabelecimentos ou transferências de matrizes ou filiais (no Brasil ou no exterior), autorização para mudanças no controle acionário, exigência de apresentação de demonstrações financeiras anuais e semestrais auditadas e trimestralmente revisadas, bem como demonstrações financeiras não auditadas mensais, além de acesso a informações referentes a operações de crédito e câmbio, operações de importação e exportação e outras atividades econômicas.

A estrutura regulatória do Sistema Financeiro Nacional impõe regras específicas a cada espécie de instituição participante de acordo com a atividade que desempenham, estabelecendo restrições e limites operacionais proporcionais à amplitude e ao risco que as respectivas atividades representam para o mercado financeiro como um todo.

Os 10 maiores bancos privados em operação no Brasil, em dezembro de 2004, apresentavam ativos totais que somavam mais de R\$ 627 bilhões, classificados em ordem decrescente conforme verificado na tabela abaixo:

Participantes do Sistema Financeiro Nacional

Segue abaixo uma breve descrição das principais modalidades de instituições financeiras e instituições equiparadas que atuam no mercado financeiro brasileiro.

Bancos Comerciais. Os bancos comerciais são o tipo de instituição financeira mais típico, conduzindo operações tradicionais no mercado financeiro como a abertura de contas de depósito e a concessão de empréstimos pessoais e capital de giro para as empresas. Um segmento muito presente na atuação dos bancos comerciais é a concessão de crédito para financiamento de bens de consumo, como eletrodomésticos e veículos. Uma modalidade de operação bastante praticada pelos bancos comerciais é o crédito direto ao consumidor (“CDC”).

Bancos de Investimento. Apesar de serem classificados como instituições financeiras típicas, com um papel teórico de fomento do crédito de longo prazo, os bancos de investimento têm uma atuação muito voltada, no mercado brasileiro, para o mercado de capitais e para a estruturação de operações para seus clientes, como ocorre nas aquisições de empresas e participações societárias.

Além dessas atividades, muitos bancos de investimento têm uma atuação importante no segmento de administração de recursos de terceiros, que incluem sua base de clientes individuais (detentores de grandes somas de recursos), clientes corporativos e investidores institucionais, como, por exemplo, as entidades de previdência privada.

Bancos Múltiplos. Os bancos múltiplos, criados pela Resolução CMN n.º 1.524, de 21 de setembro de 1988, são instituições financeiras que têm a possibilidade de conduzir diversas modalidades de operações, típicas de diversas espécies de instituições financeiras e equiparadas.

Tal possibilidade se dá por meio do mecanismo que permite aos bancos múltiplos operarem mais de uma “carteira”. As “carteiras” são autorizações para que sejam conduzidos determinados tipos de operações. Assim, um banco múltiplo titular de carteira de arrendamento mercantil está autorizado a conduzir operações de *leasing* da mesma forma que o fazem as sociedades de arrendamento mercantil. De modo a mitigar o risco envolvido nas diferentes espécies de operações realizadas por tais instituições, devem ser observados limites operacionais específicos para cada carteira que o banco múltiplo opera.

Obrigatoriamente, os bancos múltiplos devem ser titulares de, no mínimo, 2 carteiras, sendo que uma delas deve ser comercial ou de investimento.

Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento. As sociedades de crédito, financiamento e investimento são instituições financeiras privadas que têm como principal objetivo a concessão de financiamentos por meio de operações de CDC (crédito direto ao consumidor). Não podem tais instituições abrir contas correntes em benefício de seus clientes, sendo o seu principal instrumento de captação de recursos a letra de câmbio, a qual consiste em uma ordem de pagamento à vista ou a prazo.

Sociedades de Arrendamento Mercantil. As sociedades de arrendamento mercantil, modalidade de instituição em que a Companhia está enquadrada, são instituições equiparadas às instituições financeiras e que praticam uma modalidade específica de atividade comercial, o arrendamento mercantil. Tais espécies de instituições financeiras são reguladas pela Lei n.º 6.099, de 12 de setembro de 1974 (“Lei n.º 6.099/74”), conforme alterada pela Lei n.º 7.132, de 26 de outubro de 1983 (“Lei n.º 7.132/83”) e outros dispositivos legais e regulamentares, que, além de dispor sobre os aspectos tributários do *leasing*, também lhe atribuiu algumas definições.

O financiamento automotivo pode ser definido como uma operação realizada por uma instituição financeira, constituída e atuante sob a fiscalização do Banco Central, que tem por objeto, dentre outros, a concessão de financiamentos para a aquisição de automóveis a serem adquiridos pelos clientes/devedores junto a terceiros.

Principais concorrentes do Ficsa

O Ficsa enfrenta competição direta de diversos bancos e instituições financeiras diversas tanto na concessão de crédito para aquisição de automóveis quanto nas demais atividades desempenhadas.

Os principais concorrentes do Ficsa na concessão de financiamento para aquisição de veículos são os seguintes: Banco Itaú S.A., BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, Banco Panamericano S.A., Omni S.A. Crédito e Financiamento e Investimento, Banco Pecúnia S.A., Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Finasa S.A., Banco Santander S.A., Banco BMC S.A., Banco HSBC S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A., através da Aymoré.

Veículos novos financiados com alienação fiduciária

O volume de concessão de financiamento para aquisição de veículos automotores novos com alienação fiduciária pode ser visualizado pela tabela abaixo.

(%)	1º S 2004	2º S 2004	1º S 2005
BRABESCO	16,67	15,94	19,02
ITAU	11,53	16,24	18,70
AYMORE	6,87	7,23	6,82
HSBC	4,63	4,02	4,85
BV	3,10	3,68	3,71
OUTROS	42,78	39,39	34,77

Fonte: Detran

Veículos usados financiados com alienação fiduciária

O volume de concessão de financiamento para aquisição de veículos automotores usados com alienação fiduciária pode ser visualizado pela tabela abaixo.

(%)	1º S 2004	2º S 2004	1º S 2005
AYMORE	17,06	18,85	19,47
BRABESCO	16,83	17,43	18,81
ITAU	12,97	13,67	15,33
BV	13,83	14,18	14,84
HSBC	6,10	6,50	7,28
OUTROS	14,58	9,77	4,22

Fonte: Detran

Volume total de veículos financiados com alienação fiduciária

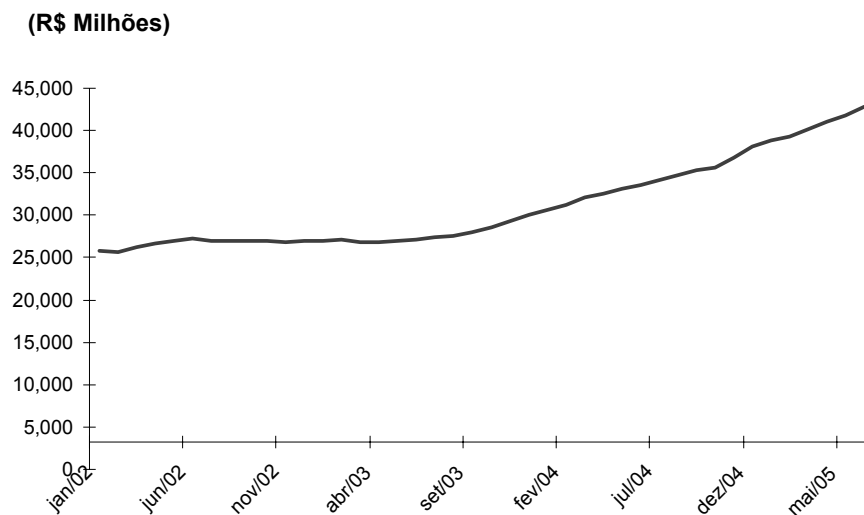
O volume de concessão de financiamento para aquisição total de veículos automotores com alienação fiduciária pode ser visualizado pela tabela abaixo.

(%)	1º S 2004	2º S 2004	1º S 2005
BRABESCO	16,79	17,03	18,86
AYMORE	14,49	15,72	16,31
ITAU	12,61	14,36	16,17
BV	11,13	11,35	12,06
HSBC	5,73	5,83	6,67
OUTROS	21,69	17,75	11,85

Fonte: Detran

Visão geral do mercado de financiamento automotivo

O volume total de concessão de financiamento para aquisição de veículos automotores pode ser visualizado pela tabela abaixo.



XVII. - O CEDENTE

Descrição e Histórico

O Ficsa está no mercado financeiro nacional há mais de 40 anos, tendo sido fundado em 1964 pelos atuais acionistas. Em 1992 o Ficsa foi transformado em banco múltiplo, dando continuidade a sua especialização no crédito massificado. O mercado de atuação do Ficsa é direcionado às classes C, D e E, através da concessão de financiamento para a aquisição de veículos leves, caminhões, motos, crédito pessoal, crédito consignado em folha e financiamento das vendas de lojas.

O principal produto do Ficsa é o financiamento para a compra de veículos usados, sejam estes leves, caminhões ou motos, cuja participação se mantém historicamente em torno de 70% (setenta por cento) do total da carteira de crédito do Ficsa.

O Ficsa concorre com bancos de pequeno porte e empresas financeiras, que operam segmentadas, e com grandes bancos, que nos últimos anos tem aumentado sua participação neste segmento de financiamento de veículos leves, caminhões e motos. Deve ressaltar, no entanto, que os bancos de grande porte focam, primordialmente, sua atuação na concessão de crédito para aquisição de veículos novos ou semi-novos.

Ao longo de seus mais de 40 (quarenta) anos de atuação, o Ficsa manteve seu foco operacional muito bem definido e uma postura conservadora em relação às políticas de crédito e níveis de alavancagem, fatores esses que garantiram e garantem a solidez do Ficsa em um mercado de constante competição. Não há projeto ou plano dos acionistas para alterar esta linha de conduta da administração do Ficsa.

A atuação geográfica do Ficsa é focada na Cidade de São Paulo e no interior do Estado de São Paulo. O Ficsa possui 16 (dezesesseis) pontos de venda no Estado de São Paulo, dos quais 11 (onze) são próprios e 5 (cinco) são terceirizados, além dos 8 (oito) correspondentes especializados na concessão de crédito consignado em folha de pagamento.

Através de seus pontos de venda estrategicamente instalados em 13 (treze) cidades do Estado de São Paulo (São Paulo, Americana, Araras, Campinas, Catanduva, Guarulhos, Jundiaí, Mogi das Cruzes, Osasco, Presidente Prudente, Santo André, Santos e Sorocaba) o Ficsa consegue alcançar cerca de 120 (cento e vinte) cidades, todas localizadas no Estado de São Paulo.

O Ficsa possui uma vasta rede de lojas associadas, contando com mais de 1.600 (um mil e seiscentos) revendedores de veículos e aproximadamente 5.000 (cinco mil) pontos que oferecem o produto CDC Lojista.

O Ficsa possui 85.000 (oitenta e cinco mil) clientes com contratos de financiamento ativos e mais de 540.000 (quinhentos e quarenta mil) clientes cadastrados.

O saldo da carteira de crédito do Ficsa, em 30.6.2005, é aproximadamente de R\$180 milhões, além dos R\$27.5 milhões em créditos cedidos sem coobrigação, com patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 55.5 milhões de reais.

O Ficsa destaca-se no seu setor de atuação de financiamento de veículos principalmente pelos seguintes fatores:

- Conservadorismo na análise do risco e na concessão de crédito (política de crédito);
- Demonstrações financeiras do Ficsa auditadas pela Ernst & Young; e
- Classificações de Risco (BBB-) atribuído pela Austin Rating e (BB+) atribuído pela Fitch Ratings.

Redes de Atendimento

Próprios

O Ficsa possui atualmente 11 (onze) pontos de venda de produtos, assim distribuídos no estado de São Paulo:

1. Cidade de São Paulo: Álvares Penteado, 65 - Centro - SP
2. Cidade de Americana: Rua Vieira Bueno, 29 Centro - SP
3. Cidade de Araras: Rua Francisco Leite, 180 Centro – SP
4. Cidade de Campinas: Rua Benjamin Constant, 1119 Centro - SP
5. Cidade de Guarulhos: Rua Sete de Setembro, 293 Centro – SP
6. Cidade de Jundiaí: Rua Do Rosário, 141 Centro – SP
7. Cidade de Santo André: Rua Dr. Cesário Motta, 358 Centro - SP
8. Cidade de Mogi das Cruzes: Rua Dr. Ricardo Vilela, 99 Centro – SP
9. Cidade de Santos: Rua Frei Caneca, 47 Centro - SP
10. Cidade de Sorocaba: Rua São Bento, 287 Centro - SP
11. Cidade de São Paulo: Av. Marechal Tito, 997 – SP

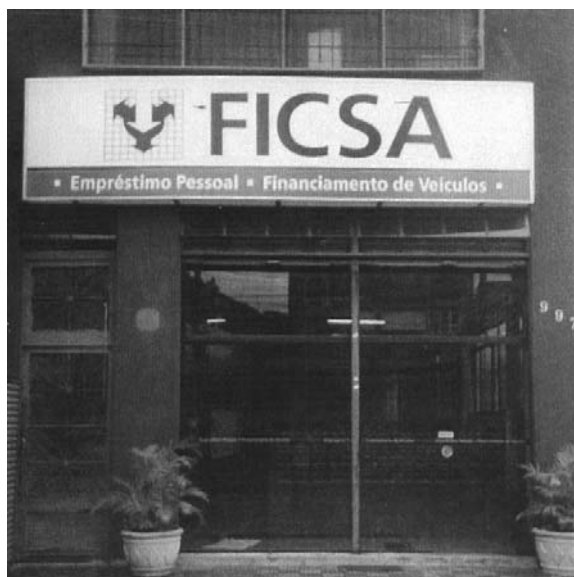


Foto da loja do Ficsa de São Miguel Paulista

Correspondentes

O Ficsa possui 5 (cinco) correspondentes terceirizados nas seguintes cidades do estado de São Paulo:

1. Cidade de São Paulo: Av. Adolfo Pinheiro, 384 sobreloja sl. 02 - Santo Amaro - SP
2. Cidade de São Paulo: Av. do Oratório, 2611 - Parque São Lucas - SP
3. Cidade de Osasco: Rua Euclides da Cunha, 172 - Centro - SP
4. Cidade de Catanduva: Rua Treze de Maio, 279 - Centro - SP
5. Cidade de Presidente Prudente: Rua Dr. José Foz, 506 sobreloja - Centro - SP

Produtos

Os principais produtos financeiros oferecidos pelo Ficsa a seus clientes são:

CDC Veículos

O principal produto do Ficsa é o financiamento de automóveis, motos e caminhões usados. O Ficsa oferece este produto através de seus pontos de venda, de seus correspondentes e de uma rede de lojas associados.

As lojas associadas estão geograficamente localizadas em até 50 km (cinquenta quilômetros) do ponto de venda do Ficsa ou do correspondente do Ficsa mais próximo. Esta característica garante a manutenção de um estreito relacionamento e visita periódica às lojas associadas pelo Ficsa, ou por seus correspondentes.

CDC com garantia

O crédito direto ao consumidor com garantia é um empréstimo pessoal para Clientes que já possui automóvel quitado. Trata-se de um empréstimo com a garantia de alienação fiduciária de veículos anteriormente adquiridos pelos clientes.

CDC Lojista

Através de convênios firmados com cerca de 390 (trezentos e noventa) lojistas, o Ficsa proporciona a seus clientes o parcelamento de suas compras. O Ficsa atua exclusivamente com lojas com faturamento mínimo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por mês, predominantemente nos segmentos de materiais de construção, móveis, auto-peças e serviços automotivos.

Tal como o caso do CDC Veículos, as lojas associadas ao produto CDC Lojista localizam-se dentro da zona geográfica de influência das Redes de Atendimento do Ficsa, ou seus correspondentes, distanciadas a menos de 50 km (cinquenta quilômetros). Esta distância geográfica garante a manutenção de um estreito e constante relacionamento e visita periódica às lojas associadas pelo Ficsa, ou por seus correspondentes.

Crédito Pessoal

O crédito pessoal consiste na concessão de crédito diretamente para o cliente, sem a especificação quanto ao uso do dos recursos entregues ao cliente. O crédito pessoal incrementou sua participação na carteira do Ficsa com a abertura de novos pontos de venda em diversas regiões estratégicas do estado de São Paulo a partir do ano de 2003.

Crédito Consignado em Folha de Pagamento

O crédito consignado com desconto em folha de pagamento é oferecido principalmente aos servidores de prefeituras dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. Aproximadamente 30% (trinta por cento) da carteira de crédito consignado do Ficsa é representada por operações em que o Ficsa possui códigos diretos com entes pagadores. O Ficsa possui larga experiência nesta atividade com atuação histórica em mais de 120 (cento e vinte) prefeituras.

Atualmente, o Ficsa possui convênios de consignação em folha com códigos próprios com os seguintes entes pagadores:

- (i) Prefeitura de São Paulo – Estado de São Paulo;
- (ii) Prefeitura de Birigui – Estado de São Paulo;
- (iii) Prefeitura de Francisco Morato – Estado de São Paulo;
- (iv) Prefeitura de Goiânia – Estado de Goiás;
- (v) Prefeitura de Mairinque – Estado de São Paulo;
- (vi) Prefeitura de Porangatu – Estado de Goiás;
- (vii) Governo do Estado de Goiás;
- (viii) Funerária do Município de São Paulo.

Sumário de volumes das operações de crédito

Divisão da carteira de crédito por setor em 30 de junho (em R\$ Mil):

	<u>30.06.05</u>	<u>30.06.04</u>
Setor privado:		
Serviços	1.626	1.542
Pessoas físicas	130.078	148.418
Total	131.704	149.960

Carteira por Produto	<u>30.06.05</u>	<u>%</u>	<u>30.06.04</u>	<u>%</u>
Automóveis	63.935	48,54	51.157	34,11
Caminhões	22.302	16,93	24.225	16,15
Motocicletas	26.395	20,04	22.442	14,97
Crédito pessoal (CDCP)	4.173	3,17	9.589	6,39
Desconto em folha (CDCE/CDCF)	24.314	18,46	32.596	21,74
Refinanciamento de Veículos	14.540	11,04	16.073	10,72
Crédito loja	3.554	2,70	9.800	6,54
Sub total	159.213	120,88	165.882	110,62
Cessões de crédito com coobrigação	(27.509)	(20,88)	(15.922)	(10,62)
Total da carteira	131.704	100.00	149.960	100.00

Provisão para devedores duvidosos por produto

Automóveis	3.291	3.625
Caminhões	1.182	1.704
Motocicletas	1.518	1.303
Crédito pessoal (CDCP)	758	1.075
Desconto em folha (CDCF/CDCE)	4.084	3.507
Refinanciamento	874	929
Crédito loja	462	1.724

Total da Provisão para Devedores Duvidosos	12.169	13.867
---	---------------	---------------

Número, tipo e valores dos contratos de financiamento

	30.06.05	30.06.04
Quantidade total de contratos	53.754	87.286
Quantidade total de parcelas	749.979	998.465
Parcela média	R\$ 222,65	R\$ 208,54
Financiamento médio	R\$ 3.322,51	R\$ 2.260,94

Captação

O Ficsa tem como principal captação de recursos: depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros, cessões de crédito e operações compromissadas de títulos públicos.

O mecanismo de cessão de crédito de maior prazo permite reduzir o hiato de prazos entre ativos e passivos do Ficsa, bem como reduzir os níveis de alavancagem do banco.

Volume da carteira de captação de recursos do Ficsa, por modalidade de captação, em 30 de junho de 2005:

Modalidade	Volume R\$ Mil	Prazo Médio
Certificados de Depósito Interfinanceiro	10.785	207 dias
Certificados de Depósito Bancário	101.058	119 dias
Cessão de carteira de financiamento	27.5	Não aplicável
Operações compromissadas	3.810	90 dias
Total	143.153	

Títulos e Valores Mobiliários Emitidos

Atualmente não há, em circulação, valores mobiliários emitidos pelo Ficsa.

Forma Societária

O Banco Ficsa S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 61.348.538/0001-86, com sede na Rua Álvares Penteado, n.º 65, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações, constituída nos termos da Lei nº 6.404/76.

Objeto Social

O Ficsa tem por objeto social:

- (i) a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (Comercial e de Crédito, Financiamento e Investimento); e
- (ii) prestação de serviços permitidos pelas disposições legais e regulamentares em vigor.

Estrutura de Capital e Acionistas

O capital social do Ficsa é de atualmente R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas, indivisíveis, sem valor nominal.

Composição do quadro de acionistas

O quadro atual de acionistas do Ficsa é:

Acionistas	Nº de Ações Ordinárias	Participação %
Empreendimentos e Participações Finders S/A	999.117	99,9117%
Outros acionistas	893	0,0883%
Total	1.000.000	100,00%

A Empreendimentos e Participações Finders S/A, detentora de 99,9117%, das ações Ficsa, é uma holding operacional brasileira. Em dezembro de 2004, o patrimônio líquido da Empreendimentos e Participações Finders S/A era de R\$ 77.4 milhões, enquanto o lucro líquido referente ao ano de 2004 foi de R\$ 1.1 milhão.

Com a maioria das ações da Empreendimentos e Participações Finders S/A, holding operacional do Grupo FICSA, o Sr. Eloy Fontes Lessa é o controlador das empresas do Grupo Ficsa.

A composição acionária da Empreendimentos e Participações Finders S/A é a seguinte:

Acionistas	Participação (%)
Empreendimentos e Participações São Francisco Ltda	43,44
Eloy Fontes Lessa	19,47
Paulo Valle Nogueira	7,55
Sergio Odilon Ferraz Ortiz	6,36
Ações em Tesouraria	23,18

A Empreendimentos e Participações São Francisco Ltda, detentora de 43,44% do capital acionário da Empreendimentos e Participações Finders S/A, é uma holding, com patrimônio líquido de aproximadamente R\$29.5 milhões em dezembro de 2004. Seu capital social está dividido da seguinte forma:

Acionistas	Participação (%)
Eloy Fontes Lessa	75,49
Espólio de João Bernardino Garcia Gonzaga	19,61
Luiz Antônio de Figueiredo	4,90

Acordo de Acionistas

O Ficsa não possui qualquer acordo de acionistas registrado em sua sede.

Administração do Cedente

O Ficsa é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração é o órgão normativa de deliberação colegiada de administração superior do banco e a Diretoria é o órgão executivo da administração do Ficsa.

Diretoria

A Diretoria do Ficsa composta por, no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Os membros eleitos possuem mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Gerente e de 1 (um) a 3 (três) Diretores Executivos. Atualmente, a Diretoria é formado por:

Nome	Cargo
Genival Francisco da Silva	Diretor Presidente
João Alberto de Moraes Miranda	Diretor Gerente
Orivaldo Tumoli	Diretor Executivo

Conselho de Administração

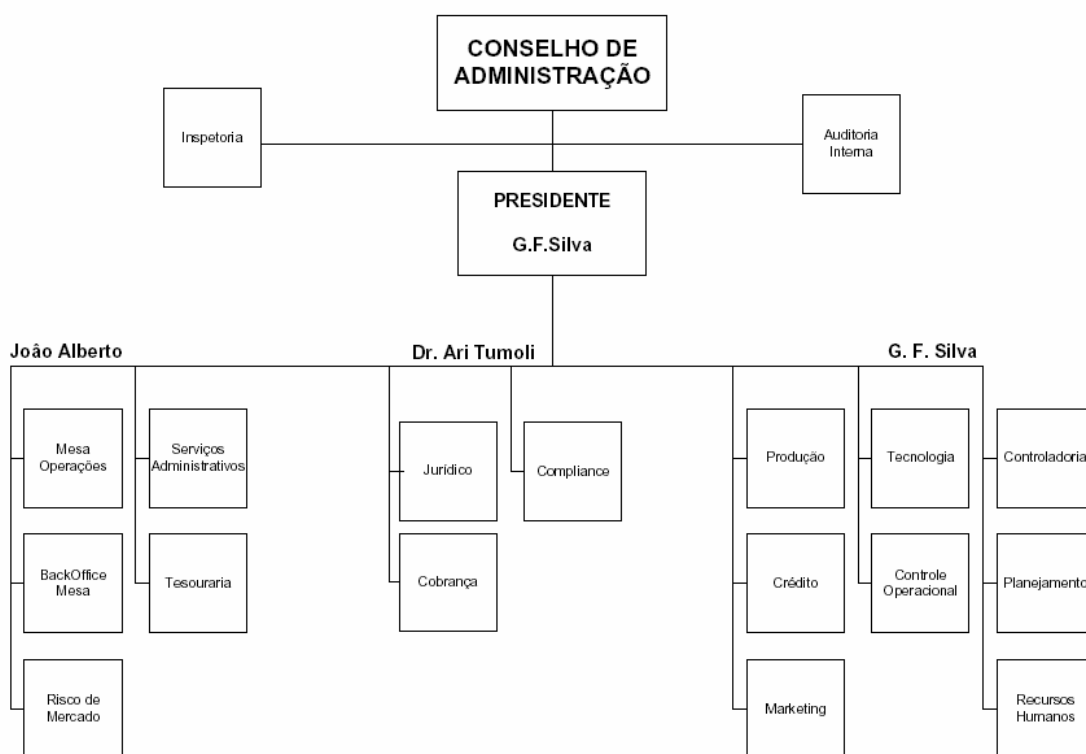
O Conselho de Administração do Ficsa é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, todos acionistas, com mandato de 2 (dois) anos. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço) poderão ser eleitos para os cargos de Diretores. Atualmente, o Conselho de Administração é formado por:

Nome	Cargo
Eloy Fontes Lessa	Presidente
Luiz Antonio de Figueiredo	Conselheiro
Eloy Fontes Lessa Filho	Conselheiro
Luiz Fernando Fontes Lessa	Conselheiro
João Alberto de Moraes Miranda	Conselheiro

Conselho Fiscal

Não há atualmente Conselho Fiscal instalado. Poderá, no entanto, ser instalado a pedido de acionista e, em tal caso, será composto por até 3 (três) membros efetivos e outros tantos suplentes, acionistas ou não e residentes no país.

Estrutura Organizacional da Administração do Cedente

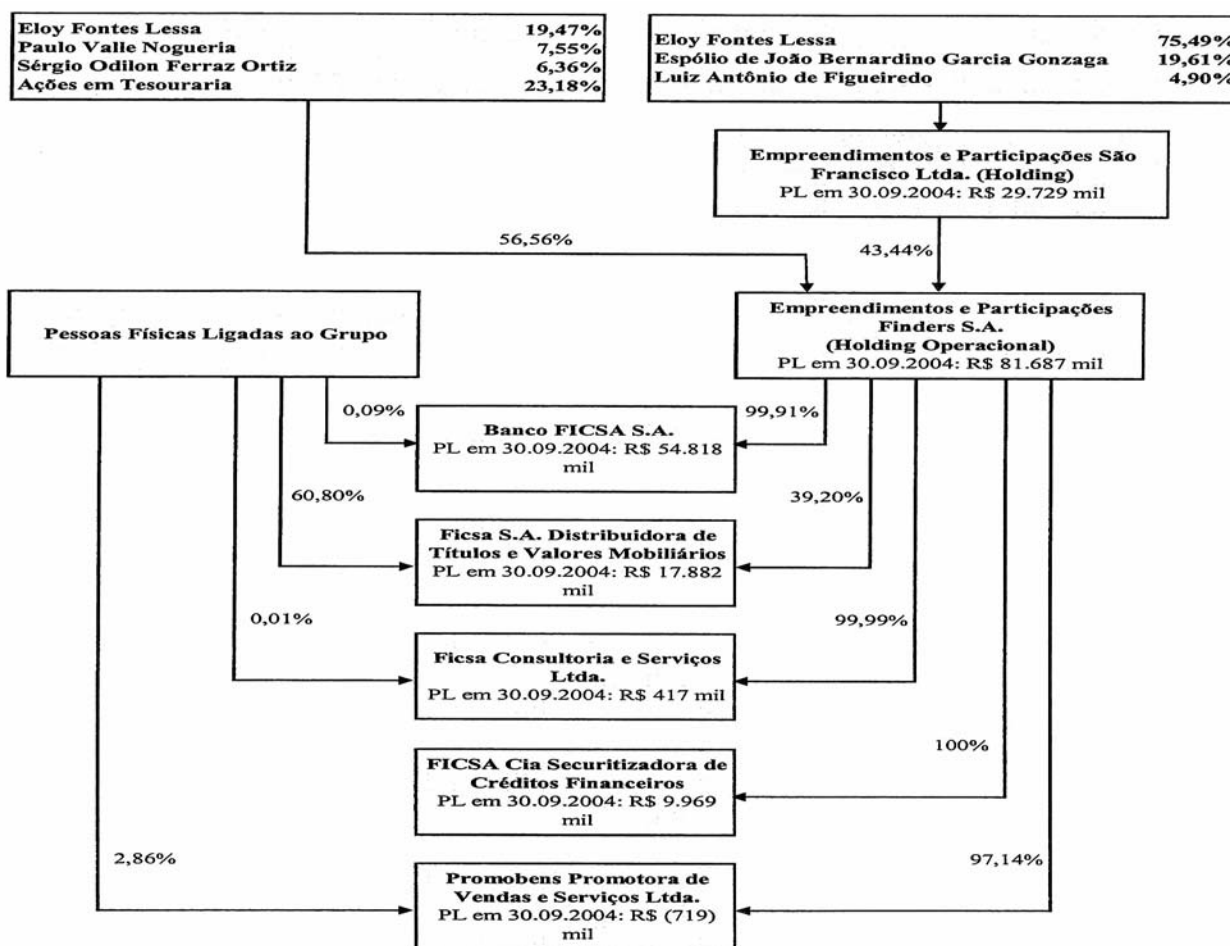


Estrutura do conglomerado Ficsa e relação entre as empresas Ficsa

Além do Ficsa, o conglomerado Ficsa conta com mais quatro empresas, a saber:

- (i) Ficsa S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;
- (ii) Ficsa Consultoria e Serviços Ltda;
- (iii) Ficsa Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros; e
- (iv) Promobens Promotora de Vendas e Serviços Ltda.

O quadro societário das empresas Ficsa é o seguinte:



Banco Ficsa S/A

A fim de otimizar suas atividades, o Banco Ficsa terceirizou a realização de determinadas atividades relacionadas a concessão de crédito e inerentes ao seu objeto social, por meio da celebração de contratos de prestação de serviços com a Promobens Promotora de Bens e Serviços Ltda. e a Ficsa Consultoria e Serviços Ltda.

Ficsa Consultoria e Serviços Ltda.

A Ficsa Consultoria e Serviços Ltda. é uma sociedade limitada que tem por objeto social a prestação de serviços de cobrança e recebimentos por conta de terceiros, processamento de dados e atividades auxiliares, consultoria contábil, tributária, mercadológica, de gestão de tesouraria, de recursos humanos e de informática. A sociedade tem como cotista majoritário a Empreendimentos e Participações Finders S/A.

Nos termos da Resolução n.º 2.707 de 30.3.2000, a sociedade foi contratada pelo Ficsa para prestar serviços de processamento das operações de crédito direto ao consumidor, compreendendo tal processamento a recepção dos contratos de financiamento realizados, análise da documentação relacionada e sua adequada formalização, digitação e processamento de dados, gerenciamento dos sistemas informatizados necessários para esse processamento, sua contabilização e geração de relatórios gerenciais.

Além dos serviços mencionados, a Ficsa Consultoria e Serviços Ltda. Presta também serviços de gerenciamento e controle das atividades de cobrança executadas por empresas indicadas pelo Ficsa e presta assessoria nas áreas de administração geral, controladoria, gestão de recursos humanos, *back-office* de tesouraria, mercadologia e informática.

O gerenciamento e controle das atividades de cobrança compreende o recebimento de prestações e a supervisão de empresas de cobrança indicadas pelo Ficsa e de escritórios de advocacia contratados para a retomada de bens de contratos de financiamento inadimplentes, a preparação de relatórios gerenciais de acompanhamento de performance das empresas e escritórios contratados, a operação de *telemarketing* de cobrança e o fechamento diário das carteiras de operações de crédito, no tocante aos recebimentos.

Promobens Promotora de Vendas e Serviços Ltda.

A Promobens Promotora de Vendas e Serviços Ltda. é uma sociedade limitada que tem por objeto social a prestação de serviços de vendas administrativos, processamento de dados, inclusive de assessoramento e assistência técnica, pertinentes ao ramo, a apreciação de crédito, cobrança extrajudicial, cadastro e mediação de negócios. A sociedade tem como cotista majoritário a Empreendimentos e Participações Finders S/A.

Nos termos da Resolução n.º 2.707 de 30.3.2000, a sociedade foi contratada pelo Ficsa para prestar serviços de:

- (i) recepção e encaminhamento de propostas de financiamentos nas modalidades de crédito operadas pelo Ficsa;
- (ii) elaboração e análise - individual e pormenorizada - de fichas cadastrais de clientes interessados na concessão de financiamentos nas modalidades de crédito operadas pelo Ficsa;
- (iii) conferência detalhada dos serviços de vistoria realizados por empresas contratadas pelo Ficsa nos veículos (automóveis, motocicletas e caminhões) que constituirão garantia dos empréstimos concedidos pelo Ficsa; e
- (iv) gerenciamento e controle das atividades de prestação de serviços executadas por todas as demais empresas prestadores de serviços ao Ficsa, na qualidade de correspondentes, nos termos da Resolução n.º 2.707 de 30.3.2000.

Ficsa S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

É uma empresa especializada na prestação de serviços de gestão financeira operando nos mercados de renda fixa, variável e de futuros.

Ficsa Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

A Companhia tem por objeto única e exclusivamente a aquisição de créditos financeiros oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimo e pela Caixa Econômica Federal, na forma da Resolução n.º 2.686 de 26.1.2000.

Política de Concessão de Crédito

O Ficsa adota políticas de concessão de crédito específicas com relação a cada Cliente, seja este pessoa natural ou jurídica. Esta política envolve, dentre outros, as seguintes fases/análises:

- (i) solvência do Cliente;
- (ii) histórico de crédito do Cliente junto ao Cedente;
- (iii) situação cadastral do Cliente junto a órgãos de proteção de crédito;
- (iv) local de residência do Cliente;
- (v) idade do Cliente;
- (vi) o valor de renda mensal do Cliente, no caso de pessoa natural.

Os financiamentos são concedidos a Clientes que realizam a aquisição de automóveis, motos e caminhões nas lojas associadas ou diretamente junto ao Ficsa. O financiamento é concedido diretamente ao Cliente, após aprovação do Departamento de Crédito do Ficsa, mediante análise dos documentos requisitados e consulta aos órgãos de proteção ao crédito.

Principais Pendências Judiciais e Administrativas do Cedente

Não há atualmente pendências judiciais (cíveis e trabalhistas) ou administrativas relevantes que possam afetar materialmente a capacidade financeira do Ficsa ou a autorização legal e regulamentar para o Ficsa exercer sua atividade de banco múltiplo.

O Cedente possui em curso 6 (seis) ações judiciais de matéria tributária com valores de causa que variam de aproximadamente R\$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) a R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), sendo que todas elas, no entendimento do escritório de advocacia do Cedente são classificadas como possibilidade de perda remota.

Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros do Cedente

As informações financeiras do Ficsa encontram-se anexadas ao presente Prospecto no relatório da Empresa de Auditoria.

Relação do Cedente com o Banco Central do Brasil

O Cedente não possui qualquer processo administrativo em curso perante o Banco Central do Brasil ou o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Plano de Investimentos

A estratégia do Ficsa não sofrerá alterações relevantes nos próximos anos. O Ficsa manterá como principal atividade a concessão de créditos a pessoa físicas. O Ficsa planeja expandir sua rede de atendimento a fim de aumentar seu alcance geográfico.

Funcionários

A estrutura do conglomerado Ficsa é composta por um quadro total de 247 (duzentos e quarenta e sete) funcionários diretos, alocados nas empresas do Ficsa.

Legislação aplicável ao Cedente

As instituições financeiras brasileiras, tal como o Ficsa, são reguladas pelas Leis n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964 ("Lei dos Bancos"), e n.º 4.728, de 14 de julho de 1965 ("Lei do Mercado de Capitais").

As instituições financeiras privadas incluem bancos comerciais, bancos de investimento, bancos múltiplos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de valores.

A constituição das instituições financeiras privadas está sujeita a certas restrições como, por exemplo, a obrigatoriedade de autorização prévia por parte do Banco Central para operar. Além disso, o artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, anexo à Constituição Federal do Brasil de 5.10.1988 e que dispõe acerca das regras para aumento da participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional, veda o aumento da participação estrangeira no País a menos que o referido aumento seja declarado de interesse nacional. Não há limitação, todavia, para a constituição de escritórios de representação no País.

Todos os documentos societários, alterações estatutárias, aumentos de capital e outros atos societários não rotineiros das instituições financeiras deverão ser previamente aprovados pelo Banco Central do Brasil.

O valor do capital social e do patrimônio líquido das instituições financeiras deve sempre ser compatível com as regras de capital e capitalização mínima, impostas pelo Banco Central do Brasil para cada tipo de instituição financeira.

O Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução n.º 2.099, de 17.8.1994, conforme alterada, adotou os princípios de adequação de capital constantes do Acordo da Basiléia. Tais princípios prevêm que as instituições financeiras devem ter, proporcionalmente aos riscos que correm em suas operações, níveis mínimos de capital próprio.

Os bancos múltiplos são entidades que podem, desde que autorizados, exercer todas as funções dos bancos comerciais e de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de arrendamento mercantil. As atividades inerentes a cada tipo de sociedade são executadas por carteiras distintas do banco, cada uma das quais está sujeita às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às correspondentes instituições. O banco múltiplo deve ser constituído de início com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento. Pode ainda ser constituído pela conversão da licença de um banco comercial ou de um banco de investimento em uma carteira de um banco múltiplo.

O Banco Central estipula os procedimentos para obtenção da licença de funcionamento de uma instituição financeira, podendo também dispor sobre requisitos especiais para cada tipo de instituição. Caso a parte interessada não cumpra as exigências dentro do prazo fixado pelo Banco Central, o pedido de licença prescreverá.

Como pré-requisito para obter a licença de funcionamento como instituição financeira, a sociedade deverá atender os dispositivos tanto da lei das sociedades por ações como das leis dos bancos e normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional do Banco Central.

Nos termos da Resolução n.º 3.040 de 28 de novembro de 2004, as autorizações para funcionamento são concedidas pelo Banco Central do Brasil em caráter inegociável, intransferível e sem ônus, desde que satisfeitas as seguintes condições:

- (i) inexistência de restrição cadastral aos administradores e controladores;
- (ii) existência de capital integralizado em montante correspondente, no mínimo, ao limite fixado para a instituição nos termos da regulamentação em vigor;
- (iii) comprovação, pelos controladores diretos e indiretos, de situação econômico-financeira compatível com o empreendimento; e
- (iv) comprovação da origem dos recursos que os controladores irão alocar para fazer face ao empreendimento.

Um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito precisa ser integralizado em dinheiro e depositado junto ao Banco Central do Brasil até que a autorização para funcionamento seja obtida pela instituição requerente.

XVIII. - AS COTAS

Classes de Cotas

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio. As cotas do Fundo poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas.

Cada classe de Cotas terá iguais taxas de administração, despesas e prazos, observados os termos do Regulamento.

Cotas Seniores

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate e apresentam preferência na distribuição dos resultados da carteira do Fundo, em relação às Cotas Subordinadas.

Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo. Assim, somente poderá ocorrer o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. Só haverá uma classe de Cotas Subordinadas no Fundo.

Emissão de Cotas

Na 1ª (primeira) série de Cotas Seniores do Fundo serão emitidas 1.400 (um mil e quatrocentas) Cotas Seniores, com valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada. Concomitantemente, poderão ser emitidas Cotas Subordinadas, observado o Índice de Garantia de 25% (vinte e cinco por cento) de Cotas Subordinadas com relação ao total de Cotas emitidas pelo Fundo. A observância do Índice de Equilíbrio será apurada pelo Administrador.

Poderão ser realizadas emissões de novas séries de Cotas Seniores além da referida acima, sob o limite máximo de emissão de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). A emissão de novas séries de Cotas Seniores somente ocorrerá caso, no momento da emissão da nova série, a classificação de risco das séries de Cotas Seniores em circulação não sofra rebaixamento em razão desta nova emissão.

As Cotas serão escriturais e nominativas e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

Investidores

Somente poderão subscrever e/ou adquirir Cotas do Fundo os investidores qualificados, conforme definidos na regulamentação em vigor e fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM n.º 409, de 24 de agosto de 2004, que sejam habilitados a adquirir Cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Cotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações enviadas pelo Administrador, ou pelo Custodiante, ao respectivo Cotista, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais (inclusive e-mail).

A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura, pelo Custodiante, de conta de depósito em nome do respectivo Cotista.

O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Distribuição das Cotas

A colocação das Cotas do Fundo serão feitas pelo Banco ABN AMRO Real S.A., uma instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (conforme artigo 17 da Lei n.º 6.385/76), devidamente autorizada a promover a distribuição pública de valores mobiliários, conforme o Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Cotas Seniores da Primeira Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Financiamento de Veículos celebrado entre o Administrador, o Custodiante, o Cedente e o Coordenador.

As Cotas Subordinadas do Fundo serão colocados de forma privada pelo Coordenador junto à Cedente, que subscreverá a totalidade das Cotas Subordinadas do Fundo, nos termos do Compromisso de Subscrição de Cotas Subordinadas e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo e o Cedente.

A colocação das Cotas do Fundo, assim entendida a subscrição e efetiva integralização das Cotas pelos investidores, deverá ser feita pelo Coordenador no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do início das atividades do Fundo, conforme estabelecido no artigo 9º, inciso II da Instrução CVM n.º 356/01 e no Anúncio de Início da primeira distribuição pública de Cotas Seniores do Fundo.

Será admitida a aquisição, por um mesmo investidor, de todas as Cotas Seniores emitidas, não havendo, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.

As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa – BOVESPA-FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e no Mercado de Títulos e Valores Mobiliários Privados de Renda Fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. (SOMA) - SOMAFIX e junto a Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Aplicação em Cotas

A aplicação em Cotas Seniores do Fundo será feita em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED, ou por outras formas admitidas pela regulamentação pertinente, desde que os recursos estejam imediatamente disponíveis.

Observados os termos do Contrato de Promessa, a aplicação em Cotas Subordinadas poderá ser efetuada pelo Cedente em Direitos Creditórios.

As aplicações no Fundo não contam com garantia do Administrador ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Amortização das Cotas

Todos os recursos oriundos dos Direitos Creditórios serão utilizados pelo Fundo para pagamento, nesta ordem, de:

- (i) todas as despesas e custos do Fundo, indicados no Regulamento;
- (ii) amortização das Cotas Seniores; e
- (iii) amortização das Cotas Subordinadas.

Cotas Seniores

As Cotas Seniores referentes à primeira (1ª) série de Cotas Seniores do Fundo serão amortizadas mensalmente em 23 (vinte e três) parcelas de acordo com as datas indicadas na tabela abaixo (“Data de Amortização”). O Fundo amortizará o valor patrimonial das Cotas Seniores até o limite percentual indicado na tabela abaixo.

Data de Amortização	Valor patrimonial das Cotas Seniores do dia da amortização (*) (%)
14/02/06	3
14/03/06	5
14/04/06	6
14/05/06	8,5
14/06/06	8,5
14/07/06	9
14/08/06	10
14/09/06	10,5
14/10/06	12
14/11/06	12,5
14/12/06	14
14/01/07	14,5
14/02/07	15,5
14/03/07	17,5
14/04/07	19
14/05/07	20,5
14/06/07	24
14/07/07	27,5
14/08/07	27,5
14/09/07	35
14/10/07	65
14/11/07	82
14/12/07	100

()Fica esclarecido que para o cálculo do valor a ser pago para pagamento da amortização do valor patrimonial das Cotas Seniores serão considerados os montantes pagos anteriormente aos Cotistas Seniores.*

Caso o nível de subordinação seja superior a 26% (vinte e seis por cento) e a Reserva de Amortização esteja sendo respeitada, e havendo disponibilidade em caixa, o Fundo deverá amortizar todo o excesso de caixa, no limite da subordinação de 26% (vinte e seis por cento) e no limite da Reserva de Amortização.

As séries posterior de Cotas Seniores do Fundo poderão ter critério de amortização igual ao estabelecido para as Cotas Seniores da primeira (1ª) série de Cotas do Fundo ou critério diferenciado conforme definido no respectivo suplemento ao Regulamento do Fundo.

Caso o Fundo, por insuficiência de recursos, não tenha amortizado 100% (cem por cento) do patrimônio líquido das Cotas Seniores ao final do cronograma de amortização, o prazo de amortização das Cotas Seniores ficará automaticamente alongado por mais 6 (seis) meses (“Período Adicional de Amortização”).

Durante o Período Adicional de Amortização, a cada 2 (dois) meses, os Cotistas reunirão-se em Assembléia Geral para deliberar a respeito da Liquidação Antecipada ou não do Fundo e extensão do vencimento por um período maior do que 6 (seis) meses. A primeira Assembléia Geral deverá ser realizada no último mês do cronograma regular de amortização das Cotas Seniores (ou seja, no caso da 1ª Série Cotas Seniores do Fundo, no 24º (vigésimo quarto) mês indicado na tabela acima).

Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas referentes à classe 1 (um) de Cotas Subordinadas do Fundo serão amortizadas em uma única parcela, após a amortização integral das Cotas Seniores. Entretanto, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas antes da amortização integral das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de ajuste do Índice de Garantia, na hipótese de o percentual do Índice de Garantia estar acima de 26% (vinte e seis por cento).

A amortização das Cotas Subordinadas de uma classe de emissão se dará sempre que o valor das Cotas Subordinadas desta classe representarem mais do que 26% (vinte e seis por cento) do patrimônio líquido (“Índice de Subordinação”), esta amortização deverá ser tal que o Índice de Subordinação atinja o valor de 26% (vinte e seis por cento) e desde que (a) o Administrador entenda que tal amortização não comprometerá amortizações futuras das Cotas Seniores; (b) existam recursos disponíveis suficientes; e (c) seja respeitada a Reserva de Amortização.

As amortizações para fins de ajuste do Índice de Garantia serão feitas pelo Administrador apenas na medida do necessário para o restabelecimento do Índice de Garantia. Para fins de amortização das Cotas Subordinadas, será utilizado o valor da Cota Subordinada do dia do pagamento.

Reserva de Amortização

O Administrador deverá constituir reserva de recursos para pagamento das amortizações das Cotas Seniores (“Reserva de Amortização”). Para tanto, o Administrador deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e manter os ativos do Fundo (exceção feita aos Direitos Creditórios) em (a) caixa, (b) depósitos bancários à vista, (c) numerário em trânsito, ou (d) aplicações de liquidez imediata (“Disponibilidades”) de modo que:

- (i) até o 60º (sexagésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado pelo Administrador para a respectiva parcela de amortização;
- (ii) até o 50º (quingentésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor estimado pelo Administrador para a respectiva parcela de amortização;
- (iii) até o 40º (quadragésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 70% (setenta por cento) do valor estimado pelo Administrador para a respectiva parcela de amortização; e
- (iv) até o 30º (trigésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 100% (cem por cento) do valor estimado pelo Administrador para a respectiva parcela de amortização.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios caso a posição de Disponibilidades esteja com montante superior ao demandado para constituição das 2 (duas) últimas Reservas de Amortização que ainda não foram utilizadas no pagamento da amortização das Cotas Seniores.

Na constituição da Reserva de Amortização, o Administrador deverá privilegiar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a Política de Investimento do Fundo.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Amortização deixe de atender ao disposto no Regulamento, o Administrador, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Amortização. Tal procedimento somente será suspenso quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao valor estimado da respectiva amortização ou resgate de Cotas Seniores.

Os procedimentos descritos no Regulamento não constituem promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva de recursos para tanto.

Reserva de Pré-Pagamento

Sem prejuízo da Reserva de Amortização, o Administrador deverá constituir uma reserva de recursos denominada “Reserva de Pré-Pagamento”. Esta reserva será constituída da seguinte forma:

- (a) em cada Data de Amortização de Cotas Seniores, conforme definido no respectivo Suplemento, o Administrador deverá apurar os seguinte valores:
 - (i) o somatório, desde o início das atividades do Fundo, dos pagamentos de Direitos Creditórios com antecipação superior ou igual a 30 (trinta) dias da data original do vencimento do Direito Creditório (o “Valor de Pré-Pagamentos”);
 - (ii) o somatório, desde o início das atividades do Fundo, do total de Direitos Creditórios vencidos até a Data de Amortização das Cotas Seniores (o “Valor de Direitos Creditórios Vencidos”).
- (b) Caso a relação entre o Valor de Pré-Pagamento e o Valor de Direitos Creditórios Vencidos seja superior a 11% (onze por cento), o Administrador deverá destinar o montante de recursos equivalente a esta diferença à Reserva de Pré-Pagamento. Caso em uma avaliação futura, este “índice” esteja abaixo de 11% (onze por cento), o valor destinado a Reserva de Pré-Pagamento será “zerada”.

Os montantes depositados na conta Reserva de Pré-Pagamento poderão ser investidos pelo Administrador em qualquer modalidade de investimento autorizado ao Fundo.

Os recursos depositados na conta l-Pagamento poderão ser utilizados na constituição das Reservas de Amortização ou nos pagamentos de amortização de Cotas Seniores, caso o fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios não seja suficiente para fazer tais constituições ou pagamentos.

Resgate das Cotas

As cotas do Fundo somente poderão ser resgatadas na hipótese de Resgate Compulsório ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada.

O resgate das Cotas será realizado mediante a observância do seguinte procedimento:

- (i) as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate em moeda corrente nacional, sendo que, no caso de insuficiência de recursos do Fundo em moeda corrente, serão entregues Direitos Creditórios aos titulares de Cotas Seniores, conforme faculta o artigo 15, §1º do Instrução CVM nº 356/01; e

- (ii) assegurada a prioridade de pagamento de resgate em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios às Cotas Seniores nos termos do item (i) acima, as Cotas Subordinadas serão resgatadas em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente do Fundo.

O Administrador poderá, a seu exclusivo critério, mas sem prejuízo aos Cotistas, na emissão de novas séries de Cotas, alterar os dispositivos acima quanto à amortização e resgate das Cotas do Fundo, conforme será previsto em Suplemento cujo modelo é anexado ao Regulamento.

Valorização das Cotas

Quanto a 1ª série de Cotas Seniores, o Fundo buscará, mas não garante atingir, a Rentabilidade Alvo de 109% (cento e nove por cento) da Taxa DI de um dia. A Rentabilidade Alvo das demais séries do Fundo será indicada no respectivo Suplemento.

A Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de Cotas e não representa nem deverá ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Cotistas titulares das Cotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas aplicações, a uma rentabilidade superior à Rentabilidade Alvo, a qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores. A rentabilidade que eventualmente exceder à Rentabilidade Alvo do Fundo será atribuída somente às Cotas Subordinadas.

Metodologia de Avaliação das Cotas de cada Classe

Todo dia útil, desde que o patrimônio do Fundo assim permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente ao Benchmark.

A partir da data de subscrição da cota sênior, o valor unitário das Cotas Seniores será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o patrimônio líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação; e (ii) o valor corrigido periodicamente através da seguinte fórmula:

$$V = \{VNe \times [(FatorDI) - 1]\}$$

onde:

V = valor a ser incorporado a cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = valor nominal da Cota Sênior no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das taxas DI Over com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{nDI} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{FM}{100} \right) \right]$$

onde:

nDI, = número total de taxas DI Over, sendo "nDI," um número inteiro;

TDIk = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{360}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

- DI_k*** = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- dk*** = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo "dk" um número inteiro;
- FM*** = Fator Multiplicador aplicado sobre a taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais, por exemplo, 107,5 (cento e sete vírgula cinco);

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de resultados prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Administrador, mediante aviso aos Cotistas, substituirá a Taxa DI pela Taxa média diária do SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Cotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de resultados previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Também todo dia útil, após a incorporação dos resultados para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

O inadimplemento de qualquer dos Direitos Creditórios e/ou quaisquer outras perdas sofridas pela carteira do Fundo em consequência das aplicações em Ativos Financeiros, será prioritariamente absorvida pelas Cotas Subordinadas, através da redução de seu valor.

O disposto acima não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente um limite de incorporação, ao valor das Cotas Seniores, de rendimento dos resultados da carteira do Fundo. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Negociação as Cotas no Mercado Secundário

As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e no Mercado de Títulos e Valores Mobiliários Privados de Renda Fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. (SOMA) – SOMAFIX e junto a Câmara de Central e Liquidação - CETIP.

XIX. - ASSEMBLÉIA GERAL

Competência da Assembléia Geral

Caberá privativamente à Assembléia Geral de Cotistas do Fundo, observados os respectivos quoruns de deliberação definidos no Regulamento do Fundo:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- (ii) alterar o Regulamento do Fundo;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) deliberar sobre elevação da taxa de administração a favor do Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (v) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou Liquidação Antecipada do Fundo; e
- (vi) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos do Regulamento.

O presente Regulamento poderá ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, ou ainda em caso de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembléia Geral. Nessas hipóteses, deverá ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de edição da norma ou da determinação da CVM, a divulgação do fato aos Cotistas, através do Periódico do Fundo.

Modo de Convocação

A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita mediante anúncio publicado no Periódico do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, que deverá informar o dia, hora e local de realização da Assembléia Geral e os assuntos a serem nela tratados.

Assembléia Geral Extraordinária

A Assembléia Geral pode reunir-se a qualquer momento por convocação por convocação do Administrador ou de condôminos possuidores de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, nos termos da legislação em vigor.

Prazo Mínimo de Convocação

A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, observado o disposto no Regulamento do Fundo.

Não se realizando a Assembléia Geral, novo anúncio de segunda convocação deverá ser publicado ou providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Local da Assembléia

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deverá ser realizada na sede do Administrador e, quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas deverão indicar, com clareza, o lugar da reunião, que sempre deverá ser realizada na localidade da sede.

Quorum de Deliberação

As deliberações relativas às matérias acima, bem como as deliberações relativas a todas e quaisquer demais matérias relativas ao Fundo serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas Seniores emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas Seniores dos presentes, salvo nos casos em que quorum específico for exigido pelo Regulamento ou pela legislação aplicável.

Comparecimento à Assembléia Geral

Quaisquer titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas poderão comparecer às Assembléias Gerais de Cotistas do Fundo.

Cada Cota Sênior corresponde um voto nas Assembléias Gerais do Fundo. As Cotas Subordinadas não terão exercício do direito de voto nas Assembléias Gerais enquanto existirem Cotas Seniores do Fundo em circulação, mas os Cotistas Subordinados terão direito de participarem nas Assembléias Gerais do Fundo, exceto com relação às deliberações que afetem diretamente os direitos e/ou interesses dos Cotistas Subordinados.

Procuração

Somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos requisitos de (a) ser condômino; (b) não exercer cargo ou função ligada ao Administrador, a seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (c) não exercer cargo em empresa cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Na Assembléia Geral somente podem votar os Cotistas titulares de Cotas Seniores, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Efeito Vinculativo das Assembléias Gerais

As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os quoruns de deliberação estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores, quanto os titulares das Cotas Subordinadas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral, do voto proferido ou da exclusão do direito de voto em razão da matéria objeto de deliberação.

Alteração do Regulamento

O Regulamento poderá ser alterado mediante deliberação da Assembléia Geral, nos termos do Regulamento, ou em consequência de normas legais ou regulamentares, ou ainda em caso de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembléia Geral. Nessas hipóteses, deverá ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de edição da norma ou da determinação da CVM, a divulgação do fato aos condôminos, através do Periódico do Fundo.

XX. - LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo será ordinariamente liquidado quanto do término do prazo de duração do Fundo, hipótese em que ocorrerá o Resgate Compulsório. Os Cotistas, reunidos em Assembléia Geral, em até 3 (três) meses antes do término do prazo de duração do Fundo, poderão decidir pela prorrogação do prazo do Fundo, por prazo a ser então determinado.

Eventos de Consulta aos Cotistas

Os eventos abaixo listados geram a necessidade de consulta aos Cotistas, por meio de Assembléia Geral (“Eventos de Consulta aos Cotistas”) para fins de definição quanto à Liquidação Antecipada:

- (i) sempre que decidido pelos Cotistas em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim, respeitado o quorum de deliberação previsto no Regulamento; ou
- (ii) na hipótese de, durante 3 (três) meses consecutivos, o patrimônio líquido médio do Fundo for inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); ou
- (iii) na ocorrência de eventos que façam com que o valor das Cotas Subordinadas face ao patrimônio líquido do Fundo seja menor que o Índice de Garantia, por 2 (dois) dias úteis consecutivos ou 3 (três) dias úteis intercalados no período de 30 dias corridos; ou
- (iv) na ocorrência de rebaixamento, em até 2 níveis, da classificação de risco atribuída às Cotas Seniores do Fundo; ou
- (v) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, se notificada pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação; ou
- (vi) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação; ou
- (vii) rescisão do Contrato de Custódia, nos termos ali previstos, sem que tenha sido encontrado um substituto para o Custodiante; ou
- (viii) rescisão do Contrato de Cobrança, nos termos ali previstos, sem que tenha sido encontrado um substituto para o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos; ou
- (ix) caso existam evidências de que os Direitos Creditórios tenham sido onerados, gravados ou sujeitos a algum encargo, previamente à data da cessão; ou
- (x) caso o Fundo não efetue o pagamento máximo permitido da amortização das Cotas Seniores por 2 (duas) vezes seguidas, ou 3 (três) vezes no total, durante a vida da respectiva série de Cotas Seniores.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Consulta aos Cotistas indicados acima:

- (a) o Custodiante suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios, bem como suspenderá o pagamento de amortizações de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas ainda em aberto; e

- (b) o Administrador deverá convocar uma Assembléia Geral para que seja deliberada a Liquidação Antecipada do Fundo. Se a Assembléia Geral de Cotistas deliberar pela não Liquidação Antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas titulares de Cotas Seniores a possibilidade de solicitar o resgate antecipado de suas Cotas.

Liquidação Antecipada do Fundo

A ocorrência dos seguintes eventos implicará na Liquidação Antecipada do Fundo (quando o Custodiante, mediante instrução do Administrador, suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios, bem como o pagamento de amortizações de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas ainda em aberto), sujeita apenas à realização de Assembléia Geral de Cotistas para deliberação sobre os procedimentos que serão adotados visando preservar os direitos e interesses dos Cotistas (atendido, nesse caso, o quorum de deliberação, conforme previsto acima):

- (i) nas hipóteses previstas no artigo 9º, inciso II, da Instrução CVM nº 356/01;
- (ii) caso o Contrato de Cessão seja resolvido ou rescindido; e
- (iii) caso o Administrador renuncie e não seja substituído por outro administrador no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Serão considerados eventos de rescisão do Contrato de Cessão, sem prejuízo de outros eventos a serem incluídos no Contrato de Cessão:

- (i) a decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial do Cedente; e
- (ii) descumprimento de qualquer obrigação do Cedente prevista no Contrato de Cessão.

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

No caso de liquidação, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos Cotistas, se o Fundo ainda tiver recursos, o valor apurado, conforme se trate de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, até os limites previstos no Regulamento do Fundo.

Na hipótese de pagamento aos titulares de Cotas Seniores com Direitos Creditórios, cada titular de Cota Sênior fará jus ao montante, em Direitos Creditórios, correspondente à sua participação no Fundo. O pagamento aos titulares de Cotas Seniores em Direitos Creditórios será realizado mediante a celebração de um instrumento de cessão de crédito entre o Fundo, representado pelo Administrador, e os titulares de Cotas Seniores, conjuntamente.

A liquidação do Fundo será gerida pelo Administrador, observado o que dispõe o Regulamento do Fundo ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

XXI. - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- (iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de condôminos;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo, que incluirão todos os custos relativos a todos os serviços, bem como os serviços de escrituração e emissão de cotas, controladoria, cobrança e guarda de documentos;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- (xi) taxas e emolumentos correspondentes ao registro dos Termos de Cessão junto ao Cartório de Títulos e Documentos competente.

Outras Despesas

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta do Administrador.

XXII. - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras do Fundo

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

Auditoria das Contas do Fundo

O Fundo será auditado anualmente pela Empresa de Auditoria. Deverá necessariamente constar do escopo de cada relatório de auditoria:

- (i) opinião sobre se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados no Brasil;
- (ii) as demonstrações financeiras contendo o balanço analítico e evolução do patrimônio líquido elaborados de acordo com a legislação em vigor;
- (iii) notas explicativas contendo o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e outras informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras; e
- (iv) análise dos demonstrativos preparados pelo Representante do Administrador nos termos do Regulamento.

Exercício Social

O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano e terminará no mês de Setembro de cada ano.

XXIII. - TRIBUTAÇÃO

Com base na legislação em vigor no Brasil na data deste Prospecto, esta seção traz as regras gerais de tributação aplicáveis ao Fundo e aos Cotistas. Alguns Cotistas podem estar sujeitos à tributação específica, dependendo de sua qualificação ou localização. Os investidores não devem considerar unicamente as informações contidas nesta seção para fins de avaliar o investimento em Cotas do Fundo, devendo consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica que sofrerá enquanto Cotista do Fundo.

Tributação Aplicável aos Cotistas

Para fins tributários, o Fundo será classificado como “fundo de investimento de longo prazo” conforme artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I da Instrução da Receita Federal n.º 487 de 30.12.2004.

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização (Data de Amortização, Data de Resgate, término do Prazo de Duração ou liquidação do Fundo), cessão (negociação no mercado secundário) ou repactuação das Cotas (se houver), limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02 (quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual fixado para limite do pagamento do imposto), sendo tal percentual igual a 0% (zero por cento) para os títulos ou valores mobiliários cedidos, repactuados ou resgatados no prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Cotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% (zero por cento) do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do poder executivo, até o percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

- (i) os rendimentos auferidos na amortização e no resgate das Cotas (Data de Resgate, término do Prazo de Duração ou liquidação do Fundo) devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor de amortização/resgate e o custo de aquisição das Cotas, caso a carteira de títulos do Fundo (excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, segundo as alíquotas decrescentes de:
 - (a) 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;
 - (b) 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;
 - (c) 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) até 720 (setecentos e vinte) dias; e
 - (d) 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias; caso a carteira de títulos do Fundo (excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) tenha prazo médio inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, segundo as alíquotas decrescentes de (a) 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, e (b) 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 180 dias; e

- (ii) os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas devem ser tributados à alíquota de 15% (quinze por cento).

Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, há a incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (zero vírgula zero zero cinco por cento) (no caso das operações realizadas no mercado à vista, a incidência ocorre sobre o valor da alienação).

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

Sobre os recursos entregues pelos Cotistas para aplicação no Fundo, incide Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, atualmente à alíquota de 0,38% (zero vírgula trinta e oito por cento).

Segundo a Lei n.º 10.892/04, as aplicações em cotas de fundos de investimento realizadas no âmbito da conta-investimento, a partir de 1º de outubro de 2004, estão sujeitas à alíquota zero da CPMF. Para movimentação financeira dos recursos por intermédio da conta-investimento, a legislação estabelece, para as aplicações financeiras realizadas até 30 de setembro de 2004, a necessidade de trânsito prévio dos valores pela conta de depósito à vista do investidor. A partir de 1º de outubro de 2006, os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação de aplicações financeiras existentes em 30 de setembro de 2004 poderão ser creditados diretamente na conta-investimento.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos e ganhos decorrentes das aplicações em Cotas do Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Cotista estiver sujeito.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

A atual legislação fiscal estabelece que as operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionada em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, estão sujeitas à incidência de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF à alíquota zero.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

XXIV. - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS COTISTAS

Periódico do Fundo

Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto no Regulamento do Fundo, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos que, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Cotistas, incluindo aqueles que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo, deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (a) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico do Fundo ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação equivalente e (b) de carta com aviso de recebimento endereçado a cada Cotista.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Cotas do Fundo.

Qualquer mudança quanto ao Periódico do Fundo, deverá ser aprovada pelos Cotistas reunidos em Assembléia Geral.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Cotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

XXV. - INFORMAÇÕES RELEVANTES

Aplicando no Fundo você estará recebendo uma cópia do Regulamento. Leia-o com atenção. Para obter um histórico de sua performance, solicite-o ao nosso Serviço de Atendimento a Clientes abaixo identificado que estará apto também a transmitir informações adicionais sobre este produto, assim como encaminhar críticas e sugestões.

Tel: 3684-4522 (Osasco)

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Administrador do Fundo.

Documento elaborado em 14 de dezembro de 2005.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

XXVI. - ÍNDICE DE ANEXOS

<u>ANEXO A</u>	Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Financiamento de Veículos
<u>ANEXO B</u>	Contrato de Cessão
<u>ANEXO C</u>	Modelo de Termo de Adesão ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Financiamento de Veículos e Modelo de Recibo do Prospecto
<u>ANEXO D</u>	Relatório da Empresa de Auditoria e Demonstrações Financeiras do Cedente
<u>ANEXO E</u>	Súmula da Agência de Classificação de Risco
<u>ANEXO F</u>	Suplemento ao Regulamento para Emissão da 1ª Série de Cotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A

Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Financiamento de Veículos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



19 7 5 0 5

REGULAMENTO
DO
FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

datado de 8 de novembro de 2005.



JUR_SP 817311v23 3880.220288

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ÍNDICE

197505

Capítulo 1º. -	Denominação, Forma de Constituição e Público Alvo.....	4
Capítulo 2º. -	Das Definições.....	4
Capítulo 3º. -	Objetivo.....	9
Capítulo 4º. -	Prazo de Duração.....	9
Capítulo 5º. -	Administração.....	9
	Administrador.....	9
	Obrigações do Administrador.....	10
	Vedações Aplicáveis ao Administrador.....	14
	Taxa de Administração.....	16
	Renúncia e Substituição do Administrador.....	16
	Declaração do Administrador.....	17
Capítulo 6º. -	Outras Taxas.....	17
Capítulo 7º. -	Contratação de Terceiros.....	18
	Custodiante.....	18
	Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos.....	19
	Empresa de Auditoria.....	19
	Agência de Classificação de Risco.....	20
	Gestor.....	20
	Deveres e Obrigações do Gestor.....	20
	Disposições Gerais quanto a Terceiros contratados pelo Fundo.....	21
Capítulo 8º. -	Política de Investimento do Fundo.....	21
Capítulo 9º. -	Direitos Creditórios.....	23
	Descrição dos Direitos Creditórios.....	23
	Processo de Origem dos Direitos Creditórios e Política de Concessão de Crédito.....	25
Capítulo 10. -	Crítérios de Elegibilidade.....	25
Capítulo 11. -	Fatores de Risco.....	26
	Riscos de Mercado.....	26
	Riscos relacionados ao Fundo.....	28
	Riscos relativos à Cedente.....	30
	Riscos de Liquidez.....	31
	Riscos Específicos.....	32
Capítulo 12. -	Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos.....	34



JUR_SP 817311v23 3880.220288



197505

	Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos.....	34
Capítulo 13. -	Cotas do Fundo.....	37
	Classes de Cotas.....	37
	Emissão de Cotas.....	38
	Investidores.....	39
Capítulo 14. -	Distribuição, Aplicação, Amortização e Resgate das Cotas.....	39
	Distribuição das Cotas do Fundo.....	39
	Aplicação em Cotas do Fundo.....	40
	Amortização das Cotas do Fundo.....	40
	Reserva de Amortização.....	40
	Reserva de Pré-Pagamento.....	42
	Resgate das Cotas do Fundo.....	43
Capítulo 15. -	Valorização das Cotas do Fundo.....	44
Capítulo 16. -	Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de cada	
	Classe.....	46
Capítulo 17. -	Assembléia Geral.....	48
Capítulo 18. -	Liquidação do Fundo.....	51
	Eventos de Consulta aos Cotistas.....	51
	Liquidação Antecipada do Fundo.....	53
Capítulo 19. -	Despesas e Encargos do Fundo.....	55
Capítulo 20. -	Publicações.....	56
Capítulo 21. -	Disposições Finais.....	57
<u>Anexo A -</u>	Termo de Adesão ao Fundo de Investimento em Direitos	
	Creditórios Ficsa Financiamento de Veículos e Recibo do	
	Prospecto.....	59
<u>Anexo B -</u>	Procedimentos de Oferta, Seleção, Disponibilização e Aquisição	
	dos Direitos Creditórios.....	69
<u>Anexo C -</u>	Modelo de Suplemento ao Regulamento para Emissão de Séries	
	de Cotas Seniores e Classes de Cotas Subordinadas.....	72
<u>Anexo D -</u>	Fórmula de Cálculo da Taxa DI para a distribuição dos resultados	
	da Carteira do Fundo.....	77



JUR_SP 817311v23 3880.220288



197505

CAPÍTULO 1ª - DENOMINAÇÃO, FORMA DE CONSTITUIÇÃO E PÚBLICO ALVO

Artigo 1. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS (o “Fundo”) é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração disposto no Artigo 5 deste Regulamento. Podem participar do Fundo, na qualidade de Cotistas, investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor e fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, nos termos do inciso II do artigo 91 da Instrução CVM n.º 409, de 24 de agosto de 2004 e conforme item “Investidores” do Capítulo 13 deste Regulamento, que sejam habilitados a adquirir Cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

CAPÍTULO 2ª - DAS DEFINIÇÕES

Artigo 2. Para fins de melhor entendimento das expressões definidas ao longo deste Regulamento, tais expressões, seguidas de seus respectivos significados, encontram-se consolidadas abaixo:

Administrador	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's.
Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos	Banco Ficsa S.A.
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Cotistas.
Carteira do Fundo	Os Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo e quaisquer outros ativos financeiros de propriedade do Fundo e geridos pelo Gestor.



JUR_SP 817311v23 3880.220288



197505

Cedente	Banco Ficsa S.A.
CETIP	CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação
Clientes	Mutuários, pessoas naturais e jurídicas, de direito privado, residentes e domiciliados no Brasil, que celebraram contratos de financiamento com o Cedente, garantidos por alienação fiduciária de automóveis, motos e caminhões, conforme o caso.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado nesta data entre o Cedente e o Fundo, representado pelo Administrador, tendo o Custodiante como interveniente.
Contrato de Cobrança	Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre o Custodiante e o Cedente, como Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, tendo o Fundo como interveniente, representado pelo Administrador.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Administrador, em nome do Fundo e o Custodiante.
Contrato de Depósito	Contrato de Depósito e Outras Avenças, celebrado entre o Custodiante, e o Cedente, tendo o Fundo como interveniente, representado pelo Administrador, por meio do qual o Cedente compromete-se a guardar e conservar os Documentos Comprobatórios.
Contrato de Gestão	Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Carteiras de Fundos de Investimento em Direitos



JUR_SP 817311v23 3880.220288



19 7 5 0 5

Creditórios, celebrado entre o Administrador, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor.

Cota Sênior ou Cotas Seniores	Cotas que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate e apresentam preferência na distribuição dos resultados da Carteira do Fundo em relação às Cotas Subordinadas.
Cota Subordinada ou Cotas Subordinadas	Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos resultados da Carteira do Fundo.
Cotas	Em conjunto, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas do Fundo.
Crítérios de Elegibilidade	Crítérios a que todo Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, conforme estabelecidos no Capítulo 10 deste Regulamento.
Custodiante	Banco Bradesco S.A., responsável pelos serviços de custódia qualificada e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356, conforme o Contrato de Custódia.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Departamento de Crédito do Cedente	É o departamento de crédito do Banco Ficsa S.A e das Parceiras do Cedente que processa os pedidos de concessão de crédito feitos pelos Clientes que buscam a concessão de financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões, analisam os documentos requisitados e decidem sobre a concessão do crédito.
Direitos Creditórios	São os direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que o Cedente



JUR_SP 817311v23 3880.220288



197505

detém e/ou virá a deter contra os Clientes, decorrentes de parcelas individualizadas de contratos de financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões garantidos por alienação fiduciária ("Contratos de Financiamento"), celebrados entre o Cedente e os Clientes, cujos prazos de vencimento sejam anteriores a data de amortização final da última série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Direitos Creditórios Elegíveis

São os Direitos Creditórios que, após a verificação do Custodiante, atendem os Critérios de Elegibilidade.

Direitos Creditórios Inadimplidos

Direitos Creditórios cujos respectivos Clientes não efetuaram o pagamento até 6 (seis) dias corridos após a sua data de vencimento.

Empresa de auditoria

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Eventos de Consulta aos Cotistas

São os eventos que geram a necessidade de consulta aos Cotistas, por meio de Assembleia Geral, para fins de definição sobre a Liquidação Antecipada ou a continuidade do Fundo, conforme disposto no Artigo 92 deste Regulamento.

Gestor

BRAM – Bradesco Asset Management S.A.

Índice de Garantia

Percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, que deverá ser representado por Cotas Subordinadas até a amortização integral de todas as Cotas Seniores.

Instituições Autorizadas

Banco Bradesco S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A.

Instrução CVM n.º 356/01

Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de



JUR_SP 817311v23 3880.220288



197505

julho de 2003.

Liquidação Antecipada

Liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 93 e seguintes deste Regulamento.

Lojas Cadastradas

São as revendedoras de veículos cadastradas junto ao Cedente que alienam os respectivos automóveis, motos e caminhões diretamente para o Cliente.

Parceiras do Cedente

São instituições financeiras, assemelhadas ou correspondentes do Cedente que prestam serviços ao Cedente de processamento dos pedidos de concessão de crédito feitos pelos Clientes que buscam a concessão de financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões, analisam os documentos requisitados e decidem sobre a concessão do crédito.

Periódico do Fundo

Gazeta Mercantil.

Referência de Rentabilidade

Percentual da Taxa DI de um dia, divulgada pela CETIP diariamente no informativo diário, conforme disposto no Suplemento da Série 'n'.

Reserva de Amortização

Reserva de recursos constituída pelo Administrador para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores.

Resgate Compulsório

Liquidação ordinária do Fundo, quando do término de cada série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo, nos termos do Artigo 90 deste Regulamento.

Taxa de Administração

Taxa a que o Administrador terá direito pela prestação de seus serviços de administração do Fundo, calculado conforme definido no Artigo 11.

Taxa DI

Taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros de



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

CAPÍTULO 3º - OBJETIVO

Artigo 3. O Fundo é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis (conforme definido no Capítulo 10 deste Regulamento) para o Fundo, de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo 8º deste Regulamento.

Artigo 4. O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas, observada a Política de Investimento, a valorização de suas Cotas primordialmente por meio da aquisição pelo Fundo, em caráter definitivo, de Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Cedente, nos termos do Contrato de Cessão.

CAPÍTULO 4º - PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 5. O Fundo tem prazo de duração de 10 (dez) anos, ressalvadas as hipóteses de Liquidação Antecipada do Fundo.

CAPÍTULO 5º - ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRADOR

Artigo 6. O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM, neste ato representada por seus representantes legais infra-assinados (o "Administrador").

Artigo 7. O Administrador, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais aplicáveis, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e ao exercício de todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a Carteira do Fundo, sendo ainda responsável pela representação do Fundo em todos



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



os atos.

OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

Artigo 8. São obrigações do Administrador:

- (i) registrar, antes do registro do Fundo na CVM, a ata deliberando a constituição do Fundo e o presente Regulamento e seus anexos no Segundo Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco;
- (ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) o registro dos condôminos;
 - (c) o livro de atas de assembléias gerais do Fundo;
 - (d) o livro de presença de condôminos;
 - (e) o prospecto do Fundo, de que trata o artigo 23 da Instrução CVM n.º 356/01;
 - (f) os demonstrativos trimestrais de que tratam o artigo 8º, parágrafo 3º da Instrução CVM 356/01 e o Artigo 8 (ix) deste Regulamento;
 - (g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (h) os relatórios do Auditor; e
 - (i) o Regulamento, alterando-o em razão de deliberações da Assembléia Geral, bem como, independentemente destas, para fins exclusivos de adequação à legislação em vigor e/ou cumprimento de determinações da CVM, devendo, neste último



JUR_SP §17311v23 3880.220288

197505



caso, providenciar a divulgação das alterações aos Cotistas na forma do Artigo 100, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de sua ocorrência;

- (iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;
- (iv) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto, bem como cientificá-lo (i) do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e (ii) da taxa de administração cobrada;
- (v) providenciar que os Cotistas assinem o Termo de Adesão, conforme o modelo constante do Anexo A deste Regulamento, na mesma data da subscrição de Cotas do Fundo;
- (vi) divulgar, no Periódico do Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que distribuam, Cotas do Fundo: (a) diariamente, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e (b) anualmente, os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
- (vii) prestar à CVM, na forma e nas condições que esta vier a especificar, mensalmente e até o terceiro dia útil após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo, conforme prevê o artigo 45 da Instrução CVM n.º 356/01:
 - (a) saldo das aplicações;
 - (b) valor do patrimônio líquido;
 - (c) valor de cada Cota Sênior e Subordinada, nos termos do parágrafos primeiro e segundo do Artigo 81 e a quantidade de Cotas de cada classe em circulação;



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



- (d) valores totais das captações, dos resgates e das amortizações no mês, diferenciando-os em relação a cada classe de Cotas;
 - (e) o comportamento da Carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o desempenho efetivamente realizado; e
 - (f) posições eventualmente mantidas em mercados de derivativos;
- (viii) colocar à disposição dos condôminos, em sua sede, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar do encerramento do mês a que se refere, informações sobre:
- (a) o número de Cotas de propriedade de cada condômino e o respectivo valor;
 - (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês;
 - (c) o comportamento da Carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o desempenho efetivamente realizado; e
 - (d) o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor de suas Cotas, bem como a relação entre o patrimônio líquido e as Cotas Seniores;
- (ix) elaborar, por meio de seu diretor designado nos termos do inciso V do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01, demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a Política de Investimento prevista no Capítulo 8º deste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado;



JUR_SP 817311v23 3880.220288

1975051



- (x) submeter, anualmente, os demonstrativos trimestrais referidos no item (ix) acima a exame da Empresa de Auditoria e, após isso, enviá-los à CVM, bem como mantê-los em sua sede à disposição dos Cotistas do Fundo;
- (xi) divulgar, no Periódico do Fundo, as informações relativas ao Fundo exigidas pela legislação em vigor, nos prazos e condições previstos, inclusive atos e/ou fatos relevantes concernentes ao Fundo que possam influir na decisão de investimento tomada pelos Cotistas, mantendo disponíveis tais informações sobre fatos e atos relevantes em sua sede, bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas do Fundo;
- (xii) custear as despesas de propaganda do Fundo, exigidas pela legislação em vigor, em comum acordo com o Cedente;
- (xiii) fornecer aos condôminos, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (xiv) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstas na Instrução CVM n.º 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- (xv) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo;
- (xvi) colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de todo Cotista que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos de:
 - (a) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



- (b) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

(xvii) cumprir e observar, a todo o tempo, as demais disposições legais e regulatórias aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - As informações de que trata o item (vi) do Artigo 8 deste Regulamento também poderão ser divulgadas por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que em periódicos de ampla veiculação.

Parágrafo Segundo - No caso descrito no Parágrafo Primeiro acima, o Administrador e o diretor designado nos termos do inciso V do parágrafo primeiro do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01 permanecerão responsáveis pela regularidade na prestação das informações divulgadas sobre o Fundo.

VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR

Artigo 9. É vedado ao Administrador:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas Subordinadas do Fundo.

Parágrafo Primeiro - As vedações de que tratam os itens (i) e (iii) do Artigo 9 abrangem os recursos próprios das pessoas naturais e das pessoas jurídicas



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



controladoras do Administrador, das sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Administrador, de sociedades coligadas ou outras sociedades sob controle comum com relação ao Administrador. As vedações referidas também incluem os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 10. É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob outra forma;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- (v) vender Cotas do Fundo a prestação;
- (vi) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- (vii) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no desempenho de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (viii) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (ix) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo.



JUR_SP 817311v23 3880.220288



TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

197505

Artigo 11. O Administrador cobrará taxa de administração equivalente ao maior valor entre: (a) 0,23% (vinte e três centésimos por cento) ao ano, calculada por dia útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), incidente sobre o valor diário do patrimônio líquido ou (b) R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) ao mês (a "Taxa de Administração"). O seu pagamento ocorrerá até o 5º dia útil de cada mês calendário.

Parágrafo Primeiro - A Taxa de Administração prevista no Artigo 11 inclui todos os custos que o Fundo tenha decorrente dos serviços prestados pelo Gestor, nos termos do Contrato de Gestão e dos serviços prestados pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, ficando a cargo do Administrador efetuar o pagamento ao Gestor e ao Custodiante pelos serviços prestados ao Fundo.

Parágrafo Segundo - O valor correspondente ao item "b" do Artigo 11 da Taxa de Administração será atualizado a cada período de 12 (doze) meses contado do 1º (primeiro) pagamento feito pelo Fundo ao Administrador ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta de ambos, pela variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

Artigo 12. A Taxa de Administração não inclui as despesas previstas no Capítulo 19, a serem debitadas do Fundo pelo Administrador.

Artigo 13. O Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços sub-contratados, nos termos do Capítulo 7, desde que (a) o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração; e (b) o valor pago aos prestadores de serviços sub-contratados seja descontado do montante total da Taxa de Administração.



JUR_SP 817311v23 3880.220288



197505

Artigo 14. Ao Administrador ficará reservado o direito de, a seu exclusivo critério, deixar de cobrar, temporariamente, no todo ou em parte, a Taxa de Administração. No caso do exercício desse direito, a cobrança posterior da Taxa de Administração não será entendida como restabelecimento de taxa reduzida prevista no artigo 26, IV da Instrução CVM n.º 356/01.

RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR

Artigo 15. O Administrador, mediante aviso divulgado no Periódico do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos do artigo 28 da Instrução CVM n.º 356/01 e observado o Capítulo 18 deste Regulamento, no que for aplicável.

Parágrafo Primeiro - O Administrador também poderá ser substituído, independentemente de sua vontade, por decisão da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR

Artigo 16. O Administrador declara não se encontrar em conflito de interesses no exercício de suas funções, nos termos deste Regulamento, declarando-se independente para a realização das atividades previstas no Artigo 8 acima, mesmo quando realizar operações nas quais o atue na condição de contraparte do Fundo, observado o disposto no artigo 35, inciso III, da Instrução CVM n.º 356/01, conforme disposto na Artigo 33 deste Regulamento.

CAPÍTULO 6º - OUTRAS TAXAS



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



Artigo 17. Sem prejuízo do Artigo 11, Parágrafo Segundo, não serão cobrados dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, além da Taxa de Administração.

CAPÍTULO 7º - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

CUSTODIANTE

Artigo 18. Através do Contrato de Custódia, o Fundo, representado pelo Administrador, contratou o Custodiante para prestar os serviços de custódia qualificada ao Fundo.

Artigo 19. De acordo com o Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (i) receber e analisar os Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios representados pelos contratos de financiamento cedidos ao Fundo;
- (ii) validar os Direitos Creditórios ofertados em relação aos Critérios de Elegibilidade, bem como os critérios estabelecidos na Política de Investimento do Fundo;
- (iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo Contrato de Cessão e Documentos Comprobatórios da operação;
- (iv) fazer a custódia e, nos termos do artigo 38, IV da Instrução CVM n.º 356/01, realizar a administração relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para Empresa de Auditoria, Agência de Classificação de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



- (vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na Conta Corrente do Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
- (vii) registrar o Contrato de Cessão, seus aditamentos e cada Termo de Cessão, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos no Município de Osasco, Estado de São Paulo, em conformidade com a legislação aplicável e com o disposto no Contrato de Cessão; e
- (viii) obedecer, de forma incondicional, aos procedimentos de oferta, seleção e aquisição dos Direitos Creditórios definidos no Anexo B ao presente Regulamento.

Parágrafo Primeiro - Além das atividades previstas no Artigo 19, o Custodiante também será contratado para prestar outros serviços para o Fundo, tais como escrituração e controladoria, nos termos do Contrato de Custódia.

Artigo 20. Sem prejuízo das atribuições e responsabilidades do Custodiante nos termos deste Regulamento e da Instrução CVM n.º 356/01, conforme alterada, o Custodiante poderá, ainda, terceirizar as atividades descritas, assim como outras eventualmente necessárias, desde que com o consentimento do Fundo.

AGENTE DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS

Artigo 21. O Custodiante, com a anuência do Fundo, contratou o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos para prestar os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos do Contrato de Cobrança.

EMPRESA DE AUDITORIA

Artigo 22. Os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e demais contas do Fundo, serão prestados pela KPMG, empresa de renome internacional contratada pelo Administrador para a prestação de tais serviços.



JUR_SP 817311v23 3880.220288



197505

Artigo 23. As demonstrações financeiras anuais do Fundo, auditadas pelo Empresa de Auditoria, serão registradas na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições contábeis do COSIF.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 24. As Cotas Seniores serão analisadas e classificadas, conforme exige o artigo 3º, inciso III da Instrução CVM n.º 356/01, pela Agência de Classificação de Risco, de renome internacional, selecionada e contratada pelo Administrador.

Artigo 25. A Agência de Classificação de Risco deverá emitir um relatório de classificação de risco quando do início das atividades do Fundo, o qual deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente. O relatório inicial, as atualizações e eventuais relatórios complementares ficarão à disposição dos condôminos na sede do Administrador.

GESTOR

Artigo 26. Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador, o Administrador contratou a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.450, 6º e 7º andares, inscrita no C.N.P.J/M.F. sob n.º 62.375.134/0001-44, para realizar os serviços de gestão do desempenho da Carteira do Fundo, conforme definido abaixo ("Gestor").

Artigo 27. O Gestor exercerá suas funções a partir do registro do Fundo na CVM, conforme previsto no Contrato de Gestão.

DEVERES E OBRIGAÇÕES DO GESTOR

Artigo 28. Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis e dos termos e condições do Contrato de Gestão, são deveres do Gestor:



JUR_SP_817311v23_3880.220288



197505

- (i) preparar e encaminhar ao Administrador, relatórios de desempenho a respeito da Carteira do Fundo, na forma do Contrato de Gestão;
- (ii) manter e guardar o devido sigilo acerca de todas as informações e dados cadastrais dos Clientes que lhes forem, de qualquer forma, disponibilizados; e
- (iii) emendar seus melhores esforços na consecução de seus deveres e obrigações, nos termos deste Regulamento.

DISPOSIÇÕES GERAIS QUANTO AOS TERCEIROS CONTRATADOS PELO FUNDO

Artigo 29. As remunerações devidas aos terceiros contratados pelo Fundo serão consideradas, para todos os efeitos, como encargos do Fundo.

CAPÍTULO 8º - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

Artigo 30. O Fundo destina-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios, atuando no segmento de financiamento de automóveis, motos e caminhões.

Parágrafo Único - Em caráter complementar, o Fundo poderá, conforme o caso e observado o disposto no Artigo 35, manter a totalidade do saldo remanescente de seu patrimônio líquido não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:
(i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; e/ou (ii) em operações compromissadas tendo como contraparte as Instituições Autorizadas desde que estas tenham classificação de risco, indicada pela Agência de Classificação de Risco, igual ou superior a classificação de risco do Fundo; e/ou (iii) em fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, ou aqueles classificados como de baixo risco de crédito pela Agência de Classificação de Risco e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão



JUR_SP 817311v23 3880.220288



incorporados ao seu patrimônio líquido.

Artigo 31. É vedado ao Fundo, ainda, realizar operações em mercados de derivativos, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, mesmo que com o objetivo de proteger posições detidas a vista, até o limite dessas.

Artigo 32. O Fundo pode realizar operações nas quais o Administrador atue na condição de contraparte do Fundo, observado o disposto no artigo 35, inciso III, da Instrução CVM n.º 356/01.

Artigo 33. A composição da Carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos neste Capítulo 8.

Parágrafo Único - Na composição da Carteira do Fundo, o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa jurídica, poderá representar a totalidade do patrimônio líquido do Fundo, em conformidade com o parágrafo 10º do artigo 40 da Instrução CVM n.º 356/01.

Artigo 34. O Fundo deverá manter, por 90 (noventa) dias contados do início de suas atividades ou outro prazo que venha a ser fixado pela CVM, conforme *caput* do artigo 40 da Instrução CVM n.º 356/01, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios. O remanescente de seu patrimônio poderá ser aplicado em ativos de natureza financeira, na forma do Artigo 30, Parágrafo Único.

Artigo 35. Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da Carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.



JUR_SP 817311v23 3880.220288

1975051



Artigo 36. O Administrador buscará, sempre que possível, realizar aplicações e operações cuja rentabilidade seja atrelada à Taxa DI, observando o disposto no Artigo 82 deste Regulamento.

Artigo 37. As aplicações no Fundo não contam com garantia do Administrador, Gestor, Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO 9º - DIREITOS CREDITÓRIOS

DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 38. Os Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo, por meio do Contrato de Cessão, são Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames que o Cedente detém e/ou virá a deter contra os Clientes, decorrentes de parcelas individualizadas de Contratos de Financiamento, cujos prazos de vencimento sejam anteriores à data de amortização final da última série de Cotas emitidas pelo Fundo.

Artigo 39. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, deverá abranger todos os direitos, ações e garantias assegurados ao Cedente por força dos Direitos Creditórios, bem como reajustes monetários, juros e encargos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, para fins de cobrança e recebimento dos valores devidos pelos Clientes nos termos dos Contratos de Financiamento, dentro dos limites legais a serem observados pelo Fundo considerando sua natureza jurídica.

Artigo 40. O Cedente não se responsabilizará pelo pagamento dos Direitos Creditórios por parte dos Clientes ou pela solvência dos Clientes. Assim, a realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento dos valores devidos, pelos Clientes, nos Contratos de Financiamento, inexistindo garantia ou certeza de que o referido pagamento no todo ou em parte será efetuado ou, caso seja, de que será realizado nos prazos avençados.

Artigo 41. Nos termos do inciso X e respectivas alíneas do artigo 24 da Instrução CVM n.º 356/01, são descritas abaixo características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo. Tais características não consubstanciam



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios, estando sujeitas a alterações a qualquer tempo, sem prejuízo da obrigação do Administrador de manter atualizado o presente Regulamento.

Artigo 42. Os Direitos Creditórios são documentados do seguinte modo (os "Documentos Comprobatórios"):

- (i) via original da ficha proposta de crédito com os dados e informações do financiamento, do Cliente e do veículo financiado;
- (ii) via original do Contrato de Financiamento firmado pelo Cedente e o Cliente com garantia de alienação fiduciária, em favor do Cedente, do automóvel financiado;
- (iii) via original da nota promissória em favor do Cedente, como garantia das obrigações pecuniárias decorrentes do Contrato de Financiamento;
- (iv) cópia simples do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Cliente, conforme aplicável;
- (v) cópia simples do documento de identidade (p.ex.: RG ou similar) do Cliente, se pessoa natural ou contrato social, se pessoa jurídica;
- (vi) cópia simples do comprovante de residência do Cliente;
- (vii) cópia simples do comprovante de renda do Cliente;
- (viii) via original do termo de vistoria do veículo financiado;
- (ix) cópia simples do certificado de registro do veículo financiado;
- (x) via original da procuração outorgada pelo Cliente a terceiro para receber o valor liberado do Contrato de Financiamento, em espécie, do Cedente; e
- (xii) via original da Certidão emitida pelo Sistema Nacional de Gravames



JUR_SP 817311v23 3880.220288



com os dados do veículo, do Cliente e do Contrato de Financiamento

PROCESSO DE ORIGEM DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 43. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são originados das atividades de concessão de crédito praticadas pelo Cedente e nos termos dos Contratos de Financiamento. Todos os Direitos Creditórios decorrem de Contratos de Financiamento, garantidos por alienação fiduciária, cujo crédito subjacente foi concedido pelo Cedente ao Cliente conforme os critérios definidores da política de concessão de créditos do Cedente, vigente à época de cada Contrato de Financiamento.

Artigo 44. O Cedente adota políticas de concessão de crédito específicas com relação a cada Cliente, seja este pessoa natural ou jurídica. A política de concessão de crédito envolve a análise da solvência do Cliente, do seu histórico de crédito junto ao Cedente, da sua situação cadastral junto a órgãos de proteção de crédito, do local de residência do Cliente, da idade do Cliente, no caso de pessoa natural, do valor de renda mensal do Cliente, dentre outros fatores.

Artigo 45. Os financiamentos são concedidos a Clientes que realizam a aquisição de automóveis, motos e caminhões nas Lojas Cadastradas ou diretamente no Cedente. O financiamento é concedido diretamente ao Cliente, após aprovação do Departamento de Crédito do Cedente, mediante análise dos documentos requisitados e consulta aos órgãos de proteção ao crédito.

CAPÍTULO 10 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 46. Todo Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, os Critérios de Elegibilidade:

Artigo 47. Incumbirá ao Custodiante a verificação quanto ao cumprimento dos Critérios de Elegibilidade, assim como a validação dos mesmos em cada uma das datas de aquisição e pagamento.

- (i) a data de vencimento do Direito Creditório, no momento de sua



JUR_SP 817311v23_3880.220288

197505



aquisição pelo Fundo, não poderá ser posterior a data de amortização final da última série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo;

- (ii) o Cliente, na data da cessão, não poderá apresentar qualquer parcela inadimplida em relação ao Fundo;
- (iii) o Cliente não poderá ter registro no cadastro da Centralização dos Bancos S.A. - SERASA de títulos protestados por falta de pagamento;
- (iv) o valor agregado de Direitos Creditórios de um mesmo Cliente não poderá exceder o montante de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e
- (v) os Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo estejam cadastrados nos sistemas de cobrança das Instituições Autorizadas, no dia anterior à verificação dos respectivos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante.

Artigo 48. Sem prejuízo do exposto no Artigo 47, o Administrador, o Custodiante e o Cedente deverão observar os procedimentos de oferta, seleção e aquisição dos Direitos Creditórios definidos no Anexo B ao presente Regulamento.

CAPÍTULO 11 - FATORES DE RISCO

Artigo 49. A Carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando aos analisados abaixo.

DOS RISCOS DE MERCADO

(a) **Risco de Crédito dos Títulos da Carteira do Fundo.** Os títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a Carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetam as condições financeiras dos emissores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores.



JUR_SP 817311v23 3880.220288



197505

Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez.

O Fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários. Na hipótese de um problema de falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores de títulos de dívida ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

(b) Risco Decorrente da Precificação dos Ativos. A precificação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*) poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, podendo resultar em redução no valor das Cotas do Fundo.

(c) Risco de Restrições à Negociação. Determinados ativos componentes da Carteira do Fundo, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores e mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderá ser prejudicada.

(d) Fatores Macroeconômicos Relevantes. Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em alongamento do período de amortização e Resgate Compulsório das Cotas, bem como Liquidação Antecipada do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Cotistas,



JUR_SP 817311v23 3880.220288



do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por alguma razão, o alongamento do período de amortização e Resgate Compulsório das Cotas, a Liquidação Antecipada do Fundo ou, ainda, caso os Cotistas sofram dano ou prejuízo resultante de tais eventos.

(e) **Risco de Taxa de Juros.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em modalidades financeiras de renda fixa que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é divulgada diariamente, poderá ocorrer alguma diferença quanto aos valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos outros ativos integrantes da Carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tais diferenças, de qualquer ordem, sofridas pelo Fundo.

DOS RISCOS RELACIONADOS AO FUNDO

(f) **Da Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Cotas Seniores será atualizado diariamente, de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores quando do resgate de suas respectivas Cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante ou do Cedente e de suas respectivas pessoas controladoras, das sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas.

(g) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação.** O Cedente somente se responsabiliza pela existência e correta formalização dos Direitos



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



Creditórios cedidos, não assumindo responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes. O Administrador, o Custodiante, suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Clientes.

(h) **Risco de Crédito dos Direitos Creditórios.** A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Clientes, dos valores devidos em razão dos contratos de financiamento, inexistindo, portanto, garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.

(i) **Não Recuperação dos Direitos Creditórios.** A cessão dos Direitos Creditórios, pelo Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, deverá abranger todos os direitos, ações e garantias assegurados ao Cedente por força dos Direitos Creditórios, para fins de cobrança e recebimento dos valores devidos pelos Clientes nos termos dos contratos de financiamento, dentro dos limites legais a serem observados pelo Fundo considerando sua natureza jurídica. Embora os Direitos Creditórios possam ser cobrados judicial ou extrajudicialmente, conforme previsto neste Regulamento, não é possível assegurar que os valores devidos ao Fundo com relação aos Direitos Creditórios serão recuperados e nem tampouco quanto a celeridade de tal cobrança.

(j) **Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Cedente. O Administrador, suas pessoas controladoras, sociedades por esta direta ou indiretamente controladas, a esta coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso o Cedente deixe de arcar com os recursos necessários para tanto.

(k) **Notificação dos Clientes Acerca da Cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.** Em razão de considerações operacionais e comerciais, os Clientes (devedores) não serão notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao



JUR_SP 817311v23 3880.220288



Fundo, no momento da cessão dos Direitos Creditórios, conforme dispõe o artigo 290 do Código Civil. Dessa forma, existe o risco de os Clientes efetuarem o pagamento dos valores devidos diretamente ao credor original (Cedente) e não ao novo credor (Fundo). Caso isso aconteça, o Fundo poderá reclamar tais valores do Cedente. Com o intuito de mitigar tal risco, o Cedente se comprometeu a (i) manter, durante todo o prazo de duração do Fundo, sistema de controle e gerenciamento dos pagamentos realizados pelos Clientes com relação aos Direitos Creditórios, redirecionando, automaticamente, todo recurso recebido pelo Cedente com relação aos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, diretamente da conta de compensação (conta transitória) do Cedente para a conta corrente do Fundo e (ii) agir como fiel depositário do Fundo quanto a montantes devidos pelos Clientes ao Fundo e que lhe tenham sido pagos, devendo direcionar tais valores à conta corrente do Fundo em até 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento de valores dos Clientes ou, assim que possível, em caso de impossibilidade de identificação do depósito.

(l) **Originação Constante de Direitos Creditórios.** De acordo com os termos do Contrato de Cessão, o Cedente não se encontra obrigado a ceder novos Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da capacidade do Cedente de continuar a gerar Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão.

DOS RISCOS RELATIVOS AO CEDENTE

(m) **Riscos Relativos ao Cedente.** O investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, de Direitos Creditórios pelo Cedente. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pelo Cedente e devidamente pagos pelos Clientes, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

(n) **Performance e Riscos relacionados ao Cedente.** De acordo com a estrutura da operação, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo. Nenhuma garantia pode ser dada de



JUR_SP 817311v23 3880.220288

19.7505



que o Cedente continuará atuando no ramo de atividade que atualmente possibilita o Cedente a originar os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo. Portanto, o patrimônio líquido do Fundo será afetado caso o Cedente venha a interromper suas atividades que resultam na originação dos Direitos Creditórios.

(o) **Registro do Termo de Cessão.** De acordo com o estabelecido no Contrato de Cessão, caberá ao Cedente realizar o registro do Termo de Cessão, na sua sede, devidamente assinado pelo Fundo e pelo Cedente, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente. Em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência do Cedente, o registro do Termo de Cessão poderá ser afetado e, neste caso, a efetiva e completa transferência de propriedade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pode ser questionada.

DOS RISCOS DE LIQUIDEZ

(p) **Liquidez Reduzida dos Direitos Creditórios.** As aplicações do Fundo nos Direitos de Crédito apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com alta liquidez para os Direitos Creditórios. Caso o Fundo precise vender os Direitos Creditórios, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio do Fundo, e, conseqüentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos Cotistas.

(q) **Liquidez reduzida das Cotas.** As Cotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer momento, os Cotistas podem ter dificuldade em vender suas Cotas.

(r) **Prazo para Resgate das Cotas.** Ressalvada a amortização de Cotas do Fundo, pelo fato de o Fundo ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas Cotas somente poderá ocorrer após o término do prazo da respectiva série, ocasião em que todos os Cotistas deverão resgatar suas Cotas, ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada, conforme previsto neste Regulamento. Tal característica do Fundo poderá limitar o interesse de outros investidores pela Cotas do Fundo, reduzindo sua liquidez no mercado secundário.



JUR_SP 817311v23 3680.220288



197505

(s) **Resgate em Direitos Creditórios.** Caso a Assembléia Geral de Cotistas delibere a Liquidação Antecipada do Fundo com resgate de Cotas mediante a entrega de Direitos Creditórios, conforme hipóteses estabelecidas neste Regulamento, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para (i) vender os Direitos Creditórios recebidos no resgate decorrente do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes com relação aos Direitos Creditórios Inadimplidos.

DOS RISCOS ESPECÍFICOS

(t) **Propriedade de Cotas x Propriedade dos Direitos Creditórios.** Apesar de o Fundo ter sua carteira constituída, preferencialmente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Cotas não confere aos seus titulares propriedade direta sobre os Direitos Creditórios ou sobre fração ideal específica dos Direitos Creditórios. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas.

(u) **Não Liquidação dos Direitos Creditórios.** As principais fontes de recursos do Fundo para que seja efetuada a amortização ou o resgate de suas Cotas, conforme o caso, decorrem da liquidação: (i) dos Direitos Creditórios pelos Clientes e (ii) dos outros ativos integrantes da Carteira do Fundo pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo poderá não dispor de outras verbas para efetuar a amortização ou o resgate, conforme o caso, de suas Cotas.

(v) **Amortização/Resgate de Cotas Seniores na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios, aos outros ativos integrantes de sua carteira e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventualidade de o Administrador não conseguir alienar os respectivos ativos. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas, conforme o caso, na medida em que (i) os Direitos Creditórios ou os outros ativos integrantes da Carteira do Fundo sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes e (ii) as verbas



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



recebidas sejam depositadas na conta de depósito de titularidade do Fundo, tanto o Administrador quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das Cotas, conforme o caso.

(w) Inexistência de Garantia de Eliminação de Riscos. A realização de investimentos no Fundo, sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas no Fundo. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, de terceiros, de mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

(x) Risco relativo ao Cedente como Fiel Depositário dos Documentos Comprobatórios. O Cedente, conforme estabelecido no Contrato de Depósito, será responsável, na qualidade de fiel depositário, pela guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios. A guarda dos referidos Documentos Comprobatórios pelo Cedente pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, bem como de exercer seus direitos, na qualidade de titular de tais Direitos Creditórios.

(y) Resgate em Direitos Creditórios. Nos casos de Liquidação Antecipada do Fundo, ou na hipótese de a Assembléia Geral de Cotistas deliberar o Resgate Compulsório das Cotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios, conforme hipóteses estabelecidas no Anexo C a este Regulamento, os Cotistas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios recebidos, e (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Clientes em relação aos Direitos Creditórios Inadimplidos.

(z) Risco Relativo à Auditoria dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Uma vez que esse



JUR_SP 817311v23 3880.220288



197505

auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas da titularidade dos Direitos Creditórios. O Fundo, o Administrador, o Custodiante, bem como quaisquer de suas partes relacionadas, não são responsáveis pela existência dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Clientes.

CAPÍTULO 12 - PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS

Artigo 50. De acordo com o previsto no Contrato de Cessão e no Contrato de Cobrança, o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos adotarà, em nome do Fundo, os procedimentos de cobrança necessários ("Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos") em relação aos Direitos Creditórios Inadimplidos.

Parágrafo Primeiro - Os Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos corresponderão àqueles adotados usualmente pelo Cedente na cobrança de seus direitos creditórios decorrentes de Contratos de Financiamento, de forma indicativa, as seguintes fases:

- (a) **Fase Preventiva:** envio de carta de cobrança ao Cliente, bem como contato (telefônico) com o Cliente relativo ao Direito Creditório Inadimplido (a) para identificar o motivo da inadimplência e incentivar o Cliente a efetuar os pagamentos em dia, no caso de a parcela inadimplida ser a primeira, e/ou (b) negociar com o Cliente, fazendo com que o pagamento seja realizado dentro do período contratado, no caso das demais parcelas. Nesta fase é comunicado ao Cliente de que o não pagamento acarretará a inclusão do Cliente, pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos órgãos de proteção ao crédito;
- (b) **Fase Pré-Legal:** Comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplimento do Cliente e cobrança via protesto em



JUR_SP 817311v23 3880.220288



Cartório e negativação no SERASA, seguido de cobrança, por carta, feita pela Sociedade de Proteção ao Crédito (SPC) visando receber o pagamento e/ou celebrar um acordo para o pagamento do Cliente quanto ao Direito Creditório Inadimplido. Não havendo sucesso, há a decisão acerca do ajuizamento ou não da ação de busca e apreensão e/ou protesto e execução da Nota Promissória emitida pelo Cliente;

- (c) **Fase Legal:** (a) controle dos processos ajuizados para satisfação dos Direitos Creditórios Inadimplidos, (b) acompanhamento dos processos junto aos escritórios de advocacia contratados para conduzirem os respectivos processos judiciais; e (c) gerenciamento da guarda e venda dos bens dados em garantia, nos termos dos respectivos contratos de financiamento; e
- (d) **Fase de Negociação:** no decorrer de todas as fases mencionadas acima, o atendimento do Cliente em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos que se enquadrem nas suas necessidades, observados os interesses do Fundo.

Parágrafo Segundo - As fases e procedimentos indicados acima serão adotadas pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos com base em prazos que podem variar de acordo com o procedimento de cobrança adotado pelo Agente Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, sem que o prazo final ultrapasse 110 (cento e dez) dias.

Artigo 51. O Cedente é exclusivamente responsável por todas as despesas para a adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais, ou que o Fundo, através do Administrador, venha a incorrer para a adoção de medidas judiciais, destinadas à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos ou outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos a que se refere o Artigo 50 acima.

Artigo 52. Os critérios de provisionamento a serem seguidos pelo Administrador, em nome do Fundo, por dia de atraso de pagamento de Direitos Creditórios Inadimplidos serão aqueles previstos na Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.682, de 23.12.1999, conforme alterada.



JUR_SP 817311v23 3880.220288

1975051



Artigo 53. A qualquer momento após o inadimplemento do pagamento dos Direitos Creditórios, o Fundo, a seu exclusivo critério e agindo no melhor interesse dos Cotistas, poderá adotar as medidas que entender cabíveis contra o respectivo Cliente, quer sejam extrajudiciais ou judiciais, independentemente de outras medidas que poderão ser adotadas pelo Fundo face aos Clientes, podendo inclusive proceder à venda dos Direitos Creditórios Inadimplidos a terceiros.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de venda dos Direitos Creditórios Inadimplidos a terceiros, o Cedente terá direito de preferência na sua aquisição. Para tanto, tal preferência deverá ser exercida conforme procedimento abaixo descrito ("Direito de Preferência").

Parágrafo Segundo - O Fundo enviará ao Cedente uma notificação por escrito a cada venda de Direitos Creditórios Inadimplidos. Tal notificação especificará, entre outros aspectos que forem relevantes, (a) a quantidade de Direitos Creditórios Inadimplidos a serem vendidos, (b) o valor do Direito Creditório Inadimplido no dia, (c) as condições de pagamento ofertadas por terceiro como contraprestação à referida aquisição de Direitos Creditórios Inadimplidos e (d) o nome e qualificação de tal terceiro comprador.

Parágrafo Terceiro - O Direito de Preferência deverá ser exercido pelo Cedente em até 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação nesse sentido enviada pelo Fundo. A aceitação do Cedente quanto aos termos propostos pelo Fundo só será considerada válida quando feita por escrito, em carta endereçada ao Administrador e enviada dentro do prazo previsto neste Artigo.

Parágrafo Quarto - A falta de manifestação pelo Cedente nos termos do Parágrafo Terceiro acima será equivalente a uma manifestação do Cedente de que não pretende exercer o direito de compra, ficando o Administrador autorizado a promover a alienação a terceiro, desde que por preço e condições de pagamento não inferiores aos constantes da comunicação inicialmente efetuada à Cedente.

Parágrafo Quinto - Se, após a manifestação do Cedente de que não pretende



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



exercer o direito de compra, qualquer termo ou condição da operação de compra referida no Artigo anterior seja alterada, o Administrador deverá renovar o procedimento de oferta acima estabelecido.

Parágrafo Sexto - Caso o Fundo, após ofertar os Direitos Creditórios Inadimplidos a terceiro, não realizar tal alienação, nos termos do Parágrafo Quarto acima, fica o Administrador autorizado a re-ofertar tais Direitos Creditórios Inadimplidos ao Cedente, ficando o preço e as condições de pagamento a serem negociados entre o Administrador e o Cedente.

CAPÍTULO 13 - COTAS DO FUNDO

CLASSES DE COTAS

Artigo 54. As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio. As Cotas do Fundo poderão ser seniores ("Cotas Seniores" ou, quando referidas individualmente, "Cota Sênior") ou subordinadas ("Cotas Subordinadas" ou, quando referidas individualmente, "Cota Subordinada").

Artigo 55. Todas as classes de Cotas terão iguais taxas, despesas e prazos, observados os termos deste Regulamento.

Artigo 56. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate e apresentam preferência na distribuição dos resultados da Carteira do Fundo, em relação às Cotas Subordinadas. O critério para distribuição dos resultados para as Cotas Seniores, está previsto no Artigo 81, Parágrafo Segundo.

Artigo 57. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos resultados da Carteira do Fundo. Assim, somente poderá ocorrer o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos resultados para as Cotas Subordinadas está prevista no Artigo 81, Parágrafo Segundo. Só haverá uma classe de Cotas Subordinadas no Fundo.



JUR_SP 817311v23 3880.220288

19 75 05

**EMIÇÃO DE COTAS**

Artigo 58. O Fundo emitirá 1 (uma) classe de Cotas Seniores, as quais poderão ser distribuídas em uma ou mais distribuições, desde que observado o limite máximo de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) de Cotas Seniores em circulação.

Parágrafo Primeiro - A emissão de Cotas Seniores poderá ser realizada em mais de uma série. As séries subsequentes poderão ser diferenciadas por prazo e valores para amortização, resgate e remuneração, nos termos a serem indicados no respectivo Suplemento, conforme modelo Anexo C a este Regulamento.

Parágrafo Segundo - A emissão de novas séries de Cotas Seniores somente ocorrerá caso, no momento da emissão da nova série, a classificação de risco das séries de Cotas Seniores em circulação não sofra rebaixamento em razão desta nova emissão.

Parágrafo Terceiro - O valor de emissão da Cota Sênior será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Artigo 59. O Fundo emitirá 1 (uma) série de Cotas Subordinadas, as quais poderão ser distribuídas em uma ou mais distribuições, em quantidade indeterminada.

Parágrafo Primeiro - O valor de emissão da Cota Subordinada será de R\$1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo Segundo - O Cedente, deverá, obrigatoriamente, em cada data de emissão de Cotas Seniores do Fundo, subscrever e integralizar Cotas Subordinadas, as quais corresponderão a 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido, sendo que a verificação e a manutenção desse percentual, durante o prazo de duração do Fundo, será de responsabilidade e verificada diariamente pelo Administrador.

Parágrafo Terceiro - A cada nova série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo, poderão ser emitidas Cotas Subordinadas em classe diferenciada de Cotas Subordinadas anteriormente emitidas pelo Fundo, conforme indicado



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



no respectivo Suplemento, conforme o modelo do Anexo C deste Regulamento.

Artigo 60. No período de distribuição de uma determinada série de Cotas Seniores, deve-se utilizar o valor da Cota Sênior da respectiva série, ou o valor da Cota Subordinada da respectiva classe, sendo colocada no dia útil ao da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências.

Artigo 61. As Cotas serão escriturais e nominativas e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares, sendo adotada a sistemática de quotas fracionárias, com até 7 (sete) casas decimais, sem arredondamento. O Custodiante poderá promover o grupamento automático de Cotas da mesma classe detidas por qualquer Cotista.

INVESTIDORES

Artigo 62. A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista. Somente poderão subscrever e/ou adquirir Cotas do Fundo investidores qualificados, conforme legislação aplicável.

Artigo 63. O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

CAPÍTULO 14 - DISTRIBUIÇÃO, APLICAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS

DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS DO FUNDO

Artigo 64. Todas as Cotas de emissão do Fundo somente poderão ser distribuídas por intermédio de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

Artigo 65. No momento da subscrição das Cotas do Fundo, caberá à instituição contratada para a distribuição assegurar a condição de investidor qualificado do subscritor das Cotas, independentemente da classe a qual pertençam, nos termos do



JUR_SP 817311v23 3880.220288



197505

Artigo 1.

Artigo 66. Será admitida a aquisição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.

Artigo 67. As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo e/ou Mercado de Títulos e Valores Mobiliários Privados de Renda Fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. (SOMA) - SOMAFIX e/ou junto a Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

APLICAÇÃO EM COTAS DO FUNDO

Artigo 68. A aplicação em Cotas Seniores do Fundo será feita em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED, ou por outras formas admitidas pela regulamentação pertinente, desde que os recursos estejam imediatamente disponíveis.

Artigo 69. Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que a aplicação seja efetuada, além dos meios definidos no Artigo 68, em Direitos Creditórios Elegíveis e de acordo com o Compromisso de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Cedente, o Fundo, representado pelo Administrador e o Coordenador, tendo como interveniente o Custodiante.

AMORTIZAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO

Artigo 70. Os Cotistas do Fundo terão direito a receber parcela do valor de suas Cotas, sem redução do seu número, a título de amortização das Cotas, conforme descrito no Anexo C deste Regulamento e no Suplemento da série ou classe.

RESERVA DE AMORTIZAÇÃO

Artigo 71. O Administrador deverá constituir reserva de recursos para pagamento



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



das amortizações das Cotas Seniores ("Reserva de Amortização"). Para tanto, o Administrador deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e manter os ativos do Fundo (exceção feita aos Direitos Creditórios) em (a) caixa, (b) depósitos bancários à vista, (c) numerário em trânsito, ou (d) aplicações de liquidez imediata ("Disponibilidades") de modo que:

- (i) até o 60º (sexagésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado pelo Administrador para a respectiva parcela de amortização;
- (ii) até o 50º (quinquagésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor estimado pelo Administrador para a respectiva parcela de amortização;
- (iii) até o 40º (quadragésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 70% (setenta por cento) do valor estimado pelo Administrador para a respectiva parcela de amortização; e
- (iv) até o 30º (trigésimo) dia corrido anterior a cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser correspondente a 100% (cem por cento) do valor estimado pelo Administrador para a



JUR_SP 81731/v23 3880.220288



respectiva parcela de amortização.

Parágrafo Primeiro. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios caso a posição de Disponibilidades esteja com montante superior ao demandado para constituição das 2 (duas) últimas Reservas de Amortização que ainda não foram utilizadas no pagamento da amortização das Cotas Seniores.

Parágrafo Segundo. Na constituição da Reserva de Amortização, o Administrador deverá privilegiar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a Política de Investimento do Fundo.

Parágrafo Terceiro. Caso, uma vez constituída, a Reserva de Amortização deixe de atender ao disposto neste Regulamento, o Administrador, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Amortização. Tal procedimento somente será suspenso quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao valor estimado da respectiva amortização ou resgate de Cotas Seniores.

Parágrafo Quarto. Os procedimentos descritos neste Artigo 71 do Regulamento não constituem promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva de recursos para tanto.

RESERVA DE PRÉ-PAGAMENTO

Artigo 72. Sem prejuízo da Reserva de Amortização, o Administrador deverá constituir uma reserva de recursos denominada "Reserva de Pré-Pagamento". Esta reserva será constituída da seguinte forma:



909261

197505



- (a) em cada Data de Amortização de Cotas Seniores, conforme definido no respectivo Suplemento, o Administrador deverá apurar os seguintes valores:
- (i) o somatório, desde o início das atividades do Fundo, dos pagamentos de Direitos Creditórios com antecipação superior ou igual a 30 (trinta) dias da data original do vencimento do Direito Creditório (o "Valor de Pré-Pagamentos"); e
 - (ii) o somatório, desde o início das atividades do Fundo, do total de Direitos Creditórios vencidos até a Data de Amortização das Cotas Seniores (o "Valor de Direitos Creditórios Vencidos").
- (b) Caso a relação entre o Valor de Pré-Pagamento e o Valor de Direitos Creditórios Vencidos seja superior a 11% (onze por cento), o Administrador deverá destinar o montante de recursos equivalente a esta diferença à Reserva de Pré-Pagamento. Caso em uma avaliação futura, este "índice" esteja abaixo de 11% (onze por cento), o valor destinado à Reserva de Pré-Pagamento será "zerado".

Parágrafo Primeiro. Os montantes depositados na conta Reserva de Pré-Pagamento poderão ser investidos pelo Administrador em qualquer modalidade de investimento autorizado ao Fundo.

Parágrafo Segundo. Os recursos depositados na conta Reserva de Pré-Pagamento poderão ser utilizados na constituição das Reservas de Amortização ou nos pagamentos de amortização de Cotas Seniores, caso o fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios não seja suficiente para fazer tais constituições ou pagamentos.

RESGATE DAS COTAS DO FUNDO

Artigo 73. As Cotas do Fundo somente poderão ser resgatadas na hipótese de Resgate Compulsório ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada.

Artigo 74. O resgate das Cotas será realizado mediante a observância do seguinte



JUR_SP 817311v23 3880.220288

119 75 05



procedimento:

- (i) as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate em moeda corrente nacional, sendo que, no caso de insuficiência de recursos do Fundo em moeda corrente, serão entregues Direitos Creditórios aos titulares de Cotas Seniores; e
- (ii) assegurada a prioridade de pagamento de resgate em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios às Cotas Seniores nos termos do item (i) acima, as Cotas Subordinadas serão resgatadas em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente do Fundo.

Artigo 75. O Administrador poderá, a seu exclusivo critério, mas sem prejuízo aos Cotistas, na emissão de novas séries de Cotas, alterar os dispositivos acima quanto à amortização e resgate das Cotas do Fundo, conforme será previsto em Suplemento cujo modelo é anexado a este Regulamento como Anexo C.

CAPÍTULO 15 - VALORIZAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO

Artigo 76. Quanto às Cotas Seniores, o Fundo buscará, mas não garante atingir, a rentabilidade prevista no Suplemento da respectiva série.

Artigo 77. A Referência de Rentabilidade das Cotas Seniores tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de Cotas e não representa nem deverá ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Cotistas titulares das Cotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas aplicações, a uma rentabilidade superior à Referência de Rentabilidade, a qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

Artigo 78. Todo dia útil, desde que o patrimônio do Fundo assim permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos resultados da



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



Carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à aplicação do percentual citado no Suplemento da respectiva série de Cotas Seniores, sobre o valor da última Cota disponível, conforme fórmula de cálculo do valor a ser incorporado constante do Anexo D deste Regulamento.

Artigo 79. Também todo dia útil, após a incorporação dos resultados para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da Carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

Artigo 80. O disposto no Artigo 78 não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente um limite de incorporação, ao valor das Cotas Seniores, de rendimento dos resultados da Carteira do Fundo. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da Carteira do Fundo assim permitirem.

Artigo 81. As Cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

Parágrafo Primeiro - O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- (a) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme os itens anteriores, pelo número de Cotas Seniores; ou
- (b) o valor unitário da Cota Sênior no dia útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período, conforme estabelecidos no Artigo 78.

Parágrafo Segundo - O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, apurado conforme o Artigo 81, Parágrafo Primeiro, pelo número total de Cotas Subordinadas.



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



CAPÍTULO 16 - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

Artigo 82. Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização de metodologia de apuração do seu valor de mercado, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparada por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação.

Parágrafo Primeiro - Os ativos serão valorizados conforme segue:

- (a) por não terem mercado de negociação oficial, os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos (correspondentes à taxa de deságio sobre seu valor de face, pré-fixada, a ser informada pelo Fundo) feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento;
- (b) a valorização dos demais ativos que compõem a Carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas junto à Bolsa de Valores de São Paulo, Bolsa de Mercadorias & Futuros, SISBACEN, Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA) ou outros mercados organizados onde os ativos forem negociados, observadas as regras do Banco Central do Brasil e da CVM aplicáveis, conforme metodologia adotada pelo Custodiante;
- (c) não havendo liquidez na negociação de algum dos ativos, o Custodiante admitirá como corretos os preços informados pelo Administrador; e
- (d) Com relação à taxa de desconto na aquisição dos Direitos Creditórios, a taxa a ser praticada será a taxa interna de retorno média dos Contratos de Financiamento objetos da cessão ao Fundo, podendo ser alterada ao longo do período de vigência do Fundo. A taxa praticada baseia-se nos seguintes fatores, entre outros:



JUR SP 817311v23 3880.220288



197505

- (i) Rentabilidade alvo das Cotas Seniores;
- (ii) Taxa de Administração;
- (iii) Taxa de Custódia;
- (iv) Taxa de Fiscalização da CVM; e
- (v) Outras despesas, como Agência de Classificação de Risco, auditoria e publicações legais.

Parágrafo Segundo - A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios descrita no Artigo 82, Parágrafo Primeiro, levou em consideração os seguintes aspectos:

- (a) inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios;
- (b) as características dos Direitos Creditórios; e
- (c) os Direitos Creditórios serem classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento", para fins de contabilização, uma vez que tais direitos permanecerão na Carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento.

Artigo 83. As perdas e provisões com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da Carteira do Fundo serão reconhecidas no resultado do período observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil ("COSIF").

Parágrafo Único - Os ajustes aos valores dos ativos e das modalidades operacionais integrantes da Carteira do Fundo, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no resultado do período, observados os



JUR_SP 817311v23 3880.220288



197505

procedimentos definidos no COSIF.

CAPÍTULO 17 - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 84. É da competência privativa da Assembléia Geral:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- (ii) alterar o presente Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) deliberar sobre elevação da taxa de administração a favor do Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (v) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou Liquidação Antecipada do Fundo; e
- (vi) eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único - O presente Regulamento poderá ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, ou ainda em caso de determinação da CVM, independentemente de realização de assembléia geral. Nessas hipóteses, deverá ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de edição da norma ou da determinação da CVM, a divulgação do fato aos condôminos, através do Periódico do Fundo.

Artigo 85. A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos.

Parágrafo Único - Somente pode exercer as funções de representante de



UR_SP 817311v23 3880.220288



condôminos pessoa natural ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (a) ser condômino;
- (b) não exercer cargo ou função ligada ao Administrador, a seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (c) não exercer cargo em empresa cedente de Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo.

Artigo 86. Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral pode reunir-se por convocação do Administrador ou de condôminos possuidores de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 87. A cada Cota Sênior corresponde um voto nas assembléias gerais do Fundo. As Cotas Subordinadas não terão exercício do direito de voto nas Assembléias Gerais enquanto existirem Cotas Seniores do Fundo em circulação, preservada a opção dos titulares de Cotas Subordinadas de participarem nas assembléias gerais do Fundo e observado o disposto no presente Artigo, Parágrafo Segundo, quando os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas terão direito a voto com relação às matérias ali relacionadas.

Parágrafo Primeiro - As deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 84, bem como as deliberações relativas a todas as demais matérias relativas ao Fundo serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas Seniores emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas Seniores dos presentes, salvo nos casos em que quorum específico for exigido pelo presente Regulamento ou pela legislação aplicável.

Parágrafo Segundo - As deliberações que, por qualquer modo, afetem os direitos e/ou interesses diretamente relacionados a uma ou mais classe de Cotas, em especial as referentes à distribuição dos resultados da Carteira do Fundo, amortização e resgate de Cotas, bem como direito de voto de cada classe, estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



metade das Cotas da classe afetada, sendo computados em apartado os votos de cada classe afetada.

Parágrafo Terceiro - Somente podem votar na Assembléia Geral os Cotistas titulares de Cotas Seniores, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano, observado o disposto no Artigo 87 e parágrafos.

Parágrafo Quarto - Não têm direito a voto na Assembléia Geral o Administrador e seus empregados.

Artigo 88. As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos condôminos no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização, no Periódico do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino.

Artigo 89. - A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita mediante anúncio publicado no Periódico do Fundo, edição nacional, conforme o Artigo 100 ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, que deverá informar o dia, hora e local de realização da Assembléia Geral e os assuntos a serem nela tratados.

Parágrafo Primeiro - A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, observado o disposto no presente Regulamento.

Parágrafo Segundo - Não se realizando a Assembléia Geral, deverá ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Terceiro - Para os fins do disposto no Artigo 89, Parágrafo Segundo, fica estabelecido que a segunda convocação da Assembléia Geral poderá ser providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.



SP 817311v23 3880.220288

119 75 05



Parágrafo Quarto - Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deverá ser realizada na sede do Administrador e, quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas deverão indicar, com clareza, o lugar da reunião, que sempre deverá ser realizada na localidade da sede.

Parágrafo Quinto - Fica desde já estabelecido que independentemente das formalidades previstas neste Artigo 89 e demais parágrafos, deverá ser considerada regular quanto ao aspecto formal a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores.

CAPÍTULO 18 - LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 90. O Fundo será ordinariamente liquidado quando do término do prazo de duração do Fundo, ou nas hipóteses previstas nos Artigos 91 ou 93, hipótese em que as Cotas do Fundo serão resgatadas compulsoriamente ("Resgate Compulsório").

Parágrafo Primeiro - Em até 3 (três) meses antes do término do prazo de duração do Fundo, os Cotistas, reunidos em Assembléia Geral, poderão deliberar acerca da prorrogação do prazo do Fundo, por prazo a ser então determinado.

Artigo 91. Não obstante o Artigo 90, o Fundo poderá ser liquidado a qualquer tempo, mediante deliberação nesse sentido de 85% (oitenta e cinco por cento) dos Cotistas titulares de Cotas Seniores em circulação, reunidos em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, ou conforme descrito abaixo.

EVENTOS DE CONSULTA AOS COTISTAS

Artigo 92. Sem prejuízo do disposto nos Artigos 90 e 91, são Eventos de Consulta aos Cotistas:

- (i) sempre que decidido pelos Cotistas em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim, respeitado o quorum de



JUR_SP 817311v23 3880.220288



deliberação previsto no Artigo 91 deste Regulamento; ou

- (ii) na hipótese de, durante 3 (três) meses consecutivos, o patrimônio líquido médio do Fundo for inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); ou
- (iii) na ocorrência de eventos que façam com que o valor das Cotas Subordinadas face ao patrimônio líquido do Fundo seja menor que o Índice de Garantia, por 2 (dois) dias úteis consecutivos ou 3 (três) dias úteis intercalados no período de 30 dias corridos; ou
- (iv) na ocorrência de rebaixamento, em até 2 níveis, da classificação de risco atribuída às Cotas Seniores do Fundo; ou
- (v) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, se notificada pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação; ou
- (vi) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da referida notificação; ou
- (vii) rescisão do Contrato de Custódia, nos termos ali previstos, sem que tenha sido encontrado um substituto para o Custodiante; ou
- (viii) rescisão do Contrato de Cobrança, nos termos ali previstos, sem que tenha sido encontrado um substituto para o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos; ou
- (ix) caso existam evidências de que os Direitos Creditórios tenham sido onerados, gravados ou sujeitos a algum encargo, previamente à data



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



da cessão; ou

- (x) caso o Fundo não efetue o pagamento máximo permitido da amortização das Cotas Seniores por 2 (duas) vezes seguidas, ou 3 (três) vezes no total, durante a vida da respectiva série de Cotas Seniores.

Parágrafo Único - Na ocorrência de algum dos eventos indicados no Artigo 92: (a) o Custodiante suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios, bem como suspenderá o pagamento de amortizações de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas ainda em aberto; e (b) o Administrador deverá convocar uma Assembléia Geral para que seja deliberada a Liquidação Antecipada do Fundo. Se a Assembléia Geral de Cotistas deliberar pela não Liquidação Antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas titulares de Cotas Seniores dissidentes a possibilidade de solicitar o resgate antecipado de suas Cotas.

LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

Artigo 93. A ocorrência dos seguintes eventos implicará na Liquidação Antecipada do Fundo (quando o Custodiante suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios, bem como o pagamento de amortizações de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas ainda em aberto), sujeita apenas à realização de Assembléia Geral de Cotistas para deliberação sobre os procedimentos que serão adotados visando preservar os direitos e interesses dos Cotistas (atendido, nesse caso, o quorum de deliberação previsto no Artigo 91):

- (i) nas hipóteses previstas no artigo 9º, inciso II, da Instrução CVM nº 356/01;
- (ii) caso o Contrato de Cessão seja resolvido ou rescindido; e
- (iii) caso o Administrador renuncie e não seja substituído por outro administrador no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Artigo 94. Serão considerados eventos de rescisão do Contrato de Cessão, sem



JUR_SP_817311v23_3880.220288



197505

prejuízo de outros eventos a serem incluídos no Contrato de Cessão:

- (i) a decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial do Cedente;
e
- (ii) descumprimento de qualquer obrigação do Cedente prevista no Contrato de Cessão.

Artigo 95. Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Artigo 96. No caso de liquidação, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos Cotistas, se o Fundo ainda tiver recursos, o valor apurado conforme o Artigo 81, Parágrafos Primeiro e Segundo, conforme se trate de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, até os limites previstos no Artigo 81, Parágrafos Primeiro e Segundo, respectivamente, deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. - Na hipótese de pagamento aos titulares de Cotas Seniores com Direitos Creditórios, cada titular de Cota Sênior fará jus ao montante, em Direitos Creditórios, correspondente à sua participação no Fundo. O pagamento aos titulares de Cotas Seniores em Direitos Creditórios será realizado mediante a celebração de um instrumento de cessão de crédito entre o Fundo, representado pelo Administrador, e os titulares de Cotas Seniores, conjuntamente. Uma vez ocorrida a cessão dos Direitos Creditórios, os titulares das Cotas Seniores poderão manter os Direitos Creditórios sob a custódia do Custodiante (inclusive para fins de cobrança).

Parágrafo Segundo. - Na hipótese de os Cotistas não chegarem a acordo referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios Elegíveis serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o



JUR_SP 817311v23 3880.220288



Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Parágrafo Terceiro - O Administrador deverá notificar os Cotistas, (i) para que elejam um administrador para o condomínio de Direitos de Crédito Elegíveis, na forma do artigo 1323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito Elegíveis a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente responsabilidade do Administrador perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

Parágrafo Quarto - Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

Artigo 97. A liquidação do Fundo será gerida pelo Administrador, observado o que dispõe este Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral.

CAPÍTULO 19 - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 98. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração prevista no Artigo 11:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- (iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua



JUR_SP 817311v23 3880.220288



situação e da atuação do Administrador;

- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo; 197505
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) despesas inerentes à constituição, à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de condôminos;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo, que incluirão todos os custos relativos a todos os serviços descritos no Artigo 19 deste Regulamento, bem como os serviços de escrituração e emissão de Cotas, controladoria, cobrança e guarda de documentos;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- (xi) taxas e emolumentos correspondentes ao registro dos Termos de Cessão junto ao Cartório de Títulos e Documentos competente.
- (xii) taxas de registro do Fundo e de Distribuição das Cotas na CVM e ANBID

Artigo 99. As despesas não previstas no Artigo 98 acima como encargos do Fundo devem ser custeadas pelo Administrador.

CAPÍTULO 20 - PUBLICAÇÕES

Artigo 100. Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos que, de alguma forma, relacionados aos interesses dos Cotistas, incluindo



JUR_09 817311v23 3889.228288



aqueles que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo, deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio:

(a) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico do Fundo ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação equivalente; e/ou (b) de carta com aviso de recebimento endereçado a cada condômino.

1197505

Artigo 101. As publicações referidas neste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Cotas do Fundo.

Artigo 102. Qualquer mudança relacionada ao Periódico do Fundo deverá ser aprovada pelos Cotistas, reunidos em Assembléia Geral na forma deste Regulamento.

Artigo 103. Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações e a indicação de como os Cotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 104. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

CAPÍTULO 21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 105. O Fundo terá escrituração contábil própria.

Artigo 106. O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em Setembro de cada ano.

Artigo 107. Por ocasião da auditoria, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos do item (ix) do Artigo 8.

Artigo 108. Na hipótese de o dia da efetivação de pagamentos aos Cotistas, seja por força da amortização ou do resgate de Cotas, coincidir com feriado na Cidade



JUR_SP 817311v23 3880,220288

197505



de São Paulo ou outra praça onde estiver sediado o Administrador, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Cotista(s) no primeiro dia útil seguinte, não havendo direito, por parte do Cotista, a qualquer acréscimo.

Artigo 109. Para fins tributários, o Fundo será classificado como “fundo de investimento de longo prazo” conforme artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I da Instrução da Receita Federal n.º 487 de 30.12.2004.

Artigo 110. Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Osasco, 8 de novembro de 2005.

**BEM – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
(ADMINISTRADOR)**

Nome: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Testemunhas:

1. - _____

Nome: _____

CPF/MF n.º _____

RG: _____

2. - _____

Nome: _____

CPF/MF n.º _____

RG: _____



JUR_SP 817311v23 3880.220288



ANEXO A

197505

TERMO DE ADESÃO AO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS E RECIBO DO PROSPECTO

Nome: [•]
CPF/CNPJ: [•]
Banco: [•]
Agência: [•]
Conta Corrente: [•]
Valor do Investimento: [•]

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo único da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução 393, de 22 de julho de 2003 ("Instrução CVM 356/01"), expedida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adere, expressamente, aos termos do regulamento ("Regulamento") do **FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS** ("Fundo"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

O investidor também declara:

- (i) que tomou ciência:
 - (a) de que os direitos creditórios que compõem a Carteira do Fundo são classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento", para fins de contabilização;
 - (b) de que as informações do Fundo serão divulgadas no periódico Gazeta Mercantil, edição nacional;
 - (c) de que será cobrada Taxa de Administração pelo Administrador do Fundo, nos termos do Artigo 11 do Regulamento;



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



- (d) dos riscos decorrentes do investimento no Fundo, tal como disposto no Regulamento e no Anexo I deste Termo de Cessão;
 - (e) da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, independentemente de realização de assembleia geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único da Instrução n.º 356/01, da CVM.
- (ii) ter recebido, neste ato, 1 (um) exemplar do Regulamento e do Prospecto, com informações sobre o Fundo; e
- (iii) ser investidor qualificado, nos termos da regulamentação em vigor e fundos de investimento classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", nos termos do inciso II do artigo 91 da Instrução CVM n.º 409, de 24 de agosto de 2004, conforme item "Investidores", Capítulo 13, que sejam habilitados a adquirir Cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

[local], [●] de [●] de [●].

(nome do investidor)

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



Anexo I

1. - A Carteira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FICSA Financiamento de Veículos, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando aos seguintes:

DOS RISCOS DE MERCADO

(a) **Risco de Crédito dos Títulos da Carteira do Fundo.** Os títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a Carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetam as condições financeiras dos emissores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez.

O Fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários. Na hipótese de um problema de falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores de títulos de dívida ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

(b) **Risco Decorrente da Precificação dos Ativos.** A precificação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*) poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, podendo resultar em redução no valor das Cotas do Fundo.

(c) **Risco de Restrições à Negociação.** Determinados ativos componentes da



JUR_SP_817311v23_3880.220288

197505



Carteira do Fundo, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores e mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderá ser prejudicada.

(d) **Fatores Macroeconômicos Relevantes.** Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em alongamento do período de amortização e Resgate Compulsório das Cotas, bem como Liquidação Antecipada do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por alguma razão, o alongamento do período de amortização e Resgate Compulsório das Cotas, a Liquidação Antecipada do Fundo ou, ainda, caso os Cotistas sofram dano ou prejuízo resultante de tais eventos.

(e) **Risco de Taxa de Juros.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em modalidades financeiras de renda fixa que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é divulgada diariamente, poderá ocorrer alguma diferença quanto aos valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos outros ativos integrantes da Carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tais diferenças, de qualquer ordem, sofridas pelo Fundo.



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



DOS RISCOS RELACIONADOS AO FUNDO

(f) **Da Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Cotas Seniores será atualizado diariamente, de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores quando do resgate de suas respectivas Cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante ou do Cedente e de suas respectivas pessoas controladoras, das sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas.

(g) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação.** O Cedente somente se responsabiliza pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes. O Administrador, o Custodiante, suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Clientes.

(h) **Risco de Crédito dos Direitos Creditórios.** A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Clientes, dos valores devidos em razão dos contratos de financiamento, inexistindo, portanto, garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.

(i) **Não Recuperação dos Direitos Creditórios.** A cessão dos Direitos Creditórios, pelo Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, deverá abranger todos os direitos, ações e garantias assegurados ao Cedente por força dos Direitos Creditórios, para fins de cobrança e recebimento dos valores devidos pelos Clientes nos termos dos contratos de financiamento, dentro dos limites legais a serem observados pelo Fundo considerando sua natureza jurídica. Embora os Direitos Creditórios possam ser cobrados judicial ou extrajudicialmente, conforme previsto neste Regulamento, não é possível assegurar que os valores devidos ao



UR_SP 817311v23 3880.220268

197505



Fundo com relação aos Direitos Creditórios serão recuperados e nem tampouco quanto a celeridade de tal cobrança.

(j) Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Cedente. O Administrador, suas pessoas controladoras, sociedades por esta direta ou indiretamente controladas, a esta coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso o Cedente deixe de arcar com os recursos necessários para tanto.

(k) Notificação dos Clientes Acerca da Cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo. Em razão de considerações operacionais e comerciais, os Clientes (devedores) não serão notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, no momento da cessão dos Direitos Creditórios, conforme dispõe o artigo 290 do Código Civil. Dessa forma, existe o risco de os Clientes efetuarem o pagamento dos valores devidos diretamente ao credor original (Cedente) e não ao novo credor (Fundo). Caso isso aconteça, o Fundo poderá reclamar tais valores do Cedente. Com o intuito de mitigar tal risco, o Cedente se comprometeu a (i) manter, durante todo o prazo de duração do Fundo, sistema de controle e gerenciamento dos pagamentos realizados pelos Clientes com relação aos Direitos Creditórios, redirecionando, automaticamente, todo recurso recebido pelo Cedente com relação aos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, diretamente da conta de compensação (conta transitória) do Cedente para a conta corrente do Fundo e (ii) agir como fiel depositário do Fundo quanto a montantes devidos pelos Clientes ao Fundo e que lhe tenham sido pagos, devendo direcionar tais valores à conta corrente do Fundo em até 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento de valores dos Clientes ou, assim que possível, em caso de impossibilidade de identificação do depósito.

(l) Originação Constante de Direitos Creditórios. De acordo com os termos do Contrato de Cessão, o Cedente não se encontra obrigado a ceder novos Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da capacidade do Cedente de continuar a gerar Direitos Creditórios Elegíveis, nos



JUR_SP 817311v23 3880.220288



termos do Contrato de Cessão.

197505

DOS RISCOS RELATIVOS AO CEDENTE

(m) **Riscos Relativos ao Cedente.** O investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, de Direitos Creditórios pelo Cedente. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pelo Cedente e devidamente pagos pelos Clientes, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

(n) **Performance e Riscos relacionados ao Cedente.** De acordo com a estrutura da operação, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo. Nenhuma garantia pode ser dada de que o Cedente continuará atuando no ramo de atividade que atualmente possibilita o Cedente a originar os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo. Portanto, o patrimônio líquido do Fundo será afetado caso o Cedente venha a interromper suas atividades que resultam na originação dos Direitos Creditórios.

(o) **Registro do Termo de Cessão.** De acordo com o estabelecido no Contrato de Cessão, caberá ao Cedente realizar o registro do Termo de Cessão, na sua sede, devidamente assinado pelo Fundo e pelo Cedente, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente. Em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência do Cedente, o registro do Termo de Cessão poderá ser afetado e, neste caso, a efetiva e completa transferência de propriedade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pode ser questionada.

DOS RISCOS DE LIQUIDEZ

(p) **Liquidez Reduzida dos Direitos Creditórios.** As aplicações do Fundo nos Direitos de Crédito apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com alta liquidez para os Direitos Creditórios. Caso o Fundo precise vender os Direitos Creditórios, poderá não haver comprador ou o preço de



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio do Fundo, e, conseqüentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos Cotistas.

(q) **Liquidez reduzida das Cotas.** As Cotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer momento, os Cotistas podem ter dificuldade em vender suas Cotas.

(r) **Prazo para Resgate das Cotas.** Ressalvada a amortização de Cotas do Fundo, pelo fato de o Fundo ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas Cotas somente poderá ocorrer após o término do prazo da respectiva série, ocasião em que todos os Cotistas deverão resgatar suas Cotas, ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada, conforme previsto neste Regulamento. Tal característica do Fundo poderá limitar o interesse de outros investidores pela Cotas do Fundo, reduzindo sua liquidez no mercado secundário.

(s) **Resgate em Direitos Creditórios.** Caso a Assembléia Geral de Cotistas, delibere a Liquidação Antecipada do Fundo com resgate de Cotas mediante a entrega de Direitos Creditórios, conforme hipóteses estabelecidas neste Regulamento, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para (i) vender os Direitos Creditórios recebidos no resgate decorrente do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes com relação aos Direitos Creditórios Inadimplidos.

DOS RISCOS ESPECÍFICOS

(t) **Propriedade de Cotas x Propriedade dos Direitos Creditórios.** Apesar de o Fundo ter sua carteira constituída, preferencialmente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das Cotas não confere aos seus titulares propriedade direta sobre os Direitos Creditórios ou sobre fração ideal específica dos Direitos Creditórios. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas.

(u) **Não Liquidação dos Direitos Creditórios.** As principais fontes de recursos do Fundo para que seja efetuada a amortização ou o resgate de suas Cotas,



JUR_SP 817311v23 3880.220288

19 75 05



conforme o caso, decorrem da liquidação: (i) dos Direitos Creditórios pelos Clientes e (ii) dos outros ativos integrantes da Carteira do Fundo pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo poderá não dispor de outras verbas para efetuar a amortização ou o resgate, conforme o caso, de suas Cotas.

(v) Amortização/Resgate de Cotas Seniores na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios, aos outros ativos integrantes de sua carteira e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventualidade de o Administrador não conseguir alienar os respectivos ativos. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas, conforme o caso, na medida em que (i) os Direitos Creditórios ou os outros ativos integrantes da Carteira do Fundo sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes e (ii) as verbas recebidas sejam depositadas na conta de depósito de titularidade do Fundo, tanto o Administrador quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das Cotas, conforme o caso.

(w) Inexistência de Garantia de Eliminação de Riscos. A realização de investimentos no Fundo, sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas no Fundo. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, de terceiros, de mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

(x) Risco relativo ao Cedente como Fiel Depositário dos Documentos Comprobatórios. O Cedente, conforme estabelecido no Contrato de Depósito, será responsável, na qualidade de fiel depositário, pela guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios. A guarda dos referidos



JUR_SP 817311v23 3880.220288

1975051



Documentos Comprobatórios pelo Cedente pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, bem como de exercer seus direitos, na qualidade de titular de tais Direitos Creditórios.

(y) **Resgate em Direitos Creditórios.** Nos casos de Liquidação Antecipada do Fundo, ou na hipótese de a Assembléia Geral de Cotistas deliberar o Resgate Compulsório das Cotas Seniores, mediante a entrega de Direitos Creditórios, conforme hipóteses estabelecidas no Anexo C a este Regulamento, os Cotistas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios recebidos, e (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Clientes em relação aos Direitos Creditórios Inadimplidos.

(z) **Risco Relativo à Auditoria dos Documentos Comprobatórios.** O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Uma vez que esse auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas da titularidade dos Direitos Creditórios. O Fundo, o Administrador, o Custodiante, bem como quaisquer de suas partes relacionadas, não são responsáveis pela existência dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Clientes.



197505



ANEXO B

PROCEDIMENTOS DE OFERTA, SELEÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 1.1. Para a implementação e formalização da oferta de cessão de Direitos Creditórios, o Cedente colocará à disposição do Custodiante, por conta e ordem do Fundo, por meio eletrônico, o arquivo contendo as características dos Direitos Creditórios que o Cedente está disposto a ceder ao Fundo. O envio do arquivo ao Fundo caracteriza a oferta de cessão dos Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo.
- 1.2. Após o recebimento do arquivo mencionado no item 1.1 acima e a verificação de quais Direitos Creditórios ali identificados atendem aos Critérios de Elegibilidade (o "Direito Creditório Elegível" ou os "Direitos Creditórios Elegíveis"), o Custodiante colocará à disposição do Fundo, por meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios Elegíveis, individualmente identificados, no mínimo, pelas informações dos Direitos Creditórios, conforme disposto no termo de cessão preparado na forma do Anexo A (o "Termo de Cessão") ao Contrato de Cessão, e pelo respectivo Preço de Aquisição, estabelecido no item 4.1 da Cláusula IV do Contrato de Cessão.
- 1.3. Após ter acesso à relação de Direitos Creditórios Elegíveis, o Fundo enviará ao Cedente, por meio de *fac-simile*, o Termo de Cessão, devidamente preenchido e assinado por pessoa(s) que possue(m) capacidade legal para representá-lo ("Pessoa(s) Autorizada(s) do Fundo").
- 1.4. O Cedente devolverá ao Fundo, via *fac-simile*, o Termo de Cessão devidamente assinado por pessoa(s) que possue(m) capacidade legal para representá-lo ("Pessoa(s) Autorizada(s) do Cedente").
- 1.5. Após o recebimento do Termo de Cessão devidamente assinado pelas Pessoas Autorizadas do Cedente e pelas Pessoas Autorizadas do Fundo, o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, efetuará o pagamento da compra dos Direitos Creditórios ao Cedente, nos termos da Cláusula V do Contrato



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



de Cessão (a "Data de Aquisição").

1.6. O Fundo obriga-se a entregar ao Cedente, 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente subsequente à respectiva Data de Aquisição, devidamente assinadas e rubricadas pelas Pessoas Autorizadas do Fundo e pelas Pessoas Autorizadas do Cedente.

1.6.1. Ao menos uma das vias mencionadas no item 1.6 acima deverá ser devidamente registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, na sede do Cedente e na sede do Fundo, conforme estabelecido na Cláusula XVIII do Contrato de Cessão.

1.6.2. Após realizado o registro do Termo de Cessão, conforme mencionado no item 1.6,1 acima, o Cedente deverá entregar 1 (uma) via original do respectivo Termo de Cessão ao Fundo, devidamente registrado em sua sede.

1.7. Nenhuma nova cessão de Direitos Creditórios será aceita pelo Fundo e processada pelo Administrador enquanto o Cedente encontrar-se inadimplente no cumprimento das obrigações referidas no item 1.4 acima.

1.8. A cessão de Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo será considerada perfeita e acabada quando do recebimento pelo Custodiante do Termo de Cessão, na forma do item 1.4 acima, e do pagamento do Preço de Aquisição ao Cedente, nos termos do item 1.5 acima e do item 4.1 da Cláusula V do Contrato de Cessão.

1.9. A cessão formalizada na forma do item 1.8 acima transfere ao Fundo, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente, de seus acionistas, de sociedades por esses direta ou indiretamente controladas, a esses coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, independentemente de qualquer outro procedimento adicional; a plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis e de todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade.

1.10. Os Direitos Creditórios que tenham sido ofertados ao Fundo, conforme



JUR_SP 8173111v23 3880.220288

197505



disposto no item 1.1 acima mas que não sejam por qualquer motivo adquiridos pelo Fundo, poderão ser re-ofertados em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade e de formalização da cessão, nos termos deste Contrato e do Regulamento.

- 1.11. Ressalvada a hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, definidas no item 13.1 da Cláusula XIII do Contrato de Cessão, a perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Cedente, suas pessoas controladoras, sociedades por esses direta ou indiretamente controladas, a esses coligadas ou outras sociedades sob controle comum.





**ANEXO C – MODELO DE SUPLEMENTO AO REGULAMENTO PARA
EMIÇÃO DE SÉRIES DE COTAS SENIORES E CLASSES DE COTAS
SUBORDINADAS**

SUPLEMENTO DA SÉRIE [•]

1. Suplemento n.º [•] (o “Suplemento”) referente à [•]ª ([•]) Série de Cotas Seniores (a “[•]ª Série”), emitida nos termos do regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Financiamento de Veículos, registrado sob o n.º [•] no Segundo Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ sob o n.º [•] e administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (o “Administrador”). Os documentos necessários ao registro da [•]ª ([•]) distribuição, definidas na Instrução CVM n.º 356/01, foram devidamente protocolados pelo Administrador na CVM em [•] de [•] de [•].
2. A quantidade de Cotas emitidas, forma de amortização e outras disposições gerais desta [•]ª Série são definidas abaixo.

Seção I. Quantidade de Cotas emitidas

Cotas Seniores: [•]

Cotas Subordinadas: [•]

Seção II. Da Amortização das Cotas

3. Todos os recursos oriundos dos Direitos Creditórios serão utilizados pelo Fundo para pagamento, nesta ordem, de:
 - (i) todas as despesas e custos do Fundo indicados no Regulamento;
 - (ii) amortização das Cotas Seniores; e



JUR_SP 817311v23 3880.220288

19.75051



(iii) amortização das Cotas Subordinadas.

Cotas Seniores

4. As Cotas Seniores referentes à [•] ([•]) série de Cotas do Fundo serão amortizadas em [•] ([•]) parcelas, de acordo com as datas indicadas na tabela abaixo ("Data de Amortização"). O Fundo amortizará o valor patrimonial das Cotas Seniores até o limite percentual indicado na tabela abaixo.

Data de Amortização	Valor patrimonial das Cotas Seniores do dia da amortização (*) (%)
dd/mm/aaaa	[•]
dd/mm/aaaa	[•]
dd/mm/aaaa	[•]
dd/mm/aaaa	[•]
dd/mm/aaaa	[•]

(*) Fica esclarecido que para o cálculo do valor a ser pago para pagamento da amortização do valor patrimonial das Cotas Seniores serão considerados os montantes pagos anteriormente aos Cotistas Seniores.

- 4.1. Caso o nível de subordinação seja superior a [•]% ([•] por cento) e a Reserva de Amortização esteja sendo respeitada, e havendo disponibilidade em caixa, o Fundo deverá amortizar todo o excesso de caixa, no limite da subordinação de [•]% ([•] por cento) e no limite da Reserva de Amortização, conforme o item 4.3 abaixo.
- 4.2. Caso o Fundo, por insuficiência de recursos, não amortize o valor correspondente a porcentagem do patrimônio líquido das Cotas Seniores, indicadas na tabela acima, o Fundo deverá realizar a amortização máxima possível das Cotas Seniores, considerando a ordem de pagamento prevista no item 3 acima. O saldo percentual do patrimônio líquido das Cotas Seniores que não for amortizado será acumulado e considerado para fins da amortização das Cotas Seniores do mês subsequente.



SP 817311v23 3880.220288

19 75 051



- 4.3. Caso o Fundo, por insuficiência de recursos, não amortize 100% (cem por cento) do patrimônio líquido das Cotas Seniores ao final do cronograma de amortização, o prazo de amortização das Cotas Seniores ficará automaticamente alongado por mais [•] ([•]) meses ("Período Adicional de Amortização").

- 4.3.1. Durante o Período Adicional de Amortização, a cada 2 (dois) meses, os Cotistas reunir-se-ão em Assembleia Geral para deliberar a respeito da Liquidação Antecipada ou não do Fundo e extensão do vencimento por um período maior do que [•] ([•]) meses. A primeira Assembleia Geral deverá ser realizada no último mês do cronograma regular de amortização das Cotas Seniores (ou seja, no [•]º ([•]) mês indicado na tabela acima).

Cotas Subordinadas

5. As Cotas Subordinadas referentes à classe [•] ([•]) de Cotas Subordinadas do Fundo serão amortizadas em [•] ([•]) parcela(s); após a amortização integral das Cotas Seniores. Entretanto, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas antes da amortização integral das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de ajuste do Índice de Garantia, na hipótese de o percentual do Índice de Garantia estar acima do definido no item 5.1 deste Suplemento.:

- 5.1. A amortização das Cotas Subordinadas de uma classe de emissão se dará sempre que o valor das Cotas Subordinadas desta classe representarem mais do que [•]% ([•] por cento) do patrimônio líquido ("Índice de Garantia"), esta amortização deverá ser tal que o Índice de Subordinação atinja o valor de [•]% ([•] por cento) e desde que (a) o Administrador entenda que tal amortização não comprometerá amortizações futuras das Cotas Seniores; (b) existam recursos disponíveis suficientes; e (c) seja respeitada a Reserva de Amortização.
- 5.2. As amortizações para fins de ajuste do Índice de Garantia serão feitas pelo Administrador apenas na medida do necessário para o restabelecimento do Índice de Garantia definido no item 5.1 deste



JUR_SP 817311v23 3880.220288



Suplemento. Para fins de amortização das Cotas Subordinadas, será utilizado o valor da Cota Subordinada do dia do pagamento.

- 5.3. Durante os [•] ([•]) meses finais da série [•] de Cotas Seniores, as Cotas Subordinadas não serão amortizadas, exceto se, a qualquer momento neste período, o patrimônio líquido do Fundo não for representado por mais de 50% (cinquenta por cento) em Direitos Creditórios. Neste caso, a amortização de Cotas Subordinadas é permitida para fins de re-enquadramento do patrimônio líquido do Fundo para fins de atendimento do limite previsto no caput do artigo 40 da Instrução CVM n.º 356/01.

Seção III. Disposições Finais

6. Para esta 1ª Série de Cotas Seniores, o Fundo buscará, mas não garante atingir, a rentabilidade de [•]% ([•]) da Taxa DI.
7. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
8. De acordo com o disposto no Artigo 8, item (ii), alínea (i) do Regulamento, o presente Suplemento será registrado pelo Administrador no Segundo Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Osasco, [•] de [•] de 2005.

**BEM – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
(ADMINISTRADOR)**

Nome: _____

Cargo: _____



JUR_SP 817311v23 3880.220288

- 76 -

19 75 05



Nome: _____
Cargo: _____

BANCO BRADESCO S.A.
(CUSTODIANTE)

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

1. - _____
Nome: _____
CPF/MF n.º _____
RG: _____

2. - _____
Nome: _____
CPF/MF n.º _____
RG: _____



19 7 5 0 5



ANEXO D

RENTABILIDADE DO FUNDO E FÓRMULA DE CÁLCULO DA TAXA DI PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DA CARTEIRA DO FUNDO

Rentabilidade do Fundo

1. Quanto às Cotas Seniores de emissão do Fundo, o Fundo buscará, mas não garante atingir, a rentabilidade, indicada em porcentagem no respectivo suplemento, da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo ("Taxa DI"), calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e de Liquidação ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculado conforme o disposto abaixo.

Fórmula de Cálculo da Taxa DI para a distribuição dos resultados da Carteira do Fundo

2. A título de distribuição dos resultados da Carteira do Fundo e desde que o patrimônio do Fundo assim permita, será incorporado a cada Cota Sênior o valor correspondente a determinada porcentagem, indicada no respectivo suplemento da série de Cotas Seniores, da Taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e de Liquidação ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor anterior da Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo. A distribuição dos resultados da Carteira do Fundo às Cotas Seniores ocorrerá todo dia útil de acordo com a fórmula abaixo.

2.1. Define-se:

Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Cotas do Fundo ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior e termina na data prevista da incorporação, ao valor da Cota, de resultados correspondentes ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Cota no prazo definido pela Taxa DI apurada



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505



naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- (a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das Cotas do Fundo e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e
- (b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

2.2. - O cálculo do valor a ser incorporado a cada Cota Sênior, e desde que o patrimônio do Fundo assim permita, obedecerá à seguinte fórmula:

$$V = \{VN_e \times [(FatorDI) - 1]\}$$

onde:

V = valor a ser incorporado a cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = valor nominal da Cota Sênior no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorDI$ = produtório das taxas DI Over com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorDI = \prod_{i=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_i \times \frac{FM}{100} \right) \right]$$

Onde:

n_{DI} = número total de taxas DI Over, sendo " n_{DI} ," um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;



JUR_SP 817311v23 3880.220288

197505

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{360}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;

FM = Fator Multiplicador aplicado sobre a taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais, por exemplo, 107,5 (cento e sete vírgula cinco);]

2.3. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

2.3.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de resultados prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

2.3.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Administrador, mediante aviso aos Cotistas, substituirá a Taxa DI pela Taxa média diária do SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Cotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de distribuições de resultados previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da



JUR_SP 817311v23 3880.220288

- 80 -

119 7,5 0 5



deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

3. Da mesma forma, todo dia útil, após a incorporação dos resultados descritos para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da Carteira do Fundo, no período, será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO B

Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E
AQUISIÇÃO DE DIREITOS CRÉDITORIOS E
OUTRAS AVENÇAS**

datado de 29 de novembro de 2005

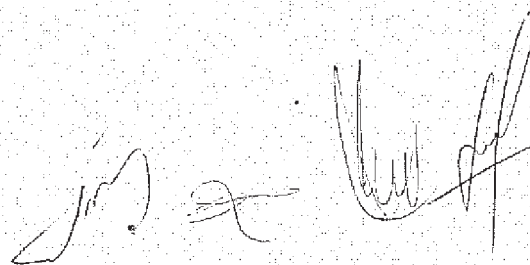
entre

BANCO FICSA S.A.,
na qualidade de Cedente

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CRÉDITORIOS FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS,**
na qualidade de Cessionário, representado por seu Administrador **BEM -
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.,**

e, como interveniente,
BANCO BRADESCO S.A.
na qualidade de Custodiante

JCR-SP: 817116v21 1830.120288



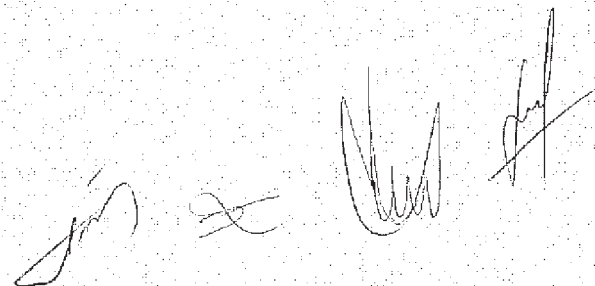
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

CLÁUSULA I.	OBJETO	5
CLÁUSULA II.	VIGÊNCIA DO CONTRATO	6
CLÁUSULA III.	PROCEDIMENTOS DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	6
CLÁUSULA IV.	PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E PAGAMENTO	9
CLÁUSULA V.	FORMA DE PAGAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE VALORES	9
CLÁUSULA VI.	LIQUIDAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	11
CLÁUSULA VII.	CRITÉRIOS DE ELIGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	12
CLÁUSULA VIII.	EFEITOS DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	13
CLÁUSULA IX.	PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS- INADIMPLIDOS	14
CLÁUSULA X.	DA NEGOCIAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	15
CLÁUSULA XI.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO CEDENTE	17
CLÁUSULA XII.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS ENTRE AS PARTES	19
CLÁUSULA XIII.	RESOLUÇÃO DA CESSÃO	20
CLÁUSULA XIV.	EVENTOS DE RESCISÃO DO CONTRATO	22
CLÁUSULA XV.	PROCLAMAÇÃO AO FUNDO	23
CLÁUSULA XVI.	PENALIDADES	24
CLÁUSULA XVII.	CONFIDENCIALIDADE	25
CLÁUSULA XVIII.	REGISTRO	27

JUR. SP. 8171/16921 3880220283

CLÁUSULA XIX. TUTELA ESPECÍFICA.....	28
CLÁUSULA XX. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	29
ANEXO A - MODELO DO TERMO DE CESSÃO.....	35
ANEXO B - MODELO DA PROCURAÇÃO.....	39
ANEXO C - MODELO DO TERMO DE COMPRA E VENDA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NEGOCIADOS.....	40



CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENCAS

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

(a) **BANCO FICSA S.A.**, instituição financeira com sede na Rua Álvares Penteado, n.º 65, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.348.538/0001-86, neste ato representado na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados (o “CEDENTE” ou o “Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos”);

(b) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 10 (dez) anos, cujo Regulamento foi registrado no Segundo Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco em 9 de novembro de 2005, sob o número 197505 e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.694.905/0001-58 (o “FUNDO” ou o “CESSIONÁRIO”), neste ato representado por seu administrador **BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, com sede na “Cidade de Deus”, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada por seus representantes legais infra-assinados, (o “ADMINISTRADOR”); e,

como interveniente:

(c) **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representado na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados (o “CUSTODIANTE”).

CONSIDERANDO QUE:

(1) o FUNDO, constituído nos termos da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, expedida pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme alterada pela

JUR_SP_817116v21_3880.220288

Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003 ("Instrução CVM nº 356/01"), é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios do CEDENTE, que sejam elegíveis para o FUNDO, de acordo com (a) os critérios de elegibilidade previstos na Cláusula VII abaixo; e (b) a política de investimento disposta no Capítulo 8º do Regulamento do FUNDO (o "Regulamento");

- (2) o CEDENTE pretende ceder Direitos Creditórios ao FUNDO (conforme definidos no item 1.1 da Cláusula I), nos termos dos artigos 286 e seguintes do Código Civil Brasileiro, com tudo o que os Direitos Creditórios representam; e
- (3) o FUNDO, por sua vez, pretende adquirir os Direitos Creditórios (conforme definidos no item 1.1 da Cláusula I) do CEDENTE;

RESOLVEM, O CEDENTE e o CESSIONÁRIO (conjuntamente denominados "Partes" e, individualmente, "Parte"), de forma irrevogável e irretroatável, celebrar o presente Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças (o "Contrato"), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA I. OBJETO

- 1.1. Pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, o CEDENTE se compromete, de forma irrevogável e irretroatável, a partir da assinatura deste Contrato, a ceder e transferir ao FUNDO, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, direitos creditórios decorrentes de parcelas individualizadas de contratos de financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões garantidos por alienação fiduciária (os "Contratos de Financiamento"), celebrados entre o CEDENTE e mutuários pessoas naturais e jurídicas, de direito privado, residentes e domiciliados no Brasil (os "Clientes"), cujos prazos de vencimento sejam anteriores a data de amortização final da última série de cotas emitidas pelo FUNDO (os "Direitos Creditórios").

JUR_SP 817116v21 3880.120283

1.1.1. A cessão a que se refere o item 1.1 desta Cláusula abrange os Direitos Creditórios e todos os seus acessórios, inclusive reajustes monetários, juros e encargos, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados ao CEDENTE por força dos Direitos Creditórios.

1.1.2. A consumação de forma irrevogável e irrevogável das cessões de Direitos Creditórios é condicionada à satisfação cumulativa das seguintes condições:

- (i) formalização da cessão nos termos da Cláusula III, inclusive o pagamento ao CEDENTE do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios calculado nos termos do item 4.1 da Cláusula IV e observados os procedimentos, termos e condições previstos na Cláusula III; e
- (ii) enquadramento dos Direitos Creditórios nos Critérios de Elegibilidade e na política de investimento previstos no Regulamento do Fundo.

CLÁUSULA II. VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. Sem prejuízo do previsto na Cláusula XIII e XIV, o presente Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor durante a vigência do FUNDO, nos termos do Regulamento.

CLÁUSULA III. PROCEDIMENTOS DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO

3.1. Para a implementação e formalização da oferta de cessão de Direitos Creditórios, o CEDENTE colocará à disposição do CUSTODIANTE, por conta e ordem do FUNDO, por meio eletrônico, o arquivo contendo as características dos Direitos Creditórios que o CEDENTE está disposto a ceder ao FUNDO. O envio do arquivo ao FUNDO caracteriza a oferta de cessão dos Direitos Creditórios pelo CEDENTE ao FUNDO.

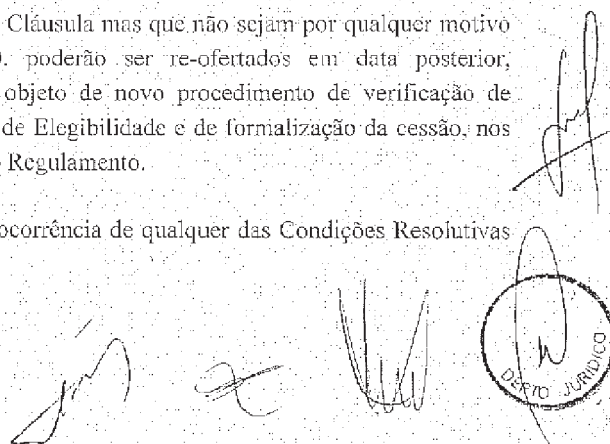
JUR_SP_817116v21_3880220238

- 3.2. Após o recebimento do arquivo mencionado no item 3.1 desta Cláusula e a verificação de quais Direitos Creditórios ali identificados atendem aos Critérios de Elegibilidade (o “Direito Creditório Elegível” ou os “Direitos Creditórios Elegíveis”), o CUSTODIANTE colocará a disposição do FUNDO, por meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios Elegíveis, individualmente identificados, no mínimo, pelas informações dos Direitos Creditórios, conforme disposto no termo de cessão preparado na forma do Anexo A (o “Termo de Cessão”), e pelo respectivo Preço de Aquisição, estabelecido no item 4.1 da Cláusula IV deste Contrato.
- 3.3. Após ter acesso à relação de Direitos Creditórios Elegíveis, o FUNDO enviará ao CEDENTE, por meio de *fac-símile*, o Termo de Cessão, devidamente preenchido e assinado por pessoa(s) que possue(m) capacidade legal para representá-lo (as “Pessoa(s) Autorizada(s) do Fundo”).
- 3.4. O CEDENTE devolverá ao FUNDO, via *fac-símile*, o Termo de Cessão devidamente assinado por pessoa(s) que possue(m) capacidade legal para representá-lo (as “Pessoa(s) Autorizada(s) do Cedente”).
- 3.5. Após o recebimento do Termo de Cessão devidamente assinado pelas Pessoas Autorizadas do Cedente e pelas Pessoas Autorizadas do Fundo, o CUSTODIANTE, por conta e ordem do FUNDO, efetuará o pagamento da compra dos Direitos Creditórios ao CEDENTE, nos termos da Cláusula V deste Contrato (a “Data de Aquisição”).
- 3.6. O FUNDO obriga-se a entregar ao CEDENTE, 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente subsequente à respectiva Data de Aquisição, devidamente assinadas e rubricadas pelas Pessoas Autorizadas do Fundo e pelas Pessoas Autorizadas do Cedente.
- 3.6.1. Ao menos uma das vias mencionadas no item 3.6 desta Cláusula deverá ser devidamente registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, na sede do CEDENTE e na sede do FUNDO, conforme estabelecido na Cláusula XVIII deste Contrato.



- 3.6.2. Após realizado o registro do Termo de Cessão, conforme mencionado no item 3.6.1 desta Cláusula III, o CEDENTE deverá entregar 1 (uma) via original do respectivo Termo de Cessão ao FUNDO, devidamente registrado em sua sede.
- 3.7. Nenhuma nova cessão de Direitos Creditórios será aceita pelo FUNDO e processada pelo ADMINISTRADOR enquanto o CEDENTE encontrar-se inadimplente no cumprimento das obrigações referidas no item 3.4 desta Cláusula.
- 3.8. A cessão de Direitos Creditórios do CEDENTE ao FUNDO será considerada perfeita e acabada quando do recebimento pelo CUSTODIANTE do Termo de Cessão, na forma do item 3.4 desta Cláusula, e do pagamento do Preço de Aquisição ao CEDENTE, nos termos do item 3.5 desta Cláusula e do item 4.1 da Cláusula IV deste Contrato.
- 3.9. A cessão formalizada na forma do item 3.8 desta Cláusula transfere ao FUNDO, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do CEDENTE, de seus acionistas, de sociedades por esses direta ou indiretamente controladas, a esses coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, independentemente de qualquer outro procedimento adicional, a plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis e de todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade.
- 3.10. Os Direitos Creditórios que tenham sido ofertados ao FUNDO, conforme disposto no item 3.1 desta Cláusula mas que não sejam por qualquer motivo adquiridos pelo FUNDO, poderão ser re-ofertados em data posterior; devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade e de formalização da cessão, nos termos deste Contrato e do Regulamento.
- 3.11. Ressalvada a hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas

JUR_SP 817116v21-3880 220388



da Cessão, definidas no item 13.1 da Cláusula XIII, a perda, por qualquer motivo, após a cessão ao FUNDO, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao FUNDO qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o CEDENTE, suas pessoas controladoras, sociedades por esses direta ou indiretamente controladas, a esses coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

CLÁUSULA IV. PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E PAGAMENTO

4.1. Pela aquisição de cada Direito Creditório Elegível, será pago pelo FUNDO ao CEDENTE, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de cotas subordinadas, conforme indicado em cada Termo de Cessão (o “Preço de Aquisição”), o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PADC = \frac{VN}{\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\frac{du}{252}}}$$

onde:

PADC = preço de aquisição de cada Direito Creditório.

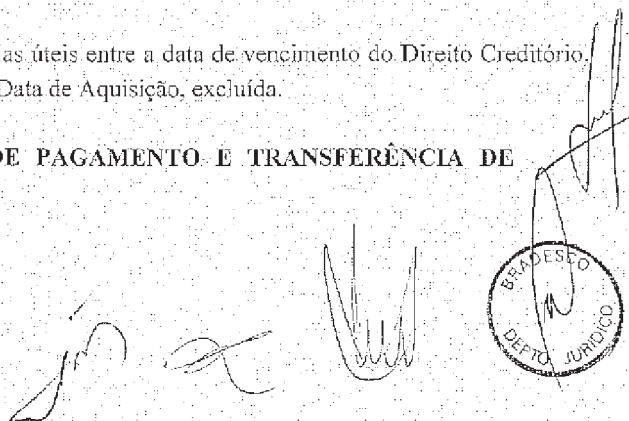
VN = valor nominal de cada Direito Creditório.

i = taxa interna de retorno média utilizada pelo Cedente nos Contratos de Financiamento objetos da cessão ao Fundo.

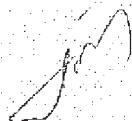
du = número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório, incluída, e a Data de Aquisição, excluída.

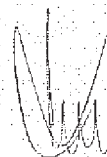
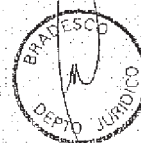
CLÁUSULA V. FORMA DE PAGAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE VALORES

JUR_SP 817116v21 3880.230288



- 5.1. Todos os pagamentos devidos nos termos deste Contrato deverão ser feitos em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Cotas Subordinadas. Quando efetuado em moeda corrente nacional, o pagamento será efetuado da seguinte forma:
- (a) se devidos ao FUNDO, mediante crédito na conta corrente de n.º 582.176-2, mantida na agência 2856-8 do Banco Bradesco S.A (a "Conta Corrente do Fundo"), valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação; e
 - (b) se devidos ao CEDENTE, mediante disponibilidade de recursos à vista, por meio de STR – Sistema de Transferência de Reservas, código reserva: 61348538 (a "Conta Corrente do Cedente"), valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.
- 5.2. Os pagamentos efetuados em contas correntes outras que aquelas indicadas no item 5.1 desta Cláusula serão considerados ineficazes em relação ao respectivo beneficiário, estando o devedor sujeito à repetição do pagamento.
- 5.3. Os valores compensados e disponíveis para movimentação na Conta Corrente do Cedente, decorrentes da liquidação antecipada dos Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO pelos Clientes, deverão ser transferidos para a Conta Corrente do Fundo, no prazo máximo de até 1 (um) dia útil, contado da compensação ou disponibilidade dos respectivos valores, acompanhadas das seguintes informações enviadas, por meio eletrônico, ao CUSTODIANTE:
- (a) valor original, data de vencimento e de efetivo pagamento de cada Direito Creditório;
 - (b) valor efetivamente pago ao CEDENTE;
 - (c) identificação do número do Contrato de Financiamento; e
 - (d) identificação do nome do Cliente, bem como do número de inscrição do



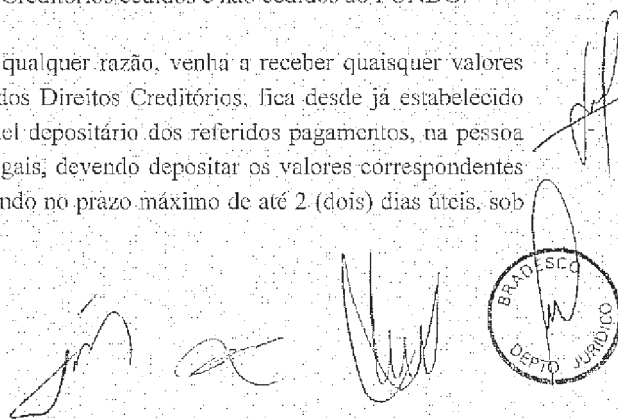
respectivo Cliente no CPF/MF ou CNPJ, conforme aplicável.

- 5.3.1. Caso quaisquer pagamentos mencionados neste item sejam feitos por meio de cheques, os valores apenas serão considerados como recebidos pelo CEDENTE, pelo FUNDO ou pelo CUSTODIANTE após a devida compensação de tais títulos no âmbito do sistema financeiro nacional.
- 5.4. Todos os pagamentos que o CEDENTE deva efetuar ao FUNDO, nos termos deste Contrato, deverão ser feitos pelo seu valor efetivo, líquido e livres de quaisquer impostos, taxas ou contribuições, atuais ou futuros, incluindo a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, de tal modo que o CEDENTE deverá reajustar quaisquer de tais valores para que, após tais deduções ou retenções, o FUNDO receba o mesmo valor que ele teria recebido caso não tivessem ocorrido quaisquer de tais deduções ou retenções.

CLÁUSULA VI. LIQUIDAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 6.1. Todos os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios deverão ser realizados pelos respectivos Clientes, mediante liquidação eletrônica, através de boletos bancários emitidos pelo CEDENTE.
- 6.2. O CEDENTE se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a implementar e manter, durante o prazo de duração do presente Contrato, sistema de controle e gerenciamento dos pagamentos realizados pelo Clientes com relação aos Direitos Creditórios cedidos e não cedidos ao FUNDO.
- 6.3. Caso o CEDENTE, por qualquer razão, venha a receber quaisquer valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios, fica desde já estabelecido que o CEDENTE será fiel depositário dos referidos pagamentos, na pessoa de seus representantes legais, devendo depositar os valores correspondentes na Conta Corrente do Fundo no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, sob

JUR_SP 817116v21 3680.220283



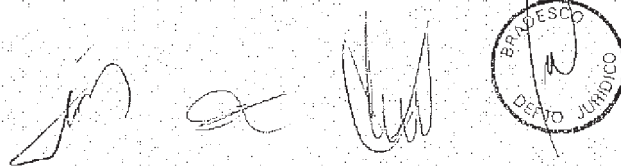
pena de incorrer nas penalidades previstas na Cláusula XVI do presente Contrato, enquanto perdurar a mora na entrega dos referidos valores, bem como de ficar caracterizado enriquecimento sem causa do CEDENTE.

- 6.4. Fica desde já estabelecido que os Direitos Creditórios que não atenderem aos Critérios de Elegibilidade, conforme apurado pelo CUSTODIANTE segundo os procedimentos previstos neste Contrato e no Regulamento (os "Direitos Creditórios Rejeitados"), não serão adquiridos pelo FUNDO.

CLÁUSULA VII. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 7.1. O FUNDO somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios, observados, cumulativamente, os seguintes critérios de elegibilidade (os "Critérios de Elegibilidade").

- (a) Incumbirá ao CUSTODIANTE a verificação quanto ao cumprimento dos Critérios de Elegibilidade indicados abaixo, assim como a validação dos mesmos em cada uma das datas de aquisição e pagamento:
- (i) a data de vencimento do Direito Creditório, no momento de sua aquisição pelo Fundo, não poderá ser posterior a data de amortização final da última série de cotas emitidas pelo FUNDO;
 - (ii) o Cliente, na data da cessão, não poderá apresentar qualquer parcela inadimplida em relação ao FUNDO;
 - (iii) o Cliente não poderá ter registro no cadastro da Centralização dos Bancos S.A. - SERASA de títulos protestados por falta de pagamento;
 - (iv) o valor agregado de Direitos Creditórios de um mesmo Cliente não poderá exceder o montante de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e
 - (v) os Direitos Creditórios a serem cedidos ao FUNDO estejam cadastrados nos sistemas de cobrança do Banco Bradesco S.A. e do



Banco ABN AMRO Real S.A, no dia anterior à verificação dos respectivos Critérios de Elegibilidade pelo CUSTODIANTE.

CLAUSULA VIII. EFEITOS DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 8.1. De acordo com o disposto na Cláusula I, o CEDENTE cederá os Direitos Creditórios ao FUNDO, de forma irrevogável e irretratável, de acordo com os respectivos Termos de Cessão e mediante o pagamento do Preço de Aquisição aplicável, a ser pago pelo FUNDO, com tudo o que os mesmos representam, inclusive reajustes monetários, juros e encargos, bem como todos os direitos, ações e garantias assegurados ao CEDENTE por força dos Direitos Creditórios, pelo que o CEDENTE dará ao FUNDO a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.
- 8.2. Em virtude do disposto no item 8.1 desta Cláusula, os Direitos Creditórios objeto do presente Contrato passarão a pertencer ao FUNDO, a partir da data de pagamento do Preço de Aquisição, ficando o FUNDO investido no direito de cobrar e receber quaisquer Direitos Creditórios cedidos, seja judicial ou extrajudicialmente.
- 8.3. O CEDENTE não se responsabilizará pelo pagamento dos Direitos Creditórios por parte dos Clientes ou pela solvência dos Clientes, sendo que a realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Clientes, dos Direitos Creditórios, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que o referido pagamento será efetuado ou, caso seja, de que será realizado nos prazos avençados.
- 8.4. As Partes, em consonância com os termos do Contrato de Depósito e Outras Avenças, celebrado entre o CUSTODIANTE e o CEDENTE, tendo o FUNDO como parte anuente, constituíram o CEDENTE, na pessoa de seus representantes legais, como fiel depositário, sob as penas previstas na legislação aplicável, para que guarde, na forma de depósito voluntário em conformidade com o disposto no artigo 627 do Código Civil Brasileiro,

JUR_SP 817136v21 3880.220283

The block contains four handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular stamp with the text 'BRADESCO' at the top and 'DEPTO JURIDICO' at the bottom. In the center of the stamp is a stylized signature.

como se, seus fossem, todos os documentos representativos dos Direitos Creditórios a serem cedidos (os "Documentos Comprobatórios"), obrigando-se a entregar tais documentos ao FUNDO ou a quem este indicar, no prazo de 6 (seis) dias úteis ou prazo menor, se assim solicitado pelas autoridades competentes, contado da data de qualquer solicitação efetuada pelo FUNDO ao CEDENTE nesse sentido.

CLÁUSULA IX. PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS

9.1. Os Direitos Creditórios não pagos até a sua respectiva data de vencimento (os "Direitos Creditórios Inadimplidos") serão objeto de cobrança, sendo que o CUSTODIANTE contratou o CEDENTE (o "Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos") para prestar tais serviços, por meio da celebração do Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças, com interveniência do FUNDO, na data de constituição do FUNDO (o "Contrato de Cobrança"), tendo em vista a sua experiência na cobrança de direitos de crédito de seus Clientes.

9.1.1 Na hipótese do Cliente não efetuar tempestivamente o pagamento devido do Direito Creditório em até 6 (seis) dias corridos após a data de seu respectivo vencimento, em consonância com as disposições do Contrato de Financiamento, fica desde já estabelecido que o FUNDO deverá comunicar o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos sobre tal fato, obrigando-se o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos a proceder a cobrança de tal crédito conforme procedimento adotado para a cobrança dos demais direitos creditórios de titularidade do CEDENTE de acordo com o disposto no Contrato de Cobrança e observadas as disposições do presente Contrato de Cessão (os "Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos"), emvidando seus melhores esforços para que o Cliente efetue o pagamento dos valores em atraso, bem como dos demais encargos aplicáveis.

9.2. A contratação do CEDENTE como Agente de Cobrança dos Direitos

JUR SP 817116v21 ARSU 220288

Handwritten signatures and a circular stamp of BRADESCO DEPTO JURIDICO.

Creditórios Inadimplidos não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pelo CEDENTE, sobre os Direitos Creditórios Inadimplidos.

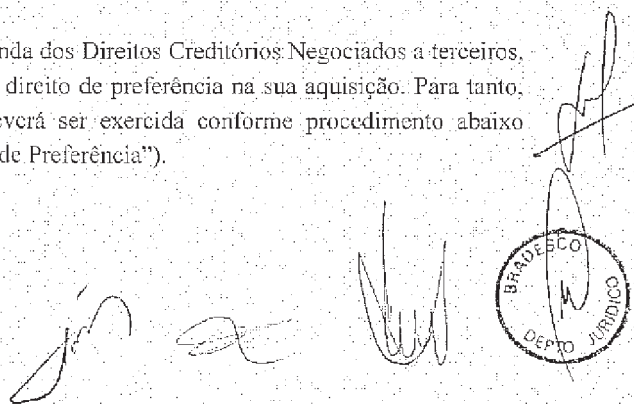
- 9.3. Caso as medidas previstas nos Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos e adotadas pelo Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos não resultem no pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o FUNDO, a seu exclusivo critério, poderá (i) realizar o procedimento de venda dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme previsto na Artigo 52 do Regulamento, ou (ii) adotar as medidas cabíveis contra o respectivo Cliente, quer sejam extrajudiciais ou judiciais, independentemente de outras medidas que poderão ser adotadas pelo FUNDO face aos Clientes.
- 9.4. O CEDENTE será exclusivamente responsável por quaisquer despesas que venha a incorrer para a adoção de medidas extrajudiciais ou judiciais na cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, custas processuais, honorários advocatícios, verbas de sucumbência ou quaisquer outros encargos relacionados aos procedimentos a que se refere o item 9.1 desta Cláusula.

CLÁUSULA X. DA NEGOCIAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

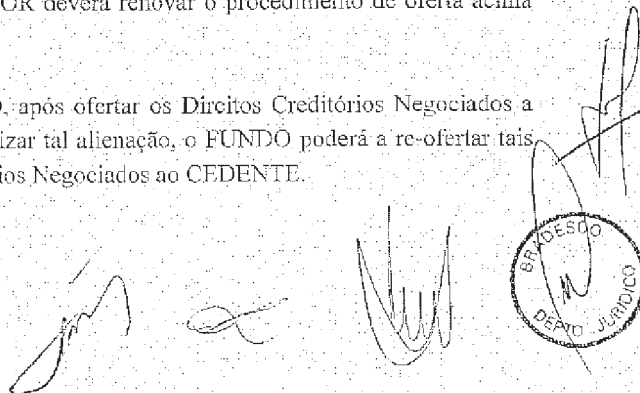
- 10.1. O FUNDO poderá excepcionalmente vender, à vista, quaisquer dos Direitos Creditórios de sua carteira a terceiros, quando os Clientes manifestarem intenção de renegociar os termos e condições originais dos Direitos Creditórios que não tenham qualquer atraso ou inadimplemento (os "Direitos Creditórios Negociados").

- 10.1.1. Na hipótese de venda dos Direitos Creditórios Negociados a terceiros, o CEDENTE terá direito de preferência na sua aquisição. Para tanto, tal preferência deverá ser exercida conforme procedimento abaixo descrito ("Direito de Preferência").

JUR_SP 817116v21 3680.226288



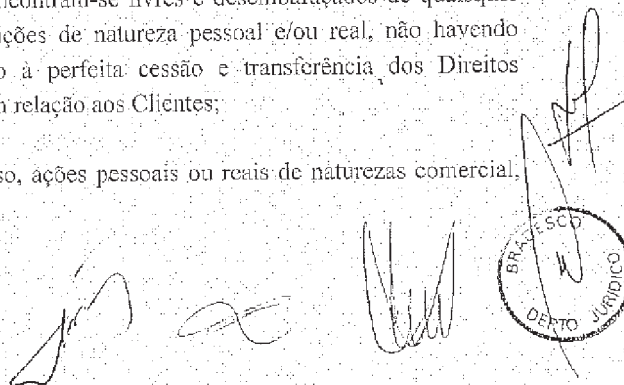
- 10.1.1.1. Fica desde já esclarecido que caso o CEDENTE opte por adquirir os Direitos Creditórios Negociados, tal aquisição não configurará, sob nenhuma hipótese, coobrigação do CEDENTE.
- 10.1.2. O FUNDO enviará ao CEDENTE uma notificação por escrito a cada venda de Direitos Creditórios Negociados. Tal notificação especificará, entre outros aspectos que forem relevantes: (a) a quantidade de Direitos Creditórios Negociados a serem vendidos; e (b) o valor do Direito Creditório Negociado no dia.
- 10.1.3. O Direito de Preferência deverá ser exercido pelo CEDENTE em até 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação nesse sentido enviada pelo FUNDO. A aceitação do CEDENTE quanto aos termos propostos pelo FUNDO só será considerada válida quando feita por escrito, em carta endereçada ao ADMINISTRADOR e enviada dentro do prazo previsto nesta Cláusula.
- 10.1.4. A falta de manifestação pelo CEDENTE nos termos da Cláusula 10.1.3 acima será equivalente a uma manifestação do CEDENTE de que não pretende exercer o direito de compra, ficando o ADMINISTRADOR autorizado a promover a alienação a terceiro, desde que por preço e condições de pagamento não inferiores aos constantes da comunicação inicialmente efetuada à CEDENTE.
- 10.1.5. Se, após a manifestação do CEDENTE de que não pretende exercer o direito de compra, qualquer termo ou condição da operação de compra referida na Cláusula 10.1.2 acima seja alterada, o ADMINISTRADOR deverá renovar o procedimento de oferta acima estabelecido.
- 10.1.6. Caso o FUNDO, após ofertar os Direitos Creditórios Negociados a terceiro, não realizar tal alienação, o FUNDO poderá a re-ofertar tais Direitos Creditórios Negociados ao CEDENTE.



- 10.2. A venda dos Direitos Creditórios Negociados somente poderá ser feita à vista e o valor de venda não poderá ser inferior ao valor contabilizado na carteira do FUNDO na data em que a venda for formalizada e o preço efetivamente pago.
- 10.3. A venda de Direitos Creditórios Negociados será formalizada mediante a assinatura de termo, na forma do Anexo C deste Contrato, o qual indicará os Direitos Creditórios vendidos e informações correlatas, a ser firmado entre o FUNDO e o comprador de tais Direitos Creditórios (o "Termo de Compra e Venda").

CLÁUSULA XI. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO CEDENTE

- 11.1. O CEDENTE se responsabiliza, civil e criminalmente, pela exigibilidade, conteúdo, exatidão, existência, legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como por eventuais oposições apresentadas pelos Clientes contra o CEDENTE, o FUNDO, o ADMINISTRADOR e o CUSTODIANTE nos termos do presente Contrato, declarando, ainda, que:
- (a) os Direitos Creditórios ora cedidos não são, nem serão, objeto de qualquer outra alienação/cessão ou transferência, compromisso de alienação c/ou oneração, não havendo qualquer direito de Clientes contra o CEDENTE ou qualquer acordo que possa dar lugar à arguição de compensação ou outra forma de extinção ou redução dos Direitos Creditórios;
 - (b) os Direitos Creditórios encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de natureza pessoal e/ou real, não havendo qualquer fato impeditivo à perfeita cessão e transferência dos Direitos Creditórios, inclusive com relação aos Clientes;
 - (c) não existem, ora em curso, ações pessoais ou reais de naturezas comercial,



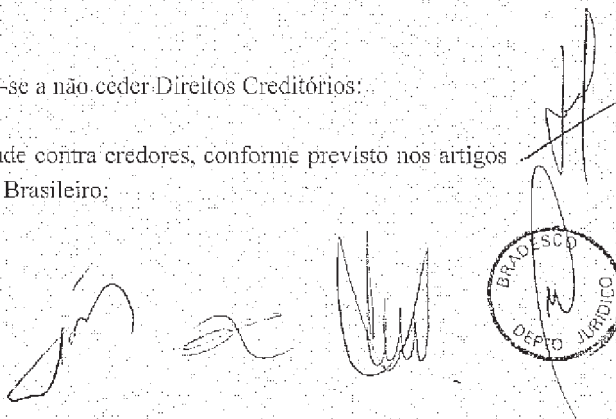
fiscal ou trabalhista que afetem ou possam vir a afetar os Direitos Creditórios ou o presente Contrato, em decorrência de qualquer fato ocorrido anteriormente à presente data, instituídas contra o CEDENTE em qualquer tribunal no Brasil ou no exterior;

- (d) o presente Contrato constitui obrigação lícita e válida, exequível em conformidade com seus termos;
- (e) os Direitos Creditórios presentes e futuros que, por força deste Contrato, são prometidos à cessão, assim como os Direitos Creditórios Elegíveis, serão de sua legítima e exclusiva titularidade e estarão devidamente amparados pelos respectivos Documentos Comprobatórios, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza que, de qualquer modo, possam obstar as cessões reguladas nos termos deste Contrato e o pleno exercício, pelo FUNDÔ, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis;
- (f) não há nenhum Evento de Rescisão (conforme definido abaixo) em curso ou ocorrido anteriormente à data em que esta declaração é prestada ou confirmada;
- (g) não há e não haverá qualquer modificação nos Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos que beneficie os Clientes e/ou aumente os prazos de cobrança e purgação da mora; e
- (h) os Direitos Creditórios presentes e futuros que, por força deste Contrato, são prometidos à cessão, assim como os Direitos Creditórios Elegíveis, serão oriundos exclusivamente de Contratos de Financiamento de veículos, motos e caminhões.

11.2. O CEDENTE compromete-se a não ceder Direitos Creditórios:

- (a) se tal fato caracterizar fraude contra credores, conforme previsto nos artigos 158 a 165 do Código Civil Brasileiro;

JUR_SP_817116v21-3880220288



- (b) se tal fato for passível de revogação, nos termos dos artigos 129 a 138 da Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 (Lei de Falências);
- (c) se tal fato caracterizar fraude de execução, na hipótese do artigo 593 do Código de Processo Civil;
- (d) se tal fato caracterizar a hipótese do artigo 185, caput, do Código Tributário Nacional;
- (e) cujos Clientes, na data de cessão, estejam em atraso ou inadimplentes com qualquer pagamento oriundo de qualquer Contrato de Financiamento ao CEDENTE; ou
- (f) de contratos de empréstimo ou financiamento oriundos de outros produtos financeiros que não tenham como escopo o financiamento de veículos, motos e caminhões.

11.3. As declarações aqui prestadas pelo CEDENTE subsistirão até a integral liquidação das obrigações do FUNDO.

11.4. O CEDENTE será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao FUNDO decorrentes da inveracidade ou inexatidão das declarações prestadas nesta Cláusula XI.

CLÁUSULA XII. DECLARAÇÕES E GARANTIAS ENTRE AS PARTES

12.1. O CEDENTE, o FUNDO e o CUSTODIANTE declaram que os seus representantes legais possuem plenos poderes legais e estatutários para celebrar o presente Contrato, cumprir as obrigações dele oriundas e consumir as operações ora contempladas.

12.1.1. A assinatura e a execução deste Contrato pelo CEDENTE, pelo FUNDO e pelo CUSTODIANTE, bem como o cumprimento das

JUR. SP. 817116v21_38\$0.220288

obrigações dele resultantes foram devidamente autorizados por todos os atos societários necessários, cabíveis ao CEDENTE, ao FUNDO e ao CUSTODIANTE.

12.2. A assinatura do presente Contrato pelo CEDENTE, pelo FUNDO e pelo CUSTODIANTE, bem como o cumprimento de todos os seus termos e condições, não representam e não representarão violação a qualquer contrato, documento ou acordo em que o CEDENTE, o FUNDO e o CUSTODIANTE estejam envolvidos; ou, ainda, violação aos estatutos, regulamento e/ou contratos sociais do CEDENTE, do FUNDO e do CUSTODIANTE.

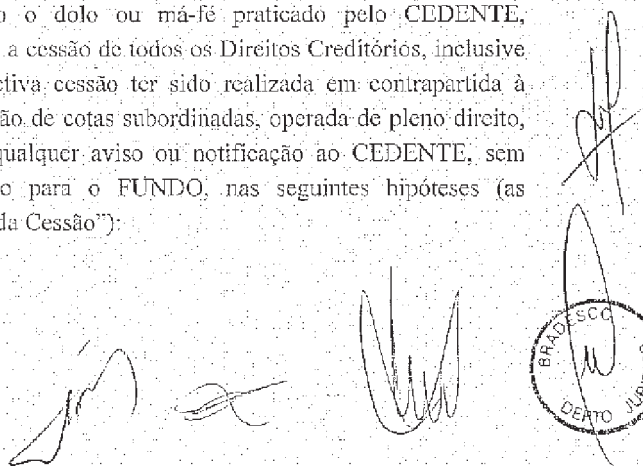
12.3. O presente Contrato constitui obrigação legal, válida e vinculante para o CEDENTE, para o FUNDO e para o CUSTODIANTE, exequível em conformidade com seus termos, e reverte em benefício do CEDENTE, do FUNDO e do CUSTODIANTE, bem como de seus respectivos sucessores e cessionários autorizados.

12.3.1. As Partes desde já concordam que, em caso de qualquer operação de reorganização societária do CEDENTE que resultar na transferência das operações que originam os Direitos Creditórios a outra sociedade, sucessora do CEDENTE nos termos da lei, o presente Contrato permanecerá em pleno vigor e obrigará o respectivo sucessor, mediante a assinatura de termo de adesão a este Contrato.

CLÁUSULA XIII. RESOLUÇÃO DA CESSÃO

13.1. Desde que comprovado o dolo ou má-fé praticado pelo CEDENTE, considerar-se-á resolvida a cessão de todos os Direitos Creditórios, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de cotas subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao CEDENTE, sem qualquer ônus ou custo para o FUNDO, nas seguintes hipóteses (as "Condições Resolutivas da Cessão"):

JUR_SP 817116v21_3880220288



The block contains three handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular stamp. The stamp has the text 'BRADESCO' at the top and 'DEPTO JURIM' at the bottom. In the center of the stamp is a stylized signature.

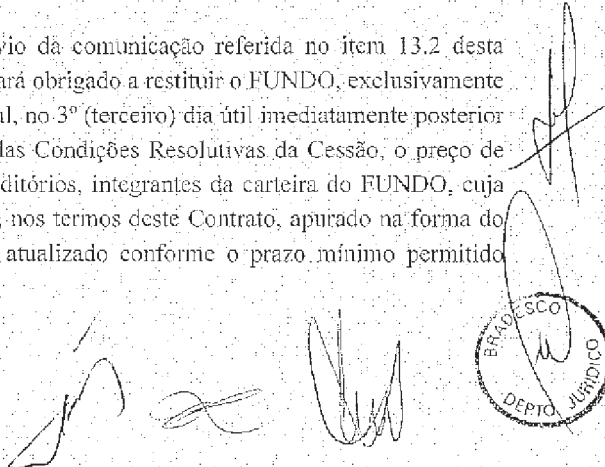
- (a) caso o pagamento de 2 (dois) Direitos Creditórios, com datas de vencimento consecutivas, referentes ao mesmo Contrato de Financiamento, seja recusado, conforme o caso, pelo respectivo Cliente por alegação de vícios, defeitos ou inexistência do negócio jurídico subjacente;
- (b) caso qualquer Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo FUNDO; ou
- (c) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo CEDENTE, pelo FUNDO, por meio de seu ADMINISTRADOR, e/ou pelo CUSTODIANTE a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos Creditórios, originados em data anterior à respectiva data em que o CEDENTE e o FUNDO, celebram um Termo de Cessão relacionado a determinado Contrato de Cessão.

13.1.1. Caso alguma das Condições Resolutivas da Cessão ocorra sem que haja dolo ou má-fé praticado pelo CEDENTE, o CEDENTE indenizará o FUNDO através da recompra do Direito Creditório viciado, defeituoso ou inexistente. A respectiva compra não configurará, sob nenhuma hipótese, coobrigação do CEDENTE.

13.2. Sem prejuízo da resolução da cessão, o CEDENTE deverá notificar o CUSTODIANTE, por meio de correio eletrônico, a ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data em que tomar conhecimento do evento.

13.3. Independentemente do envio da comunicação referida no item 13.2 desta Cláusula, o CEDENTE estará obrigado a restituir o FUNDO, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º (terceiro) dia útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios, integrantes da carteira do FUNDO, cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos deste Contrato, apurado na forma do item 13.1 desta Cláusula, atualizado conforme o prazo mínimo permitido

JUR_SP³ 817116v21 3880.220288



pela legislação aplicável desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto aplicada na determinação do Preço de Aquisição.

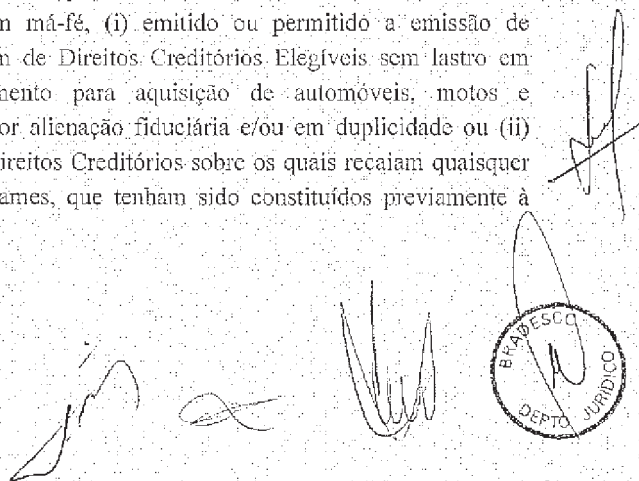
- 13.4. A custódia e a titularidade dos Documentos Comprobatórios, relativos aos Direitos Creditórios que tenham sua cessão resolvida nos termos desta Cláusula, deverão ser transferidas ao CEDENTE pelo CUSTODIANTE ou por terceiro contratado no prazo de até 6 (seis) dias úteis, contado da efetivação do pagamento das verbas devidas ao FUNDO.

CLÁUSULA XIV. EVENTOS DE RESCISÃO DO CONTRATO

- 14.1. São considerados eventos de rescisão (os "Evento(s) de Rescisão"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) pedido de auto-falência ou procedimento similar pelo CEDENTE;
- (b) pedido de falência ou procedimento similar contra o CEDENTE que não seja indeferido no prazo legal;
- (c) decretação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do CEDENTE;
- (d) declaração judicial da dissolução e/ou liquidação do CEDENTE;
- (e) existência de evidências de que o CEDENTE tenha, através de ato ou omissão dolosa ou com má-fé, (i) emitido ou permitido a emissão de documentos para origem de Direitos Creditórios Elegíveis sem lastro em contratos de financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões garantidos por alienação fiduciária e/ou em duplicidade ou (ii) oferecido ao FUNDO Direitos Creditórios sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à oferta ao FUNDO;

JUR_SP 817116v21 3880.220288



- (f) liquidação do FUNDO, por deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do FUNDO, nos termos do Regulamento;
- (g) descumprimento pelo CEDENTE, de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, não sanado no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento de notificação pelo FUNDO nesse sentido e que, a critério razoável do FUNDO, possa comprometer a aquisição sucessiva dos Direitos Creditórios e/ou os objetivos ou a Política de Investimento do FUNDO;
- (h) o não cumprimento, pelo CEDENTE, de suas obrigações nos termos do Contrato de Depósito; e
- (i) verificação de falha, erro, incorreção ou descumprimento de quaisquer das declarações prestadas pelo CEDENTE neste Contrato, inclusive, mas não se limitando às declarações de que trata a Cláusula XI deste Contrato.

14.2 A ocorrência de qualquer dos Eventos de Rescisão facultará ao FUNDO a imediata rescisão deste Contrato e não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao FUNDO e não obstará a aplicação, nos termos do presente Contrato, das penalidades previstas na Cláusula XVI.

14.2.1 A rescisão deste Contrato nos termos desta Cláusula não prejudicará (i) o integral e pontual cumprimento das obrigações até então assumidas pelas Partes nos termos deste Contrato, de qualquer Termo de Cessão ou Termo de Compra e Venda, e (ii) o direito da outra Parte de exigir o cumprimento de tais obrigações. Nessa hipótese, o FUNDO deverá notificar o CEDENTE sobre a rescisão deste Contrato imediatamente e por escrito.

CLÁUSULA XV. PROCURAÇÃO AO FUNDO

15.1. Em caráter complementar, para a boa e correta formalização da cessão de Direitos Creditórios nos termos deste Contrato, o CEDENTE neste ato outorga em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do

JUR_SIP_817/16v21 3880 220288

The block contains four handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is from BRAPESCO, DEPTO JURIDICO. The signatures are in black ink and appear to be of legal professionals.

Código Civil Brasileiro poderes ao Custodiante, conforme procuração constante do Anexo B deste Contrato ("Procuração"), para endossar títulos representativos de Direitos Creditórios; bem como, representar o CEDENTE em qualquer ato ou negócio relacionado às cessões de Direitos Creditórios objeto do presente Contrato e que sejam considerados pelo FUNDO como necessários à sua boa e correta formalização, incluindo representar o CEDENTE perante quaisquer Cartórios de Títulos e Documentos, Departamento Nacional de Trânsito (DETRAN) e outras repartições, podendo os poderes serem substabelecidos, no todo ou em parte.

CLÁUSULA XVI. PENALIDADES

- 16.1. O inadimplemento culposo ou doloso, por qualquer das Partes, de qualquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (a) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (b) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos.
- 16.2. A multa a que se refere a alínea (b) do item 16.1 desta Cláusula deverá ser paga no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data do recebimento pela Parte inadimplente de comunicação a respeito do descumprimento da respectiva obrigação, desde que devidamente comprovado o inadimplemento.
- 16.3. O valor da multa prevista na alínea (b) item 16.1 desta Cláusula será atualizado pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que venha a substituí-lo, na menor periodicidade admitida em lei, desde a data do inadimplemento da obrigação até a data do seu efetivo pagamento.

- 16.4. O não cumprimento por quaisquer das Partes, desde que devidamente comprovada, de qualquer obrigação de fazer ou não fazer assumida nos termos deste Contrato, da qual tenha sido notificado e/ou aviso para regularizar e não o faça, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, obrigará a Parte que der causa ao inadimplemento ao pagamento à Parte prejudicada de uma multa convencional, não compensatória, de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos incorridos pela outra Parte em decorrência de tal inadimplemento.

CLÁUSULA XVII. CONFIDENCIALIDADE

- 17.1. As Partes obrigam-se expressamente a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade de todos os dados e/ou informações confidenciais, verbais ou escritas, relativas às operações e aos negócios das demais Partes (incluindo, sem limitação, todos segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e/ou jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte tiver acesso em virtude do presente Contrato e do Regulamento (as "Informações Confidenciais").

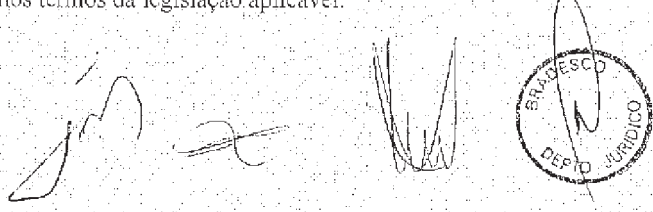
- 17.1.1 Para fins do presente instrumento, Informação Confidencial significa toda informação, dados, documentos ou conhecimento, de qualquer espécie, sejam eles técnicos ou não, tangíveis ou não, relacionados com os serviços prestados pelo CEDENTE, ou de sua propriedade, ou, ainda, de suas coligadas e controladas diretas e indiretas, seus clientes e fornecedores, relativamente às atividades comerciais passadas, presentes ou futuras das mesmas, inclusive informação ou conhecimentos relativos à determinação de preços, métodos, processos, dados financeiros, listas, softwares, sistemas ou equipamentos, programas, pesquisas, desenvolvimento de planos estratégicos, dados operacionais, segredos comerciais, conhecimentos especializados (know-how) ou informações correlatas.

JUR_SP 817116v21 5880.220288



- 17.2. Fica desde já estabelecido que (a) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a terceiros, pessoas naturais ou jurídicas, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas no presente Contrato (os "Representantes") e (b) a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes.
- 17.3. As Partes se comprometem, ademais, a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de terceiros e se responsabilizam por qualquer violação das obrigações previstas nesta Cláusula XVII por quaisquer dos Representantes.
- 17.4. Caso as Partes ou seus respectivos Representantes sejam obrigados, em virtude de lei, de decisão judicial ou por determinação de autoridade governamental, a divulgar as Informações Confidenciais, tal Parte, sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou administrativa, deverá comunicar as demais Partes a respeito, de modo que, em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessárias à satisfação do dever legal.
- 17.5. Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (a) disponíveis ao público de outra forma que não pela divulgação pelas Partes ou seus Representantes; (b) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes ou de seus Representantes antes da referida Parte ou de seus respectivos Representantes terem acesso às Informações Confidenciais em razão do presente Contrato; e (c) disponíveis ao público por meio da divulgação de informações relevantes essenciais visando à transparência da operação de cessão de crédito constante do presente Contrato e nos termos da legislação aplicável.

JUR. SP. 817116v21 3850.220288



- 17.6. O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula subsistirá ao término deste Contrato pelo prazo de 5 (cinco) anos, estando seu descumprimento sujeito às penalidades estabelecidas na Cláusula XVI.

CLÁUSULA XVIII. REGISTRO

- 18.1. Caberá ao CEDENTE e ao CUSTODIANTE efetuarem, na forma descrita nos itens 18.1.1 e 18.1.2 desta Cláusula, o registro do presente Contrato, seus aditamentos e cada Termo de Cessão, em até 20 (vinte) dias corridos contados da data de sua respectiva assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos nas suas respectivas sedes, em conformidade com o estabelecido nos artigos 221 do Código Civil Brasileiro e artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

- 18.1.1. O CEDENTE compromete-se a tomar as providências necessárias e obter o registro do Termo de Cessão, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua sede, em até 10 (dez) dias corridos contados da data de assinatura do Termo de Cessão.

- 18.1.2. Após o registro do Termo de Cessão no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do CEDENTE, o CUSTODIANTE compromete-se a tomar as providências necessárias e obter o registro do Termo de Cessão, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua sede, em até 20 (vinte) dias corridos contado da data de assinatura do Termo de Cessão.

- 18.1.3. Todos os custos decorrentes do registro a que se refere o item 18.1.1 desta Cláusula serão pagos pelo CEDENTE. Todos os custos decorrentes do registro a que se refere o item 18.1.2 desta Cláusula serão pagos pelo FUNDO.

- 18.2. Caberá ao CEDENTE e ao CUSTODIANTE efetuarem, na forma descrita nos itens 18.2.1 e 18.2.2 desta Cláusula, o registro do Termo de Compra e

JUR_SP_817116v21_3880220288

Venda, se existir, em até 20 (vinte) dias corridos contados da data de sua respectiva assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos nas respectivas sedes do FUNDO e do CEDENTE, em conformidade com o estabelecido nos artigos 221 do Código Civil Brasileiro e artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

18.2.1. O CUSTODIANTE compromete-se a tomar as providências necessárias e obter o registro do Termo de Compra e Venda, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua sede, em até 10 (dez) dias corridos contados da data de assinatura do Termo de Compra e Venda.

18.2.2. Após o registro do Termo de Compra e Venda no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do CUSTODIANTE, o CEDENTE compromete-se a tomar as providências necessárias e obter o registro do Termo de Compra e Venda, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua sede, em até 20 (vinte) dias corridos contados da data de assinatura do Termo de Compra e Venda.

18.2.3. Todos os custos decorrentes do registro a que se refere o item 18.2.1 desta Cláusula serão pagos pelo FUNDO. Todos os custos decorrentes do registro a que se refere o item 18.2.2 desta Cláusula serão pagos pelo CEDENTE.

CLÁUSULA XIX. TUTELA ESPECÍFICA

19.1. O CEDENTE e o FUNDO reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

19.2. As obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 2 (dois) dias úteis, contadas do recebimento da respectiva notificação enviada pela parte prejudicada, à qual será facultada ainda a

JUR_SP-817116v21-3880.220288

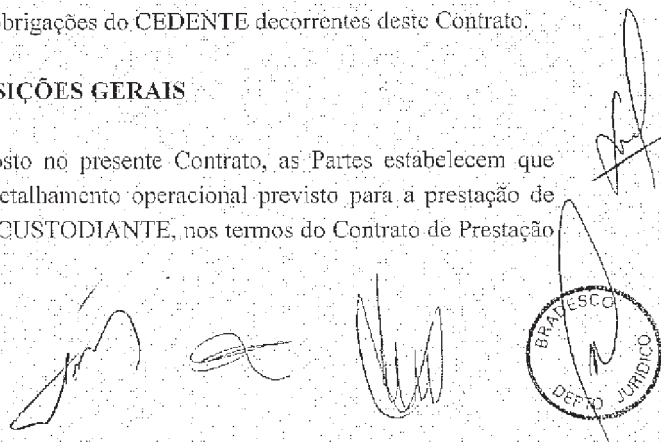
adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o Artigo 461, Parágrafo 5º, do Código de Processo Civil.

- 19.3. Caso o CEDENTE descumpra as obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo assinado na referida notificação, o FUNDO, independentemente de outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo da faculdade de resilir este Contrato, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 16.4 da Cláusula XVI ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.
- 19.4. Para os fins do estabelecido nesta Cláusula, as Partes expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação aqui mencionada, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, constituirá documentação suficiente para instruir pedido de tutela específica.
- 19.5. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza única e exclusivamente patrimonial das obrigações assumidas perante terceiros pelo FUNDO com vistas à aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o CEDENTE reconhece, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta Cláusula, assim como a caracterização do dano iminente para o FUNDO na hipótese do descumprimento das obrigações do CEDENTE decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA XX. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Não obstante o disposto no presente Contrato, as Partes estabelecem que deverão observar o detalhamento operacional previsto para a prestação de serviços por parte do CUSTODIANTE, nos termos do Contrato de Prestação

JUR_SP_817116v2| 3880.230288



de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado na presente data entre o CUSTODIANTE, o FUNDO e o CEDENTE.

- 20.2. Sujeitando-se aos termos e condições contidos neste Contrato, o CEDENTE e o FUNDO concordam em envidar seus melhores esforços de forma a tomar ou fazer com que sejam tomadas as medidas e ações razoavelmente necessárias ou recomendáveis segundo a legislação aplicável visando à consumação e à efetivação do disposto no presente Contrato.
- 20.3. Durante o prazo de duração do FUNDO, o CEDENTE se compromete a envidar seus melhores esforços no sentido de manter disponíveis ao FUNDO Direitos Creditórios que perfizem o montante total de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (quinhentos mil reais), tendo em vista o disposto no artigo 9º, inciso III da Instrução CVM nº 356/01.
- 20.4. Todas as notificações, consentimentos, solicitações e outras formas de comunicação relativas a este Contrato deverão ser feitas por escrito, devendo ser remetidas ou entregues por carta registrada ou com aviso de recebimento, por *fac-simile*, ou por serviço de *courier* expresso de renome nacional, como determinado a seguir:

- (i) Se para o CEDENTE:

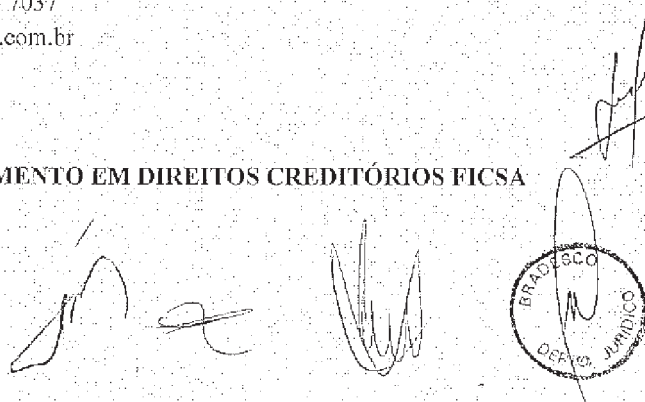
BANCO FICSA S.A.

Endereço: Rua Álvares Penteado, nº 65, 4º andar
01012-001 São Paulo-SP
Tel.: (11) 3248 - 7000
Fax nº: (11) 3248 - 7037
e-mail: fide@ficsa.com.br

- (ii) Se para o FUNDO:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA

JUR_SP 817116v21 3880.220383



FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Endereço: Cidade de Deus, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
CEP 06029-900 - Osasco SP

Tel.: (11) 3684-4522

Fax nº: (11) 3684-5645

(iii) Se para o CUSTODIANTE:

BANCO BRADESCO S.A.

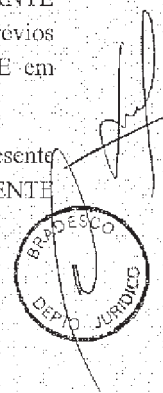
Endereço: Cidade de Deus, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
CEP 06029-900 - Osasco SP

Tel.: (11) 3684-4522

Fax nº: (11) 3684-5645

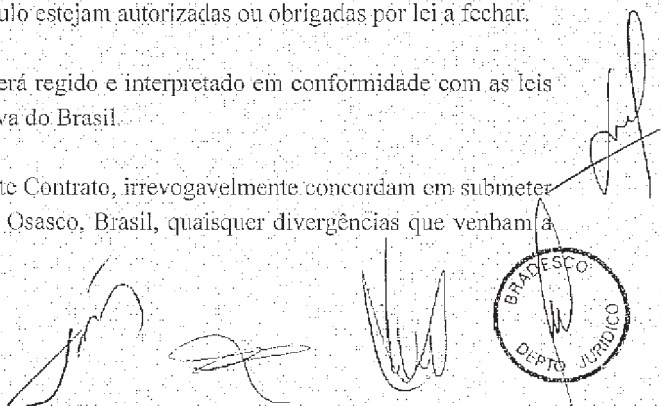
- 20.5. As notificações remetidas nos termos do item 20.4 desta Cláusula serão tidas como entregues: (i) no momento de sua entrega, se feitas pessoalmente; (ii) no momento em que forem recebidas, se postadas, conforme especificado no recibo de devolução, nos casos de carta registrada ou com aviso de recebimento; (iii) 2 (dois) dias úteis após a devida entrega pelo serviço de *courier*, se remetidas por serviço de *courier* expresso; e (iv) se por *fac-símile*, no momento da confirmação da transmissão emitida pelo respectivo aparelho de *fac-símile* (*answer back*).
- 20.6. As Partes poderão alterar o endereço para o qual as notificações devem ser remetidas, por meio de notificação por escrito à outra Parte em conformidade com o item 20.5 desta Cláusula, sendo certo, que em relação a essa disposição, a notificação só será considerada entregue quando seu recebimento for acusado pela outra Parte.
- 20.7. O presente Contrato contém o acordo e entendimentos integrais relativos ao objeto ora contemplado entre o CEDENTE, o FUNDO e o CUSTODIANTE e, especificamente, prevalece sobre quaisquer entendimentos prévios mantidos pelo CEDENTE, pelo FUNDO e/ou pelo CUSTODIANTE em relação ao objeto do presente Contrato.
- 20.8. Nenhuma renúncia, aditamento ou modificação em relação ao presente Contrato, ou qualquer dos seus termos e disposições, vinculará o CEDENTE

JUR_SP 817116v21 3680220288



e o FUNDO, a menos que seja confirmada por escrito. Nenhuma renúncia do CEDENTE, do FUNDO e/ou do CUSTODIANTE em relação a qualquer termo ou disposição do presente Contrato ou a qualquer inadimplemento de obrigação ora estabelecida afetará os direitos subsequentes do CEDENTE, do FUNDO e/ou do CUSTODIANTE no sentido de exigir o cumprimento de tal termo ou disposição ou de exercer qualquer direito ou tomar qualquer medida em caso de outros inadimplementos, sejam similares ou não.

- 20.9. A tolerância e as concessões recíprocas pelas Partes terão caráter eventual e transitório, não configurando, em nenhuma hipótese, novação, renúncia ou modificação de direito.
- 20.10. O presente Contrato não poderá ser modificado ou alterado, salvo por instrumento escrito assinado pelo CEDENTE, pelo FUNDO e pelo CUSTODIANTE.
- 20.11. Na hipótese de alguma das disposições do presente Contrato ser considerada nula, ilegal, inválida ou ineficaz, nenhuma outra disposição do presente Contrato será afetada e, assim sendo, as disposições remanescentes permanecerão em vigor como se a disposição nula, ilegal, inválida ou ineficaz não fizesse parte deste instrumento.
- 20.12. Todas as disposições contidas no presente Contrato que impliquem qualquer obrigação de dar, fazer ou não fazer a serem realizadas pelo FUNDO deverão ser interpretadas, salvo referência expressa em contrário, como de única e exclusiva responsabilidade do ADMINISTRADOR, por conta e ordem do FUNDO.
- 20.13. Para os fins do presente Contrato, qualquer referência a "dia útil" significa dia que não seja um sábado, um domingo ou um dia em que as instituições financeiras em São Paulo estejam autorizadas ou obrigadas por lei a fechar.
- 20.14. O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.
- 20.15. As Partes, pelo presente Contrato, irrevogavelmente concordam em submeter ao Foro da Cidade de Osasco, Brasil, quaisquer divergências que venham a



resultar do presente Contrato, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As Partes e o CUSTODIANTE assinam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual forma e teor.

Osasco, 29 de novembro de 2005

BANCO FICSA S/A.
(CEDENTE)

Nome: Genival Francisco da Silva
Cargo: Diretor Presidente

Nome: João Alberto de Moraes Almeida
Cargo: Diretor Gerente

**FUNDO DE INVESTIMENTOS EM
DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA
FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS, por seu
Administrador BEM DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.**
(CESSIONÁRIO)

Nome:
Cargo:

Nome: 66308 - José Carlos da Silva
Cargo: Gerente Oper. e F.F.



(continuação de página de assinatura do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras
Avenças celebrado entre o Banco Ficsa S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa
Financiamento de Veículos e Banco Bradesco S.A. em 29.11.2005)

BANCO BRADESCO S.A.
(CUSTODIANTE)

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

1 -

Maria do Rosário Perez Vilas
Nome: MARIA DO ROSÁRIO PEREZ VILAS
R.G.: 11.411.252
CPF/ME: 081.132.998-00

2 -

Fernanda Aparecida
Nome: FERNANDA ARAÚJO PEREIRA
R.G.: 7455861
CPF/ME: 091.626038-09

ANEXO A - MODELO DO TERMO DE CESSÃO

TERMO DE CESSÃO

Preço de Aquisição: RS [•]

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o **BANCO FICSA S.A.**, instituição financeira com sede na Rua Álvares Penteado, n.º 65, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.348.538/0001-86, neste ato representado na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados ("CEDENTE"), e **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS**, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 10 (dez) anos, cujo Regulamento foi registrado no Segundo Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco em 9 de novembro de 2005, sob o número 197505 e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.694.905/0001-58 ("CESSIONÁRIO" ou "FUNDO"), neste ato representado por seu administrador **BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, com sede na "Cidade de Deus", Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada por seus representantes legais infra-assinados, ("ADMINISTRADOR"), resolvem, de forma irrevogável e irretroatável, celebrar o presente Termo de Cessão, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

1. Os termos não definidos no presente Termo de Cessão terão os significados a eles atribuídos no Contrato. Todas as condições relativas à presente cessão que não estiverem expressamente estabelecidas neste Termo de Cessão encontram-se descritas no Contrato.
2. Pelo presente Termo de Cessão, o CEDENTE cede e transfere ao CESSIONÁRIO, sem qualquer direito de regresso ou coobrigação do CEDENTE, os Direitos Creditórios descritos no Anexo A a este Termo de Cessão ("Relação de Direitos Creditórios Cedidos"), pelo Preço de

JUR_SP 817116v21 3880.220283

Aquisição acima especificado, mediante crédito na Conta Corrente do CEDENTE, pelo que o CEDENTE dá ao CESSIONÁRIO a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja à que tempo e título for.

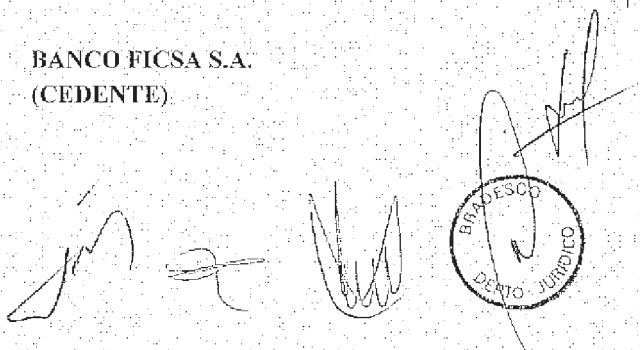
3. O CEDENTE declara estar ciente do disposto na Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, sobre crimes de "lavagem de dinheiro", e normas complementares editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e, ainda, que o representante do CESSIONÁRIO, por força da lei, está obrigado a comunicar ao Banco Central do Brasil a ocorrência de determinados fatos previstos nas referidas normas.
4. A presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretratável, excluída expressamente a cláusula de arrependimento e obriga as Partes, seus sucessores a qualquer título.
5. O presente Termo de Cessão será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.
6. As Partes, pelo presente Termo de Cessão, irrevogavelmente concordam em submeter ao Foro da Cidade de Osasco, quaisquer divergências que venham a resultar do presente Termo de Cessão, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As Partes assinam o presente Termo de Cessão em 4 (quatro) vias, cada qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Osasco, [●] de [●] de [●]

BANCO FICSA S.A.
(CEDENTE)

JUR_SP-817116v21 3880.220288



FUNDO DE INVESTIMENTOS EM
DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA
FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS, por seu
Administrador BEM DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.
(CESSIONÁRIO)

Testemunhas:

1. _____

Nome:

R.G.:

CPF/MF:

2. _____

Nome:

R.G.:

CPF/MF:

JUR_SP 817116v21 3880 220288

The block contains three handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular stamp. The stamp has the word 'BRIDESCO' at the top and 'DEPTO JURIDICO' at the bottom. In the center of the stamp, there is a stylized signature or set of initials.

ANEXO A - AO TERMO DE CESSÃO nº [•]

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA
FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Data: [•] de [•] de [•]

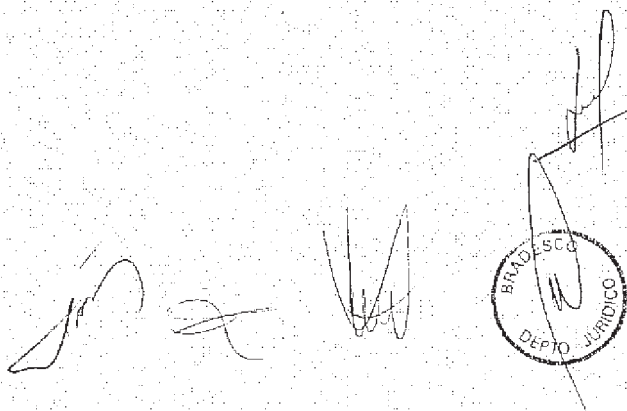
Cedente: Banco Ficsa S.A.

CNPJ do Cedente: 61.348.538/0001-86

Nº Registro Cobrança Bancária	CPF/CNPJ	Nome do Cliente	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor Face (R\$)	Valor de Aquisição (R\$)
TOTAIS:			Qtde de Títulos: [•]			

TAXA DE DESCONTO: [•]%

JUR_SP 817116v21 3890.220288



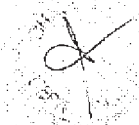
ANEXO B – MODELO DA PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

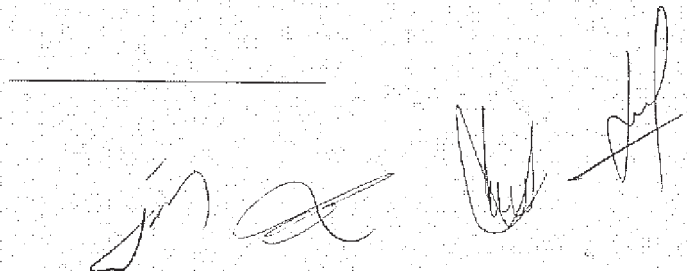
O **BANCO FICSA S.A.**, instituição financeira com sede na Rua Álvares Peiteado n.º 65, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.348.538/0001-86, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (doravante denominado “Outorgante”), nomeia e constitui como seu bastante procurador o **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Vila Yara, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n.º 60.746.948/0001-12, doravante denominado “Outorgado”, na qualidade de Custodiante do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS**, constituído sob a forma de condomínio fechado, em 9 de novembro de 2005, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 07.694.905/0001-58, (“Fundo”) conferindo-lhe amplos poderes para endossar cédulas de crédito bancário (CCBs), notas promissórias, bem como quaisquer outros títulos representativos dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, além das garantias a eles vinculadas, podendo solicitar alienações e baixas de gravames junto ao cadastro do Departamento de Trânsito Nacional (DETRAN), nos termos da Cláusula 15 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre o Outorgante e o Outorgado em 29 de novembro de 2005. O Outorgado neste ato aceita de forma irrevogável e irretratável os poderes a ele conferidos e se obriga a aplicar toda a diligência habitual na execução do mandato, sendo expressamente vedado o substabelecimento da presente. A presente procuração vigorará enquanto perdurarem obrigações decorrentes de direitos creditórios cedidos ao Fundo e que por ele sejam passíveis de cobrança, não podendo ser revogada por se tratar de condição de negócio bilateral.

[Local], [Data]

BANCO FICSA S.A.



JUR_SP_817116v21 3880.220288



ANEXO C – MODELO DO TERMO DE COMPRA E VENDA DE DIREITOS CREDITÓRIOS NEGOCIADOS

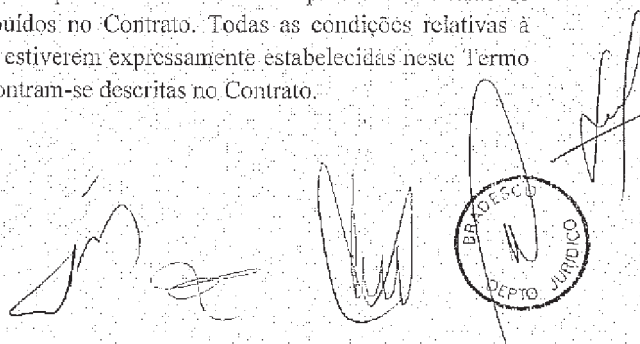
TERMO DE COMPRA E VENDA

Preço de Aquisição: R\$ [•]

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS**, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 10 (dez) anos, cujo Regulamento foi registrado no Segundo Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco em 9 de novembro de 2005, sob o número 197505 e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.694.905/0001-58 (“CEDENTE”), neste ato representado por seu administrador **BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, com sede na “Cidade de Deus”, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, neste ato representada por seus representantes legais infra-assinados, (“ADMINISTRADOR”) e **BANCO FICSA S.A.**, instituição financeira com sede na Rua Álvares Penteado, nº 65, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.348.538/0001-86, neste ato representado na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados (“CESSIONÁRIO”), resolvem, de forma irrevogável e irretirável, celebrar o presente Termo de Compra e Venda, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

1. Os termos não definidos no presente Termo de Compra e Venda terão os significados a eles atribuídos no Contrato. Todas as condições relativas à presente cessão que não estiverem expressamente estabelecidas neste Termo de Compra e Venda encontram-se descritas no Contrato.

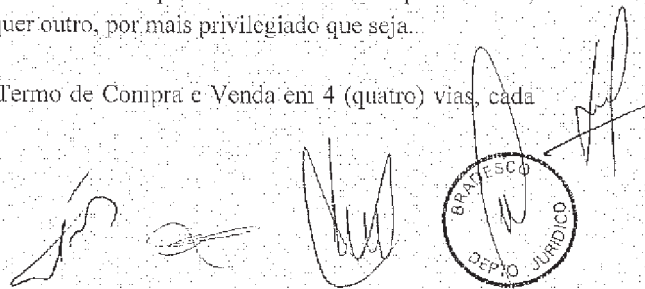
JUR_SP 817116v21 3880220288



2. Pelo presente Termo de Compra e Venda, o CEDENTE cede e transfere ao CESSIONÁRIO, sem qualquer direito de regresso ou coobrigação do CEDENTE, os Direitos Creditórios descritos no Anexo A a este Termo de Compra e Venda ("Relação de Direitos Creditórios Cedidos"), pelo Preço de Aquisição acima especificado, mediante crédito na Conta Corrente do CEDENTE, pelo que o CEDENTE dá ao CESSIONÁRIO a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.
3. O CEDENTE, deverá entregar os Documentos Comprobatórios ao CESSIONÁRIO ou a quem este indicar para fins de cobrança, ajuizamento de ação, apresentação de defesa ou recurso relativamente a quaisquer dos Direitos Creditórios cedidos, no prazo máximo de 6 (seis) dias úteis da solicitação feita nesse sentido, ou ainda, em prazo menor, se assim for solicitado, se possível.
4. O CEDENTE declara estar ciente do disposto na Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, sobre crimes de "lavagem de dinheiro", e normas complementares editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e, ainda, que o representante do CESSIONÁRIO, por força da lei, está obrigado a comunicar ao Banco Central do Brasil a ocorrência de determinados fatos previstos nas referidas normas.
5. A presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretratável, excluída expressamente a cláusula de arrependimento e obriga as Partes, seus sucessores a qualquer título.
6. O presente Termo de Compra e Venda será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.
7. As Partes, pelo presente Termo de Compra e Venda, irrevogavelmente concordam em submeter ao Foro da Cidade de Osasco, quaisquer divergências que venham a resultar do presente Termo de Compra e Venda, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As Partes assinam o presente Termo de Compra e Venda em 4 (quatro) vias, cada

JUR.SP.817116v2| 3380.220288



qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Osasco, [●] de [●] de [●]

**FUNDO DE INVESTIMENTOS EM
DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA
FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS, por seu
Administrador BEM DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.
(CEDENTE)**

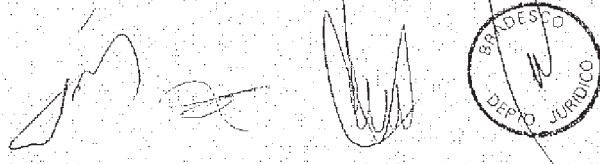
**BANCO FICSA S.A.
(CESSIONÁRIO)**

Testemunhas:

1. - Maria do Rosário Pereira Vilas
Nome: Maria do Rosário Pereira Vilas
R.G.: 17.411.259
CPF/ME: 081.132.990-08

2. - Fernanda Cesar Pereira
Nome: FERNANDA CESAR PEREIRA
R.G.: 7439361
CPF/ME: 091.626.033-05

JUR_SP 817116v21 3880.220288



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO C

Modelo de Termo de Adesão ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa
Financiamento de Veículos e Modelo de Recibo do Prospecto

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**TERMO DE ADESÃO AO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS E RECIBO DO PROSPECTO**

Nome: [•]
CPF/CNPJ: [•]
Banco: [•]
Agência: [•]
Conta Corrente: [•]
Valor do Investimento: [•]

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo único da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução n.º 393, de 22 de julho de 2003 (“Instrução CVM 356/01”), expedida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) adere, expressamente, aos termos do regulamento (“Regulamento”) do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Financiamento de Veículos (“Fundo”), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

O investidor também declara:

- (i) que tomou ciência:
 - (a) de que os direitos creditórios que compõem a carteira do Fundo são classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento”, para fins de contabilização;
 - (b) de que as informações do Fundo serão divulgadas no periódico Gazeta Mercantil, edição nacional;
 - (c) de que será cobrada taxa de administração pelo Administrador do Fundo, nos termos do Artigo 11 do Regulamento;
 - (d) dos riscos decorrentes do investimento no Fundo, tal como disposto no Regulamento e no Anexo I deste Termo de Cessão;
 - (e) da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único da Instrução nº 356/01, da CVM.
- (ii) ter recebido, neste ato, 1 (um) exemplar do Regulamento e do Prospecto, com informações sobre o Fundo; e
- (iii) ser investidor qualificado, nos termos da regulamentação em vigor e fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM n.º 409, de 24 de agosto de 2004, conforme item “Investidores”, Capítulo 13, que sejam habilitados a adquirir Cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

[local], [•] de [_____] de [_____]

Anexo I

1. - A Carteira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FICSA Financiamento de Veículos, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando aos seguintes:

DOS RISCOS DE MERCADO

(a) **Risco de Crédito dos Títulos da Carteira do Fundo.** Os títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a Carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetam as condições financeiras dos emissores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez.

O Fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários. Na hipótese de um problema de falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores de títulos de dívida ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

(b) **Risco Decorrente da Precificação dos Ativos.** A precificação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado (mark-to-market) poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, podendo resultar em redução no valor das cotas do Fundo.

(c) **Risco de Restrições à Negociação.** Determinados ativos componentes da Carteira do Fundo, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores e mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderá ser prejudicada.

(d) **Fatores Macroeconômicos Relevantes.** Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em alongamento do período de amortização e Resgate Compulsório das Cotas, bem como Liquidação Antecipada do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por alguma razão, o alongamento do período de amortização e Resgate Compulsório das Cotas, a Liquidação Antecipada do Fundo ou, ainda, caso os Cotistas sofram dano ou prejuízo resultante de tais eventos.

(e) **Risco de Taxa de Juros.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em modalidades financeiras de renda fixa que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é divulgada diariamente, poderá ocorrer alguma diferença quanto aos valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos outros ativos integrantes da Carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tais diferenças, de qualquer ordem, sofridas pelo Fundo.

DOS RISCOS RELACIONADOS AO FUNDO

(f) Da Inexistência de Rendimento Predeterminado. O preço de integralização das Cotas Seniores será atualizado diariamente, de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores quando do resgate de suas respectivas Cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante ou do Cedente e de suas respectivas pessoas controladoras, das sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas.

(g) Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação. O Cedente somente se responsabiliza pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes. O Administrador, o Custodiante, suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum não se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Clientes.

(h) Risco de Crédito dos Direitos Creditórios. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Clientes, dos valores devidos em razão dos contratos de financiamento, inexistindo, portanto, garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.

(i) Não Recuperação dos Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios, pelo Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, deverá abranger todos os direitos, ações e garantias assegurados ao Cedente por força dos Direitos Creditórios, para fins de cobrança e recebimento dos valores devidos pelos Clientes nos termos dos contratos de financiamento, dentro dos limites legais a serem observados pelo Fundo considerando sua natureza jurídica. Embora os Direitos Creditórios possam ser cobrados judicial ou extrajudicialmente, conforme previsto no Regulamento, não é possível assegurar que os valores devidos ao Fundo com relação aos Direitos Creditórios serão recuperados e nem tampouco quanto a celeridade de tal cobrança.

(j) Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Cedente. O Administrador, suas pessoas controladoras, sociedades por esta direta ou indiretamente controladas, a esta coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso o Cedente deixe de arcar com os recursos necessários para tanto.

(k) Notificação dos Clientes Acerca da Cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo. Em razão de considerações operacionais e comerciais, os Clientes (devedores) não serão notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, no momento da cessão dos Direitos Creditórios, conforme dispõe o artigo 290 do Código Civil. Dessa forma, existe o risco de os Clientes efetuarem o pagamento dos valores devidos diretamente ao credor original (Cedente) e não ao novo credor (Fundo). Caso isso aconteça, o Fundo poderá reclamar tais valores do Cedente. Com o intuito de mitigar tal risco, o Cedente se comprometeu a (i) manter, durante todo o prazo de duração do Fundo, sistema de controle e gerenciamento dos pagamentos realizados pelos Clientes com relação aos Direitos Creditórios, redirecionando, automaticamente, todo recurso recebido pelo Cedente com relação aos Direitos Creditórios de propriedade do Fundo, diretamente da conta de compensação (conta transitória) do Cedente para a conta corrente do Fundo e (ii) agir como fiel depositário do Fundo quanto a montantes devidos pelos Clientes ao Fundo e que lhe tenham sido pagos, devendo direcionar tais valores à conta corrente do Fundo em até 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento de valores dos Clientes ou, assim que possível, em caso de impossibilidade de identificação do depósito.

(l) Originação Constante de Direitos Creditórios. De acordo com os termos do Contrato de Cessão, o Cedente não se encontra obrigado a ceder novos Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da capacidade do Cedente de continuar a gerar Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão.

DOS RISCOS RELATIVOS AO CEDENTE

(m) Riscos Relativos ao Cedente. O investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, de Direitos Creditórios pelo Cedente. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam entregues pelo Cedente e devidamente pagos pelos Clientes, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

(n) Performance e Riscos relacionados ao Cedente. De acordo com a estrutura da operação, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo. Nenhuma garantia pode ser dada de que o Cedente continuará atuando no ramo de atividade que atualmente possibilita o Cedente a originar os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo. Portanto, o patrimônio líquido do Fundo será afetado caso o Cedente venha a interromper suas atividades que resultam na originação dos Direitos Creditórios.

(o) Registro do Termo de Cessão. De acordo com o estabelecido no Contrato de Cessão, caberá ao Cedente realizar o registro do Termo de Cessão, na sua sede, devidamente assinado pelo Fundo e pelo Cedente, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente. Em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência do Cedente, o registro do Termo de Cessão poderá ser afetado e, neste caso, a efetiva e completa transferência de propriedade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pode ser questionada.

DOS RISCOS DE LIQUIDEZ

(p) Liquidez Reduzida dos Direitos Creditórios. As aplicações do Fundo nos Direitos de Crédito apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com alta liquidez para os Direitos Creditórios. Caso o Fundo precise vender os Direitos Creditórios, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio do Fundo, e, conseqüentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos Cotistas.

(q) Liquidez reduzida das Cotas. As Cotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer momento, os Cotistas podem ter dificuldade em vender suas Cotas.

(r) Prazo para Resgate das Cotas. Ressalvada a amortização de Cotas do Fundo, pelo fato de o Fundo ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas Cotas somente poderá ocorrer após o término do prazo da respectiva série, ocasião em que todos os Cotistas deverão resgatar suas cotas, ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada, conforme previsto no Regulamento. Tal característica do Fundo poderá limitar o interesse de outros investidores pela cotas do Fundo, reduzindo sua liquidez no mercado secundário.

(s) Resgate em Direitos Creditórios. Caso a Assembléia Geral de Cotistas delibere a Liquidação Antecipada do Fundo com resgate de Cotas mediante a entrega de Direitos Creditórios, conforme hipóteses estabelecidas no Regulamento, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para (i) vender os Direitos Creditórios recebidos no resgate decorrente do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes com relação aos Direitos Creditórios Inadimplidos.

DOS RISCOS ESPECÍFICOS

(t) Propriedade de Cotas x Propriedade dos Direitos Creditórios. Apesar de o Fundo ter sua carteira constituída, preferencialmente, pelos Direitos Creditórios, a propriedade das cotas não confere aos seus titulares propriedade direta sobre os Direitos Creditórios ou sobre fração ideal específica dos Direitos Creditórios. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas possuídas.

(u) Não Liquidação dos Direitos Creditórios. As principais fontes de recursos do Fundo para que seja efetuada a amortização ou o resgate de suas Cotas, conforme o caso, decorrem da liquidação: (i) dos Direitos Creditórios pelos Clientes e (ii) dos outros ativos integrantes da Carteira do Fundo pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo poderá não dispor de outras verbas para efetuar a amortização ou o resgate, conforme o caso, de suas cotas.

(v) Amortização/Resgate de Cotas Seniores na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios, aos outros ativos integrantes de sua carteira e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventualidade de o Administrador não conseguir alienar os respectivos ativos. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das cotas, conforme o caso, na medida em que (i) os Direitos Creditórios ou os outros ativos integrantes da Carteira do Fundo sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes e (ii) as verbas recebidas sejam depositadas na conta de depósito de titularidade do Fundo, tanto o Administrador quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das cotas, conforme o caso.

(w) Inexistência de Garantia de Eliminação de Riscos. A realização de investimentos no Fundo, sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas no Fundo. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, de terceiros, de mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

(x) Risco relativo ao Cedente como Fiel Depositário dos Documentos Comprobatórios. O Cedente, conforme estabelecido no Contrato de Depósito, será responsável, na qualidade de fiel depositário, pela guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios. A guarda dos referidos Documentos Comprobatórios pelo Cedente pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, bem como de exercer seus direitos, na qualidade de titular de tais Direitos Creditórios.

(y) Resgate em Direitos Creditórios. Nos casos de Liquidação Antecipada do Fundo, ou na hipótese de a Assembléia Geral de Cotistas deliberar o Resgate Compulsório das Cotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios, conforme hipóteses estabelecidas no Anexo C ao Regulamento, os Cotistas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios recebidos, e (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Clientes em relação aos Direitos Creditórios Inadimplidos.

(z) Risco Relativo à Auditoria dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas da titularidade dos Direitos Creditórios. O Fundo, o Administrador, o Custodiante, bem como quaisquer de suas partes relacionadas, não são responsáveis pela existência dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Clientes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO D

Relatório da Empresa de Auditoria e Demonstrações Financeiras do Cedente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Banco Ficsa S.A.

**Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 31 de maio de 2005**

Este Relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Banco Ficsa S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que o mesmo venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este Relatório não constitui qualquer garantia por parte da KPMG quanto à solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste Relatório. O conteúdo deste instrumento deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto.

KPMG Auditores Independentes
Agosto de 2005

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



KPMG Auditores Independentes

Financial Services

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 3067-3000
Fax National 55 (11) 3079-3752
International 55 (11) 3079-2916
Internet www.kpmg.com.br

Ao
Banco Ficsa S.A.
São Paulo - SP

22 de agosto de 2005

Atenção: Sr. Genival Francisco da Silva

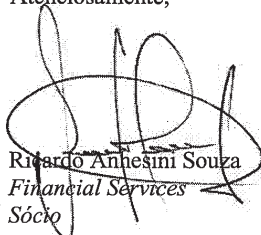
Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta de prestação de serviços, datada de 6 de junho de 2005, apresentamos nosso relatório de revisão especial da carteira de recebíveis do Banco Ficsa S.A.

Nossa revisão, conforme descrito neste documento, foi pautada na execução de determinados procedimentos pré-acordados junto ao Banco Ficsa S.A. e seus parceiros estratégicos, encarregados da estruturação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários do Banco Ficsa S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Ricardo Anhesini Souza
Financial Services
Sócio



Fernando Jun Miranda Omori
Financial Services
Gerente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Banco Ficsa S.A.
Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 31 de maio de 2005

Conteúdo

1	Introdução	1
2	Objetivo e alcance do trabalho	1
3	Apresentação do perfil da carteira de recebíveis	3
4	Descrição dos procedimentos de revisão aplicados	13
5	Descrição do processo de crédito e cobrança	15

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1 Introdução

O Banco ABN AMRO Real S.A. (“ABN”) e o Banco Ficsa S.A. (“Ficsa”), em conjunto com seus parceiros estratégicos - em conjunto definidos “Grupo Estruturador”, está desenvolvendo uma estrutura de securitização de recebíveis, por meio da cessão de contratos de financiamento de veículos para um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

De acordo com informações fornecidas por V.Sas., o Banco Ficsa S.A. (“Cedente”) detém, além de contatos comerciais no segmento de revenda de carros, tecnologia de sistemas de crédito e back-office especializados em concessão e gestão de crédito ao consumidor para aquisição de veículos com alienação fiduciária. Os recebíveis a serem cedidos ao FIDC, serão originados por este Cedente exclusivamente pela cessão destes contratos.

Esses recebíveis serão cedidos a um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), mediante o atendimento de certos critérios de elegibilidade a serem definidos em conjunto com o Grupo Estruturador.

Os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nosso trabalho e foram executados por meio da leitura da base de dados fornecida pela Gerência da Área de Tecnologia do Banco Ficsa S.A., que contempla o histórico de geração de operações de financiamento em um período de 36 meses:

- Apresentação da distribuição de volumes mensais de contratos originados, *performance* de pagamentos por parte dos clientes, e outras características dessas operações de empréstimos, para o período sob análise, bem como outras compilações de dados estatísticos; e
- Entendimento do sistema de controles internos relacionados à concessão de empréstimos e dos controles inerentes ao sistema de cobrança (fluxo financeiro de recebimento).

Foram objetos de nossas análises, os dados sobre volumes de emissão e cobrança da totalidade das operações de financiamento para aquisição de veículos com alienação fiduciária do Banco Ficsa S.A., para um período de 36 meses, compreendido entre 1º de junho de 2002 e 31 de maio de 2005 (data-base dos trabalhos), bem como os controles de emissão e cobrança de recebíveis, e do sistema de controle da carteira de recebíveis vigentes durante a execução de nossos trabalhos.

As constatações relativas aos procedimentos pré-acordados mencionados acima, encontram-se apresentadas neste relatório.

2 Objetivo e alcance do trabalho

Objetivo dos trabalhos

Conforme nossa proposta de prestação de serviços, o objetivo principal de nossos trabalhos é executar procedimentos pré-acordados para permitir ao Grupo Estruturador, a obtenção de um melhor entendimento das características da carteira de recebíveis da Cedente, particularmente quanto à *performance* de crédito dos seus clientes, com o objetivo de suprir informações para a constituição do FIDC.



Escopo de nossos trabalhos

Fomos contratados para assessorar o Grupo Estruturador com os seguintes principais objetivos:

- **Análises demográficas**
 - Distribuição do volume mensal de contratos por tipo de veículo;
 - Distribuição do volume financeiro e quantidade de contratos por prazo médio das operações; e
 - Distribuição dos recebíveis por faixas de valor, para fins de apuração de concentração de operações.
- **Análises de *performance* da carteira de recebíveis**
 - Cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão;
 - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos segregados pelos respectivos meses de origem (Pool estático); e
 - Identificação dos volumes e respectivos percentuais em relação ao total de originações, dos seguintes eventos:
 - i. Descontos concedidos a clientes
 - ii. Pré-pagamento de contratos
 - iii. Prorrogações de pagamentos concedidos a clientes
 - Identificação dos percentuais de recuperação e revenda de veículos e perda residual da carteira.
- Levantamento do fluxo operacional da estrutura de origem dos recebíveis relacionado à concessão, monitoramento, cobrança e liquidação financeira dos contratos, estabelecido com base em testes de amostragem, compreendendo inclusive, o processo de retomada dos bens em garantia das operações;
- Identificação dos pontos de controle e teste de sua eficácia por meio de procedimentos de simulação; e
- Verificação, por parte do cedente, dos controles e procedimentos para salvaguarda dos documentos de propriedade do Fundo, tais como controles de acesso físico aos arquivos, mecanismos de prevenção a incêndio etc.

Outras informações

Enfatizamos ainda que nosso trabalho não representa uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e portanto não deve ser interpretado como tal.

Nossos trabalhos foram executados no período de 7 de julho a 15 de agosto de 2005 e tomaram por base o histórico de faturamento até aquela data, bem como a estrutura das áreas de crédito e cobrança e tecnologia vigentes naquele período. Conforme acordado com V.Sas., não é requerida a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.



3 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis

3.1 Faturamento Líquido sujeito à Securitização (FLS)

O somatório dos arquivos gerados pela Cedente, indica que esta gerou, no período de 36 meses sob análise, compreendido entre 1º de junho de 2002 e 31 de maio de 2005, um volume de 56.253 contratos, com um valor total de parcelas (PMT) de R\$ 469.222 mil. O arquivo disponibilizado para executar as análises, objeto de nossa contratação, foi produzido pela Gerência de Desenvolvimento da Cedente e submetido à avaliação de consistência conforme apresentado na seção 4 deste relatório.

Uma consideração necessária em uma operação de securitização de recebíveis *revolving* é a capacidade de originação continuada, ou seja, a Cedente necessita ter capacidade de prover recebíveis em uma base constante, a fim de absorver a liquidez gerada com o recebimento, pelo FIDC, das operações vencidas e liquidadas.

O quadro a seguir demonstra a distribuição desse arquivo, recompondo a base da carteira de crédito originada no período-base.

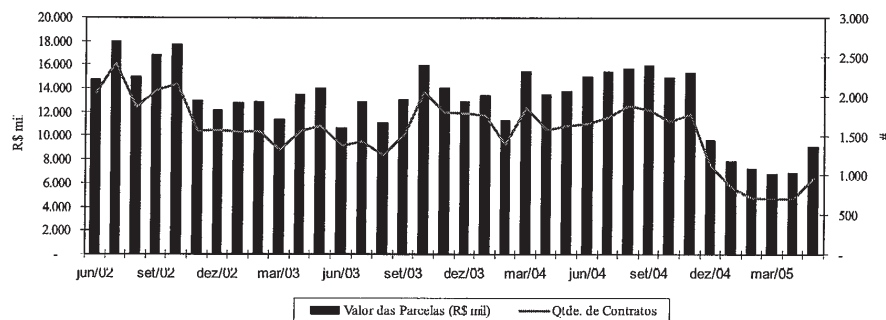
Descrição	Saldo Principal dos Contratos (R\$ mil)	%	Somatório do valor das parcelas (R\$ mil)	%
Créditos na carteira do Banco	173.587	59,78%	279.413	59,55%
Créditos cedidos com coobrigação	56.512	19,46%	89.122	18,99%
Créditos cedidos sem coobrigação	60.255	20,75%	100.687	21,46%
Total do arquivo	290.354	100,00%	469.222	100,00%

Adicionalmente, compilamos, para o período total de 36 meses sob análise, informações mensais referentes ao FLS da totalidade dos contratos, apresentadas na tabela e no gráfico 3.1 a seguir:

Tabela 3.1 - Produção mensal referente ao valor total das parcelas e quantidade de contratos

Mês de Origem	Todas as Categorias de Veículos						Valor Médio dos Empréstimos (R\$)
	Somatório do valor das parcelas (R\$ mil)	%	Qtde. De Contratos	%	Saldo Principal dos Contratos (R\$ mil)	Valor Futuro Médio dos Contratos (R\$)	
jun/02	14.682	3,13%	2.035	3,62%	8.794	7.215	4.321
jul/02	17.989	3,83%	2.413	4,29%	10.884	7.455	4.510
ago/02	14.979	3,19%	1.867	3,32%	8.986	8.023	4.813
set/02	16.806	3,58%	2.076	3,69%	10.046	8.096	4.839
out/02	17.677	3,77%	2.157	3,83%	10.404	8.195	4.823
nov/02	12.988	2,77%	1.564	2,78%	7.501	8.304	4.796
dez/02	12.202	2,60%	1.568	2,79%	7.095	7.782	4.525
jan/03	12.794	2,73%	1.546	2,75%	7.420	8.276	4.800
fev/03	12.861	2,74%	1.559	2,77%	7.575	8.249	4.859
mar/03	11.353	2,42%	1.319	2,34%	6.788	8.607	5.147
abr/03	13.482	2,87%	1.557	2,77%	7.963	8.659	5.115
mai/03	14.047	2,99%	1.621	2,88%	8.246	8.666	5.087
jun/03	10.642	2,27%	1.373	2,44%	6.404	7.751	4.664
jul/03	12.868	2,74%	1.430	2,54%	7.693	8.998	5.380
ago/03	11.121	2,37%	1.256	2,23%	6.709	8.854	5.342
set/03	13.059	2,78%	1.509	2,68%	8.039	8.654	5.327
out/03	15.988	3,41%	2.048	3,64%	10.039	7.807	4.902
nov/03	14.024	2,99%	1.803	3,21%	8.771	7.778	4.865
dez/03	12.826	2,73%	1.786	3,17%	8.068	7.181	4.517
jan/04	13.419	2,86%	1.755	3,12%	8.485	7.646	4.835
fev/04	11.252	2,40%	1.383	2,46%	7.274	8.136	5.259
mar/04	15.427	3,29%	1.844	3,28%	9.976	8.366	5.410
abr/04	13.470	2,87%	1.574	2,80%	8.693	8.558	5.523
mai/04	13.760	2,93%	1.620	2,88%	8.858	8.494	5.468
jun/04	14.940	3,18%	1.655	2,94%	9.604	9.027	5.803
jul/04	15.396	3,28%	1.730	3,08%	9.900	8.899	5.722
ago/04	15.667	3,34%	1.871	3,33%	10.118	8.374	5.408
set/04	15.921	3,39%	1.828	3,25%	10.220	8.709	5.591
out/04	14.862	3,17%	1.681	2,99%	9.498	8.841	5.650
nov/04	15.355	3,27%	1.770	3,15%	9.698	8.675	5.479
dez/04	9.575	2,04%	1.122	1,99%	6.216	8.534	5.540
jan/05	7.840	1,67%	849	1,51%	5.229	9.234	6.159
fev/05	7.234	1,54%	710	1,26%	4.801	10.189	6.762
mar/05	6.788	1,45%	706	1,26%	4.546	9.614	6.439
abr/05	6.864	1,46%	705	1,25%	4.275	9.736	6.063
mai/05	9.066	1,93%	963	1,71%	5.538	9.415	5.751
Total	469.222	100,00%	56.253	100,00%	290.354	8.341	5.162

Gráfico 3.1 - Produção mensal





Destacamos a seguir, nas tabelas 3.2 e 3.3, a distribuição semestral da totalidade das operações referentes aos 36 meses sob análise, por tipo de operação, em volume financeiro e em quantidade de contratos. As operações, objeto de análises, foram classificadas da seguinte forma: AUTO (financiamento de automóvel), CAMI (financiamento de caminhão), CGAU (empréstimo, com garantia de automóvel), CGCA (empréstimo, com garantia de caminhão) e CDCG (empréstimo, com garantia de automóvel ou caminhão).

Segundo informações obtidas junto à gerência do Ficsa, as operações da categoria CDCG foram realizadas até julho de 2003, momento no qual ocorreu a segregação entre empréstimo de automóveis e caminhões (categorias CGAU e CGCA, respectivamente).

Tabela 3.2 - Distribuição semestral por tipo de operação em volume financeiro - Período de 36 meses

Semestre	AUTO		CAMI		CDCG		CGAU		CGCA		MOTO		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
1º (jun/02 a nov/02)	55.102	57,9%	20.889	22,0%	8.905	9,4%	-	0,0%	-	0,0%	10.225	10,7%	95.121	100,0%
2º (dez/02 a mai/03)	37.189	48,5%	15.943	20,8%	12.738	16,6%	-	0,0%	-	0,0%	10.869	14,2%	76.739	100,0%
3º (jun/03 a nov/03)	34.293	44,1%	12.682	16,3%	3.047	3,9%	7.835	10,1%	4.240	5,5%	15.605	20,1%	77.702	100,0%
4º (dez/03 a mai/04)	36.961	46,1%	13.126	16,4%	-	0,0%	6.498	8,1%	4.526	5,6%	19.043	23,8%	80.154	100,0%
5º (jun/04 a nov/04)	43.753	47,5%	17.304	18,8%	-	0,0%	6.412	7,0%	5.824	6,3%	18.846	20,5%	92.140	100,0%
6º (dez/04 a mai/05)	21.731	45,9%	8.498	17,9%	-	0,0%	3.472	7,3%	4.827	10,2%	8.838	18,7%	47.366	100,0%
Total	229.028	48,8%	88.443	18,8%	24.689	5,3%	24.218	5,2%	19.417	4,1%	83.427	17,8%	469.222	100,0%

Tabela 3.3 - Distribuição semestral por tipo de operação em quantidade de contratos - Período de 36 meses

Semestre	AUTO		CAMI		CDCG		CGAU		CGCA		MOTO		Total	
	Qtde. de Contratos	%	Qtde. de Contratos	%	Qtde. de Contratos	%	Qtde. de Contratos	%	Qtde. de Contratos	%	Qtde. de Contratos	%	Qtde. de Contratos	%
1º (jun/02 a nov/02)	8.032	66,3%	871	7,2%	946	7,8%	-	0,0%	-	0,0%	2.263	18,7%	12.112	100,0%
2º (dez/02 a mai/03)	4.937	53,8%	606	6,6%	1.308	14,3%	-	0,0%	-	0,0%	2.319	25,3%	9.170	100,0%
3º (jun/03 a nov/03)	4.279	45,4%	489	5,2%	330	3,5%	1.013	10,8%	208	2,2%	3.100	32,9%	9.419	100,0%
4º (dez/03 a mai/04)	4.590	46,1%	503	5,0%	-	0,0%	848	8,5%	219	2,2%	3.802	38,2%	9.962	100,0%
5º (jun/04 a nov/04)	5.237	49,7%	555	5,3%	-	0,0%	812	7,7%	239	2,3%	3.692	35,0%	10.535	100,0%
6º (dez/04 a mai/05)	2.614	51,7%	308	6,1%	-	0,0%	396	7,8%	185	3,7%	1.552	30,7%	5.055	100,0%
Total	29.689	52,8%	3.332	5,9%	2.584	4,6%	3.069	5,5%	851	1,5%	16.728	29,7%	56.253	100,0%

No anexo I apresentamos a movimentação mensal para os tipos de operação listados.

Na tabela 3.4 a seguir, apresentamos o saldo médio semestral dos contratos sob análise, considerando o somatório do valor das parcelas, para o período de 36 meses.

Tabela 3.4 - Valor médio dos contratos por tipo de operação - Período de 36 meses

Semestre	Valor médio dos contratos (R\$)					
	AUTO	CAMI	CDCG	CGAU	CGCA	MOTO
1º (jun/02 a nov/02)	6.860	23.983	9.413	-	-	4.518
2º (dez/02 a mai/03)	7.533	26.308	9.738	-	-	4.687
3º (jun/03 a nov/03)	8.014	25.935	9.233	7.734	20.387	5.034
4º (dez/03 a mai/04)	8.052	26.096	-	7.663	20.665	5.009
5º (jun/04 a nov/04)	8.355	31.179	-	7.897	24.369	5.105
6º (dez/04 a mai/05)	8.313	27.591	-	8.769	26.093	5.694



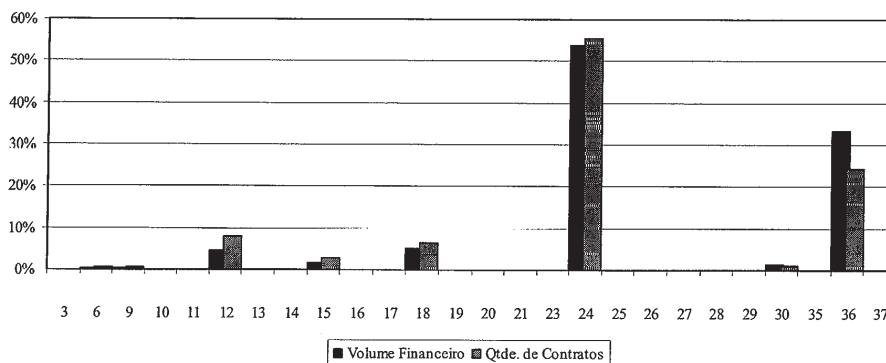
3.2 Distribuição por prazo médio das operações

Para fins de estabelecimento do prazo médio das operações, distribuímos o volume total de contratos originados no período de 36 meses sob análise, por quantidade de parcelas. Constatamos um prazo médio ponderado de 27 meses das operações sujeitas à cessão, conforme apresentado na tabela 3.5 e no gráfico 3.2 a seguir:

Tabela 3.5 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Período de 36 meses

Qtde. de Parcelas	Contratos					
	Saldo (R\$ mil)	%	% acum.	#	%	% acum.
3	9	0,0%	0,0%	1	0,0%	0,0%
6	1.105	0,2%	0,2%	329	0,6%	0,6%
9	1.286	0,3%	0,5%	345	0,6%	1,2%
10	19	0,0%	0,5%	4	0,0%	1,2%
11	2	0,0%	0,5%	1	0,0%	1,2%
12	21.269	4,5%	5,0%	4.508	8,0%	9,2%
13	5	0,0%	5,0%	2	0,0%	9,2%
14	16	0,0%	5,1%	3	0,0%	9,2%
15	7.997	1,7%	6,8%	1.659	2,9%	12,2%
16	11	0,0%	6,8%	3	0,0%	12,2%
17	62	0,0%	6,8%	3	0,0%	12,2%
18	23.465	5,0%	11,8%	3.689	6,6%	18,7%
19	52	0,0%	11,8%	12	0,0%	18,8%
20	63	0,0%	11,8%	11	0,0%	18,8%
21	15	0,0%	11,8%	3	0,0%	18,8%
23	17	0,0%	11,8%	3	0,0%	18,8%
24	251.791	53,7%	65,5%	31.212	55,5%	74,3%
25	23	0,0%	65,5%	5	0,0%	74,3%
26	5	0,0%	65,5%	1	0,0%	74,3%
27	8	0,0%	65,5%	1	0,0%	74,3%
28	12	0,0%	65,5%	2	0,0%	74,3%
29	17	0,0%	65,5%	3	0,0%	74,3%
30	7.112	1,5%	67,0%	708	1,3%	75,6%
35	5	0,0%	67,0%	1	0,0%	75,6%
36	154.804	33,0%	100,0%	13.737	24,4%	100,0%
37	53	0,0%	100,0%	7	0,0%	100,0%
Total	469.222	100,0%		56.253	100,0%	

Gráfico 3.2 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Período de 36 meses





Adicionalmente, compilamos na tabela 3.6 a seguir, o prazo médio ponderado para cada um dos tipos de operação, em intervalos semestrais e para os 36 meses sob análise.

Tabela 3.6 - Prazo médio ponderado - Tipos de Operação

Período	Prazo médio ponderado (em meses)					
	AUTO	CAMI	CDCG	CGAU	CGCA	MOTO
1º (jun/02 a nov/02)	26,75	26,09	22,26	-	-	24,27
2º (dez/02 a mai/03)	26,96	25,90	21,93	-	-	24,80
3º (jun/03 a nov/03)	29,53	25,65	21,89	22,26	22,85	27,51
4º (dez/03 a mai/04)	30,15	26,83	-	22,08	23,02	27,37
5º (jun/04 a nov/04)	30,75	28,35	-	22,56	23,04	27,59
6º (dez/04 a mai/05)	28,13	24,00	-	21,67	22,20	28,34
Período de 36 meses	28,64	26,35	22,04	22,21	22,78	26,83

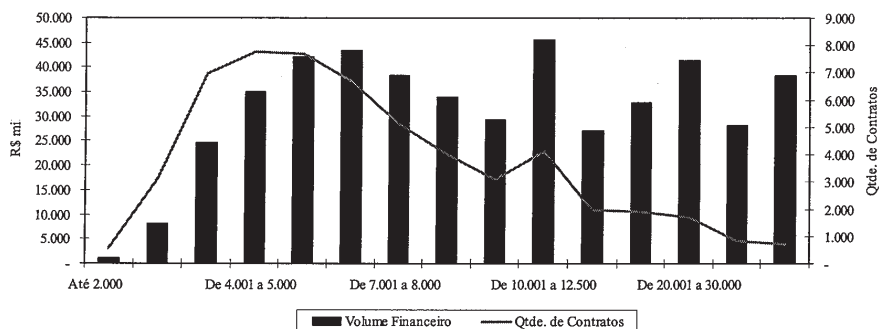
3.3 Distribuição das operações por faixas de valor

A base de dados de contratos para o período sob análise apresenta um total de 56.253 contratos ao longo dos 36 meses. A tabela 3.7 e o gráfico 3.3 abaixo demonstram a distribuição dos contratos por faixa de valor considerando os volumes financeiros.

Tabela 3.7 - Distribuição das operações por faixa de valor

Faixas de valor	Valor dos contratos			Qtde. de contratos		
	R\$(000)	%	% acum.	#	%	% acum.
Até 2.000	1.025	0,22	0,22	556	0,99	0,99
De 2.001 a 3.000	8.040	1,71	1,93	3.121	5,55	6,54
De 3.001 a 4.000	24.679	5,26	7,19	6.971	12,39	18,93
De 4.001 a 5.000	34.975	7,45	14,65	7.765	13,80	32,73
De 5.001 a 6.000	42.173	8,99	23,63	7.674	13,64	46,37
De 6.001 a 7.000	43.422	9,25	32,89	6.700	11,91	58,28
De 7.001 a 8.000	38.244	8,15	41,04	5.115	9,09	67,38
De 8.001 a 9.000	33.864	7,22	48,25	3.995	7,10	74,48
De 9.001 a 10.000	29.325	6,25	54,50	3.103	5,52	80,00
De 10.001 a 12.500	45.633	9,73	64,23	4.129	7,34	87,34
De 12.501 a 15.000	27.133	5,78	70,01	1.995	3,55	90,88
De 15.001 a 20.000	32.718	6,97	76,99	1.907	3,39	94,27
De 20.001 a 30.000	41.461	8,84	85,82	1.696	3,01	97,29
De 30.001 a 40.000	28.202	6,01	91,83	824	1,46	98,75
Acima de 40.000	38.326	8,17	100,00	702	1,25	100,00
Total	469.222	100,00		56.253	100,00	

Gráfico 3.3 - Distribuição do volume de operações por faixas de valor



O Anexo II deste relatório apresenta a relação dos 250 maiores contratos realizados no período de 36 meses sob análise.

Adicionalmente, apresentamos, na tabela 3.8 a seguir, a distribuição dos contratos por faixas de valor, em quantidade de contratos, para cada um dos tipos de operação. No Anexo III deste relatório destacamos as distribuição relacionada abaixo, em volumes financeiros.

Tabela 3.8 - Distribuição dos contratos por faixas de valor - quantidade de contratos

Faixas de valor (R\$)	Quantidade de Contratos					
	AUTO			CAMI		
	#	%	% acum.	#	%	% acum.
Até 2.000	184	0,62	0,62	-	0,00	0,00
De 2.001 a 3.000	1.085	3,65	4,27	1	0,03	0,03
De 3.001 a 4.000	2.213	7,45	11,73	5	0,15	0,18
De 4.001 a 5.000	3.334	11,23	22,96	19	0,57	0,75
De 5.001 a 6.000	4.354	14,67	37,62	40	1,20	1,95
De 6.001 a 7.000	4.383	14,76	52,39	47	1,41	3,36
De 7.001 a 8.000	3.334	11,23	63,62	54	1,62	4,98
De 8.001 a 9.000	2.697	9,08	72,70	75	2,25	7,23
De 9.001 a 10.000	2.269	7,64	80,34	74	2,22	9,45
De 10.001 a 12.500	3.143	10,59	90,93	199	5,97	15,43
De 12.501 a 15.000	1.363	4,59	95,52	257	7,71	23,14
De 15.001 a 20.000	804	2,71	98,23	601	18,04	41,18
De 20.001 a 30.000	400	1,35	99,58	893	26,80	67,98
De 30.001 a 40.000	78	0,26	99,84	548	16,45	84,42
Acima de 40.000	48	0,16	100,00	519	15,58	100,00
Total	29.689	100,00		3.332	100,00	



Banco Ficsa S.A.
*Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 31 de maio de 2005*

Faixas de valor (R\$)	Quantidade de Contratos					
	CDCG			CGAU		
	#	%	% acum.	#	%	% acum.
Até 2.000	16	0,62	0,62	16	0,52	0,52
De 2.001 a 3.000	101	3,91	4,53	109	3,55	4,07
De 3.001 a 4.000	242	9,37	13,89	226	7,36	11,44
De 4.001 a 5.000	332	12,85	26,74	394	12,84	24,28
De 5.001 a 6.000	357	13,82	40,56	426	13,88	38,16
De 6.001 a 7.000	322	12,46	53,02	437	14,24	52,39
De 7.001 a 8.000	263	10,18	63,20	398	12,97	65,36
De 8.001 a 9.000	183	7,08	70,28	282	9,19	74,55
De 9.001 a 10.000	111	4,30	74,57	187	6,09	80,65
De 10.001 a 12.500	175	6,77	81,35	252	8,21	88,86
De 12.501 a 15.000	91	3,52	84,87	123	4,01	92,86
De 15.001 a 20.000	164	6,35	91,22	141	4,59	97,46
De 20.001 a 30.000	118	4,57	95,78	55	1,79	99,25
De 30.001 a 40.000	69	2,67	98,45	20	0,65	99,90
Acima de 40.000	40	1,55	100,00	3	0,10	100,00
Total	2.584	100,00		3.069	100,00	

Faixas de valor (R\$)	Quantidade de Contratos					
	CGCA			MOTO		
	#	%	% acum.	#	%	% acum.
Até 2.000	-	0,00	0,00	340	2,03	2,03
De 2.001 a 3.000	-	0,00	0,00	1.825	10,91	12,94
De 3.001 a 4.000	2	0,24	0,24	4.283	25,60	38,55
De 4.001 a 5.000	11	1,29	1,53	3.675	21,97	60,52
De 5.001 a 6.000	14	1,65	3,17	2.483	14,84	75,36
De 6.001 a 7.000	20	2,35	5,52	1.491	8,91	84,27
De 7.001 a 8.000	26	3,06	8,58	1.040	6,22	90,49
De 8.001 a 9.000	43	5,05	13,63	715	4,27	94,76
De 9.001 a 10.000	22	2,59	16,22	440	2,63	97,39
De 10.001 a 12.500	55	6,46	22,68	305	1,82	99,22
De 12.501 a 15.000	86	10,11	32,78	75	0,45	99,67
De 15.001 a 20.000	151	17,74	50,53	46	0,27	99,94
De 20.001 a 30.000	223	26,20	76,73	7	0,04	99,98
De 30.001 a 40.000	106	12,46	89,19	3	0,02	100,00
Acima de 40.000	92	10,81	100,00		0,00	100,00
Total	851	100,00		16.728	100,00	



3.4 Indicadores de desempenho

Para fins de mensuração da performance dos recebíveis submetidos à análise, foram definidos em conjunto com o Grupo Estruturador, critérios para a apuração dos percentuais de pontualidade e adimplência das faturas, que representariam indicativos de desempenho.

Elaboramos um *aging-list* em faixas de prazos definidas em conjunto com o Grupo Estruturador, conforme apresentado na tabela 3.9 a seguir, demonstrando os volumes de operações liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, como também, os volumes das operações vencidas e não liquidadas, durante o período de 36 meses sob análise.

A partir da leitura da base de dados, foram ainda constatados eventos de pagamentos parciais. De acordo com informações obtidas junto à gerência do Ficsa, tais ocorrências são comuns nas operações de financiamento e empréstimo do Banco. Desta maneira, apresentamos em colunas separadas o valor a receber das parcelas e os respectivos montantes amortizados.

Tabela 3.9 - Distribuição dos prazos de liquidações das operações

Faixas	Saldo a Receber (R\$ mil)	Saldo Liquidado (R\$ mil)	% Liquidado	% Acum. Liquidado	% Não Liquidado	% Acum. Não Liquidado
Parcelas a vencer	155.880,10					
Parcelas vencidas	313.342,17					
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	15.709,80	15.498,34	4,95%	4,95%	0,07%	0,07%
Parcelas antecipadas de 120 a 180 dias	4.757,31	4.691,26	1,50%	6,44%	0,02%	0,09%
Parcelas antecipadas de 60 a 120 dias	6.389,24	6.318,41	2,02%	8,46%	0,02%	0,11%
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	5.128,04	5.085,11	1,62%	10,08%	0,01%	0,12%
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	5.546,94	5.528,38	1,76%	11,85%	0,01%	0,13%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	57.120,48	57.087,88	18,22%	30,07%	0,01%	0,14%
Parcelas liquidadas no vencimento	46.191,79	46.176,06	14,74%	44,80%	0,01%	0,15%
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	71.485,34	71.454,98	22,80%	67,61%	0,01%	0,16%
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	27.866,31	27.846,61	8,89%	76,49%	0,01%	0,16%
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	24.672,74	24.610,12	7,85%	84,35%	0,02%	0,18%
Parcelas liquidadas de 60 a 120 dias	13.242,10	13.113,61	4,19%	88,53%	0,04%	0,22%
Parcelas liquidadas de 120 a 180 dias	3.777,11	3.722,47	1,19%	89,72%	0,02%	0,24%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	4.812,60	4.734,22	1,51%	91,23%	0,03%	0,27%
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	2.442,44	-	0,00%	91,23%	0,78%	1,05%
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	1.606,54	-	0,00%	91,23%	0,51%	1,56%
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	2.260,35	-	0,00%	91,23%	0,72%	2,28%
Parcelas vencidas de 60 a 120 dias	2.924,77	-	0,00%	91,23%	0,93%	3,21%
Parcelas vencidas de 120 a 180 dias	2.190,92	-	0,00%	91,23%	0,70%	3,91%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	15.217,38	-	0,00%	91,23%	4,86%	8,77%
Total	469.222,28	285.867,43	91,23%		8,77%	

Adicionalmente, destacamos no Anexo IV deste relatório a distribuição dos prazos de liquidações das operações por tipo de operação.

3.5 Operações liquidadas antecipadamente

Ainda com o intuito de avaliar a performance das operações disponibilizadas na carteira de recebíveis, nos foi solicitada a execução de uma análise que contemplasse o entendimento da característica do montante das parcelas liquidadas antecipadamente. Tais operações foram segregadas, na tabela 3.10 a seguir, conforme as seguintes categorias: (i) parcelas liquidadas antecipadamente, mas não vinculadas à liquidação integral do contrato; (ii) parcelas liquidadas antecipadamente com quitação completa do contrato.



Tabela 3.10 - Segregação de operações liquidadas antecipadamente

Faixas de antecipação	(i)		(ii)		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	6.929	44,71	8.569	55,29	15.498	100,00
Parcelas antecipadas de 120 a 180 dias	2.264	48,26	2.427	51,74	4.691	100,00
Parcelas antecipadas de 60 a 120 dias	3.458	54,74	2.860	45,26	6.318	100,00
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	3.464	68,12	1.621	31,88	5.085	100,00
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	4.842	87,58	687	12,42	5.528	100,00
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	<u>56.210</u>	<u>98,46</u>	<u>878</u>	<u>1,54</u>	<u>57.088</u>	100,00
Total	<u>77.167</u>	<u>81,91</u>	<u>17.043</u>	<u>18,09</u>	<u>94.209</u>	100,00

3.6 Pool estático

Adicionalmente, como parte das informações a serem fornecidas ao Grupo Estruturador, a fim de validar as constatações obtidas conforme definido no item 3.4 deste Relatório, foi gerado um “pool estático” de pagamentos, demonstrando o *aging* dos valores a receber referentes às vendas realizadas, em ciclos trimestrais (trimestre cível), para cada um dos 36 meses de originação sob análise. Esta informação objetiva identificar o comportamento de uma safra de contratos ao longo de sua maturação.

Apresentamos abaixo representações gráficas deste “pool estático” considerando os prazos de liquidação das operações por safra de originação, tendo como data base o mês de maio de 2005. Nos gráficos 3.4 e 3.5 estão sendo considerados os comportamentos das parcelas liquidadas e não liquidadas, respectivamente.

Gráfico 3.4 - Representação gráfica do pool estático das operações liquidadas - Data-base maio de 2005

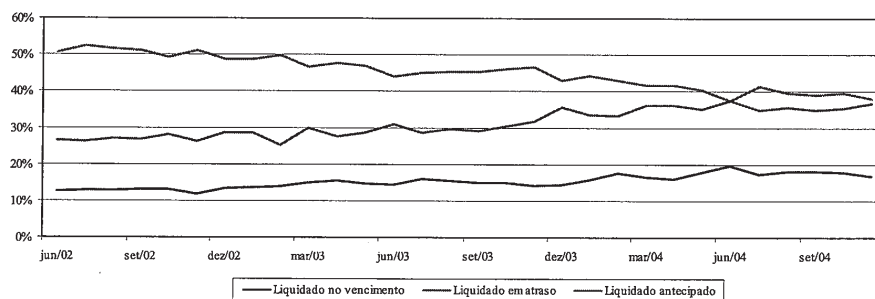
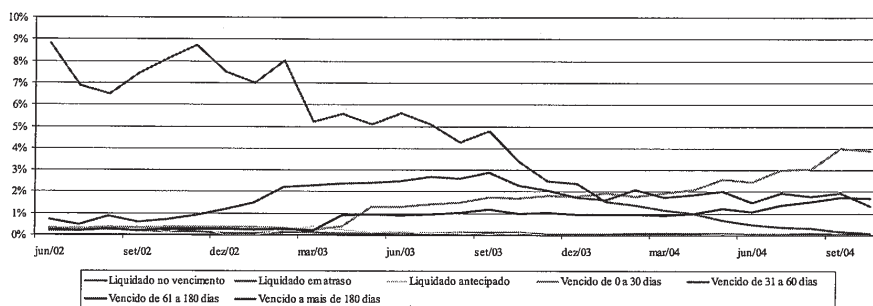


Gráfico 3.5 - Representação gráfica do pool estático das operações não liquidadas - Data-base maio de 2005



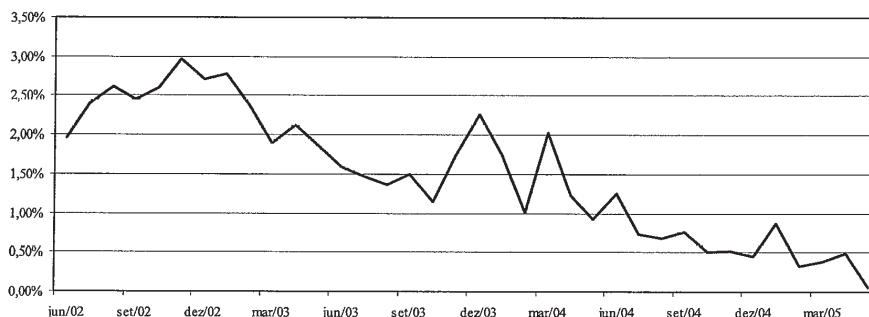
Para fins deste exercício, consideramos os contratos originados até o mês de outubro de 2004, em razão dos contratos originados a partir desta data não terem completado o prazo de 180 dias.

No Anexo V são apresentados os dados analíticos do Pool estático para cada uma das safras originadas no período de 36 meses sob análise, considerando os percentuais de pagamento em cada trimestre cível.

3.7 Descontos concedidos a clientes

Outro aspecto relevante relacionado à performance da carteira de recebíveis diz respeito a descontos concedidos a clientes. Desta forma, também foi escopo de nossos trabalhos a verificação de descontos concedidos por parte da Cedente. A identificação destas ocorrências se deu pela leitura da base de dados para o período sob análise, para as faturas que apresentavam a ocorrência “Vl_Desconto”. O somatório destes descontos totalizou R\$ 7.383,62 mil, ou 1,57% do faturamento do período. Destacamos no gráfico 3.7 a seguir os percentuais mensais de representatividade desse evento em relação aos faturamentos mensais observados. Adicionalmente, no Anexo VI deste relatório relacionamos a movimentação mensal de descontos de acordo com as datas de origem das respectivas operações descontadas.

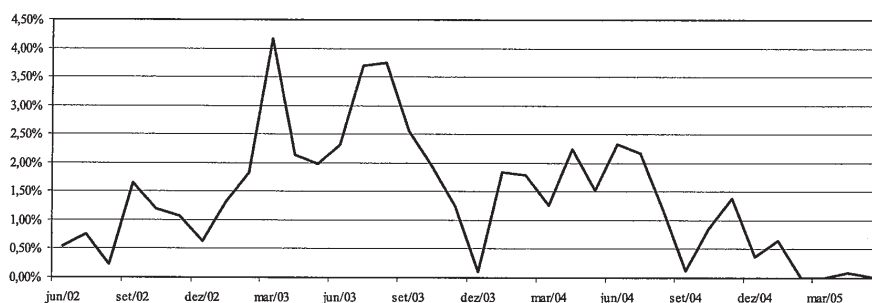
Gráfico 3.7 - Representatividade mensal de descontos



3.8 Renegociação de contratos ou parcelas

A base de dados utilizada para nossas análises apresenta informações sobre renegociação de contratos ou parcelas, com alterações em datas de vencimento e/ou valores financeiros. O gráfico 3.8 a seguir apresenta os percentuais mensais de representatividade de renegociações em relação aos faturamentos mensais observados. No Anexo VII deste relatório relacionamos a movimentação mensal de renegociações de acordo com as datas de originação das respectivas operações renegociadas. Observamos que esses eventos representam 1,46% do faturamento no período.

Gráfico 3.8 - Representatividade mensal de renegociação



3.9 Veículos apreendidos e revendidos

Para fins de mensuração da recuperação dos contratos inadimplentes, foi elaborada a tabela 3.11 a seguir, que apresenta de forma comparativa o saldo devedor dos contratos e o valor de revenda dos respectivos veículos retomados e revendidos pelo Banco.

Tabela 3.11 - Comparativo de Recuperação de veículos apreendidos

Qtde. de Veículos Apreendidos ¹	Saldo Devedor (R\$ mil)	Valor de Revenda ² (R\$ mil)	% Recuperação ³
447	2.777	2.105	75,78%

¹ Referente aos contratos originados no período de 1º de junho de 2002 a 31 de maio de 2005.

² Valor de Revenda informado pelo Banco Ficsa a partir de referenciais de mercado.

³ Para este exercício a recuperação incluiu apenas o valor de revenda dos veículos, não abordando outros custos intrínsecos na retomada e revenda tais como advogados, leiloeiro, manutenção do veículo no pátio, etc.

4 Descrição dos procedimentos de revisão aplicados

4.1 Base de dados sujeita à análise

A base de dados sujeita à análise nos foi fornecida pela área de Tecnologia da Cedente, contemplando toda a originação de operações no período de 1º de junho de 2002 a 31 de maio de 2005.



4.2 Conciliação da base de dados

Com intuito de estabelecer uma base de confiança nas informações analisadas neste relatório, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela Área de Tecnologia da Cedente, com os respectivos saldos contábeis da mesma.

Para fins deste exercício, confrontamos o faturamento de determinados meses, selecionados aleatoriamente entre os 36 meses sob análise, a fim de proceder à conciliação do montante total de faturamento conforme a base de dados versus o saldo contábil de faturamento:

O resultado desse procedimento está apresentado na Tabela 4.1 a seguir.

Tabela 4.1 - Conciliação do faturamento mensal

dez/03

Produto	Base de Dados		Contabilidade		% Diferença
	Somatório do valor das parcelas (R\$)		Valor Liberado e Juros (R\$)		
AUTO	6.761.301,33		6.684.514,92		(76.786,41)
CAMI	1.280.262,12		1.261.417,61		(18.844,51)
CGAU	1.277.622,06		1.253.769,21		(23.852,85)
CGCA	749.574,18		779.852,18		30.278,00
MOTO	3.948.724,47		3.849.863,92		(98.860,55)
TOTAL	14.017.484,16		13.829.417,84		(188.066,32)

ago/04

Produto	Base de Dados		Contabilidade		% Diferença
	Somatório do valor das parcelas (R\$)		Valor Liberado e Juros (R\$)		
AUTO	8.016.326,97		8.068.006,57		51.679,60
CAMI	2.386.707,84		2.387.713,99		1.006,15
CDCG	11.269,44		11.030,38		(239,06)
CGAU	1.147.149,54		1.146.576,98		(572,56)
CGCA	1.027.651,20		987.821,36		(39.829,84)
MOTO	3.352.763,34		3.298.569,43		(54.193,91)
TOTAL	15.941.868,33		15.899.718,71		(42.149,62)

dez/04

Produto	Base de Dados		Contabilidade		% Diferença
	Somatório do valor das parcelas (R\$)		Valor Liberado e Juros (R\$)		
AUTO	5.052.342,78		5.090.846,28		38.503,50
CAMI	1.833.332,46		1.979.874,26		146.541,80
CGAU	545.629,56		551.419,19		5.789,63
CGCA	693.367,59		714.719,32		21.351,73
MOTO	2.935.701,45		2.999.446,65		63.745,20
TOTAL	11.060.373,84		11.336.305,70		275.931,86

abr/05

Produto	Base de Dados		Contabilidade		% Diferença
	Somatório do valor das parcelas (R\$)		Valor Liberado e Juros (R\$)		
AUTO	3.406.959,43		3.335.975,69		(70.983,74)
CAMI	962.421,36		959.406,96		(3.014,40)
CGAU	660.017,52		643.082,05		(16.935,47)
CGCA	616.906,50		607.662,28		(9.244,22)
MOTO	1.145.848,35		1.129.519,46		(16.328,89)
TOTAL	6.792.153,16		6.675.646,44		(116.506,72)



Conclusão

A aplicação dos procedimentos descritos nessa seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais na avaliação do Grupo Estruturador, no contexto da avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise.

4.3 Conciliação individual de contratos

Com o intuito de concluirmos sobre a existência dos contratos abordados nas análises, foram selecionados 80 contratos da base total de faturamento durante o período analisado. Efetuamos procedimentos de confirmação de existência desses contratos com a base de dados do Ficsa, atentando principalmente para os campos “código do contrato”, “data de vencimento”, “valor da parcela”, “CPF”, “RG” e “valor liberado”. Adicionalmente, foram verificados se os seguintes itens estavam anexados aos contratos:

- Cópia do RG;
- Cópia do CPF;
- Cópia de comprovante de renda;
- Cópia do comprovante de residência; e
- Evidências de consulta aos órgãos de proteção ao crédito.

Conclusão

Foram apresentados pelo Ficsa 65 contratos, para os quais não encontramos nenhuma divergência em relação aos dados relacionados. Segundo informações obtidas junto à gerência do Banco, os 15 contratos restantes foram cedidos sem coobrigação a outras instituições, não permanecendo em poder do Ficsa. Destacamos no Anexo VIII deste relatório a relação dos 80 contratos selecionados, relacionando aqueles que foram verificados e, como também, os cedidos.

5 Descrição do processo de crédito e cobrança

5.1 Processo de crédito e cobrança

Para atingir o objetivo descrito no item 2 deste relatório, no que se refere à avaliação dos controles que envolvem os processos de crédito e cobrança do Banco Ficsa S.A., executamos uma revisão da estrutura de concessão e monitoramento de créditos. Tais informações foram obtidas por indagação à Gerência do Banco Ficsa S.A. e estão em conformidade com informações contidas nos manuais de crédito e cobrança da Cedente, sendo testadas quanto à sua eficácia por meio de procedimentos de avaliações com base em amostragem.



5.2 Estrutura de crédito

A área de crédito é composta pela seguinte estrutura:

- Diretor
- Gerente de Crédito
- Gerente Comercial
- Coordenador Comercial
- Supervisor de Crédito
- 2 Supervisores Comerciais

A rede de crédito do Banco abrange 10 filiais administradas por sua promotora contratada, a Promobens, e 5 pontos de negócios terceirizados. O Ficsa trabalha com uma rede de lojistas de veículos cadastrada, visitada periodicamente pelas promotoras.

5.3 Potenciais clientes

Os potenciais clientes, definidos por classes de trabalho, são segregados da seguinte maneira pelo Banco:

- Assalariados e funcionários públicos contratados;
- Funcionários públicos efetivados;
- Autônomos informais;
- Autônomos com registro - CCM (Cadastro de Contribuinte Mobiliário);
- Autônomos profissionais liberais com CCM e Inscrição no Conselho da categoria;
- Empresários e Diretores Estatutários;
- Pensionistas da Previdência Social;
- Empregados Domésticos com registro em carteira de trabalho;
- Locadores proprietários ou com outras fontes de renda;
- Caminhoneiros; e
- Outros.

5.4 Fluxo de Crédito

a. Cliente solicita crédito em alguma das lojas conveniadas ao Ficsa

O cliente, interessado na aquisição de um veículo ou na execução de um autofinanciamento, solicita o crédito à loja conveniada ao Ficsa. São apresentadas pelo lojista, através de simulações, as condições de realização da operação (valor das prestações, taxas etc.), com base nas seguintes variáveis:

- Marca, modelo, categoria e ano do bem;
- Valor do bem;
- Prazos de vencimento; e
- Percentual de entrada.

b. Lojista encaminha solicitação de crédito, via fax, à filial ou à matriz

Após a definição e opção do cliente pelo plano de pagamento mais condizente com suas possibilidades e restrições, o lojista solicita ao mesmo o preenchimento de uma ficha cadastral com suas informações. Em seguida, a ficha é encaminhada à filial ou à matriz, dependendo do limite de aprovação de crédito.

c. Consulta aos órgãos de proteção ao crédito e confirmações

As seguintes informações, contidas na ficha cadastral, são confirmadas pela filial/matriz, via telefone ou fax:

- **Pesquisas de Identidade**

- Confirmação da validade do CPF;
- Para empresários e diretores estatutários, confirmação do CNPJ da empresa;
- Confirmação do número de Inscrição na Previdência Social e código como beneficiário (através do site do INSS).

Observação: Tratando-se de CPFs irregulares no site da Receita Federal, o crédito somente é aprovado mediante a apresentação do Protocolo de Regularização.

- **Local de Residência**

Confirmação de endereço completo.

- **Empregador**

Confirmação do cargo, salário e tempo de emprego, como também, do endereço da empresa.

- **Empresários**

Caso o cliente seja empresário, confirmação da razão social, do endereço e dos nomes dos proprietários da empresa.

- **Autônomos ou empresários**

Se o cliente for autônomo ou empresário e o comprovante de renda tiver sido a “Declaração do Contador”, confirmação do relacionamento profissional e da renda declarada.

- **Referências pessoais**

Confirmação da existência do cliente e do tipo de relacionamento da referência com o solicitante do crédito (comercial, pessoal etc.). São solicitadas no mínimo 2 referências pessoais, com telefone fixo.

- **Imobiliária**

Se o cliente for proprietário de imóveis alugados, são efetuadas confirmações telefônicas da renda declarada e do tempo de vigência do contrato.

- **Pesquisas de Risco de Crédito**

- Consulta ao Sistema Sysin Ficsa (sistema interno do Ficsa) para verificação do histórico de pagamento do solicitante dentro do banco (caso o mesmo já seja cliente).
- Consulta à Central de Risco Sisbacen para verificação de atrasos junto ao Sistema Financeiro (para créditos acima de R\$ 5.000,00).
- Consulta ao SPC: verificação de existência em número elevado de consultas de outras instituições e/ou negativas de crédito.
- Consulta ao Telecheque: verificação de existência de cheques sem fundo emitidos pelo solicitante dentro do território nacional (apenas para créditos inferiores a R\$1.500,00).
- Consulta ao Serasa: existência de experiências negativas - cheques sem fundo, protestos e ações executivas de cobrança (apenas para créditos superiores a R\$ 1.500,00).
- Avaliação do cadastro Pessoa Jurídica junto ao Serasa (apenas para Empresários e Diretores Estatutários, para empréstimos superiores a R\$ 3.000,00).

Observação: A validade de prazo das pesquisas é de 30 dias para clientes novos e de 60 dias para clientes recorrentes.

d. Filial/Matriz alimenta o sistema Webcred do Ficsa

Após a confirmação das informações apresentadas na ficha cadastral, a filial/matriz realiza o input dos dados no sistema de gerenciamento de crédito, o Webcred. Serão apontados no sistema eventuais comentários relacionados às consultas relacionadas no item anterior, bem como, eventuais pendências.

e. Análise de Crédito

A análise de crédito envolve a confirmação dos dados informados na ficha cadastral e imputados no sistema Webcred. Nessa etapa, será verificado se o cliente se enquadra em alguma das condições que inviabilizam a operação (condições eliminatórias). Caso positivo, o crédito será reprovado.

As condições eliminatórias são as seguintes:

Local de Residência

Residir em local fora do perímetro de atuação de uma Filial ou Parceria. Fica entendido como perímetro uma distância de 50km.

Creditícias

- Informações negativas do cliente ou da empresa (se o solicitante for empresário), tais como:



- Negativação;
- Protestos;
- Cheques devolvidos;
- Cheques sustados (acima de 2);
- Refin (Restrição Financeira);
- Pefin (Pendência Financeira);
- Ações Executivas de Cobrança; e
- Consultas ao SPC superiores a 3 vezes, em um período de 30 dias corridos.

Consultas: SPC, Serasa e Telecheque

- Para créditos acima de R\$ 5.000,00, endividamentos de até 180 dias superiores a 2 vezes a renda mensal computada e/ou existência de inadimplência junto ao Sistema Financeiro Nacional.

Consulta: Sisbacen - Central de Riscos

Pendências de cobrança

Para indivíduos que já tenham firmado contrato com o Ficsa, cliente inadimplente ou com histórico de pagamento superior a 60 dias de atraso em pelo menos 3 parcelas (mesmo para clientes que já tenham liquidado seus contratos).

Consulta: Sysin Banco Ficsa

Faixa Etária

Menor de 18 anos de idade.

Para clientes maiores de 18 e menores de 21 ou maiores de 65 anos, o crédito dependerá de aprovação realizada pela Mesa Central da matriz.

Perfil

Caso o solicitante pertença à categoria “outros”, descrita no item 5.2 deste capítulo, a concessão do crédito estará sujeita a aprovação da Mesa Central da matriz.

Tempo atividade

- Assalariados, Funcionários Públicos Contratados e Empregados Domésticos: Com menos de 6 meses de registro atual e menos de 1 ano de registro no emprego anterior; Com menos de 6 meses de registro atual e mais de 1 ano no emprego anterior, caso o cliente tenha ficado por mais de 6 meses sem registro.
- Funcionários Públicos Efetivados: Sem restrição de tempo.
- Autônomos Informais: Com menos de 2 anos de atividade declarada.
- Autônomos Liberais e Autônomos: Com menos de 1 ano de registro CCM e Conselho (se liberal).

- Empresários e Diretores Estatutários: Para empresas que tenham sido constituídas há menos de 3 anos ou os Sócios atuais participem há menos de 3 anos. Quando se tratar de Diretor, eleição realizada a menos de 1 ano.
- Pensionistas: Sem restrição de tempo. Entende-se por pensionistas tão somente aqueles beneficiários da previdência social, resultantes de aposentadoria, invalidez, ou dependente resultante de falecimento do titular.

f. *Aprovação do Crédito*

Após a análise do crédito junto ao cliente, determinação de prazos de pagamento, taxas praticadas, valor a ser financiado e outras considerações, a filial/matriz irá registrar a aprovação da proposta, indicando a documentação que deverá compor o processo. A loja, ao tomar conhecimento da aprovação da proposta, deverá comunicar ao cliente e solicitar a documentação exigida:

Informações de identificação e residência

- Cédula de identidade;
- CPF;
- Comprovante de residência (conta de luz, telefone fixo, IPTU, conta de gás, extratos bancários ou outros que comprovem a residência atual do cliente), com prazo não superior a 90 dias; e
- Carteira Nacional de Habilitação (nova versão, dentro do prazo de validade), que poderá substituir RG e CPF.

Informações específicas de Renda e Atividade

- Holerite atual, para assalariados e funcionários públicos contratados ou efetivos;
- Para autônomos informais:
 - Cartão de movimentação de titular de conta bancária (corrente ou poupança);
 - Talões de cheque;
 - Carnê quitado de loja ou instituição financeira;
 - Fatura liquidada de cartão de crédito; ou
 - Certificado de propriedade de veículo, oncrado ou não.

(Estes documentos poderão ser substituídos pelo Recibo de Entrega de Declaração de Imposto de Renda);

- Para autônomos formais:
 - CCM ou Guia de Contribuição ao INSS de Autônomos;
 - Registro no Conselho ou Ordem (apenas para os Profissionais Liberais);
 - Recibo de Entrega da Declaração do I. R. (atual).



- Para empresários e diretores estatutários:
 - Contrato social;
 - Cartão CNPJ;
 - Recibo de Entrega da Declaração do I. R. ou Declaração do Contador com número do CRC (atual).
- Para pensionistas da previdência privada
 - Carteira de benefício;
 - Comprovante de recebimento bancário ou Extrato Trimestral.
- Para empregados domésticos
 - Carteira de trabalho.
- Locadores Proprietários ou Outras Fontes de Renda
 - Contratos de aluguel ou carta da Imobiliária com timbre;
 - Declaração de Rendimentos Pagos na Fonte Pagadora (se locatário pessoa jurídica);
 - Recibo de Entrega do Imposto de Renda (se Pessoa Física).

Documentos Complementares

Com o intuito de obter a melhor apreciação do crédito, incrementando as informações obtidas anteriormente, são solicitadas, não obrigatoriamente, as seguintes documentações complementares:

- Carnê quitado de loja ou instituição financeira;
- Faturas quitadas de cartão de crédito;
- Talões de cheques;
- Cartão de movimentação de conta bancária;
- IPTU;
- Declaração de Rendimentos I.R.;
- Certificado de Propriedade de Veículo onerado ou não;
- Contratos de aluguel em que figura como locador; e
- Certidão do Registro de Imóveis sobre a propriedade de Imóvel.

g. Avaliação do veículo

Realizada a aprovação do crédito, é providenciada pelos promotores uma avaliação do veículo objeto de financiamento com o intuito de confirmação das características informadas. Nesta etapa são realizados os seguintes procedimentos:

- Apresentação do DUT do veículo financiado;
- Consulta ao Detran, verificando a presença de qualquer tipo de ônus em nome do veículo a ser financiado;
- Consulta ao Sistema MEGADATA, com verificação de vinculação do veículo a outras instituições. Caso positivo, é solicitado o comprovante de baixa do gravame na instituição, para a conseqüente alienação em nome do Ficsa;



- Confirmação do número do chassi do veículo; e
- Vistoria do veículo: através de empresa terceirizada, onde é gerado um parecer relatando as condições do veículo que será alienado.

h. Conferência das documentações solicitadas

Nessa etapa é realizada a conferência das documentações solicitadas, onde serão verificados ainda:

- Ficha cadastral assinada
- Contrato assinado
- Notas promissórias

As pendências de documentação são registradas no sistema Webcred.

i. Parametrização do Financiamento

A parametrização do financiamento envolve os seguintes pontos:

- Enquadramento aos parâmetros de concessão de crédito estabelecidos na Circular Normativa de Crédito do Banco;
- Conformidade dos dados da operação;
- Verificação de garantias; e
- Reserva no SNG (Sistema Nacional de Gravames) - o veículo é alienado em nome do Ficsa.

j. Liberação de Financiamento

Momento no qual é realizado o pagamento via DOC/TED.

k. Re-análise

A área de re-análise do Banco Ficsa S.A. é responsável pela re-conferência da documentação recebida. Nesta etapa são verificados os itens:

- Confirmação do recebimento de todos os documentos necessários;
- Checagem dos dados imputados no Webcred com aqueles disponíveis na documentação do cliente;
- Verificação de possíveis erros de digitação;
- Apontamento de possíveis pendências; e
- Verificação de indícios de fraudes.

l. Arquivamento/Custódia

Após as conferências e apontamentos devidos, todo o processo deverá ser levado para arquivamento/custódia.

O arquivamento/custódia é realizado em 2 locais. No primeiro local, próximo às instalações do Ficsa, é realizada a custódia de contratos de até três anos da data de liberação. No segundo local, de propriedade de empresa terceirizada, ficam armazenados os contratos acima de 3 anos da data de liberação.

5.5 Baixa do gravame, transferência de dívida e substituição de garantias

a. Baixa do gravame

A baixa do gravame ocorre após a liquidação integral do contrato mediante a solicitação do próprio financiado. Somente determinados funcionários têm alçada para estar realizando este procedimento.

b. Transferência de dívida

Considera-se transferência de dívida a troca do titular da operação de financiamento. Para a análise de crédito do novo cessionário são utilizados os mesmos procedimentos usualmente adotados, sendo que todo processo de transferência de dívida deverá ser aprovado pela Mesa de Crédito do Ficsa. O número do contrato, o vencimento das parcelas e o plano de pagamento não podem ser alterados, como também, a transferência somente poderá ser efetivada se as prestações estiverem em dia e seu vencimento dentro do prazo previsto para regularização da mesma no sistema. O veículo é alienado em nome do novo devedor, sendo baixado o gravame do antigo cessionário.

c. Substituição de garantias

Considera-se a substituição de garantias a troca do bem financiado e constituído no contrato de financiamento por um outro bem. Nesse processo o novo bem é analisado, sendo realizada, primeiramente, a alienação fiduciária em nome do Banco Ficsa do novo bem e, posteriormente, a baixa do gravame referente ao bem substituído.

A substituição de garantias deve respeitar os seguintes itens:

- O novo veículo deverá possuir total condição de uso e conservação, para que a garantia seja obtida de forma eficiente e segura;
- Toda substituição de garantia deverá ser aprovada pela Mesa de Crédito do Ficsa. A substituição somente terá validade após a alienação fiduciária no sistema SNG (Sistema Nacional de Gravames);
- Os veículos em substituição devem ser de igual ou maior valor e de igual ano/modelo ou superior, que o veículo a ser substituído. As exceções poderão ser analisadas e aprovadas pela Mesa de Crédito, desde que devidamente amparadas por justificativa e parecer cabíveis;
- O número do contrato, vencimento de parcelas e o plano de pagamento não podem ser alterados; e
- A substituição poderá ser efetivada se as prestações estiverem rigorosamente em dia.

5.6 Valores máximos e mínimos

Os valores máximos e mínimos estão definidos na Circular Normativa de Crédito do Banco, sendo atribuídos a partir da categoria do veículo alienado, do percentual financiável para a categoria e da renda auferida ao cliente. Os valores dos bens deverão ser determinados tomando-se como base a cotação da Tabela Molicar.



5.7 Limites de alçada

A concessão do crédito do Ficsa segue limites de alçada estabelecidos de acordo com o cargo do funcionário da área de crédito. Para montantes acima de determinado patamar, os créditos passam a ser analisados pela Mesa Central, localizada na matriz do Banco. Destacamos abaixo a relação dos limites de alçada.

Categoria	Filiais/Parceiras Analistas/ Supervisores	Matriz		
		Analistas	Supervisores/ Coordenadores	Gerente de Crédito
Autos	R\$ 7.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00
Motos	R\$ 4.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 10.000,00
Caminhões	Não permitido	Não permitido	Não permitido	R\$ 20.000,00

Para qualquer categoria que exceda os limites auferidos acima, a diretoria, junto à gerência, passa a se encarregar da análise do crédito, seguindo as premissas estabelecidas na Circular Normativa de Crédito do banco.

5.8 Exceção às normas

Todas as propostas que não se enquadrarem nas normas estabelecidas pelo Banco são encaminhadas à Mesa de Crédito da matriz, que efetuará a análise do crédito, informando no sistema Webcred suas decisões e respectivas justificativas.

5.9 Procedimentos de cobrança de créditos em atraso

O sistema de cobrança do Banco Ficsa S.A. tem como objetivo a recuperação e o monitoramento de créditos concedidos e a posterior fidelização dos clientes.

5.10 Estrutura de cobrança

A área de cobrança é composta pela seguinte estrutura:

- Diretor
- Gerente
- Coordenador
- 4 Supervisores
- 33 funcionários, entre atendentes e auxiliares de cobrança

5.11 Régua de cobrança

A cobrança em atraso segue uma régua que define a linha de tempo relativa ao atraso no pagamento de parcelas contratuais. Para cada intervalo de tempo decorrido de atraso, há uma ação diferenciada considerada para a atuação de cobrança. Destacamos a seguir o tratamento dado a cada período de tempo de atraso transcorrido.

- **Atrasos de 1 a 5 dias**
 - Para atrasos de 1 a 5 dias o Ficsa não toma nenhum movimento diferenciado para recuperação das parcelas inadimplentes.



- **Atrasos de 6 a 30 dias**

- 6º dia: Envio de Carta de Cobrança.
- Cobranças telefônicas simultâneas, operando junto ao sistema Sysin, com o intuito de agendar e confirmar pagamentos;
- Comunicado ao cliente de que o não pagamento acarretará na inclusão do nome nos órgãos de proteção ao crédito.

- **Atraso de 31 a 60 dias**

- Contato telefônico mais incisivo, sugerindo alguma espécie de renegociação da dívida
- 35 º dia: Inclusão do nome do cliente nos órgãos de proteção ao crédito

- **Atraso de 61 a 110 dias**

- Contratação dos serviços de um escritório jurídico terceirizado
- Cobrança Administrativa/Extra Judicial, tentando firmar acordos

- **Acima de 110 dias**

- Acordos judiciais
- Ajuizamento
- Busca e apreensão
- Protesto do título;
- Negativação no Serasa

5.12 Contratos com atraso na primeira parcela

Os contratos com atraso na primeira parcela recebem tratamento diferenciado. Para esses casos, pesquisa-se o motivo do atraso, identificando indícios de fraudes ou erros.

5.13 Controle da cobrança de contratos com parcelas em atraso

A área de cobrança se responsabiliza pela atualização das informações referentes aos controles de prazos de acordos, reabilitações nos órgãos de proteção ao crédito, baixas de gravames, resgates de cheques, controle de cheques devolvidos e outras informações. São gerados, periodicamente, os seguintes relatórios:

- Relatório Diário de Atuações de Cobrança Ativa;
- Resultado de Performance de Cobrança;
- Relatório de recebimentos diários; e
- Controle de acompanhamento jurídico.



Anexo I

Movimentação mensal - por tipo de operação

Origem	AUTO			CAMI			CDCG		
	Somatório do valor das parcelas (R\$)	%	Qtde. de contratos	Somatório do valor das parcelas (R\$)	%	Qtde. de contratos	Somatório do valor das parcelas (R\$)	%	Qtde. de contratos
Jun/02	8.921.335	3,90	1.413	3.026.136	3,42	142	1.095.182	4,44	131
Jul/02	10.718.466	4,68	1.656	3.777.462	4,27	154	1.387.615	6,43	165
Ago/02	8.814.607	3,85	1.267	3.303.445	3,74	128	1.459.578	6,05	148
Sep/02	9.571.015	4,18	1.366	4.032.303	4,56	175	1.523.258	6,17	178
Out/02	9.820.377	4,29	1.339	4.133.709	4,67	169	1.543.891	6,25	179
Nov/02	7.255.775	3,17	991	2.616.351	2,96	103	1.661.518	6,73	170
Dez/02	7.338.722	3,20	1.006	2.000.595	2,26	80	1.248.131	5,06	139
Jan/03	6.988.321	3,05	913	2.343.565	2,65	96	1.739.058	7,04	184
Fev/03	6.398.950	2,79	830	2.744.441	3,10	114	1.759.103	7,12	182
Mar/03	4.867.714	2,13	662	2.362.708	2,67	91	2.471.167	10,01	218
Abr/03	5.819.093	2,54	774	3.335.537	3,77	117	2.562.331	10,38	283
Jun/03	5.164.648	2,26	696	1.439.433	1,63	65	2.958.066	11,98	302
Jul/03	5.119.667	2,24	646	3.054.701	3,45	108	2.369.532	9,60	250
Ago/03	4.302.007	1,88	522	1.155.725	1,31	55	677.195	2,74	80
Sep/03	3.379.216	1,47	402	2.279.867	2,58	100	-	0,00	0,00
Out/03	5.899.602	2,58	701	1.911.730	2,16	74	-	0,00	0,00
Nov/03	6.402.392	2,81	777	1.353.647	1,53	54	-	0,00	0,00
Dez/03	6.402.392	2,81	777	1.353.647	1,53	54	-	0,00	0,00
Jan/04	6.206.796	2,71	777	1.979.845	2,25	86	-	0,00	0,00
Fev/04	4.684.148	2,05	566	1.506.381	1,70	62	-	0,00	0,00
Mar/04	6.953.023	3,04	874	2.169.325	2,45	90	-	0,00	0,00
Abr/04	6.175.296	2,70	744	2.111.055	2,37	105	-	0,00	0,00
Maio/04	6.499.023	2,84	794	2.455.272	2,80	106	-	0,00	0,00
Jun/04	6.753.312	2,95	826	3.324.929	3,76	148	-	0,00	0,00
Jul/04	7.126.641	3,11	871	3.202.214	3,63	105	-	0,00	0,00
Ago/04	7.916.140	3,46	947	2.310.020	2,63	85	-	0,00	0,00
Sep/04	7.213.694	3,15	873	3.070.885	3,47	94	-	0,00	0,00
Out/04	7.024.296	3,07	831	2.757.672	3,12	91	-	0,00	0,00
Nov/04	7.714.187	3,37	889	2.618.738	2,96	80	-	0,00	0,00
Dez/04	4.248.371	1,85	518	1.719.091	1,97	62	-	0,00	0,00
Jan/05	3.002.114	1,31	399	1.234.222	1,40	52	-	0,00	0,00
Fev/05	2.688.384	1,17	324	1.818.665	2,06	69	-	0,00	0,00
Mar/05	2.373.233	1,04	303	1.599.818	1,81	60	-	0,00	0,00
Abr/05	3.419.289	1,49	383	999.936	1,13	36	-	0,00	0,00
Maio/05	5.999.342	2,62	687	1.106.430	1,25	29	-	0,00	0,00
Total	228.028.128	100,00	29.689	88.442.971	100,00	3.332	24.689.364	100,00	2.584



Banco Fisco S.A.
Relatório de receita especial
da carteira de recebíveis
em 31 de maio de 2005

Anexo I

Movimentação mensal - por tipo de operação

Origem	CGAU			CGCA			MOTO			Total		
	Somatório do valor das parcelas (R\$)	%	Qtde. de contratos	Somatório do valor das parcelas (R\$)	%	Qtde. de contratos	Somatório do valor das parcelas (R\$)	%	Qtde. de contratos	Somatório do valor das parcelas	%	Qtde. de contratos
Jun/02	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1.639.339	1,97	340	14.681.992	3,13	2.035
Jul/02	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1.905.588	2,28	438	17.980.132	3,83	2.413
Ago/02	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1.367.443	1,64	329	14.978.812	3,19	1.807
Set/02	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1.679.756	2,01	377	16.863.532	3,58	2.076
Out/02	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	2.178.782	2,61	470	17.657.788	3,77	2.255
Nov/02	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1.454.146	1,74	300	12.987.700	2,77	1.577
Dez/02	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1.614.491	1,94	343	12.201.939	2,60	1.584
Jan/03	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1.723.269	2,07	353	12.794.212	2,73	1.568
Fev/03	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1.958.447	2,35	433	12.860.940	2,74	1.546
Mar/03	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1.651.108	1,98	348	11.352.698	2,42	1.319
Abr/03	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1.764.806	2,12	383	13.481.767	2,87	1.557
Maio/03	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	2.157.317	2,59	459	14.047.494	2,99	1.621
Jun/03	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	1.668.602	2,00	362	10.642.215	2,27	1.373
Ago/03	-	0,00	139	1.013.359	5,22	48	1.822.405	2,18	389	12.867.681	2,74	1.430
Set/03	1.528.932	4,87	138	733.690	3,78	35	1.913.395	2,29	401	11.120.618	2,37	1.256
Out/03	1.753.349	7,24	244	878.894	4,53	52	2.247.710	2,69	437	13.059.422	2,78	1.509
Nov/03	1.919.622	7,93	244	817.014	4,21	36	3.960.603	4,75	769	15.988.184	3,41	2.048
Dez/03	1.452.886	6,00	181	917.014	4,11	37	3.992.429	4,79	742	14.023.629	2,99	1.803
Jan/04	1.070.396	4,42	135	531.197	2,74	23	3.812.296	4,57	759	12.826.000	2,73	1.786
Fev/04	1.120.012	4,62	152	930.080	4,79	33	3.652.212	4,38	731	13.418.681	2,86	1.755
Mar/04	794.788	3,28	103	620.682	3,20	31	2.982.865	3,58	587	11.251.987	2,40	1.383
Abr/04	1.369.246	5,65	177	660.448	3,40	38	2.829.351	3,49	536	13.470.978	2,87	1.574
Maio/04	1.072.415	4,43	132	682.261	3,51	37	2.829.351	3,49	536	15.426.928	3,29	1.844
Jun/04	1.071.304	4,42	149	682.261	3,51	37	2.613.524	3,13	502	13.760.074	2,93	1.620
Jul/04	1.158.085	4,78	150	982.597	5,06	44	2.721.126	3,26	530	14.939.958	3,18	1.655
Ago/04	1.255.705	5,19	160	1.038.313	5,35	45	2.771.884	3,32	554	15.589.846	3,28	1.730
Set/04	1.129.063	4,66	144	1.020.139	5,25	41	3.255.255	3,90	654	15.896.246	3,44	1.871
Out/04	1.191.771	4,92	157	1.184.082	6,10	43	3.006.551	3,60	600	15.820.687	3,39	1.881
Nov/04	1.041.952	4,30	121	1.031.065	5,31	38	3.818.096	4,58	693	14.861.535	3,17	1.770
Dez/04	635.895	2,63	80	568.073	2,93	28	2.519.602	3,02	463	15.354.990	3,27	1.815
Jan/05	446.638	1,84	50	621.307	3,20	29	1.533.719	1,84	272	9.575.008	2,04	1.067
Fev/05	676.651	2,79	75	1.393.075	7,17	51	1.325.930	1,59	223	7.839.582	1,67	849
Mar/05	456.043	1,88	55	945.136	4,87	39	1.428.267	1,71	248	7.234.159	1,54	710
Abr/05	644.139	2,66	65	742.229	3,82	30	1.414.652	1,71	248	6.787.686	1,45	706
Maio/05	629.867	2,60	78	672.886	3,47	20	1.141.652	1,37	188	6.865.631	1,46	705
Jun/05	619.327	2,56	73	459.378	2,33	16	888.609	1,07	158	9.066.285	1,93	963
Total	24.217.841	100,00	3.669	19.417.345	100,00	851	83.426.627	100,00	16.728	469.222.277	100,00	56.253



Anexo II

Relação dos 250 maiores contratos - Período de 36 meses

Maiores Contratos	Código do Contrato	Operação	Valor do Contrato	%	% acum.
1	000022683838	CDCG	276.729	0,06	5,90
2	000010039447	CAMI	140.370	0,03	5,93
3	000010039760	CAMI	138.878	0,03	5,96
4	000010091306	CAMI	124.091	0,03	5,98
5	000022503863	CAMI	123.469	0,03	6,01
6	000022682606	CAMI	116.970	0,02	6,03
7	000023589458	CAMI	108.631	0,02	6,06
8	000010053629	CAMI	107.786	0,02	6,08
9	000023942833	CAMI	105.911	0,02	6,10
10	000023589582	CAMI	105.378	0,02	6,13
11	000023153141	CAMI	103.784	0,02	6,15
12	000023716579	CGCA	102.343	0,02	6,17
13	000023008861	CAMI	102.298	0,02	6,19
14	000023898855	CGCA	99.590	0,02	6,21
15	000023006499	CAMI	97.369	0,02	6,23
16	000022684702	CAMI	96.362	0,02	6,25
17	000022778683	CAMI	96.333	0,02	6,27
18	000023589528	CAMI	94.875	0,02	6,29
19	000010092923	CAMI	94.433	0,02	6,32
20	000023898739	CAMI	93.847	0,02	6,34
21	000022684490	CAMI	93.818	0,02	6,36
22	000010044576	CAMI	91.262	0,02	6,37
23	000010071934	CAMI	91.128	0,02	6,39
24	000010028473	CAMI	91.063	0,02	6,41
25	000010059551	CAMI	91.063	0,02	6,43
26	000010034482	CAMI	90.414	0,02	6,45
27	000010036155	CAMI	89.414	0,02	6,47
28	000023589733	CAMI	89.329	0,02	6,49
29	000023589029	CAMI	88.900	0,02	6,51
30	000010064857	CAMI	88.857	0,02	6,53
31	000010059137	CAMI	88.063	0,02	6,55
32	000022949375	CAMI	87.828	0,02	6,57
33	000022949892	CAMI	87.828	0,02	6,58
34	000023943761	CAMI	86.107	0,02	6,60
35	000010045077	CAMI	85.532	0,02	6,62
36	000023590044	CAMI	85.351	0,02	6,64
37	000010012959	CAMI	83.243	0,02	6,66
38	000023898551	CGCA	83.243	0,02	6,67
39	000023748759	CGCA	83.045	0,02	6,69
40	000010046301	CAMI	83.000	0,02	6,71
41	000023589993	CAMI	82.819	0,02	6,73
42	000022685006	CAMI	80.511	0,02	6,74
43	000022677088	CAMI	79.484	0,02	6,76
44	000010046327	CAMI	79.297	0,02	6,78
45	000022940784	CAMI	79.246	0,02	6,80
46	000010089866	CAMI	79.214	0,02	6,81
47	000022949696	CAMI	77.658	0,02	6,83
48	000022949909	CAMI	77.658	0,02	6,85
49	000023159886	CAMI	77.658	0,02	6,86
50	000023138481	CAMI	77.387	0,02	6,88
51	000022576534	CAMI	77.343	0,02	6,89
52	000010077996	CAMI	77.094	0,02	6,91
53	000010045924	CAMI	77.018	0,02	6,93
54	000010064423	CAMI	76.999	0,02	6,94
55	000010089939	CAMI	76.824	0,02	6,96
56	000023849588	CAMI	76.469	0,02	6,98
57	000022436810	CAMI	76.218	0,02	6,99
58	000023588958	CAMI	75.037	0,02	7,01
59	000022366707	CAMI	74.912	0,02	7,03
60	000023898515	CAMI	74.738	0,02	7,04
61	000010054502	CAMI	74.731	0,02	7,06
62	000023849819	CAMI	74.731	0,02	7,07
63	000023154872	CGCA	74.630	0,02	7,09
64	000010062637	CAMI	74.371	0,02	7,10
65	000022460169	AUTO	74.343	0,02	7,12
66	000023587904	CAMI	74.260	0,02	7,14
67	000022160867	CAMI	74.026	0,02	7,15
68	000023589608	CGCA	74.019	0,02	7,17
69	000010079863	CGCA	73.957	0,02	7,18



Anexo II

Relação dos 250 maiores contratos - Período de 36 meses

Maiores Contratos	Código do Contrato	Operação	Valor do Contrato	%	% acum.
70	000010057742	CAMI	73.886	0,02	7,20
71	000023898695	CAMI	73.707	0,02	7,21
72	000023588262	CGCA	73.581	0,02	7,23
73	000010085470	CAMI	73.060	0,02	7,25
74	000023589706	CAMI	72.926	0,02	7,26
75	000023588155	CAMI	72.269	0,02	7,28
76	000023151474	CAMI	71.806	0,02	7,29
77	000010089634	CGCA	71.559	0,02	7,31
78	000022364380	CAMI	71.495	0,02	7,32
79	000010055304	CAMI	71.433	0,02	7,34
80	000022436375	CAMI	71.356	0,02	7,35
81	000010045002	CGCA	70.884	0,02	7,37
82	000010045794	CAMI	70.884	0,02	7,38
83	000023152384	CAMI	70.837	0,02	7,40
84	000023023648	CAMI	70.543	0,02	7,41
85	000010012994	CAMI	70.531	0,02	7,43
86	000010054463	CAMI	70.531	0,02	7,44
87	000010059201	CAMI	70.531	0,02	7,46
88	000023060349	CAMI	70.383	0,01	7,47
89	000023021711	CAMI	69.385	0,01	7,49
90	000022435964	CAMI	69.215	0,01	7,50
91	000023154596	CAMI	69.197	0,01	7,52
92	000022506049	CAMI	68.370	0,01	7,53
93	000023299878	CAMI	68.302	0,01	7,55
94	000022160509	CAMI	68.205	0,01	7,56
95	000022906189	CAMI	68.189	0,01	7,58
96	000022845557	AUTO	67.864	0,01	7,59
97	000022948036	CAMI	67.488	0,01	7,61
98	000022366841	CAMI	67.448	0,01	7,62
99	000022329035	CAMI	67.427	0,01	7,63
100	000022598798	CAMI	67.403	0,01	7,65
101	000023888740	CAMI	67.301	0,01	7,66
102	000023849686	CGCA	67.148	0,01	7,68
103	000010045618	CAMI	67.040	0,01	7,69
104	000023748786	CAMI	66.659	0,01	7,71
105	000010081490	CAMI	66.601	0,01	7,72
106	000023151786	CAMI	66.528	0,01	7,73
107	000010043925	CAMI	66.476	0,01	7,75
108	000022296613	CAMI	66.114	0,01	7,76
109	000023154060	CAMI	65.894	0,01	7,78
110	000021994692	CDCG	65.856	0,01	7,79
111	000023152721	CAMI	65.848	0,01	7,80
112	000023151465	CGCA	65.662	0,01	7,82
113	000023159172	CDCG	65.654	0,01	7,83
114	000022943264	CAMI	65.297	0,01	7,85
115	000022683222	CAMI	65.202	0,01	7,86
116	000023887091	CGCA	65.190	0,01	7,87
117	000010010489	CAMI	65.098	0,01	7,89
118	000010018214	CAMI	65.098	0,01	7,90
119	000010049640	CAMI	65.063	0,01	7,92
120	000023590106	CAMI	65.036	0,01	7,93
121	000010055467	CAMI	64.961	0,01	7,94
122	000022682054	CAMI	64.950	0,01	7,96
123	000023428774	CGCA	64.818	0,01	7,97
124	000022436142	CAMI	64.817	0,01	7,98
125	000010064888	CAMI	64.749	0,01	8,00
126	000022292608	CAMI	64.409	0,01	8,01
127	000022160359	CAMI	64.256	0,01	8,03
128	000022329026	CAMI	64.120	0,01	8,04
129	000023589494	CGCA	63.953	0,01	8,05
130	000010051577	CGCA	63.937	0,01	8,07
131	000023148540	CAMI	63.937	0,01	8,08
132	000023716855	CAMI	63.937	0,01	8,09
133	000022158825	CAMI	63.887	0,01	8,11
134	000010042946	CAMI	63.828	0,01	8,12
135	000021996244	CAMI	63.822	0,01	8,13



Anexo II

Relação dos 250 maiores contratos - Período de 36 meses

Maiores Contratos	Código do Contrato	Operação	Valor do Contrato	%	% acum.
136	000010086726	CGCA	63.738	0,01	8,15
137	000022681974	CAMI	63.465	0,01	8,16
138	000010043645	CAMI	63.395	0,01	8,18
139	000023009334	CGCA	63.291	0,01	8,19
140	000023590008	CGCA	63.171	0,01	8,20
141	000010053465	CAMI	62.895	0,01	8,22
142	000023151642	CAMI	62.840	0,01	8,23
143	000022242324	CAMI	62.778	0,01	8,24
144	000022363808	CAMI	62.778	0,01	8,26
145	000022161009	CAMI	62.534	0,01	8,27
146	000023700078	CAMI	62.523	0,01	8,28
147	000023899328	CGCA	62.231	0,01	8,30
148	000023899159	CGCA	62.188	0,01	8,31
149	000023152008	CAMI	62.150	0,01	8,32
150	000010081100	CAMI	62.145	0,01	8,34
151	000021993531	CAMI	62.085	0,01	8,35
152	000022209897	CAMI	62.085	0,01	8,36
153	000010017275	CAMI	61.890	0,01	8,38
154	000010048181	CAMI	61.890	0,01	8,39
155	000023887411	CAMI	61.890	0,01	8,40
156	000010057464	CAMI	61.728	0,01	8,41
157	000010040331	CAMI	61.519	0,01	8,43
158	000023899266	CGCA	61.470	0,01	8,44
159	000023695869	CAMI	61.437	0,01	8,45
160	000023898953	CAMI	61.339	0,01	8,47
161	000022435731	CAMI	61.325	0,01	8,48
162	000022460178	AUTO	61.325	0,01	8,49
163	000010065520	AUTO	61.004	0,01	8,51
164	000023152464	CAMI	60.952	0,01	8,52
165	000022684132	CAMI	60.918	0,01	8,53
166	000023278212	CDCG	60.910	0,01	8,55
167	000010087740	CAMI	60.659	0,01	8,56
168	000022384750	CAMI	60.629	0,01	8,57
169	000022681956	CAMI	60.542	0,01	8,58
170	000023981568	CAMI	60.534	0,01	8,60
171	000022435367	CAMI	60.490	0,01	8,61
172	000010090878	CGCA	60.461	0,01	8,62
173	000023899033	CAMI	60.418	0,01	8,64
174	000023152758	CAMI	60.340	0,01	8,65
175	000023139792	CDCG	60.284	0,01	8,66
176	000023898819	CAMI	59.959	0,01	8,67
177	000023589573	CAMI	59.871	0,01	8,69
178	000023589555	CAMI	59.867	0,01	8,70
179	000022714626	CAMI	59.845	0,01	8,71
180	000023153999	CAMI	59.558	0,01	8,73
181	000023898711	CAMI	59.522	0,01	8,74
182	000023588020	CGCA	59.476	0,01	8,75
183	000010040280	CAMI	59.379	0,01	8,76
184	000023899186	CGCA	59.245	0,01	8,78
185	000023748884	CAMI	58.985	0,01	8,79
186	000022684383	CAMI	58.849	0,01	8,80
187	000010084226	CAMI	58.691	0,01	8,81
188	000021993746	CAMI	58.503	0,01	8,83
189	000021995496	CAMI	58.503	0,01	8,84
190	000023588921	CAMI	58.478	0,01	8,85
191	000022845398	CDCG	58.432	0,01	8,86
192	000010054150	CGCA	58.283	0,01	8,88
193	000022160386	CAMI	58.273	0,01	8,89
194	000010061111	AUTO	58.246	0,01	8,90
195	000010021624	CAMI	58.214	0,01	8,91
196	000010037820	CAMI	58.214	0,01	8,93
197	000010052358	CAMI	58.214	0,01	8,94
198	000023944001	CAMI	58.213	0,01	8,95
199	000023152856	CAMI	58.177	0,01	8,96
200	000010025439	CAMI	58.013	0,01	8,97
201	000022343028	CAMI	57.966	0,01	8,99
202	000023611897	CGCA	57.816	0,01	9,00
203	000023153720	CAMI	57.667	0,01	9,01
204	000022435250	CAMI	57.635	0,01	9,02



Banco Ficsa S.A.
Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 31 de maio de 2005

Anexo II

Relação dos 250 maiores contratos - Período de 36 meses

Maiores Contratos	Código do Contrato	Operação	Valor do Contrato	%	% acum.
205	000023584578	CGCA	57.620	0,01	9,04
206	000022755430	CAMI	57.561	0,01	9,05
207	000023007121	CAMI	57.534	0,01	9,06
208	000023008521	CAMI	57.460	0,01	9,07
209	000023590017	CAMI	57.435	0,01	9,09
210	000022684695	CAMI	57.318	0,01	9,10
211	000022460506	AUTO	57.257	0,01	9,11
212	000022161107	CAMI	56.875	0,01	9,12
213	000022161232	CAMI	56.875	0,01	9,13
214	000022342172	CDCG	56.875	0,01	9,15
215	000010040254	CAMI	56.869	0,01	9,16
216	000010061055	CGCA	56.869	0,01	9,17
217	000023588690	CAMI	56.869	0,01	9,18
218	000023590115	CGCA	56.772	0,01	9,19
219	000022367225	CDCG	56.671	0,01	9,21
220	000022436366	CAMI	56.560	0,01	9,22
221	000023154550	CAMI	56.547	0,01	9,23
222	000022577338	CAMI	56.339	0,01	9,24
223	000010018053	CAMI	56.336	0,01	9,25
224	000022158451	CAMI	56.294	0,01	9,27
225	000022677079	CAMI	56.270	0,01	9,28
226	000022800827	CAMI	56.270	0,01	9,29
227	000022159076	CAMI	56.184	0,01	9,30
228	000023748697	CAMI	56.155	0,01	9,31
229	000022158488	CAMI	56.115	0,01	9,33
230	000022684873	CDCG	55.993	0,01	9,34
231	000023005766	CAMI	55.983	0,01	9,35
232	000010033597	CAMI	55.938	0,01	9,36
233	000010048043	CAMI	55.829	0,01	9,37
234	000010079568	CAMI	55.783	0,01	9,39
235	000022709936	CAMI	55.776	0,01	9,40
236	000023589751	CAMI	55.734	0,01	9,41
237	000023436300	CAMI	55.611	0,01	9,42
238	000010088436	AUTO	55.598	0,01	9,43
239	000010012913	CAMI	55.466	0,01	9,45
240	000010047384	CAMI	55.466	0,01	9,46
241	000023558393	CAMI	55.419	0,01	9,47
242	000022708438	CAMI	55.396	0,01	9,48
243	000022951174	CDCG	55.387	0,01	9,49
244	000022364576	CAMI	55.332	0,01	9,50
245	000010084011	CAMI	55.275	0,01	9,52
246	000022365398	CAMI	55.215	0,01	9,53
247	000022578382	CAMI	55.152	0,01	9,54
248	000010087310	CAMI	55.037	0,01	9,55
249	000023572028	AUTO	55.012	0,01	9,56
250	000023151303	CAMI	54.996	0,01	9,58
Total dos 250 maiores contratos			17.532,103	3,74	
Total dos demais contratos			451.690,174	96,26	
Total da carteira sob análise			469.222,277	100,00	



Anexo III

Distribuição dos contratos por faixas de valor - volume financeiro

Faixas de valor (R\$)	ALTO		CAMI		CDCG		CGAU		CGCA		MOTO	
	R\$ mil	%	R\$ mil	% Acum.	R\$ mil	%	R\$ mil	% Acum.	R\$ mil	%	R\$ mil	% Acum.
Até 2.000	343	31,5%	-	0,00%	30	0,12%	30	0,12%	-	0,00%	621	0,74%
De 2.001 a 3.000	2.790	1,22%	3	0,00%	261	1,06%	281	1,18%	-	0,00%	4.705	5,64%
De 3.001 a 4.000	7.869	3,49%	16	0,02%	858	3,47%	800	3,30%	8	0,04%	15.128	18,13%
De 4.001 a 5.000	15.130	6,61%	85	0,10%	1.508	6,11%	1.785	7,37%	50	0,26%	16.419	19,68%
De 5.001 a 6.000	21.979	10,47%	225	0,25%	1.965	7,96%	2.349	9,70%	80	0,41%	13.576	16,27%
De 6.001 a 7.000	28.434	12,42%	307	0,35%	2.096	8,49%	2.843	11,74%	132	0,68%	9.610	11,52%
De 7.001 a 8.000	24.887	10,87%	403	0,46%	1.971	7,98%	2.988	12,34%	194	1,00%	7.801	9,35%
De 8.001 a 9.000	22.868	9,38%	638	0,72%	1.552	6,28%	2.382	9,83%	361	1,86%	6.063	7,27%
De 9.001 a 10.000	21.460	9,37%	701	0,79%	1.050	4,25%	1.768	7,30%	211	1,09%	4.135	4,96%
De 10.001 a 12.500	34.706	15,15%	2.255	2,55%	1.939	7,85%	2.793	11,53%	610	3,14%	3.329	3,99%
De 12.501 a 15.000	18.426	8,05%	3.561	4,03%	1.256	5,09%	1.695	7,00%	1.180	6,08%	1.015	1,22%
De 15.001 a 20.000	13.69	5,38%	10.458	11,82%	2.824	11,44%	2.398	9,90%	2.583	13,30%	764	0,92%
De 20.001 a 30.000	9.522	4,16%	22.155	25,05%	2.861	11,59%	1.285	5,31%	5.479	28,22%	159	0,19%
De 30.001 a 40.000	2.655	1,16%	18.855	21,32%	2.301	9,32%	681	2,81%	3.611	18,60%	99	0,12%
Acima de 40.000	2.266	0,29%	28.781	32,54%	2.219	8,99%	142	0,59%	4.918	25,33%	-	0,00%
Total	229.028	100,00%	88.443	100,00%	24.689	100,00%	24.218	100,00%	19.417	100,00%	83.427	100,00%



Banco Ficsa S.A.
Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 31 de maio de 2005

Anexo IV

Distribuição dos prazos de liquidações das operações - AUTO

Faixas	Saldo a receber R\$(000)	Saldo liquidado R\$(000)	% Liquidado	% Acumulado liquidado	% Não liquidado	% Acumulado não-
Parcelas a vencer	79.037,35					
Parcelas vencidas	149.990,78					
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	7.402,23	7.294,33	4,86	4,86	0,07	7,19
Parcelas antecipadas de 120 a 180 dias	2.124,63	2.089,08	1,39	6,26	0,02	7,22
Parcelas antecipadas de 60 a 120 dias	2.848,38	2.809,45	1,87	8,13	0,03	7,24
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	2.285,78	2.264,13	1,51	9,64	0,01	7,26
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	2.770,35	2.760,28	1,84	11,48	0,01	7,26
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	29.058,05	29.037,69	19,36	30,84	0,01	7,28
Parcelas liquidadas no vencimento	19.398,19	19.388,43	12,93	43,76	0,01	7,29
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	33.589,00	33.568,68	22,38	66,15	0,01	7,30
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	13.829,73	13.818,47	9,21	75,36	0,01	7,31
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	12.053,48	12.013,61	8,01	83,37	0,03	7,33
Parcelas liquidadas de 60 a 120 dias	6.337,43	6.266,98	4,18	87,55	0,05	7,38
Parcelas liquidadas de 120 a 180 dias	1.592,45	1.564,54	1,04	88,59	0,02	7,40
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	2.374,26	2.340,45	1,56	90,15	0,02	7,42
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	1.169,69	-	0,00	90,15	0,78	8,20
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	778,33	-	0,00	90,15	0,52	8,72
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	1.100,15	-	0,00	90,15	0,73	9,45
Parcelas vencidas de 60 a 120 dias	1.455,67	-	0,00	90,15	0,97	10,42
Parcelas vencidas de 120 a 180 dias	1.152,04	-	0,00	90,15	0,77	11,19
Parcelas vencidas acima de 180 dias	8.670,93	-	0,00	90,15	5,78	16,97
Total	<u>229.028,13</u>	<u>135.216,13</u>	<u>90,15</u>		<u>9,85</u>	



Banco Ficsa S.A.
Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 31 de maio de 2005

Anexo IV

Distribuição dos prazos de liquidações das operações - CAMI

Faixas	Saldo a receber R\$(000)	Saldo liquidado R\$(000)	% liquidado	% Acumulado liquidado	% Não liquidado	% Acumulado não liquidado
Parcelas a vencer	26.930,15					
Parcelas vencidas	61.512,82					
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	3.068,91	3.067,64	4,99	4,99	0,00	0,21
Parcelas antecipadas de 120 a 180 dias	853,82	853,40	1,39	6,37	0,00	20,73
Parcelas antecipadas de 60 a 120 dias	1.156,67	1.156,67	1,88	8,25	0,00	20,73
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	956,97	956,49	1,55	9,81	0,00	20,73
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	781,97	781,97	1,27	11,08	0,00	20,73
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	8.329,46	8.328,52	13,54	24,62	0,00	20,73
Parcelas liquidadas no vencimento	10.868,70	10.866,42	17,67	42,29	0,00	20,73
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	13.945,26	13.943,24	22,67	64,95	0,00	20,74
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	5.374,93	5.374,42	8,74	73,69	0,00	20,74
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	5.520,05	5.506,59	8,95	82,64	0,02	20,76
Parcelas liquidadas de 60 a 120 dias	3.210,09	3.184,74	5,18	87,82	0,04	20,80
Parcelas liquidadas de 120 a 180 dias	1.159,88	1.146,53	1,86	89,68	0,02	20,82
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	1.243,16	1.224,95	1,99	91,67	0,03	20,85
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	474,97		0,00	91,67	0,77	21,62
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	315,09		0,00	91,67	0,51	22,14
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	476,19		0,00	91,67	0,77	22,91
Parcelas vencidas de 60 a 120 dias	585,49		0,00	91,67	0,95	23,86
Parcelas vencidas de 120 a 180 dias	398,10		0,00	91,67	0,65	24,51
Parcelas vencidas acima de 180 dias	2.793,11		0,00	91,67	4,54	29,05
Total	<u>88.442,97</u>	<u>56.391,59</u>	<u>91,67</u>		<u>8,33</u>	



Anexo IV

Distribuição dos prazos de liquidações das operações - CDCG

Faixas	Saldo a receber R\$(000)	Saldo liquidado R\$(000)	% Liquidado	% Acumulado liquidado	% Não liquidado	% Acumulado não liquidado
Parcelas a vencer	146,25					
Parcelas vencidas	24.543,12					
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	1.355,60	1.313,98	5,35	5,35	0,17	0,17
Parcelas antecipadas de 120 a 180 dias	529,16	513,72	2,09	7,45	0,06	0,23
Parcelas antecipadas de 60 a 120 dias	704,57	688,02	2,80	10,25	0,07	0,30
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	483,44	475,36	0,02	10,27	0,03	0,33
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	369,46	365,97	1,49	11,76	0,01	0,35
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	3.114,92	3.109,61	12,67	24,43	0,02	0,37
Parcelas liquidadas no vencimento	4.018,35	4.017,97	16,37	40,80	0,00	0,37
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	5.215,03	5.213,41	21,24	62,04	0,01	0,38
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	2.600,57	2.598,49	10,59	72,63	0,01	0,39
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	2.326,03	2.324,64	9,47	82,10	0,01	0,39
Parcelas liquidadas de 60 a 120 dias	1.458,59	1.448,50	5,90	88,00	0,04	0,43
Parcelas liquidadas de 120 a 180 dias	488,44	483,32	1,97	89,97	0,02	0,45
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	656,75	644,59	2,63	92,60	0,05	0,50
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	26,73		0,00	92,60	0,11	0,61
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	29,70		0,00	92,60	0,12	0,73
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	50,43		0,00	92,60	0,21	0,94
Parcelas vencidas de 60 a 120 dias	108,20		0,00	92,60	0,44	1,38
Parcelas vencidas de 120 a 180 dias	95,11		0,00	92,60	0,39	1,77
Parcelas vencidas acima de 180 dias	912,04		0,00	92,60	3,72	5,48
Total	<u>24.689,36</u>	<u>23.197,58</u>	<u>92,60</u>		<u>5,48</u>	



Banco Ficta S.A.
Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 31 de maio de 2005

Anexo IV

Distribuição dos prazos de liquidações das operações - CGAU

Faixas	Saldo a receber R\$(000)	Saldo liquidado R\$(000)	% Liquidado	% Acumulado liquidado	% Não liquidado	% Acumulado não liquidado
Parcelas a vencer	9.123,48					
Parcelas vencidas	15.094,37					
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	1.194,57	1.189,61	7,88	7,88	0,03	0,03
Parcelas antecipadas de 120 a 180 dias	362,25	361,66	2,40	10,28	0,00	0,04
Parcelas antecipadas de 60 a 120 dias	434,88	434,59	2,88	13,16	0,00	0,04
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	274,95	274,54	1,82	14,98	0,00	0,04
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	252,22	251,93	1,67	16,64	0,00	0,04
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	2.310,77	2.310,56	15,31	31,95	0,00	0,04
Parcelas liquidadas no vencimento	2.475,21	2.474,76	16,40	48,35	0,00	0,05
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	3.535,92	3.535,65	23,42	71,77	0,00	0,05
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	1.484,16	1.483,92	9,83	81,60	0,00	0,05
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	1.117,36	1.116,57	7,40	89,00	0,01	0,06
Parcelas liquidadas de 60 a 120 dias	508,10	502,46	3,33	92,33	0,04	0,09
Parcelas liquidadas de 120 a 180 dias	122,75	121,39	0,80	93,13	0,01	0,10
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	85,57	83,80	0,56	93,69	0,01	0,11
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	208,06		0,00	93,69	1,38	1,49
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	123,93		0,00	93,69	0,82	2,31
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	155,52		0,00	93,69	1,03	3,34
Parcelas vencidas de 60 a 120 dias	161,75		0,00	93,69	1,07	4,42
Parcelas vencidas de 120 a 180 dias	87,68		0,00	93,69	0,58	5,00
Parcelas vencidas acima de 180 dias	198,73		0,00	93,69	1,32	6,31
Total	<u>24.217,84</u>	<u>14.141,45</u>	<u>93,69</u>		<u>6,31</u>	



Anexo IV

Distribuição dos prazos de liquidações das operações - CGCA

Faixas	Saldo a receber R\$(000)	Saldo liquidado R\$(000)	% Liquidado	% Acumulado liquidado	% Não liquidado	% Acumulado não liquidado
Parcelas a vencer	9.186,08					
Parcelas vencidas	10.231,27					
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	720,01	718,90	7,03	7,03	0,01	0,01
Parcelas antecipadas de 120 a 180 dias	177,96	177,96	1,74	8,77	0,00	0,01
Parcelas antecipadas de 60 a 120 dias	209,91	209,91	2,05	10,82	0,00	0,01
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	138,66	136,25	1,33	12,15	0,02	0,03
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	147,11	147,11	1,44	13,59	0,00	0,03
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	1.575,67	1.575,67	15,40	28,99	0,00	0,03
Parcelas liquidadas no vencimento	2.165,09	2.165,09	21,16	50,15	0,00	0,03
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	2.604,69	2.604,69	25,46	75,61	0,00	0,03
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	785,32	784,34	7,67	83,27	0,01	0,04
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	735,83	735,83	7,19	90,47	0,00	0,04
Parcelas liquidadas de 60 a 120 dias	336,14	332,94	3,25	93,72	0,03	0,08
Parcelas liquidadas de 120 a 180 dias	80,40	79,31	0,78	94,49	0,01	0,09
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	28,04	26,67	0,26	94,76	0,01	0,10
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	143,74		0,00	94,76	1,40	1,50
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	83,23		0,00	94,76	0,81	2,32
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	104,54		0,00	94,76	1,02	3,34
Parcelas vencidas de 60 a 120 dias	88,74		0,00	94,76	0,87	4,21
Parcelas vencidas de 120 a 180 dias	36,99		0,00	94,76	0,36	4,57
Parcelas vencidas acima de 180 dias	69,22		0,00	94,76	0,68	5,24
Total	<u>19.417,35</u>	<u>9.694,67</u>	<u>94,76</u>		<u>5,24</u>	



Banco Ficta S.A.
Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 31 de maio de 2005

Anexo IV

Distribuição dos prazos de liquidações das operações - MOTO

Faixas	Saldo a receber R\$(000)	Saldo liquidado R\$(000)	% Liquidado	% Acumulado liquidado	% Não liquidado	% Acumulado não liquidado
Parcelas a vencer	31.456,80					
Parcelas vencidas	51.969,82					
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	1.968,48	1.913,87	3,68	3,68	0,11	0,11
Parcelas antecipadas de 120 a 180 dias	709,50	695,43	1,34	5,02	0,03	0,13
Parcelas antecipadas de 60 a 120 dias	1.034,83	1.019,76	1,96	6,98	0,03	0,16
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	988,24	978,34	1,88	8,87	0,02	0,18
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	1.225,82	1.221,12	2,35	11,22	0,01	0,19
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	12.731,61	12.725,83	24,49	35,70	0,01	0,20
Parcelas liquidadas no vencimento	7.266,25	7.263,39	13,98	49,68	0,01	0,21
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	12.595,44	12.589,30	24,22	73,90	0,01	0,22
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	3.791,61	3.786,97	7,29	81,19	0,01	0,23
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	2.920,00	2.912,88	5,60	86,79	0,01	0,24
Parcelas liquidadas de 60 a 120 dias	1.391,75	1.377,99	2,65	89,45	0,03	0,27
Parcelas liquidadas de 120 a 180 dias	333,19	327,37	0,63	90,08	0,01	0,28
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	424,82	413,77	0,80	90,87	0,02	0,30
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	419,24		0,00	90,87	0,81	1,11
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	276,26		0,00	90,87	0,53	1,64
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	373,52		0,00	90,87	0,72	2,36
Parcelas vencidas de 60 a 120 dias	524,92		0,00	90,87	1,01	3,37
Parcelas vencidas de 120 a 180 dias	421,00		0,00	90,87	0,81	4,18
Parcelas vencidas acima de 180 dias	2.573,36		0,00	90,87	4,95	9,13
Total	<u>83.426,63</u>	<u>47.226,01</u>	<u>90,87</u>		<u>9,13</u>	

2020
 Annual Report
 Financial Statements
 2020

2020
 Annual Report
 Financial Statements
 2020

Account	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976	1975	1974	1973	1972	1971	1970	1969	1968	1967	1966	1965	1964	1963	1962	1961	1960	1959	1958	1957	1956	1955	1954	1953	1952	1951	1950	1949	1948	1947	1946	1945	1944	1943	1942	1941	1940	1939	1938	1937	1936	1935	1934	1933	1932	1931	1930	1929	1928	1927	1926	1925	1924	1923	1922	1921	1920	1919	1918	1917	1916	1915	1914	1913	1912	1911	1910	1909	1908	1907	1906	1905	1904	1903	1902	1901	1900	1899	1898	1897	1896	1895	1894	1893	1892	1891	1890	1889	1888	1887	1886	1885	1884	1883	1882	1881	1880	1879	1878	1877	1876	1875	1874	1873	1872	1871	1870	1869	1868	1867	1866	1865	1864	1863	1862	1861	1860	1859	1858	1857	1856	1855	1854	1853	1852	1851	1850	1849	1848	1847	1846	1845	1844	1843	1842	1841	1840	1839	1838	1837	1836	1835	1834	1833	1832	1831	1830	1829	1828	1827	1826	1825	1824	1823	1822	1821	1820	1819	1818	1817	1816	1815	1814	1813	1812	1811	1810	1809	1808	1807	1806	1805	1804	1803	1802	1801	1800	1799	1798	1797	1796	1795	1794	1793	1792	1791	1790	1789	1788	1787	1786	1785	1784	1783	1782	1781	1780	1779	1778	1777	1776	1775	1774	1773	1772	1771	1770	1769	1768	1767	1766	1765	1764	1763	1762	1761	1760	1759	1758	1757	1756	1755	1754	1753	1752	1751	1750	1749	1748	1747	1746	1745	1744	1743	1742	1741	1740	1739	1738	1737	1736	1735	1734	1733	1732	1731	1730	1729	1728	1727	1726	1725	1724	1723	1722	1721	1720	1719	1718	1717	1716	1715	1714	1713	1712	1711	1710	1709	1708	1707	1706	1705	1704	1703	1702	1701	1700	1699	1698	1697	1696	1695	1694	1693	1692	1691	1690	1689	1688	1687	1686	1685	1684	1683	1682	1681	1680	1679	1678	1677	1676	1675	1674	1673	1672	1671	1670	1669	1668	1667	1666	1665	1664	1663	1662	1661	1660	1659	1658	1657	1656	1655	1654	1653	1652	1651	1650	1649	1648	1647	1646	1645	1644	1643	1642	1641	1640	1639	1638	1637	1636	1635	1634	1633	1632	1631	1630	1629	1628	1627	1626	1625	1624	1623	1622	1621	1620	1619	1618	1617	1616	1615	1614	1613	1612	1611	1610	1609	1608	1607	1606	1605	1604	1603	1602	1601	1600	1599	1598	1597	1596	1595	1594	1593	1592	1591	1590	1589	1588	1587	1586	1585	1584	1583	1582	1581	1580	1579	1578	1577	1576	1575	1574	1573	1572	1571	1570	1569	1568	1567	1566	1565	1564	1563	1562	1561	1560	1559	1558	1557	1556	1555	1554	1553	1552	1551	1550	1549	1548	1547	1546	1545	1544	1543	1542	1541	1540	1539	1538	1537	1536	1535	1534	1533	1532	1531	1530	1529	1528	1527	1526	1525	1524	1523	1522	1521	1520	1519	1518	1517	1516	1515	1514	1513	1512	1511	1510	1509	1508	1507	1506	1505	1504	1503	1502	1501	1500	1499	1498	1497	1496	1495	1494	1493	1492	1491	1490	1489	1488	1487	1486	1485	1484	1483	1482	1481	1480	1479	1478	1477	1476	1475	1474	1473	1472	1471	1470	1469	1468	1467	1466	1465	1464	1463	1462	1461	1460	1459	1458	1457	1456	1455	1454	1453	1452	1451	1450	1449	1448	1447	1446	1445	1444	1443	1442	1441	1440	1439	1438	1437	1436	1435	1434	1433	1432	1431	1430	1429	1428	1427	1426	1425	1424	1423	1422	1421	1420	1419	1418	1417	1416	1415	1414	1413	1412	1411	1410	1409	1408	1407	1406	1405	1404	1403	1402	1401	1400	1399	1398	1397	1396	1395	1394	1393	1392	1391	1390	1389	1388	1387	1386	1385	1384	1383	1382	1381	1380	1379	1378	1377	1376	1375	1374	1373	1372	1371	1370	1369	1368	1367	1366	1365	1364	1363	1362	1361	1360	1359	1358	1357	1356	1355	1354	1353	1352	1351	1350	1349	1348	1347	1346	1345	1344	1343	1342	1341	1340	1339	1338	1337	1336	1335	1334	1333	1332	1331	1330	1329	1328	1327	1326	1325	1324	1323	1322	1321	1320	1319	1318	1317	1316	1315	1314	1313	1312	1311	1310	1309	1308	1307	1306	1305	1304	1303	1302	1301	1300	1299	1298	1297	1296	1295	1294	1293	1292	1291	1290	1289	1288	1287	1286	1285	1284	1283	1282	1281	1280	1279	1278	1277	1276	1275	1274	1273	1272	1271	1270	1269	1268	1267	1266	1265	1264	1263	1262	1261	1260	1259	1258	1257	1256	1255	1254	1253	1252	1251	1250	1249	1248	1247	1246	1245	1244	1243	1242	1241	1240	1239	1238	1237	1236	1235	1234	1233	1232	1231	1230	1229	1228	1227	1226	1225	1224	1223	1222	1221	1220	1219	1218	1217	1216	1215	1214	1213	1212	1211	1210	1209	1208	1207	1206	1205	1204	1203	1202	1201	1200	1199	1198	1197	1196	1195	1194	1193	1192	1191	1190	1189	1188	1187	1186	1185	1184	1183	1182	1181	1180	1179	1178	1177	1176	1175	1174	1173	1172	1171	1170	1169	1168	1167	1166	1165	1164	1163	1162	1161	1160	1159	1158	1157	1156	1155	1154	1153	1152	1151	1150	1149	1148	1147	1146	1145	1144	1143	1142	1141	1140	1139	1138	1137	1136	1135	1134	1133	1132	1131	1130	1129	1128	1127	1126	1125	1124	1123	1122	1121	1120	1119	1118	1117	1116	1115	1114	1113	1112	1111	1110	1109	1108	1107	1106	1105	1104	1103	1102	1101	1100	1099	1098	1097	1096	1095	1094	1093	1092	1091	1090	1089	1088	1087	1086	1085	1084	1083	1082	1081	1080	1079	1078	1077	1076	1075	1074	1073	1072	1071	1070	1069	1068	1067	1066	1065	1064	1063	1062	1061	1060	1059	1058	1057	1056	1055	1054	1053	1052	1051	1050	1049	1048	1047	1046	1045	1044	1043	1042	1041	1040	1039	1038	1037	1036	1035	1034	1033	1032	1031	1030	1029	1028	1027	1026	1025	1024	1023	1022	1021	1020	1019	1018	1017	1016	1015	1014	1013	1012	1011	1010	1009	1008	1007	1006	1005	1004	1003	1002	1001	1000	999	998	997	996	995	994	993	992	991	990	989	988	987	986	985	984	983	982	981	980	979	978	977	976	975	974	973	972	971	970	969	968	967	966	965	964	963	962	961	960	959	958	957	956	955	954	953	952	951	950	949	948	947	946	945	944	943	942	941	940	939	938	937	936	935	934	933	932	931	930	929	928	927	926	925	924	923	922	921	920	919	918	917	916	915	914	913	912	911	910	909	908	907	906	905	904	903	902	901	900	899	898	897	896	895	894	893	892	891	890	889	888	887	886	885	884	883	882	881	880	879	878	877	876	875	874	873	872	871	870	869	868	867	866	865	864	863	862	861	860	859	858	857	856	855	854	853	852	851	850	849	848	847	846	845	844	843	842	841	840	839	838	837	836	835	834	833	832	831	830	829	828	827	826	825	824	823	822	821	820	819	818	817	816	815	814	813	812	811	810	809	808	807	806	805	804	803	802	801	800	799	798	797	796	795	794	793	792	791	790	789	788	787	786	785	784	783	782	781	780	779	778	777	776	775	774	773	772	771	770	769	768	767	766	765	764	763	762	761	760	759	758	757	756	755	754	753	752	751	750	749	748	747	746	745	744	743	742	741	740	739	738	737	736	735	734	733	732	731	730	729	728	727	726	725	724	723	722	721	720	719	718	717	716	715	714	713	712	711	710	709	708	707	706	705	704	703	702	701	700	699	698	697	696	695	694	693	692	691	690	689	688	687	686	685	684	683	682	681	680	679	678	677	676	675	674	673	672	671	670	669	668	667	666	665	664	663	662	661	660	659	658	657	656	655	654	653	652	651	650	649	648	647	646	645	644	643	642	641	640	639	638	637	636	635	634	633	632	631
---------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

273



Banco Ficsa S.A.
*Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 31 de maio de 2005*

Anexo VI

Movimentação mensal de descontos

Período	Descontos (R\$ mil)
jun/02	288,10
jul/02	431,97
ago/02	392,55
set/02	411,29
out/02	460,14
nov/02	385,83
dez/02	330,59
jan/03	356,13
fev/03	305,33
mar/03	214,80
abr/03	286,65
mai/03	262,18
jun/03	170,03
jul/03	188,48
ago/03	150,69
set/03	195,98
out/03	182,25
nov/03	245,14
dez/03	290,39
jan/04	233,45
fev/04	113,81
mar/04	313,86
abr/04	164,78
mai/04	127,66
jun/04	186,50
jul/04	112,85
ago/04	107,56
set/04	120,61
out/04	74,25
nov/04	80,14
dez/04	43,53
jan/05	67,95
fev/05	23,31
mar/05	26,15
abr/05	33,47
mai/05	5,19
Total	7.383,62



Banco Ficsa S.A.
Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 31 de maio de 2005

Anexo VII

Movimentação mensal de renegociações

Período	Renegociações (R\$ mil)
jun/02	80,50
jul/02	136,89
ago/02	33,20
set/02	276,82
out/02	209,45
nov/02	139,31
dez/02	75,94
jan/03	167,74
fev/03	233,58
mar/03	473,39
abr/03	288,45
mai/03	277,26
jun/03	245,36
jul/03	474,59
ago/03	416,14
set/03	332,74
out/03	312,09
nov/03	174,78
dez/03	14,05
jan/04	246,82
fev/04	200,36
mar/04	194,09
abr/04	301,37
mai/04	209,83
jun/04	347,78
jul/04	333,05
ago/04	186,59
set/04	18,31
out/04	128,07
nov/04	212,38
dez/04	35,09
jan/05	51,42
fev/05	-
mar/05	-
abr/05	5,78
mai/05	2,07
Total	6.835,26



Anexo VIII

Base de contratos selecionados

Contratos Verificados		Contratos Cedidos	
#	Código do Contrato	#	Código do Contrato
1	000010000484	1	000010017603
2	000010005228	2	000010025043
3	000010008564	3	000021993425
4	000010014091	4	000022160215
5	000010034713	5	000022376536
6	000010038912	6	000022475947
7	000010039107	7	000022501464
8	000010042659	8	000022657288
9	000010045901	9	000022669587
10	000010047919	10	000022699475
11	000010052762	11	000022746860
12	000010058087	12	000022794825
13	000010062046	13	000022817908
14	000010063601	14	000023570477
15	000010071687	15	000023617640
16	000010075597		
17	000010083458		
18	000010091694		
19	000010093281		
20	000022142316		
21	000022158585		
22	000022158852		
23	000022160297		
24	000022161232		
25	000022292993		
26	000022294205		
27	000022367779		
28	000022435250		
29	000022435795		
30	000022462835		
31	000022498450		
32	000022731885		
33	000022735042		
34	000022796565		
35	000022798616		
36	000022979332		
37	000023074352		
38	000023151642		
39	000023152455		
40	000023152785		
41	000023289344		
42	000023304602		
43	000023357010		
44	000023421566		
45	000023433624		
46	000023436444		
47	000023444505		
48	000023471093		
49	000023507402		
50	000023544880		
51	000023568765		
52	000023588538		
53	000023589644		
54	000023590115		
55	000023593292		
56	000023593381		
57	000023615189		
58	000023688840		
59	000023699883		
60	000023745039		
61	000023752360		
62	000023766881		
63	000023785860		
64	000023905614		
65	000023915239		

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO E

Súmula da Agência de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FICSA Financiamento de Veículos

Analistas de Crédito: Pedro Gazoni, São Paulo (55) 11 5501-8648, pedro_gazoni@standardandpoors.com; Sergio Garibian, São Paulo (55) 11 5501-8944; Juan De Molleín, Nova York (1) 212-438-2536 juan_demollein@standardandpoors.com

Perfil

Data prevista para o início do Fundo: Dezembro de 2005.

Direitos creditórios: contratos de financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões garantidos por alienação fiduciária, originados pelo Banco FICSA S.A.

Administrador do Fundo: BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Originador dos direitos creditórios: Banco FICSA S.A.

Custodiante: Banco Bradesco S.A.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 13 de dezembro de 2005. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos.

Rating preliminar em 13 de dezembro de 2005			
Instrumento	Rating Preliminar	Montante (em R\$ milhões)	Vencimento Final Legal**
Cotas Seniores	brA+f	35 (75%)	24 meses após a emissão
Cotas Subordinadas	Não classificadas	11,67 (25% de nível mínimo)	

** Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brA+f', em sua Escala Nacional Brasil, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FICSA Financiamento de Veículos (FICSA FIDC). Os ativos subjacentes do FICSA FIDC são: contratos de financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões garantidos por alienação fiduciária, originados pelo Banco FICSA S.A., caixa e outros investimentos específicos.

O FICSA FIDC é um condomínio fechado, com vencimento final de dez anos. A primeira série tem um vencimento esperado de 24 meses após a emissão inicial de cotas seniores, porém este vencimento pode ser estendido. O montante emitido é de R\$ 35 milhões de cotas seniores e de R\$ 11,67 milhões de cotas subordinadas, perfazendo um total de R\$ 46,67 milhões para o Fundo. O administrador do Fundo poderá incluir direitos creditórios e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos e aprovados pela Standard & Poor's.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Instrução 356, que criou a estrutura legal e administrativa dos *Fundos de Investimento em Direitos Creditórios* (FIDC), cuja estrutura financeira e administrativa é a de um fundo de investimentos do tipo aberto ou fechado.

Entretanto, um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas (*Structured Finance*) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC podem incorporar carteiras de crédito combinadas – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não

prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento e, com base no desempenho e nas características do fundo, pode decidir alienar suas cotas a qualquer momento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do FICSA FIDC.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de "brAAAF" (nível mais elevado de proteção) a "brCCCF" (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira, os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, e ao risco cambial apresentados pelo fundo.

O rating preliminar "brA+f" atribuído ao FICSA FIDC na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating "brA+f" atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem forte proteção contra perdas advindas de inadimplência. O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (25%), o *spread* excedente (inicialmente em 24,9% a.a.) e a adequação dos mecanismos de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*), baseado em diferentes cenários de estresse.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo "br", indicando "Brasil". A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Principais Pontos da Análise de Crédito

Os principais pontos observados na análise de crédito da estrutura são:

- A qualidade de crédito da carteira do originador;
- A adequada proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (25%) e *spread* excedente (inicialmente em 24,9% a.a.);
- A sólida experiência do Banco Bradesco, como custodiante;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas.

Descrição do FICSA FIDC

Características Gerais

O Fundo FICSA FIDC será um condomínio fechado, com vencimento final de dez anos. A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores

qualificados, incluindo algumas empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo fará, após a emissão dessa primeira série de cotas, uma única compra de contratos de financiamento para aquisição de automóveis, motos e caminhões garantidos por alienação fiduciária, originados pelo Banco FICSA S.A.

Segue abaixo uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão.

Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo emitirá cotas seniores e subordinadas, denominadas em reais. Essas cotas terão o direito de receber, se houver, rendimentos decorrentes do pagamento das aquisições de automóveis, motos e caminhões garantidos por alienação fiduciária e denominados na mesma moeda, e/ou de outros instrumentos de renda fixa, investimentos financeiros de alta liquidez e dinheiro integrantes da carteira do Fundo. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado por financiamentos e outros investimentos. O originador detém as cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's.

Componente do Rendimento

Contrariamente ao que acontece em instrumentos de dívida, um fundo não promete a seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera receber somente uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. Consequentemente, o Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo para os cotistas seniores, de 109% da Taxa Di Over. As cotas subordinadas não terão uma remuneração alvo específica, porém se beneficiarão de todo o fluxo disponível no Fundo, após este ter alcançado a remuneração alvo das cotas seniores.

Componente do Valor de Face

A primeira série de cotas seniores será amortizada em vinte e três parcelas mensais a partir (do segundo mês) da data de emissão e segundo o cronograma abaixo, porém esse vencimento poderá ser estendido, caso não haja recursos suficientes, e o Fundo passaria a funcionar num sistema de *pass-through*, ou seja, as cotas seniores seriam amortizadas, na medida em que fossem sendo recebidos os pagamentos dos financiamentos. No caso do cronograma previsto não ser seguido, conforme explicado acima, as cotas subordinadas deixam de ser amortizadas.

Cronograma Previsto de Amortização

Mês após a emissão	% do saldo de cotas seniores a ser amortizado
2	3
3	5
4	6
5	8,5
6	8,5
7	9
8	10
9	10,5
10	12
11	12,5
12	14
13	14,5
14	15,5
15	17,5
16	19
17	20,5
18	24
19	27,5
20	27,5
21	35
22	65
23	82
24	100

As cotas subordinadas somente serão amortizadas após as cotas seniores, e desde que a relação entre seu valor total e o patrimônio líquido do Fundo – após sua amortização – permaneça em 25%. Nos últimos cinco períodos de amortização das cotas seniores não haverá amortização de cotas subordinadas, que somente serão amortizadas após o resgate total das cotas seniores, a não ser que o limite de 50% do patrimônio líquido esteja aplicado em ativos que não direitos creditórios, conforme estabelecido pela regulamentação da CVM.

Com a função de garantir que o Fundo tenha ativos com a liquidez necessária para cumprir as amortizações e/ou resgate das cotas seniores nas datas previstas no regulamento, o administrador do Fundo deverá manter em caixa títulos públicos no montante equivalente a 10% da próxima amortização prevista com 60 dias de antecedência, a 40% da próxima amortização prevista com 50 dias de antecedência, a 70% da próxima amortização prevista com 40 dias de antecedência e a 100% da próxima amortização prevista com 30 dias de antecedência.

Critérios de Elegibilidade do FICSA FIDC

Os principais critérios de elegibilidade que os recebíveis precisam satisfazer são:

- i) Um cliente não pode dever mais de R\$ 50.000 ao Fundo.

ii) O cliente não pode estar registrado no SERASA em razão de títulos protestados;

iii) O cliente não pode apresentar parcelas vencidas e não pagas com o Fundo;

iv) Não poderão ser adquiridas parcelas de contratos cujos vencimentos sejam posteriores ao prazo de duração do Fundo, ou da série de vencimento mais longo.

Análise de Crédito dos Ativos Subjacentes

Análise de Sensibilidade

Com relação às operações estruturadas, a Standard & Poor's realiza, durante o período de duração da transação, uma análise profunda do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating 'brA+', a Standard & Poor's submeteu os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando como caso base o nível de inadimplência máximo do pool selecionado e estabelecendo-o como um proxy de inadimplência de crédito. Após analisar o comportamento do pool selecionado, o nível de inadimplência máximo foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado. Para determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, essa porcentagem foi então submetida a outros testes de estresse, utilizando-se variáveis diferentes com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

Severidade da Perda

Uma vez que a informação do pool selecionado foi analisada, o proxy de severidade estabelecido para as perdas de crédito foi o das informações de inadimplência superiores a 180 dias. Esse índice foi então testado, aplicando-se o fator de perda de crédito para refletir o cenário do rating 'brA+'. Consequentemente, o fluxo de caixa resultante foi também testado, utilizando-se um índice de severidade da perda de crédito igual a 15%, de acordo com diversos cenários, abaixo listamos dois dos principais cenários:

	Cenário 1	Cenário 2
Perdas de crédito	30%	30%
Pré-pagamento	-	11%
Período das perdas de crédito	Mês 1 até 6: 100%	Mês 1 até 6: 100%
Rentabilidade das cotas seniores	112% do DI	108% do DI

Inadimplência

O pior cenário de inadimplência histórica foi assumido depois de analisados os pools estático e dinâmico do originador dos ativos subjacentes, bem como o histórico de recebimentos do pool estático, o que possibilitou a avaliação do efeito real da inadimplência como um proxy para as perdas de crédito no pool selecionado.

Pré-pagamento

A taxa de pré-pagamento assumida variou de 0 (zero) a 11% do total da

carteira.

Reforço da Qualidade de Crédito

O reforço de crédito permitirá o suporte de crédito das cotas seniores do FIDC e será realizado na forma de subordinação estrutural mínima de 25% e de *spread* excedente, inicialmente em 24,9%a.a.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Eventos de Consulta aos Cotistas do FICSA FIDC

Quaisquer dos seguintes eventos será considerado um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Consulta aos Cotistas mais relevantes são:

- a) A inobservância por dois dias úteis consecutivos ou três dias não consecutivos num período de 30 dias corridos do índice de garantia (nível mínimo de subordinação);
- b) A rescisão do Contrato de Cobrança ou do Contrato de Custódia;
- c) O rebaixamento das cotas seniores do Fundo em até dois níveis;
- d) O aumento da taxa DI de mais de 130% em um dia útil.

Eventos de Liquidação do FICSA FIDC

A ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, será considerado um "evento de liquidação", que, por sua vez, obrigará o Fundo: (1) a informar os cotistas; (2) a iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo e (3) a convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

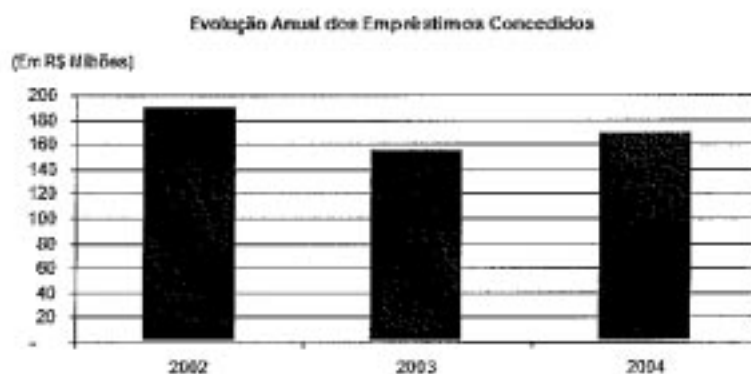
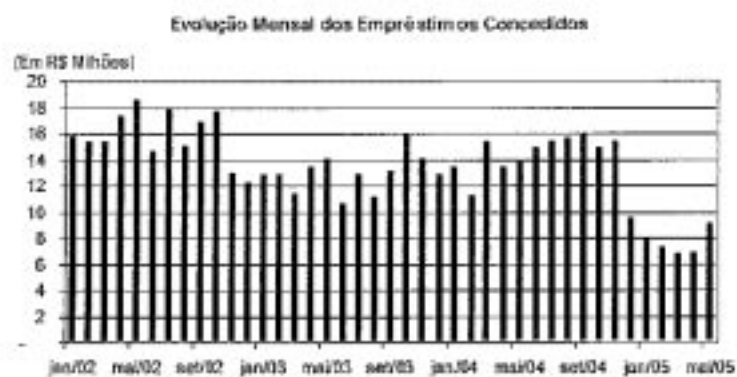
Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- a) A rescisão do contrato de cessão;
- b) A renúncia sem substituição do Administrador.

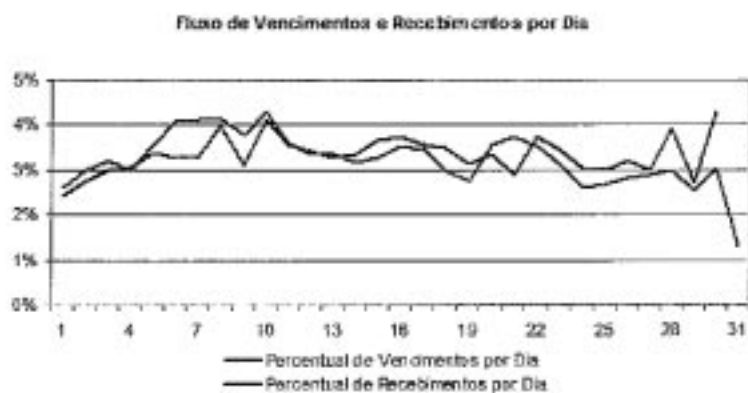
Análise da Carteira de Financiamentos para Aquisição de Automóveis, Motos e Caminhões do Banco FICSA

Características dos Empréstimos

Os gráficos abaixo demonstram a evolução mensal do valor gerado pelos financiamentos para aquisição de veículos automotores pelo Banco Ficsa entre janeiro de 2002 e maio de 2005. Houve uma diminuição do volume de empréstimos concedidos entre dezembro de 2004 e maio de 2005 em função de uma decisão estratégica do Banco.



O gráfico abaixo demonstra que não há concentração de vencimentos e recebimentos em um dia específico de cada mês.



O gráfico abaixo apresenta a evolução do prazo médio ponderado dos empréstimos concedidos pelo Banco Ficsa.



Há uma alta concentração do valor gerado pelos empréstimos concedidos entre contratos com vinte e quatro e trinta e seis meses.



O gráfico abaixo mostra a média ponderada das taxas de juros cobradas pelos empréstimos concedidos, que entre outubro de 2003 e maio de 2005 manteve-se próxima a 3,6% a.m.

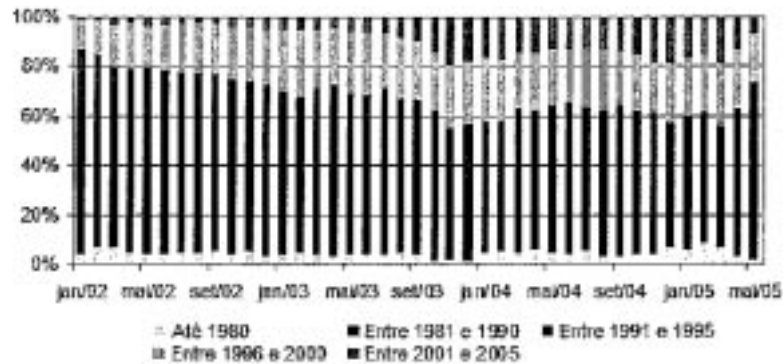


Os empréstimos concedidos pelo Banco Ficsa se concentram no Estado de São Paulo, principalmente na capital, que possui participação de 35,9% no valor gerado pelos empréstimos concedidos entre janeiro de 2002 e maio de 2005.



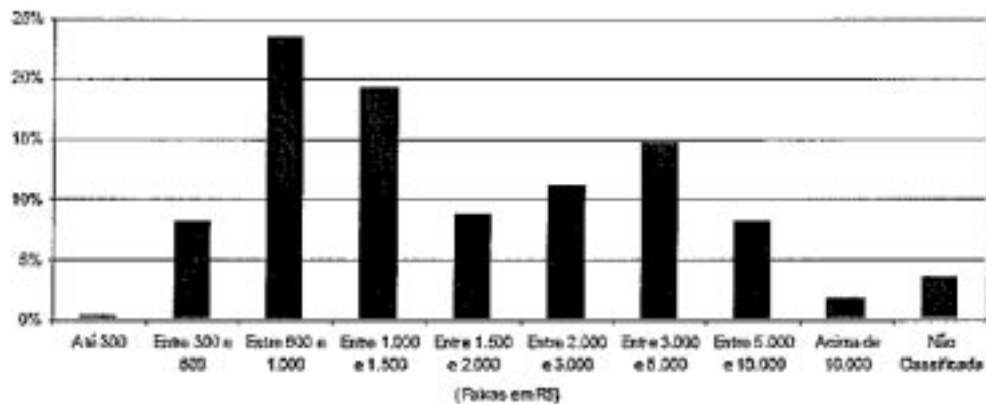
Os veículos cujo ano de fabricação chega até 1995 representaram, em todos os meses analisados, uma concentração acima de 60%.

Distribuição dos Empréstimos Concedidos por Ano de Fabricação



O gráfico abaixo demonstra a distribuição do valor gerado pelos empréstimos concedidos por faixa da renda mensal dos clientes.

Distribuição dos Empréstimos Concedidos por Faixa de Renda Mensal do Cliente



Performance da Carteira

A performance dos financiamentos para aquisição de veículos automotores concedidos pelo Banco Ficsa são apresentados nas tabelas e nos gráficos abaixo. A inadimplência por data de geração demonstra a qualidade dos empréstimos concedidos em determinado mês.

Performance da Carteira por Data de Geração								
Mês	Geração*	Pagamentos Pontuais **	Atraso entre 6 e 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso Acima de 180 dias (a)	Não Liquidadas (b)	(a) + (b)
jan/02	15.781.793,46	60,76%	23,19%	13,00%	3,69%	4,17%	8,20%	12,37%
fev/02	15.372.233,21	51,32%	19,82%	14,17%	3,46%	3,89%	7,84%	11,44%
mar/02	15.428.530,34	50,52%	19,41%	14,22%	4,04%	3,52%	8,28%	11,80%
abr/02	17.350.899,77	51,65%	18,98%	13,37%	3,39%	3,84%	8,79%	12,60%
mai/02	18.494.905,13	51,64%	18,93%	13,10%	3,80%	3,22%	8,28%	12,48%
jun/02	14.594.466,86	52,00%	18,77%	12,72%	3,15%	3,47%	8,88%	13,36%
jul/02	17.768.267,60	52,63%	19,05%	13,38%	3,46%	3,24%	7,67%	10,91%
ago/02	14.651.719,18	52,86%	19,04%	13,10%	3,83%	3,43%	7,74%	11,17%
set/02	16.317.455,64	53,62%	18,93%	12,76%	3,33%	3,25%	8,20%	11,46%
out/02	18.981.790,52	53,17%	17,81%	13,10%	3,58%	3,12%	8,21%	12,34%
nov/02	12.412.048,96	48,25%	19,24%	15,11%	3,73%	2,51%	10,15%	12,66%
dez/02	11.589.032,96	53,75%	18,77%	13,29%	2,68%	2,42%	9,10%	11,52%
jan/03	12.069.866,11	53,28%	18,50%	13,13%	3,37%	2,79%	8,91%	11,69%
fev/03	12.209.767,65	51,67%	18,05%	13,69%	3,25%	1,69%	10,64%	12,33%
mar/03	10.782.238,73	58,04%	16,69%	11,92%	3,80%	1,55%	7,59%	9,99%
abr/03	12.422.386,60	55,95%	18,15%	11,85%	3,57%	1,66%	8,82%	10,48%
mai/03	12.591.042,86	55,88%	17,23%	12,80%	3,34%	1,43%	9,28%	10,70%
jun/03	9.460.319,48	57,45%	17,31%	11,67%	2,76%	1,11%	9,70%	10,81%
jul/03	10.775.012,05	57,16%	17,84%	11,48%	2,58%	1,21%	9,76%	10,90%
ago/03	8.982.343,11	57,21%	17,02%	12,11%	3,21%	1,05%	8,91%	9,96%
set/03	9.854.946,19	55,94%	17,82%	12,63%	2,65%	0,91%	10,06%	10,96%
out/03	11.243.811,36	58,94%	20,02%	10,59%	2,14%	0,75%	7,61%	8,31%
nov/03	8.225.859,34	57,92%	20,84%	12,25%	1,77%	0,81%	6,41%	7,22%
dez/03	8.124.808,23	61,37%	20,57%	10,20%	1,38%	0,61%	5,89%	6,51%
jan/04	8.109.135,35	62,26%	21,19%	9,96%	1,33%	0,35%	4,90%	5,25%
fev/04	8.495.853,46	64,87%	19,04%	9,07%	1,69%	0,20%	5,14%	5,53%
mar/04	8.307.155,17	64,57%	19,80%	9,42%	1,15%	0,18%	4,88%	5,05%
abr/04	6.738.926,97	65,50%	18,91%	9,30%	1,20%	0,11%	4,98%	5,09%
mai/04	6.387.486,97	67,46%	18,15%	8,22%	1,18%	0,14%	4,87%	5,01%
jun/04	6.235.925,28	70,47%	17,28%	6,89%	1,15%	0,11%	4,50%	4,12%
jul/04	5.843.460,18	67,16%	19,14%	8,07%	0,63%	0,02%	4,99%	5,01%
ago/04	5.359.840,21	68,64%	18,15%	7,62%	0,72%	0,04%	4,63%	4,67%
set/04	4.838.390,09	66,24%	19,99%	7,94%	0,77%	0,02%	5,04%	5,06%
out/04	3.956.340,08	69,00%	18,48%	6,81%	0,33%	0,01%	4,48%	4,48%
nov/04	3.414.212,12	67,13%	18,91%	6,15%	0,45%	N.D.	5,36%	5,36%
dez/04	1.026.418,34	68,18%	19,20%	5,11%	0,47%	N.D.	6,03%	6,03%
jan/05	1.374.722,80	72,98%	18,11%	5,10%	0,13%	N.D.	3,68%	3,68%
fev/05	537.397,65	70,32%	19,58%	4,22%	N.D.	N.D.	5,88%	5,88%
mar/05	602.554,63	77,03%	16,53%	2,59%	N.D.	N.D.	3,66%	3,66%
abr/05	270.130,02	76,45%	19,36%	1,33%	N.D.	N.D.	2,54%	2,54%
Total	385.346.978,33	56,18%	18,86%	12,63%	2,89%	2,11%	7,59%	10,88%

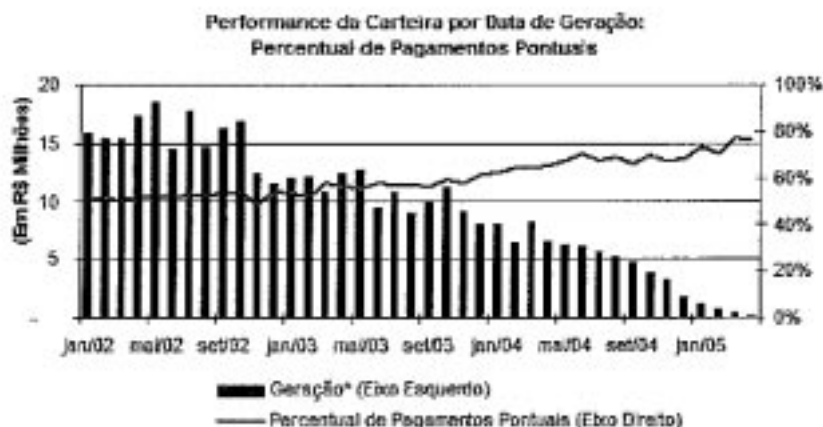
Máximo	77,03%	21,19%	15,11%	4,04%	4,17%	10,64%	13,36%
--------	--------	--------	--------	-------	-------	--------	--------

* Geração com vencimento até o mês de maio de 2005;

** Pagamentos com até cinco dias de atraso.

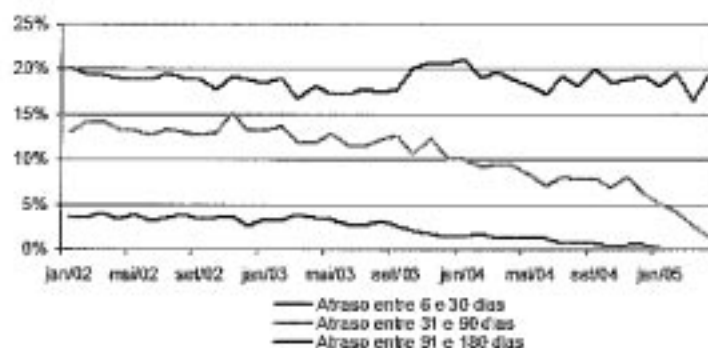
N.D.: Não Disponível, no momento da análise, ainda não haviam sido transcorrido o período necessário para a análise.

O percentual de pagamentos pontuais, por data de geração, manteve-se entre 50% e 60% no período entre janeiro e novembro de 2003. A partir de dezembro de 2003, o índice continuou crescendo atingindo 76,46% em abril de 2005, no entanto, ainda não é possível concluir se realmente houve uma melhora no desempenho dos financiamentos, pois nos últimos meses, apenas poucas parcelas dos contratos gerados já haviam chegado à sua data de vencimento, e não é possível afirmar que o comportamento das demais parcelas será o mesmo (veja gráfico abaixo).



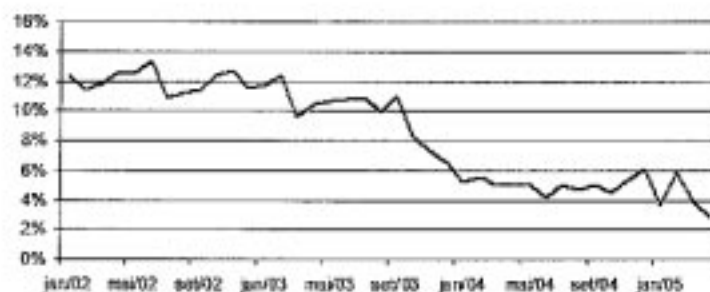
O gráfico abaixo demonstra a evolução do desempenho dos financiamentos concedidos, em diversas faixas de atraso. O percentual de atraso entre 6 e 30 dias variou entre 16% e 22% durante todo o período. O percentual de atraso entre 31 e 90 dias variou entre 10% e 16% no período entre janeiro de 2002 e dezembro de 2003. A partir de então começou a demonstrar uma tendência declinante, porém pelos mesmos motivos já citados, ainda não é possível concluir se realmente houve uma melhora no desempenho dos financiamentos. O percentual de atraso entre 91 e 180 dias variou entre 2 % e 4% no período entre janeiro de 2002 e outubro de 2003.

Performance da Carteira por Data de Geração



O gráfico abaixo demonstra o percentual de atraso acima de 180 dias, somado ao percentual de créditos vencidos e não pagos até o mês de maio de 2005, que apresentou uma forte variação entre 2,84% e 13,36%.

Performance da Carteira por Data de Geração: Percentual de Atraso Acima de 180 dias e Não Liquidadas

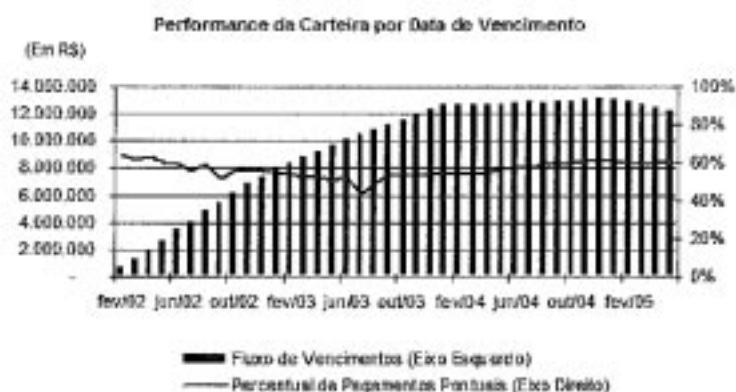


A tabela e os gráficos abaixo apresentam a performance dos financiamentos por data de vencimento.

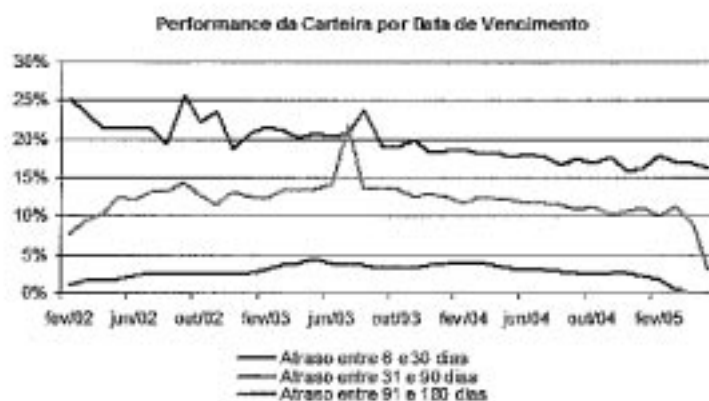
Performance da Carteira por Data de Vencimento								
Mês	Fluxo de Vencimentos (Em R\$)	Pagamentos Pontuais	Atraso entre 6 e 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso Acima de 180 dias (a)	Não Liquidadas (b)	(a) + (b)
fev/02	659.253,40	64,52%	25,24%	7,52%	1,90%	0,41%	1,22%	1,63%
mar/02	1.334.620,03	61,97%	23,69%	6,64%	1,68%	1,60%	1,62%	3,42%
abr/02	2.001.679,00	63,03%	21,39%	10,36%	1,69%	1,91%	2,03%	3,54%
maio/02	2.729.872,48	60,36%	21,47%	12,53%	1,65%	1,48%	2,27%	3,75%
jun/02	3.489.427,76	59,56%	21,38%	12,22%	2,17%	1,91%	2,77%	4,68%
jul/02	4.104.993,85	55,92%	21,44%	13,09%	2,71%	2,90%	3,60%	6,53%
ago/02	4.858.336,76	59,42%	19,39%	13,10%	2,51%	2,19%	3,40%	5,50%
set/02	5.478.793,08	51,91%	25,60%	14,31%	2,44%	2,18%	3,55%	5,74%

out02	6.172.483,21	56,22%	22,25%	12,81%	2,48%	2,49%	3,76%	6,24%
nov02	6.873.191,26	55,45%	23,60%	11,42%	2,43%	2,85%	4,24%	7,10%
dez02	7.407.191,48	55,48%	18,66%	13,24%	2,43%	4,64%	5,57%	10,20%
jan03	7.909.085,28	55,10%	20,75%	12,62%	2,68%	3,87%	4,98%	8,86%
fev03	8.344.580,73	53,94%	21,58%	12,40%	3,08%	3,76%	5,29%	9,01%
mar03	8.820.568,62	52,19%	21,12%	13,26%	3,68%	4,06%	5,70%	9,75%
abr03	9.231.890,42	52,13%	20,08%	13,37%	3,98%	4,32%	6,10%	10,42%
mai03	9.665.315,92	50,85%	20,70%	13,51%	4,48%	4,11%	6,34%	10,45%
jun03	10.125.093,49	52,22%	20,34%	14,26%	3,86%	3,19%	6,13%	9,32%
jul03	10.479.872,93	43,72%	20,80%	21,70%	3,63%	3,63%	6,53%	10,18%
ago03	10.845.981,69	48,91%	23,78%	13,64%	3,72%	3,21%	6,74%	8,95%
set03	11.155.626,82	53,69%	19,07%	13,70%	3,21%	2,92%	7,11%	10,03%
out03	11.515.484,77	53,63%	18,97%	13,62%	3,45%	3,08%	7,48%	10,54%
nov03	11.982.561,00	53,70%	19,97%	12,45%	3,29%	3,07%	7,52%	10,59%
dez03	12.370.969,09	54,41%	18,26%	12,80%	3,70%	2,98%	7,75%	10,73%
jan04	12.735.808,26	54,46%	18,41%	12,46%	3,93%	2,88%	7,87%	10,74%
fev04	12.791.389,18	54,76%	18,78%	11,69%	3,98%	2,76%	8,04%	10,06%
mar04	12.663.693,85	54,17%	18,03%	12,53%	4,01%	2,81%	8,42%	11,23%
abr04	12.756.970,06	55,13%	15,32%	12,27%	3,66%	2,35%	8,27%	10,62%
mai04	12.754.182,56	56,64%	17,75%	12,17%	3,31%	2,06%	8,07%	10,14%
jun04	12.769.415,97	57,19%	18,04%	11,78%	3,04%	1,93%	8,02%	9,85%
jul04	12.895.891,64	57,91%	17,76%	11,68%	3,00%	1,85%	8,02%	9,87%
ago04	12.939.344,70	59,28%	16,74%	11,48%	2,85%	1,54%	8,10%	9,64%
set04	12.953.352,51	59,55%	17,46%	10,88%	2,69%	1,27%	8,18%	9,44%
out04	12.998.962,88	58,94%	16,87%	11,38%	2,54%	0,90%	8,38%	9,28%
nov04	13.014.451,32	60,44%	17,66%	10,20%	2,72%	0,56%	8,43%	8,96%
dez04	13.144.332,67	61,68%	15,77%	10,69%	2,68%	0,18%	8,70%	8,88%
jan05	13.113.502,78	60,87%	16,24%	11,17%	2,33%	N.D.	9,39%	9,39%
fev05	12.841.907,93	60,21%	17,88%	9,99%	1,75%	N.D.	10,15%	10,15%
mar05	12.713.395,18	59,37%	17,11%	11,39%	0,69%	N.D.	11,49%	11,49%
abr05	12.613.222,47	59,93%	16,95%	8,96%	N.D.	N.D.	14,16%	14,16%
mai05	12.219.132,45	60,00%	16,16%	3,03%	N.D.	N.D.	20,81%	20,81%
Total	385.346.978,33	56,18%	18,86%	12,63%	2,85%	2,11%	7,98%	10,08%
Máximo		64,52%	25,69%	21,70%	4,48%	4,64%	20,81%	20,81%

O gráfico abaixo mostra o percentual de pagamentos pontuais por data de vencimento que variou entre 43,72% e 64,52%.

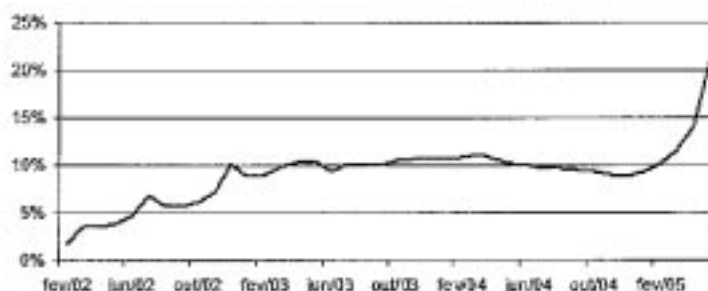


O gráfico abaixo demonstra a performance dos financiamentos por data de vencimento em diversas faixas de atraso.



O gráfico abaixo mostra o percentual de atraso acima de 180 dias somado ao percentual de créditos vencidos e não pagos. A alta registrada nos últimos meses não sinaliza uma piora de desempenho, pois, no momento da análise, ainda não havia sido transcorrido o período necessário para o cálculo de algumas faixas de atraso, e por isso, o percentual de créditos vencidos e não liquidados estão maiores do que nos meses anteriores.

Performance da Carteira por Data de Vencimento: Atraso Acima de 130 dias e Não Liquidada



Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritório Executivo: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2005 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/ratingservices.

The McGraw-Hill Companies

ANEXO F

Suplemento ao Regulamento para Emissão da 1ª Série de Cotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE

1. Suplemento n.º 1 (o “Suplemento”) referente à 1ª (primeira) Série de Cotas Seniores (a “1ª Série”) emitida nos termos do regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fiesp-Financiamento de Veículos, registrado sob o n.º 197505 no Segundo Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJM sob o n.º 07.694.905-0001-58 e administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (o “Administrador”). Os documentos necessários ao registro da 1ª (primeira) distribuição, definidos na Instrução CVM n.º 356-01, foram devidamente protocolados pelo Administrador na CVM em 9 de novembro de 2005.
2. A quantidade de Cotas a serem emitidas, forma de amortização e outras disposições gerais desta 1ª Série são definidas abaixo:

Seção I. Quantidade de Cotas a serem emitidas

Cotas Seniores:	1.400
Cotas Subordinadas:	11.667

Seção II. Da Amortização das Cotas

3. Todos os recursos oriundos dos Direitos Creditórios serão utilizados pelo Fundo para pagamento, nesta ordem, de:
 - (i) todas as despesas e custos do Fundo indicados no Regulamento;
 - (ii) amortização das Cotas Seniores; e
 - (iii) amortização das Cotas Subordinadas.

19 834 1



Cotas Seniores

4. As Cotas Seniores referentes à primeira (1ª) série de Cotas do Fundo serão amortizadas mensalmente em 23 (vinte e três) parcelas, de acordo com as datas indicadas na tabela abaixo ("Data de Amortização"). O Fundo amortizará o valor patrimonial das Cotas Seniores até o limite percentual indicado na tabela abaixo.

Data de Amortização	Valor patrimonial das Cotas Seniores
	do dia da amortização (*)
	(%)
14-02-06	3
14-03-06	5
14-04-06	6
14-05-06	8,5
14-06-06	8,5
14-07-06	9
14-08-06	10
14-09-06	10,5
14-10-06	12
14-11-06	12,5
14-12-06	14
14-01-07	14,5
14-02-07	15,5
14-03-07	17,5
14-04-07	19
14-05-07	20,5
14-06-07	24
14-07-07	27,5
14-08-07	27,5
14-09-07	35
14-10-07	65
14-11-07	82
14-12-07	100

(*) Data esboçada que para o cálculo do valor a ser pago à título de amortização do valor patrimonial das Cotas Seniores serão considerados os montantes pagos anteriormente às Cotas Seniores.

198341



- 4.1. Caso o nível de subordinação seja superior a 26% (vinte e seis por cento) e a Reserva de Amortização esteja sendo respeitada, e havendo disponibilidade em caixa, o Fundo deverá amortizar todo o excesso de caixa, no limite da subordinação de 26% (vinte e seis por cento) e no limite da Reserva de Amortização, conforme o item 4.3 abaixo.
- 4.2. Caso o Fundo, por insuficiência de recursos, não amortize o valor correspondente a porcentagem do patrimônio líquido das Cotas Seniores, indicadas na tabela acima, o Fundo deverá realizar a amortização máxima possível das Cotas Seniores, considerando a ordem de pagamento prevista no item 3 acima. O saldo percentual do patrimônio líquido das Cotas Seniores que não for amortizado será acumulado e considerado para fins da amortização das Cotas Seniores do mês subsequente.
- 4.3. Caso o Fundo, por insuficiência de recursos, não amortize 100% (cem por cento) do patrimônio líquido das Cotas Seniores ao final do cronograma de amortização, o prazo de amortização das Cotas Seniores ficará automaticamente alongado por mais 6 (seis) meses ("Período Adicional de Amortização").
 - 4.3.1. Durante o Período Adicional de Amortização, a cada 2 (dois) meses, os Cotistas reunirão-se em Assembléia Geral para deliberar a respeito da Liquidação Antecipada ou não do Fundo e extensão do vencimento por um período maior do que 6 (seis) meses. A primeira Assembléia Geral deverá ser realizada no último mês do cronograma regular de amortização das Cotas Seniores (ou seja, no 23º (vigésimo terceiro) mês indicado na tabela acima).

Cotas Subordinadas

5. As Cotas Subordinadas referentes à classe I (um) de Cotas Subordinadas do Fundo serão amortizadas em uma única parcela, após a amortização integral das Cotas Seniores. Entretanto, as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas antes da amortização integral das Cotas Seniores.

exclusivamente para fins de ajuste do Índice de Garantia, na hipótese de o percentual do Índice de Garantia estar acima do definido no item 5.1 deste Suplemento.

- 5.1. A amortização das Cotas Subordinadas de uma classe de emissão se dará sempre que o valor das Cotas Subordinadas desta classe representarem mais do que 26% (vinte e seis por cento) do patrimônio líquido ("Índice de Garantia"). Esta amortização deverá ser tal que o Índice de Subordinação atinja o valor de 26% (vinte e seis por cento) e desde que (a) o Administrador entenda que tal amortização não comprometerá amortizações futuras das Cotas Seniores; (b) existam recursos disponíveis suficientes; e (c) seja respeitada a Reserva de Amortização.
- 5.2. As amortizações para fins de ajuste do Índice de Garantia serão feitas pelo Administrador apenas na medida do necessário para o restabelecimento do Índice de Garantia definido no Artigo 5.1 deste Suplemento. Para fins de amortização das Cotas Subordinadas, será utilizado o valor da Cota Subordinada do dia do pagamento.
- 5.3. Durante os 5 (cinco) meses finais de uma série de Cotas Seniores, as Cotas Subordinadas não serão amortizadas, exceto se, a qualquer momento neste período, o patrimônio líquido do Fundo não estiver representado por pelo menos 50% (cinquenta por cento) em Direitos Creditórios. Neste caso, a amortização de Cotas Subordinadas é permitida para fins de re-enquadramento do patrimônio líquido do Fundo para fins de atendimento do limite previsto no *caput* do artigo 40 da Instrução CVM n.º 356/01.

Seção III. Disposições Finais

6. Para esta 1ª Série de Cotas Seniores, o Fundo buscará, mas não garante atingir, a rentabilidade de 109% (cento e nove por cento) da Taxa DI.
7. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.



8. De acordo com o disposto no Artigo 8, item (i) do Regulamento, o presente *
Suplemento será registrado pelo Administrador no Segundo Cartório de
Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São
Paulo.

Osasco, 12 de dezembro de 2005.



**BEM – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
(ADMINISTRADOR)**

Nome:

José Luiz Acar, Pedro

Nome:

20245 - Cassiano Ricardo Scarpa

Cassiano Ricardo Scarpa

continuação do página de assinatura do Suplemento do 1º Roteiro de Contas Recentes do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fisco Financeamento de Veículos

**BANCO BRADESCO S.A.
(CUSTODIANTE)**

198341

Nome:

37283 - Cassiano Ricardo Soares



Nome:

31015 - Carlos Alberto de Moraes

Testemunhas:

1.-

Nome: FELIX DA SILVA VILTO
CPF/MF nº: 93083532-0
RG: 4693774-7

2.-

Nome: JOÃO M. MARTINS
CPF/MF nº: 746 588 244-2
RG: 215 512 7 315-2

2º. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP

Rua Doutor Balduino, 210

Osasco - OSASCO - SP - CEP: 09011-000

APRESENTADO HOJE PARA REGISTRO, REGISTRADO E
MICROFILMADO SOB N.º 198341 DO LIVRO D

Osasco, 14 de Setembro de 2015

JOÃO M. MARTINS

PRISCILA VIEIRA / SÔNIA MARIA DE COSTA PEREIRA

PROTOCOLO N.º 198341

Total Pago R\$ 6.311,40 Este valor inclui 32% devidos
ao Estado e 20% à CART - Prefeitura do IFRSP, sobre

de 20.111,40 (vinte e uma mil e quarenta e um reais)

Emissor

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FICSA FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

CNPJ nº 07.694.905/0001-58

Administrador e Gestor

BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar,
Vila Yara, Osasco, SP

Estruturador

BANCO ABN AMRO REAL S.A.

Avenida Paulista, 1.374, 14º andar,
São Paulo, SP

Custodiante

BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Yara, s/nº, Cidade de Osasco, SP

Empresa de Auditoria

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33
São Paulo, SP

Assessores Legais

PINHEIRO NETO ADVOGADOS

Rua Boa Vista, 254/280
São Paulo, SP

Este Prospecto está disponível no Website:
www.mercadosdecapitais.com.br



(11) 3121-5555